



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

PDI 2025-2029



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CEFET/RJ

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

PDI 2025–2029

Rio de Janeiro, 2025

Aprovado pelo Conselho Diretor em 24/10/2025. Resolução nº 90, de 24 de outubro de 2025.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ

Diretor-Geral

Maurício Saldanha Motta – desde 25/03/2021

Vice-Diretora

Gisele Maria Ribeiro Vieira – desde 29/03/2021

DIRETORIAS SISTÊMICAS

Diretoria de Ensino

Dayse Haime Pastore – desde 12/01/2023

Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Ronney Arismel Mancebo Boley – desde 29/03/2021

Diretoria de Extensão

Renata da Silva Moura – desde 08/03/2022

Diretoria de Administração e Planejamento

Bianca de França Tempone Felga de Moraes – desde 29/03/2021

Diretoria de Gestão Estratégica

Diego Moreira de Araujo Carvalho – desde 01/04/2025

Célia Machado Guimarães e Souza – de 29/03/2021 a 31/03/2025

DIRETORIA DO SISTEMA *MULTICAMPI*

Diretor do *campus* Angra

Everton Pedroza dos Santos – desde 06/07/2020

Diretor do *campus* Itaguaí

Daduí Cordeiro Guerrieri – desde 29/10/2021

Diretor do *campus* Maria da Graça

Saulo Santiago Bohrer – desde 30/03/2021

Diretor do *campus* Nova Friburgo

André Queiroz Ferreira de Mello – desde 30/03/2021

Diretora do *campus* Nova Iguaçu

Luane da Costa Pinto Lins Fragoso – desde 30/03/2021

Diretor do *campus* Petrópolis

Felipe da Rocha Henriques – desde 29/10/2021

Diretor do *campus* Valença

Fabiano Alves de Oliveira – desde 31/08/2015



ELABORAÇÃO DO PDI 2025-2029

COMISSÃO CENTRAL

Portaria CEFET-RJ nº 1.009, de 20 de agosto de 2024

Presidência

Diretor(a) da Diretoria de Gestão Estratégica – DIGES

Composição

Diretor-Geral

Diretores sistêmicos

Diretores dos *campi*

Eduardo Gonçalves Ogasawara – representante do CODIR

Leyderuan de Souza Xavier – representante do CODIR

Diego Moreira de Araujo Carvalho – CEPE

Matheus Campolina Mendes – CEPE

Presidente do DCE

Presidente do Grêmio

COMISSÃO TÉCNICA

Portaria CEFET-RJ nº 1.010, de 20 de agosto de 2024

Presidência

Chefe da Seção de Gestão Estratégica – SEGES

Composição

Gisele Moraes Marinho – DIGES/DEDIN

Priscila Daniel de Paiva Gama e Silva – DIGES/DEDIN/SEGES

Kátia Aparecida da Silva Rocha – DIGES/DEDIN/SEGES

Renata Cristina Santos Alves da Silva – DIGES/DEDIN/SEGES

Úrsula Barreto Gomes Mathias da Silva – DIGES/DEDIN/SEGOV

Jeniffer Aparecida de Lima Santos Rodrigues de Oliveira – estagiária da DIGES

Thaís Cabral Pires Alves – ASCOM

Marilda Barroso Bottino – ASCOM

Gláucia Almeida Reis Blanco – ASCOM

Isabela Eugenio Almeida – ASCOM

Natasha Juliana Mascarenhas Pereira – ASCOM

Tiago Picolotto – ASCOM

Isabela Menezes da Silva Devonish – DPROV

Felipe de Gouvea Peixoto Alves – DPROV

COLABORADORES

Paula Michelle Purcidonio – DIGES/DEDIN

Juliana Simeão Santiago – DIGES/DEDIN/SEGOV

COMISSÃO TEMÁTICA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Portaria CEFET-RJ nº 1.012, de 20 de agosto de 2024

Presidência

Chefe do Departamento de Desenvolvimento Institucional – DEDIN

Composição

Chefe do Departamento de Desenvolvimento Institucional – DEDIN

Chefe do Departamento de Compras e Contratações – DECCO

Chefe do Departamento de Contabilidade e Finanças – DECOF

Chefe do Departamento de Gestão Orçamentária – DGORC

Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas – DGP

Chefe do Departamento de Tecnologia da Informação – DTINF

Chefe do Departamento de Ensino Médio e Técnico – DEMET

Chefe do Departamento de Educação Superior – DEPEs

Chefe do Departamento de Pesquisa – DEPEQ

Chefe do Departamento de Pós-graduação – DEPOG

Chefe do Departamento de Extensão e Assuntos Comunitários – DEAC

Gerentes acadêmicos dos campi

Gerentes administrativos dos campi

Chefe da Prefeitura

Chefe da Biblioteca Central

Chefe do Arquivo Geral

Chefe da Assessoria de Comunicação

COMISSÃO TEMÁTICA DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Portaria CEFET-RJ nº 1.015, de 20 de agosto de 2024

Presidência

Diretor(a) da Diretoria de Ensino – DIREN

Composição

Diretora da DIREN

Diretor da DIPPG

Diretora da DIREX

Márcia Cristina de Oliveira – CAE

Nadson Nei da Silva de Souza – CPICER

Renan Ribeiro Moutinho – FORNEABI

Zenaide Mariano Ribeiro – DIPPG

Vinícius Mattos von Doellinger – DIREX

Rafael Garcia Barbastefano – DEPEs

Luiz Eduardo Fontes Mello de Almeida – DEMET

Lúvia de Lauro Antunes – NAPNE

Ana Letícia Couto Araújo – DIACE

Ezequiel da Silva Oliveira – UnED Angra dos Reis



Luciana de Souza Pereira Valiate – UnED Itaguaí
Marcos Correa da Silva – UnED Petrópolis
Rebeca Cardozo Coelho – UnED Maria da Graça
Rômulo Bessi Freitas – UnED Nova Iguaçu
Rafael Mello Barbosa – UnED Nova Friburgo
Allan Fonseca da Silva – UnED Valença

COMISSÃO TEMÁTICA DO PLANO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS
Portaria CEFET-RJ nº 1.014, de 20 de agosto de 2024

Presidência

Servidor(a) designado(a) pela Diretoria de Ensino – DIREN

Composição

Juliana Teixeira Jesus – Presidente da Comissão e representante da DIREN
Diretor da DIPPG
Chefe do DEPES
Chefe do DEMET
Álvaro Monteiro Carvalho Arcanjo – UnED Valença
Daniel Gomes Ribeiro – UnED Nova Friburgo
Fernanda Lúcia Sá Ferreira – UnED Nova Iguaçu
Glaucia Domingues – UnED Angra dos Reis
Joanes Silva Dias – UnED Itaguaí
Renan Ribeiro Moutinho – UnED Petrópolis
Saulo Santiago Bohrer – UnED Maria da Graça

COMISSÃO TEMÁTICA DE INFRAESTRUTURA
Portaria CEFET-RJ nº 1.011, de 20 de agosto de 2024

Presidência

Chefe do Departamento de Desenvolvimento Institucional – DEDIN

Composição

Chefe do Departamento de Desenvolvimento Institucional – DEDIN
Gerentes Administrativos das UnEDs
Chefe da Prefeitura
Chefe da Biblioteca Central
Chefe do Arquivo Geral
Chefe do Departamento de Tecnologia da Informação – DTINF
Chefe do Departamento de Ensino Médio e Técnico – DEMET
Chefe do Departamento de Educação Superior – DEPES
Chefe do Departamento de Pós-graduação – DEPOG
Coordenador Geral do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE

COMISSÃO TEMÁTICA DE ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA
Portaria CEFET-RJ nº 1.013, de 20 de agosto de 2024

Presidência

Chefe da Seção de Gestão Estratégica – SEGES/DEDIN/DIGES

Composição

Priscila Daniel de Paiva Gama e Silva – Presidente da Comissão
Kátia Aparecida da Silva Rocha – SEGES
Cristiane do Nascimento Gomes Borges – DIACE
Doralice Chagas Tavares – DIPPG
Claudia Fragelli – Coordenadora do curso de Tecnologia em Gestão de Turismo (EaD)
Igor Leão dos Santos – Coordenador do curso de Engenharia de Produção (EaD)
Manuel Joaquim de Castro Lourenço – Coordenador-geral do programa UAB
Fábio de Simone e Souza – Coordenador adjunto do programa UAB

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

C397 Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Plano de desenvolvimento institucional – PDI: 2025-2029 /
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.
- Rio de Janeiro : CEFET, 2025.
291f. : il., tabs.

Aprovado pelo Conselho Diretor em 24/10/2025.
Resolução nº 90/25, de 24 de outubro de 2025.

1. Plano de desenvolvimento institucional. 2. Planejamento
educacional. 3. Desenvolvimento organizacional. 4. PDI 2025-2029.
I. Título.

CDD 370

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04



Lista de Figuras

- Figura 1. O Cefet/RJ no estado no Rio de Janeiro
- Figura 2: Processo de elaboração do Planejamento Estratégico
- Figura 3. Referencial estratégico do Cefet/RJ
- Figura 4: Cadeia de valor do Cefet/RJ
- Figura 5. Mapa Estratégico do Cefet/RJ
- Figura 6. Estrutura de Governança do Cefet/RJ
- Figura 7. Processo de Gestão de Riscos
- Figura 8. Linhas de Defesa
- Figura 9. Organograma do Cefet/RJ Sistema *multicampi*
- Figura 10. Organograma dos Conselhos do Cefet/RJ
- Figura 11. Tipos de curso e formas de oferta
- Figura 12. Localização dos polos do Cederj no curso semipresencial de Engenharia de Produção (em azul os polos ligados ao Cefet/RJ)
- Figura 13. Municípios com alunos do curso semipresencial de Engenharia de Produção do CEDERJ, matriculados no Cefet/RJ
- Figura 14. Oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo por município, nos Polos CEDERJ: Capital (Polo Rocinha); Duque de Caxias; Mangaratiba; Miguel Pereira; Niterói; Nova Iguaçu e Rio das Ostras
- Figura 15. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- Figura 16. Certificado 2024 *UI GreenMetric World University Rankings*
- Figura 17. Selo A3P – Cefet/RJ
- Figura 18. Selo ODS EDU 2023 – Projeto Odoyá Cefet/RJ
- Figura 19. Certificado de adesão ao Programa A3P – Cefet/RJ
- Figura 20. Painel Recicláveis do Dashboard de Sustentabilidade do Cefet/RJ

Lista de Quadros

- Quadro 1. Lista de comissões do Cefet/RJ
- Quadro 2. Canais de comunicação e de transparência do Cefet/RJ
- Quadro 3. Cursos técnicos na modalidade integrado ofertados pelo Cefet/RJ
- Quadro 4. Cursos técnicos na modalidade concomitante ofertados pelo Cefet/RJ
- Quadro 5. Cursos técnicos na modalidade subsequente ofertados pelo Cefet/RJ
- Quadro 6. Cursos superiores de Tecnologia ofertados pelo Cefet/RJ
- Quadro 7. Cursos de Licenciatura ofertados pelo Cefet/RJ
- Quadro 8. Cursos de bacharelado ofertados pelo Cefet/RJ
- Quadro 9. Programas de pós-graduação *stricto sensu* ofertados pelo Cefet/RJ
- Quadro 10. Cursos de Pós-graduação *lato sensu* ofertados pelo Cefet/RJ (desde 2015)
- Quadro 11. Cronograma de ações para o Acervo Acadêmico Digital
- Quadro 12. Quadro de áreas das unidades administrativas do Cefet/RJ
- Quadro 13. Diagnóstico da infraestrutura, quanto ao atendimento às necessidades das unidades acadêmicas
- Quadro 14. Diagnóstico da infraestrutura, quanto ao atendimento às necessidades das áreas comuns e outros ambientes
- Quadro 15. Diagnóstico da infraestrutura, quanto ao atendimento às necessidades das áreas de inclusão
- Quadro 16. Diagnóstico da infraestrutura, quanto às condições de acessibilidade do *campus* Angra dos Reis
- Quadro 17. Diagnóstico da infraestrutura, quanto às condições de acessibilidade do *campus* Itaguaí
- Quadro 18. Diagnóstico da infraestrutura, quanto às condições de acessibilidade do *campus* Maracanã
- Quadro 19. Diagnóstico da infraestrutura, quanto às condições de acessibilidade do *campus* Maria da Graça
- Quadro 20. Diagnóstico da infraestrutura, quanto às condições de acessibilidade do *campus* Nova Friburgo
- Quadro 21. Diagnóstico da infraestrutura, quanto às condições de acessibilidade do *campus* Nova Iguaçu
- Quadro 22. Diagnóstico da infraestrutura, quanto às condições de acessibilidade do *campus* Petrópolis



Quadro 23. Diagnóstico da infraestrutura, quanto às condições de acessibilidade do *campus* Valença

Quadro 24. Laboratórios dos Programas de Pós-graduação

Quadro 25. Laboratórios do *campus* Angra dos Reis

Quadro 26. Laboratórios do *campus* Itaguaí

Quadro 27. Laboratórios do *campus* Maracanã

Quadro 28. Laboratórios do *campus* Maria da Graça

Quadro 29. Laboratórios do *campus* Nova Friburgo

Quadro 30. Laboratórios do *campus* Nova Iguaçu

Quadro 31. Laboratórios do *campus* Petrópolis

Quadro 32. Laboratórios do *campus* Valença

Quadro 33. Laboratórios dos cursos médio/técnicos do *campus* Maracanã

Quadro 34. Condições de acessibilidade das bibliotecas

Quadro 35. Horário de funcionamento e quadro de funcionários das bibliotecas

Quadro 36. Quantitativo do acervo das bibliotecas e recursos oferecidos

Quadro 37. Informações sobre os data centers dos *campi*

Quadro 38. Detalhamento das ações na LOA

Quadro 39. Recursos orçamentários exercícios 2021 - 2024 do Cefet/RJ

Quadro 40. Principais objetivos da Política de Sustentabilidade Ambiental

Lista de Tabelas

Tabela 1. Polos que ofertam o curso semipresencial Bacharelado em Engenharia de Produção

Tabela 2. Polos que ofertam o curso semipresencial Tecnologia em Gestão de Turismo

Tabela 3. Polos que ofertam o curso de EaD de Especialização em Patrimônio Cultural

Tabela 4. Polos que ofertam o curso de EaD de Especialização em Hidrogênio Baixo Carbono

Tabela 5. Oferta de cursos e vagas em 2024 - Cursos Técnicos Subsequentes, Integrados e Concomitantes ao Ensino Médio

Tabela 6. Oferta de cursos e vagas em 2024 - Cursos de Ensino Superior

Tabela 7. Oferta de cursos e vagas em 2024 - Cursos de Pós-graduação

Tabela 8. Projeção da oferta de cursos e vagas - *campus* Angra dos Reis

Tabela 9. Projeção da oferta de cursos e vagas - *campus* Itaguaí

Tabela 10. Projeção da oferta de cursos e vagas - *campus* Maracanã

Tabela 11. Projeção da oferta de cursos e vagas - *campus* Maria da Graça

Tabela 12. Projeção da oferta de cursos e vagas - *campus* Nova Friburgo

Tabela 13. Projeção da oferta de cursos e vagas - *campus* Nova Iguaçu

Tabela 14. Projeção da oferta de cursos e vagas - *campus* Petrópolis

Tabela 15. Projeção da oferta de cursos e vagas - *campus* Valença

Tabela 16. Informações sobre perfil do corpo docente por titulação e carreira

Tabela 17. Informações sobre o perfil do corpo docente por regime de trabalho e carreira

Tabela 18. Informações sobre o perfil do corpo docente por *campus* de lotação e carreira

Tabela 19. Quantitativo de servidores por *campus* de lotação e nível

Tabela 20. Composição do quadro de tutores dos cursos de graduação semipresenciais do Cefet/RJ

Tabela 21. Quantitativo de servidores participantes do PGD 2.0 por *campus* de lotação

Tabela 22. Infraestrutura básica das bibliotecas

Tabela 23. Projeção de evolução do acervo bibliográfico no período de 2025 a 2029 por *campus*

Tabela 24. Quantitativo de funcionários - DTINF e SINFOS

Tabela 25. Locais com ponto de rede cabeada nos setores acadêmicos

Tabela 26. Locais com ponto de rede cabeada nos setores administrativos

Tabela 27. Locais com sinal de rede wireless nos setores acadêmicos

Tabela 28. Locais com sinal de rede wireless nos setores administrativos



Lista de Gráficos

Gráfico 1. Quantitativo de cursos do Cefet/RJ em março de 2025

Gráfico 2. Matrículas totais no curso semipresencial de Engenharia de Produção no Cefet/RJ

Gráfico 3. Quantidade de editais com itens sustentáveis nos campi do Cefet/RJ de 2017 a 2023

Lista de Siglas e Abreviações

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AC	Atividades Complementares
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AD	Avaliação de Desempenho
AEE	Atendimento Educacional Especializado
AN/MJ	Arquivo Nacional do Ministério da Justiça
APAs	Áreas de Proteção Ambiental
APCN	Avaliação de Proposta de Cursos Novos
APL	Arranjos Produtivos Locais
ARQGE	Arquivo Geral
ASCOM	Assessoria de Comunicação
AUDIN	Auditoria Interna
BGP	Boletim de Gestão de Pessoas
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CADI	Comitê Assessor de Desenvolvimento Institucional
CAFe	Comunidade Acadêmica Federada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCCCS	Comissão Central de Coleta Seletiva Solidária
CCONC	Coordenadoria de Concursos
CEDERJ	Consórcio Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro
CEFET/RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CENAFOR	Centro Nacional de Formação Profissional
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEPEL	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica
CETEG	Centro de Treinamento do Estado da Guanabara
CGDDRC	Comitê de Governança, Desenvolvimento Digital, Riscos e Controles
CGLAT	Coordenadoria Geral dos Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>



CGSTI	Comitê Gestor Segurança de Tecnologia da Informação	COORDMEC	Coordenação do Curso Técnico de Mecânica
CGU	Controladoria-Geral da União	COORDSEG	Coordenação de Curso Técnico de Segurança do Trabalho
CHET	Comissão de Heteroidentificação	COORDTEL	Curso Técnico de Telecomunicações
CICE	Comissão Interna de Conservação de Energia	COPEP	Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação
CIEDH	Comitê Interno de Educação de Direitos Humanos	COQUI	Coordenação de Química
CIS/PCCTAE	Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação	COSAI	Comitê de Sustentabilidade Institucional
CMG	Conceito Médio de Graduação	CPA	Comissão Própria de Avaliação
CNC	Controle Numérico Computadorizado	CPC	Conceito Preliminar de Curso
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos	CPDA	Comissão Permanente de Dados Abertos
CNE/CEB	Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica	CPF	Cadastro de Pessoa Física
CNE/CES	Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior	CPICER	Comitê de Políticas de Igualdade e Cotas Étnico-Raciais
CNE/CP	Conselho Nacional de Educação / Conselho Pleno	CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	CPRSC	Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e Competências
CNST	Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia	CRCRJ	Contabilidade do Rio de Janeiro
CODIR	Conselho Diretor	DASPE	Divisão de Atenção à Saúde e Perícias
COLABMET	Curso Técnico de Meteorologia	DATGP	Divisão de Apoio Técnico à Gestão de Pessoas
COLAN	Coordenadoria de Laboratórios de Análise Numérica	DEAC	Departamento de Extensão e Assuntos Comunitários
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior	DECOM	Departamento de Compras e Contratações
CONDEP	Conselho Departamental	DFD	Documentos de Formalização de Demanda
CONDMET	Conselho do Departamento de Ensino Médio Técnico	DGORC	Departamento de Gestão Orçamentária
CONEN	Conselho de Ensino	DGP	Departamento de Gestão de Pessoas
CONEX	Conselho de Extensão	DIAIE	Divisão de Administração e Infraestrutura
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	DICAP	Divisão de Capacitação e Desenvolvimento
CONIT	Coordenadoria do Núcleo de Inovação Tecnológica	DIEMP	Divisão de Integração Empresarial
CONPUS	Conselhos dos Campi	DIGES	Diretoria de Gestão Estratégica
COORDDEL	Coordenação do Curso Técnico de Eletrotécnica	DIGTI	Divisão de Estratégia e Governança em Tecnologia da Informação
COORDELT	Coordenação do Curso Técnico de Eletrônica	DIPPG	Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
COORDINFO	Coordenação do Curso Técnico de Informática	DIRAP	Diretoria de Administração e Planejamento
		DIREG	Direção-geral
		DIREN	Diretoria de Ensino



DIREX	Diretoria de Extensão	IEA	Índice de eficiência acadêmica
DISAI	Divisão de Estratégia para Sustentabilidade Ambiental Institucional	IES	Instituições de Ensino Superior
DPROV	Divisão de Programação Visual	iESGo	Índice de Governança, Sustentabilidade e Gestão
DTINF	Departamento de Tecnologia da Informação	IETEC	Incubadora de Empresas Tecnológicas
EAD	Ensino à Distância	IFBA	Instituto Federal da Bahia
EBTT	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	IFES	Institutos Federais de Educação
EFGD	Estratégia Federal de Governo Digital	IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
EGD	Estratégia de Governo Digital	IMAPGLS	Índice de Matrículas Atendidas na Pós-graduação Lato Sensu
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes	IMAPGSS	Índice de Matrículas Atendidas na Pós-graduação Stricto Sensu
EORG/SIGEPE	Estrutura Organizacional do Sigepe	INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
EPCT	Educação Profissional Científica e Tecnológica	INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
EPT	Educação Profissional e Tecnológica	INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
EPTNM	Educação Profissional Técnica de Nível Médio	IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FACC	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica	IQCPG	Índice de Qualidade dos Cursos de PGSS
FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro	IQV	Índices de Qualidade de Vida
FENAME	Fundação Nacional de Material de Ensino	ITCD	Índice de Titulação do Corpo Docente
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos	ITESS	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis
FUNCATE	Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais	IVOPGLS	Índice de Vagas ofertadas nos cursos de Pós-graduação Lato Sensu
GCN	Gestão de Continuidade de Negócios	IVOPGSS	Índice de Vagas ofertadas nos cursos de Pós-graduação <i>stricto sensu</i>
GPESQ	Edital de Fomento aos Grupos de Pesquisa	Lab3M	Laboratório de Metrologia e Manutenção Mecânica
GSTI	Comitê Gestor de Segurança e Tecnologia da Informação	LABAJ	Laboratório de Ajustagem
IACG	Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação	LABAU	Laboratório de Automação em Usinagem
IAIE	Instrumento de Avaliação Institucional Externa	LABCOMP	Laboratório de Computação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	LABDEC	Laboratório de Divulgação Científica e Ensino de Ciências
ICOPGLS	Índice de Concluintes na Pós-graduação Lato Sensu	LABDEC	Laboratório de Métodos de Suporte à Decisão
ICOPGSS	Índice de Concluintes na Pós-graduação Stricto Sensu	LabEl	Laboratório de Eletroeletrônica
ICPEdu	Plataforma de emissão de certificados digitais pessoais para membros de instituições que fazem parte da Comunidade Acadêmica Federada	LABEL	Laboratório de Eletricidade Industrial
ICTs	Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação	LABFE	Laboratório de Fresagem
IDD	Índice de Diferença de Desempenho	LabFis	Laboratório de Física
		LabHP	Laboratório de Hidráulica e Pneumática



Labin	Laboratório de Informática	LAI	Lei de Acesso à Informação
LABINF	Laboratório de Informática e Tecnologia da Informação	LAMAT	Laboratório de Materiais
LabLog	Laboratório de Operações Logísticas	LAMDI	Laboratório de Metrologia Dimensional
LABME	Laboratório de Meteorologia	LAMEF	Laboratório de Mecânica dos Fluidos
LabMicro	Laboratório de Microscopia e Microsistemas	Lapenseh	Laboratório de Pesquisas e Práticas de Ensino em Humanidades
LabMTT	Laboratório de Metalografia e Tratamentos Térmicos	LAPRO	Laboratório de Processos Industriais
LABORART	Laboratório de Artes	LaProEt	Laboratório de Projetos Estudantis
LabPro	Laboratório de Projetos	LAPSI	Laboratório de Processamento de Sinais e Instrumentação
LabQ	Laboratório de Química	LAREM	Laboratório de Refrigeração e Motores de Combustão Interna
LABRE	Laboratório de Retifica	LASEI	Laboratório de Sistemas e Estruturas Inteligentes
LABSF	Laboratório de Sistemas Fluidomecânicos	LASOL	Laboratório de Soldagem
LabSim	Laboratório de Simulação	LATEL	Laboratório de Telecomunicações
LabSit	Laboratório de Sistemas Térmicos	LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LabSol	Laboratório de Soldagem	LEM	Laboratório de Ensaaios de Materiais
LabST	Laboratório de Segurança do Trabalho	LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pan-sexuais e Não-binários
LABTC	Laboratório de Transferência de Calor	LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
LABTM	Laboratório de Torneamento	LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LABTT	Laboratório de Metalografia e Tratamentos Térmicos	LINUS	Laboratório de Instrumentação e Ultrassom
LabUs	Laboratório de Usinagem	LMCI	Laboratório Maker
LACEA	Laboratório de Controle e Automação	LOA	Lei Orçamentária Anual
LACER	Laboratório de Computação e Redes	LPDMO	Laboratório de Pesquisa e Desenvolvimento de Modelos
LaCLiP	Laboratório de Cultura, Linguagem e Patrimônio Latino-Americanos	MEC	Ministério da Educação
LACTM	Laboratório de Análise do Acoplamento Termomecânico de Materiais	ME/SGD	Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia
LaDes	Laboratório de Desenho	MGI	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
LADES	Laboratório de Compósitos e Adesivos	MOBLAB	Laboratório de Mobilidade Urbana e Ciência de Dados
LAELT	Laboratório de Eletrônica	MPF	Ministério Público Federal
LAEP	Laboratório de Aplicação de Eletrônica de Potência	MTUR	Ministério do Turismo
LAEV	Laboratório de Análise Estrutural, Vibrações e Acústica	NAI	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão
LaFEA	Laboratório de Física Experimental e Aplicada	NAPEF	Núcleo de Atividades e Pesquisa em Ensino de Física
LAFOT	Laboratório de Fotônica		



NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas	PNDP	Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas
NBR	Norma Brasileira	PNE	Plano Nacional de Educação
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas	PNG	Plano Nacional de Pós-graduação
NEE	Necessidades Educacionais Especiais	PNIE	Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa – MCTI
NUGED	Núcleo de Gênero e Diversidade	PNP	Plataforma Nilo Peçanha
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	POA	Plano Operativo Anual
ONU	Organização das Nações Unidas	PPA	Plano Plurianual da União
PA	Plano de Acessibilidade	PPAG	Percentual de Conclusão do Plano de Ação de Governança de TI
PAD	Processo Administrativo Disciplinar	PPC	Plano Pedagógico de Curso
PAE	Programa de Assistência Estudantil	PPCIC	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação
PAR	Processo Administrativo de Responsabilidade	PPCTE	Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação
PCA	Plano Anual de Contratações	PPDSP	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação	PPE	Plano de Permanência e Êxito
PcD	Pessoas com Deficiência	PPEEL	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica
PCTIC	Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação	PPEMM	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais
PDA	Plano de Dados Abertos	PPFE	Programa de Pós-Graduação EM Filosofia e Ensino
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação	PPGES	Programa de Pós-graduação stricto sensu em Energia e Sociedade
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional	PPGIO	Programa de Pós-Graduação em Instrumentação e Óptica Aplicada
PDIF	Plano Diretor de Infraestrutura Física	PPI	Projeto Político Pedagógico Institucional
PDO	Plano Diretor de Obra	PPPRO	Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas
PDP	Plano de Desenvolvimento de Pessoas	PPRER	Programa de Pós-graduação <i>stricto sensu</i> em Relações Étnico-Raciais
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação	PPSI	Programa de Privacidade e Segurança da Informação
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação	PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PGD	Programa de Gestão e Desempenho	PROJU	Procuradoria Federal junto ao Cefet/RJ
PGP	Programa de Governança em Privacidade	PQVT	Programa de Qualidade de Vida no Trabalho
PGRS	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	QRTAes	Quadro de Referência dos Técnicos(as)-Administrativos(as) em Educação
PIBID	Participação no Programa de Bolsas de Iniciação à Docência	RAP	Relação Aluno Professor
PII	Plano Institucional de Internacionalização	RDC	Repositório Digital Confiável
PLS	Plano de Gestão de Logística Sustentável		
PMPPC	Plano de Manutenção Predial Preventiva e Corretiva		



REARI	(Rede das Assessorias Internacionais das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro	TCU	Tribunal de Contas da União
RERED	Relações Étnicos-Raciais e Educação	TED	Termo de Execução Descentralizada
RFEPECT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
RG	Relatório de Gestão	UAB	Universidade Aberta do Brasil
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
RSC	Reconhecimento de Saberes e Competências	UEZO	Universidade do Estado do Rio de Janeiro campus Zona Oeste
SEARE	Seção de Acompanhamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia Civil	UFF	Universidade Federal Fluminense
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
SEDGG	Subsecretaria de Gestão de Pessoas da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo	UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
SETEC/MEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica /Ministério da Educação	UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
SGAADA	Superintendência-Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade	UI	<i>Universitas Indonesia</i>
SGC	Sistema de Gestão de Concursos	UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas	UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
SI	Sindicância		
SIADS	Sistema Integrado de Gestão Patrimonial		
SIAPÉ	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos		
SIE	Sistema de informações para o Ensino		
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior		
SINFO	Setor de Informática		
SIPEC	Sistema de Pessoal Civil		
SLTI/MP	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento		
Sophia	Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas		
SRI	Secretaria de Relações Internacionais		
STEAM	<i>Science, Technology, Engineering, Arts, Mathematics</i>		
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública		
SWOT	<i>SWOT Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>		
TAE	Técnicos(as)-Administrativos(as) em Educação		
TCC	Tese de Conclusão de Curso		



Prezada Comunidade Acadêmica,

É com grande satisfação que apresento o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o quadriênio 2025-2029, documento que traça os caminhos estratégicos que nossa instituição percorrerá nos próximos anos. Este PDI foi resultado do trabalho democrático de toda a nossa comunidade, que se manifestou por meio de sete comissões e diversas consultas públicas.

Vivemos um momento de transformações aceleradas, em que o conhecimento e a tecnologia avançam a uma velocidade sem precedentes. Como instituição de ensino que atua tanto na formação superior quanto na educação técnico-profissionalizante, temos a responsabilidade de não apenas acompanhar essas mudanças, mas também antecipá-las, preparando nossos estudantes para profissões em constante evolução.

Nossa visão para os próximos quatro anos está alicerçada em pilares fundamentais. Primeiramente, reafirmamos nosso compromisso com a assistência estudantil, reconhecendo que proporcionar condições adequadas para que nossos alunos possam dedicar-se plenamente aos estudos é vital para o sucesso institucional. Nesse contexto, continuaremos a fortalecer nossos restaurantes universitários como ferramentas essenciais para garantir a permanência e o êxito estudantil.

A sustentabilidade ambiental constitui outro pilar estratégico de nossa gestão. As usinas solares de geração de energia elétrica já implementadas são apenas o início de um projeto mais amplo. Nos próximos anos, ampliaremos nossas iniciativas e ferramentas de gestão voltadas à sustentabilidade, reafirmando nosso compromisso com o futuro do planeta e com a formação de profissionais conscientes de seu papel ambiental.

Também intensificaremos nossa interação com o setor produtivo. Como instituição tecnológica, temos um papel fundamental a desempenhar no desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, fortalecendo os laços entre escola, empresas e indústrias. O restabelecimento da interação com as fundações de apoio representa um marco inicial nesse processo, que visa aproximar ainda mais nossa instituição do setor produtivo, com foco em inovação e transferência de tecnologia.

Este PDI nasce da compreensão dos desafios que enfrentaremos ao final desta década. Formamos hoje profissionais para um mercado em constante mutação, em que novas tecnologias, como a inteligência artificial, redefinem competências e geram novas demandas profissionais. Precisamos não apenas reagir a essas mudanças, mas também antecipar os desafios, preparando nossa instituição e nossos estudantes para as exigências futuras.

Convido toda a comunidade acadêmica a se engajar neste projeto coletivo de construção do futuro de nossa instituição. O Plano de Desenvolvimento Institucional que apresentamos não é apenas um documento administrativo, mas a expressão concreta de nossos valores, aspirações e compromissos com a educação de qualidade e com o desenvolvimento social e econômico de nossa região e de nosso país.

Juntos, construiremos uma instituição cada vez mais forte, inovadora e comprometida com a excelência.

Cordialmente,

Professor Maurício Saldanha Motta
Diretor-Geral do Cefet/RJ



Sumário

1. PERFIL E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL	15
2. GOVERNANÇA E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	110
3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	127
4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	166
5. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD) NO CEFET/RJ	181
6. PLANO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS	199
7. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL	209
8. PROJETO DE ACERVO ACADÊMICO EM MEIO DIGITAL	220
9. INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	225
10. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS	273
11. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	278
12. MONITORAMENTO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2025-2029	290



1. PERFIL E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL



1.1. Perfil Institucional	17
1.1.1. Apresentação da Instituição	17
1.1.2. Histórico	18
1.1.3. Inserção regional	19
1.2. Planejamento Estratégico	24
1.2.1. Introdução	24
1.2.2. Referencial estratégico: missão, visão e valores	25
1.2.3. Cadeia de valor	26
1.2.4. Alinhamento estratégico	27
1.2.5. Análise do ambiente e análise SWOT	27
1.2.6. Objetivos, metas e indicadores	28
1.2.7. Mapa estratégico	107
1.2.8. Projetos Estratégicos	109



1.1. Perfil Institucional

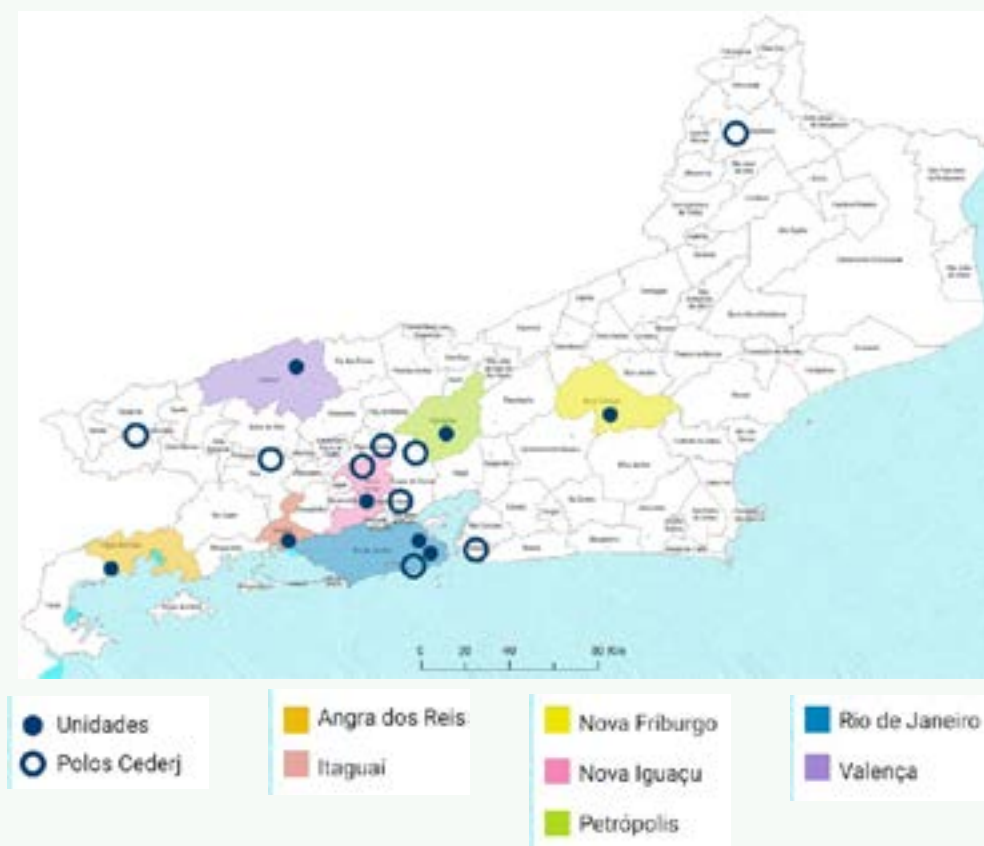
1.1.1. Apresentação da Instituição

O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) é uma autarquia federal de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação, que detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Atualmente, o Cefet/RJ oferece uma vasta gama de cursos, desde o ensino médio técnico até programas de pós-graduação, incluindo mestrado e doutorado, além de atividades de pesquisa e extensão. E se destaca por sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social do Rio de Janeiro, promovendo a inovação tecnológica e a formação de profissionais qualificados para diversos setores industriais e tecnológicos do país.

Além da sede no bairro Maracanã, o Cefet/RJ conta com sete *campus* distribuídos pelo estado do Rio de Janeiro, incluindo: Maria da Graça, Nova Iguaçu, Petrópolis, Nova Friburgo, Itaguaí, Valença e Angra dos Reis. Essa expansão reflete o compromisso da instituição com a promoção do desenvolvimento econômico e social das mesorregiões do estado. Assim, o Cefet/RJ não apenas preserva sua história como também continua a adaptar-se e a expandir suas fronteiras educacionais, mantendo-se como uma referência nacional na formação técnica e tecnológica.

Figura 1. O Cefet/RJ no estado no Rio de Janeiro



Fonte: RG, 2023.



1.1.2. Histórico

Os Centros Federais de Educação Tecnológica no Brasil representam a evolução de instituições educacionais que desempenharam papel crucial no processo de industrialização do país ao longo do século XX. Esse desenvolvimento tem raízes no decreto de 1909 do presidente Nilo Peçanha, que estabeleceu as Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais estaduais, visando proporcionar ensino profissional primário gratuito.

No Rio de Janeiro, então capital do país até 1960, a história do que hoje é o Cefet/RJ começou em 1917 com a criação da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz pela prefeitura do Distrito Federal. Essa escola logo passou ao controle federal e, em 1937, foi reformulada como liceu profissional para abranger todos os ramos e graus do ensino profissional, em consonância com as Escolas de Aprendizes Artífices mantidas pela União.

A transformação mais significativa ocorreu em 1942, quando a instituição foi renomeada Escola Técnica Nacional, seguindo os princípios da Lei Orgânica do Ensino Industrial. Essa escola desempenhou um papel vital na formação de técnicos e mestres industriais em níveis de ciclo inicial e avançado. Com o passar dos anos, especialmente com o Decreto nº 47.038 de 1959, a Escola Técnica Nacional ganhou autonomia e concentrou-se na formação exclusiva de técnicos.

Em 1966, a introdução dos cursos de Engenharia de Operação em colaboração com a Universidade Federal do Rio de Janeiro marcou um avanço significativo na oferta de educação superior técnica de curta duração. Para atender à demanda por professores especializados, foi criado em 1971 o Centro de Treinamento de Professores em parceria com instituições como o CETEG e o CENAFOR.

A evolução contínua da instituição levou à sua denominação como Escola Técnica Federal da Guanabara em 1965 e, posteriormente, como Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca em 1978, conforme estabelecido pela Lei nº 6.545. Desde então, o Cefet/RJ assumiu o *status* de instituição de ensino superior, atuando como autarquia especial vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, com plena autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar.

A seguir, será apresentado, por meio de uma linha do tempo, um breve histórico do Cefet/RJ:

1917

Nasce como Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, com foco em formar professores para o ensino profissional.

**1966**

Implanta o ensino superior, inicialmente com cursos de curta duração em Engenharia de Operação, em parceria com a UFRJ.

1978

É criado o Cefet/RJ pela Lei nº 6545/1978, tornando-se uma autarquia de regime especial, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

**2008**

Inauguração dos *campi* de Petrópolis, Nova Friburgo e Itaguaí.

**1942**

É transformado em Escola Técnica Nacional.

1965

É transformado em Escola Técnica Federal da Guanabara.

1967

É transformado em Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca.

**2003**

Inauguração do Cefet/RJ *campus* Nova Iguaçu.

2006

Inauguração do Cefet/RJ *campus* Maria da Graça

2010

Inauguração dos *campi* de Valença e Angra dos Reis.



1.1.3. Inserção regional

A implementação do Sistema *Multicampi*, no período de 2003 até 2010, foi um passo importante para marcar a presença da instituição em nossa sociedade, buscando responder, de forma pontual, às constantes demandas do mercado por formação profissional competente e disseminação de conhecimento científico e tecnológico, para maximização da utilização de nossos recursos materiais e naturais, de forma responsável e distributiva.

Em harmonia com os arranjos produtivos, o Cefet/RJ busca ofertar ensino, pesquisa e extensão para o fortalecimento do empreendedorismo, do cooperativismo, e da geração contínua do trabalho e da renda na região. Assim, a articulação com o mundo do trabalho, os segmentos sociais e as atividades acadêmicas do Cefet/RJ elevam a prospecção do desenvolvimento econômico, além da preservação ambiental e da responsabilidade social.

A seguir, é apresentado brevemente cada um dos oito *campi* do Cefet/RJ e suas respectivas regiões.

Campus Maracanã - Sede



População: 6.211.223 pessoas [2022]
PIB per capita: R\$ 53.078,23 [2021]
IDHM: 0,799 [2010]

Fonte: IBGE



4.613 matrículas no ensino técnico
8.918 matrículas na graduação
429 servidores docentes
343 servidores técnico-administrativos

Fonte: PNP 2024; RG 2024.

O Cefet/RJ, por meio de sua sede no *Campus Maracanã*, está estrategicamente inserido na Região Sudeste do Brasil, o principal polo econômico e industrial do país. O Estado do Rio de Janeiro, com sua população de aproximadamente 17 milhões de habitantes e alta densidade demográfica, destaca-se como um importante mercado consumidor e fornecedor de bens e serviços, além de ser o segundo maior polo industrial brasileiro. A proximidade com grandes centros econômicos como São Paulo, Belo Horizonte e Vitória, dentro de um raio de 500 km, potencializa a relevância geoeconômica da instituição, que atua numa região responsável por 32% da população nacional, 65% da produção industrial e de serviços, e 40% da produção agrícola do Brasil.

O estado do Rio de Janeiro abriga indústrias de alta tecnologia e setores estratégicos, como petróleo, gás, siderurgia, química, energia e tecnologia da informação, que geram uma demanda crescente por profissionais qualificados. O Cefet/RJ, com seu histórico de mais de cem anos, responde a essa demanda por meio da oferta de cursos e formações alinhadas ao perfil econômico regional. Assim, a instituição contribui significativamente para o desenvolvimento socioeconômico local e regional, preparando profissionais capacitados para suprir as necessidades do mercado de trabalho em diversas áreas, reforçando sua posição geográfica e econômica privilegiada dentro do contexto nacional.



Campus Angra dos Reis



População: 167.434 pessoas [2022]
PIB per capita: R\$ 53.262,55 [2021]
IDHM: 0,724 [2010]

Fonte: IBGE



199 matrículas no ensino técnico
536 matrículas na graduação
50 servidores docentes
29 servidores técnico-administrativos

Fonte: PNP 2024; RG 2024.

A cidade de Angra dos Reis, localizada na região sul fluminense do estado do Rio de Janeiro, possui uma população estimada de 170 mil habitantes (IBGE, 2022) e está estrategicamente situada próxima aos polos econômicos do Rio de Janeiro e São Paulo. Sua economia é impulsionada por setores como indústria naval, geração de energia elétrica, portos, turismo e pesca, o que demanda mão de obra técnica e qualificada.

Em resposta a essa realidade, foi inaugurado, em 2010, o Cefet/RJ *Campus* Angra dos Reis, com a proposta de oferecer ensino técnico e superior pautado na qualidade, ética e sustentabilidade. Na época, havia apenas dois cursos superiores na cidade e nenhuma oferta em municípios vizinhos como Mangaratiba, Paraty e Rio Claro, o que evidenciava a carência regional de instituições de ensino superior. Diante do crescimento econômico da região da Costa Verde e do aumento no número de concluintes do ensino médio, a presença de instituições como o Cefet/RJ é essencial para a formação de profissionais qualificados.

Campus Itaguaí



População: 116.841 pessoas [2022]
PIB per capita: R\$ 76.916,73 [2021]
IDHM: 0,715 [2010]

Fonte: IBGE



405 matrículas no ensino técnico
804 matrículas na graduação
64 servidores docentes
31 servidores técnico-administrativos

Fonte: PNP 2024; RG 2024.

A inserção regional do Cefet/RJ *Campus* Itaguaí destaca-se por sua estreita articulação com o contexto socioeconômico e produtivo local, caracterizado por um expressivo polo industrial em constante expansão. Situado em uma área estratégica que abriga grandes empresas nacionais e multinacionais, o *campus* tem direcionado suas ações educacionais para atender às demandas por formação técnica e de engenharia qualificada.

Os cursos do *Campus* Itaguaí, nesse sentido, representam não apenas uma resposta à crescente necessidade de profissionais preparados para atuar nos setores industriais e de produção, como também reafirma o compromisso institucional do Cefet/RJ com o desenvolvimento regional sustentável. Ao formar jovens e adultos aptos a operar em ambientes produtivos complexos e tecnologicamente avançados, o *Campus* Itaguaí contribui diretamente para a melhoria da competitividade das empresas locais, promovendo a inclusão social e a qualificação da mão de obra em sintonia com as transformações do mercado de trabalho.



Campus Maria da Graça



População: 6.211.223 pessoas [2022]
PIB per capita: R\$ 53.078,23 [2021]
IDHM: 0,799 [2010]

Fonte: IBGE



336 matrículas no ensino técnico
285 matrículas na graduação
51 servidores docentes
35 servidores técnico-administrativos

Fonte: PNP 2024; RG 2024.

O *Campus* Maria da Graça do Cefet/RJ está situado na antiga fábrica da FENAME, próximo ao metrô de Maria da Graça, numa região que compunha um antigo polo industrial. Desde o final dos anos 1990, a região passou por transformações com o desmonte deste parque industrial local. Em paralelo, o Cefet/RJ iniciou a montagem do *campus*, que, inicialmente, foi um núcleo avançado, e, posteriormente, um *campus* estruturado.

A partir de 2008, o *Campus* Maria da Graça passou a oferecer cursos técnicos, o primeiro de Manutenção Automotiva, e, em segundo momento, Segurança do Trabalho e Informática Industrial (posteriormente, denominado de Automação Industrial), avançando em 2018, com a oferta do Curso de Bacharelado de Sistemas da Informação e de mais dois Cursos Técnicos Subsequentes – Segurança do Trabalho e Sistemas de Energias Renováveis. Finalmente, em 2025, iniciou mais um curso técnico na modalidade integrada ao ensino médio: Curso Técnico de Produção Cultural.

Campus Nova Friburgo



População: 189.939 pessoas [2022]
PIB per capita: R\$ 33.000,12 [2021]
IDHM: 0,745 [2010]

Fonte: IBGE



115 matrículas no ensino técnico
757 matrículas na graduação
67 servidores docentes
35 servidores técnico-administrativos

Fonte: PNP 2024; RG 2024.

O *Campus* Nova Friburgo tem sua história inserida no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a expansão da Rede Federal de Ensino, tendo sido a autorização para seu funcionamento concedida pela Portaria n.º 703, de 9 de junho de 2008.

O *Campus* Nova Friburgo, que está localizado no bairro Prado, na cidade de Nova Friburgo, na avenida Governador Roberto Silveira, n.º 1900, iniciou suas atividades em 18 de agosto de 2008 com os seguintes cursos: Curso Técnico em Informática Industrial e Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão de Turismo e Licenciatura em Física. A cerimônia solene de inauguração ocorreu em 04 de dezembro do mesmo ano.

Vale ressaltar que Nova Friburgo possui um mercado de trabalho com diversas oportunidades em diferentes setores, com destaque para o comércio varejista, indústria da moda íntima e confecção, e setor metalúrgico. Também possui uma das maiores redes hoteleiras do estado do Rio de Janeiro. Além do Ensino Médio Integrado aos Cursos Técnico em Informática e de Administração, o *Campus* Nova Friburgo atualmente oferece os Cursos de Licenciatura em Física, Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, Bacharelado em Sistemas de Informação e Engenharia Elétrica.



Campus Nova Iguaçu



População: 785.867 pessoas [2022]
PIB per capita: 21.559,06 [2021]
IDHM: 0,713 [2010]

Fonte: IBGE



517 matrículas no ensino técnico
1.268 matrículas na graduação
97 servidores docentes
42 servidores técnico-administrativos

Fonte: PNP 2024; RG 2024.

O *Campus* Nova Iguaçu foi o primeiro do Sistema Cefet/RJ criado fora do município do Rio de Janeiro dando início ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em 2003, e, atualmente, se configura como o maior *campus* depois da Sede. O *campus* desempenha papel estratégico na inserção regional ao se situar no município de Nova Iguaçu, o maior em extensão territorial e o segundo mais populoso da Baixada Fluminense.

Inserido em uma região com grande densidade demográfica, diversidade socioeconômica e desafios estruturais, como baixos Índices de Qualidade de Vida (IQV) em seu entorno, o *campus* atende diretamente a uma demanda social por formação técnica e tecnológica qualificada, contribuindo para a inclusão social e o desenvolvimento local. Com sua oferta de cursos alinhados às vocações industriais da região – como Automação Industrial, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Produção e Engenharia Mecânica – o *campus* integra-se de forma ativa às necessidades do setor produtivo.

Além disso, a localização do *Campus* Nova Iguaçu, cortado pela RJ-113 e próximo a polos industriais e empresas de grande porte como Petrobras, L'Oréal, Bayer e Embrapa, favorece parcerias e estágios que fortalecem a formação prática dos estudantes. O *campus* cumpre, assim, uma função essencial no fortalecimento da base tecnológica local, na promoção da inovação e no enfrentamento das desigualdades regionais, contribuindo para o crescimento sustentável da Baixada Fluminense.

Campus Petrópolis



População: 278.881 pessoas [2022]
PIB per capita: 51.003,6 [2021]
IDHM: 0,745 [2010]

Fonte: IBGE



100 matrículas no ensino técnico
695 matrículas na graduação
66 servidores docentes
28 servidores técnico-administrativos

Fonte: PNP 2024; RG 2024.

O *Campus* Petrópolis tem sua história inserida no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Governo Federal, que prevê a expansão da Rede Federal de Ensino, com a criação de uma escola técnica em cada cidade-polo do país. O *campus* é o 200º *campus* da Rede e tem como parceiros estratégicos públicos o Governo Federal, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura Municipal de Petrópolis.

Com a contrapartida da Prefeitura Municipal de Petrópolis, que respondeu à chamada pública que lançou o edital de Projetos de Apoio ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, da SETEC/MEC, o *campus* foi inaugurado, em 13 de setembro de 2008, como uma das escolas orientadas pelo conceito de cidade-polo, que, tendo como referência o conjunto de municípios de mesorregiões, visa aproveitar o potencial de desenvolvimento, a proximidade com Arranjos Produtivos Locais (APL), a possibilidade de parcerias e a infraestrutura existente.

Localizado no Centro Histórico de Petrópolis, à Rua do Imperador, destina-se a ser mais um *campus* a assumir a missão institucional do Cefet/RJ: promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes



de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico da sociedade. O *campus* oferece, atualmente, o curso técnico em Telecomunicações Integrado ao Ensino Médio e os cursos de graduação em Engenharia de Computação, Bacharelado em Turismo, Licenciatura em Física e Licenciatura em Matemática, além de pós-graduação lato sensu em Práticas, Linguagens e Ensino na Educação Básica.

Campus Valença



População: 68.088 pessoas [2022]
PIB per capita: 40.447,29 [2021]
IDHM: 0,738 [2010]

Fonte: IBGE



158 matrículas no ensino técnico
461 matrículas na graduação
45 servidores docentes
26 servidores técnico-administrativos

Fonte: PNP 2024; RG 2024.

O município de Valença está localizado no sul do estado do Rio de Janeiro, a uma altitude de 560 metros, com população estimada em 2022 de 68.088 habitantes. Valença apresenta uma área de 1.300,767 km² (a segunda maior do estado do Rio de Janeiro), estando situada no Vale do Paraíba Fluminense, antigamente conhecido como “Vale do Café”. Após a abolição da escravidão, o perfil socioeconômico do município de Valença foi redesenhado. A decadência da produção cafeeira deu lugar à criação de gado, transformando o município, até a década de 1940, em um dos maiores fornecedores de leite e exportador interno de laticínios. Hoje o município de Valença é o maior produtor de leite do estado do Rio de Janeiro. É essencialmente agrícola, possuindo, atualmente, 2.000 produtores de leite, além de diversas agroindústrias familiares e/ou de pequeno porte voltadas para esse e outros gêneros alimentícios.

O Cefet/RJ *Campus* Valença foi inaugurado na cidade de Valença em 01 de fevereiro de 2010 a partir de recursos oriundos do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP. O *campus* oferece os cursos de graduação em Administração e Engenharia de Alimentos. A biblioteca do *campus* tem o acervo que abrange, principalmente, as principais áreas do conhecimento: engenharia de alimentos, administração, química, educação, meio ambiente

e literatura. O Cefet/RJ *Campus* Valença vem contribuindo para interiorização das instituições federais de ensino e cumprindo seu papel social de promover crescimento e fortalecimento regional sustentável através de atividades de ensino, pesquisa e extensão de caráter público, gratuito e de qualidade.



1.2. Planejamento Estratégico

1.2.1. Introdução

De acordo com a Instrução Normativa nº 24/2020, o planejamento estratégico é um processo sistêmico de estabelecimento da estratégia para alcançar uma situação futura desejada, a partir de uma condição presente e do entendimento da identidade institucional, considerando a análise do contexto, buscando sempre maior efetividade dos resultados e eficiência da gestão dos recursos.

Para o processo de elaboração do Planejamento Estratégico 2025-2029 do Cefet/RJ foram desenvolvidas quatro etapas: preparação, diagnóstico, construção e aprovação.

Figura 2: Processo de elaboração do Planejamento Estratégico



A primeira etapa do Planejamento Estratégico, a etapa de preparação, foi marcada pela estruturação da elaboração do documento, que envolveu: o levantamento e análise das legislações e dos planos de governo relacionados ao assunto, a construção do Guia de Elaboração do PDI 2025-2029, a criação das comissões e a análise e diagnóstico do PDI institucional anterior.

Já a segunda etapa, denominada de diagnóstico, foi marcada pela análise do ambiente interno e externo institucional, por meio do levantamento das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças institucionais que resultaram na elaboração das análises SWOTs, apresentadas no decorrer deste documento.

A terceira etapa, a etapa de construção, foi marcada pela efetiva redação do documento. Durante esta etapa foram realizadas reuniões com os setores para discussão dos objetivos, metas e indicadores com base em todo o levantamento realizado anteriormente e pelas reuniões das comissões de elaboração do PDI.

E por último, a etapa de aprovação, foi marcada pela apresentação do documento a toda a sociedade e pelo encaminhamento da versão final para aprovação pelo Conselho Diretor. Para a disponibilização do documento à sociedade e envio de sugestões, optou-se por utilizar a Plataforma + Brasil, por meio da consulta pública.



1.2.2. Referencial estratégico: missão, visão e valores

A Figura 3 apresenta o referencial estratégico: Missão, Visão e Valores, no âmbito estratégico do Cefet/RJ, que orienta todo o desdobramento da estratégia em seus objetivos.

A missão institucional é uma declaração que expressa, de forma nítida e concisa, a razão de ser da instituição, por que existimos e quais as nossas responsabilidades. A visão descreve um cenário que representa o futuro desejado dentro do período de cinco anos, de forma mensurável e realista, refletindo os esforços individuais e coletivos. E os valores são princípios, costumes e ideias que norteiam o comportamento, as atitudes e as decisões das pessoas no exercício de suas responsabilidades e atribuições.

Figura 3. Referencial estratégico do Cefet/RJ



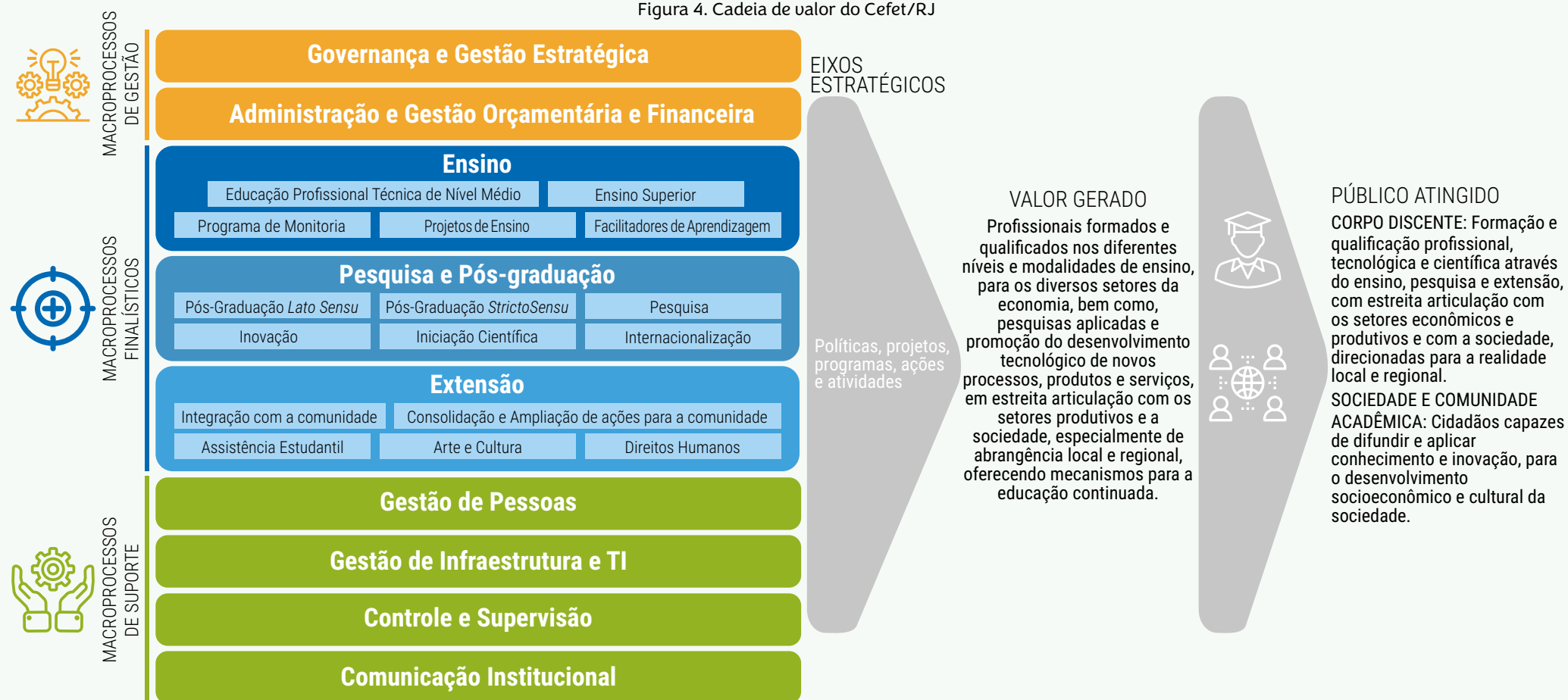
Fonte: Elaboração própria, 2025.



1.2.3. Cadeia de valor

A cadeia de valor é uma ferramenta de gestão que ajuda a identificar e analisar as atividades que uma instituição de ensino realiza para gerar valor para os seus alunos e para a sociedade. A cadeia de valor do Cefet/RJ foi construída com base na Cadeia de Valor Integrada da Educação, por meio do Programa TransformaGov.

Figura 4. Cadeia de valor do Cefet/RJ



Fonte: Elaboração própria, 2025.



1.2.4. Alinhamento estratégico

Conforme previsto no art. 4º da IN ME 24/2020, o planejamento estratégico institucional deve ser elaborado e atualizado de forma a garantir o seu alinhamento aos instrumentos de planejamento governamental. Dessa forma, para garantir o alinhamento do Planejamento Estratégico às principais diretrizes e compromissos governamentais fez-se necessário o levantamento das diretrizes e compromissos governamentais, apresentados no [Guia de Elaboração do PDI 2025-2029](#), para a elaboração dos objetivos estratégicos. Os principais instrumentos considerados foram:

- O Plano Plurianual da União (PPA), instituído pela [lei nº 14.802/2024](#) para o período de 2024 a 2027;
- A Estratégia de Governo Digital (EGD) 2024-2027;
- Os [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#) (ODS), que fazem parte da Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável Mundial; e
- O Plano Nacional de Pós-graduação (PNG) e o Plano Nacional de Educação (PNE) anteriores, uma vez que os atuais ainda estão em fase de aprovação.

1.2.5. Análise do ambiente e análise SWOT

A análise do ambiente e análise SWOT fizeram parte do processo de elaboração do planejamento estratégico. O objetivo dessas análises foi compreender melhor o ambiente no qual o Cefet/RJ está inserido.

Essa etapa foi composta pela avaliação do cenário atual e futuro institucional, considerando fatores internos e externos e para isso, primeiramente, foram avaliados os resultados alcançados no PDI vigente, o PDI 2020-2024. Analisou-se os principais impactos dos resultados institucionais obtidos por meio dos objetivos estratégicos, bem como os fatores que não possibilitaram o alcance das metas previstas. E para isso, contou-se com a ajuda da ferramenta de gestão, a matriz SWOT, na qual foram analisados o ambiente interno institucional por meio de suas forças e fraquezas e o ambiente externo através de suas oportunidades e ameaças.

Os resultados observados e coletados pela Comissão Temática de Planejamento Estratégico foram divididos em 10 grandes temas: (i) Ensino; (ii) Pesquisa e Inovação; (iii) Extensão; (iv) Administração e Planejamento; (v) Governança; (vi) Pessoas; (vii) Tecnologia da Informação; (viii) Internacionalização; (ix) Infraestrutura: Arquivo, Biblioteca e Prefeitura; (x) Temas Transversais: Sustentabilidade Ambiental; Direitos Humanos; Arte e Cultura e Comunicação e serviram de base para a construção dos objetivos, metas e indicadores deste PDI. As matrizes elaboradas estão apresentadas, a seguir, junto com os objetivos estratégicos.



1.2.6. Objetivos, metas e indicadores

Os objetivos, metas e indicadores têm papéis diferentes no gerenciamento de resultados, mas comumente são confundidos por pessoas que não estão acostumadas com as terminologias da gestão. A fim de elucidar esse tópico a toda a comunidade do Cefet/RJ, consideramos, para a elaboração deste documento, os conceitos apresentados a seguir:

Objetivos: são ações a serem perseguidas pelo Cefet/RJ para o cumprimento de sua missão institucional, estabelecendo elos entre as suas diretrizes e o seu referencial estratégico. Traduzem os desafios a serem enfrentados num determinado período (neste caso, a vigência do PDI 2025- 2029). Assim, os objetivos devem cumprir alguns requisitos, como:

- ser coerente com a missão, visão e valores da organização;
- estar alinhado aos objetivos de Governo;
- estar em congruência com os outros objetivos institucionais;
- ser claro, adequado e oportuno, transmitindo informação confiável para tomada de decisão; e
- ser de conhecimento de toda a instituição.

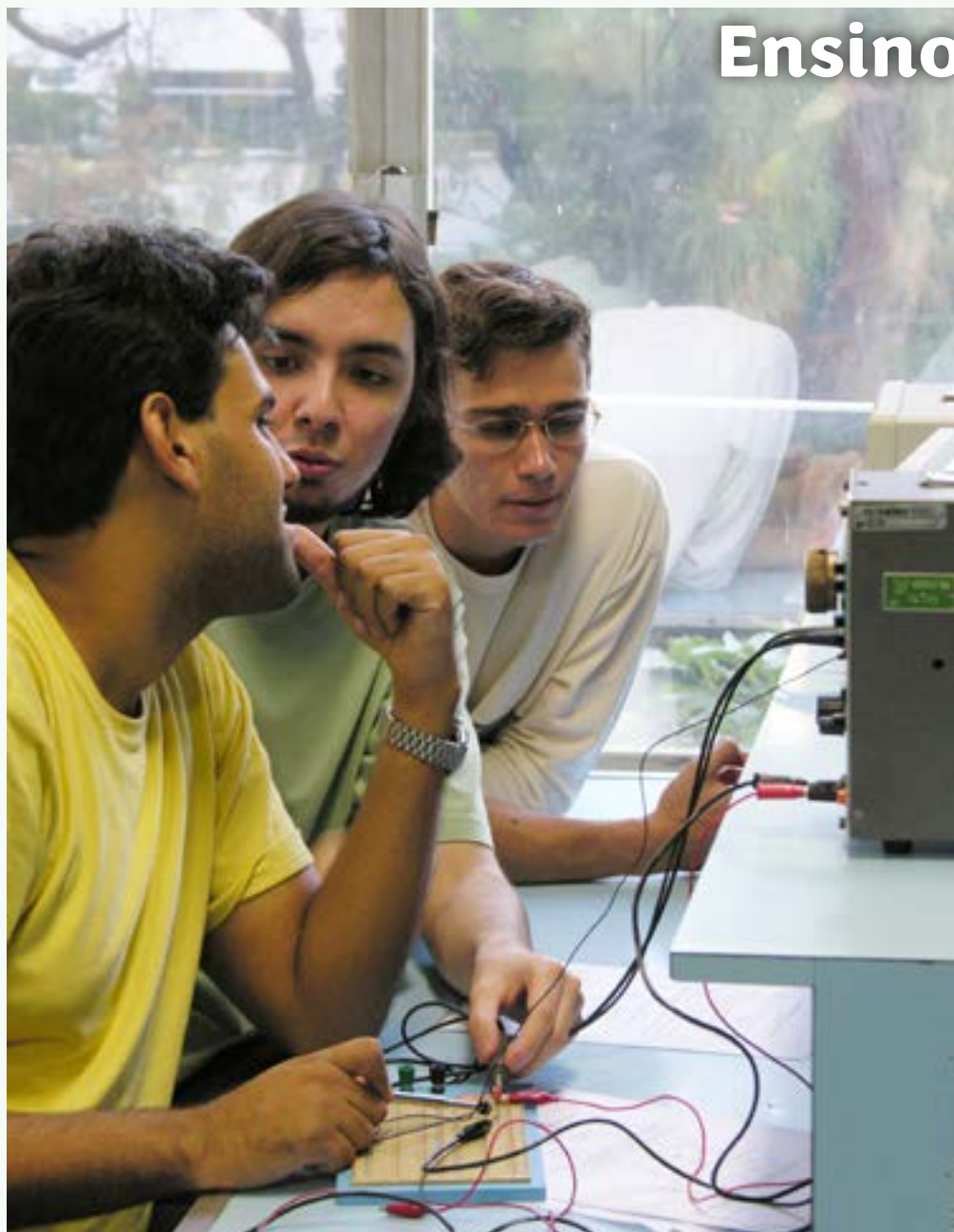
Metas: cada objetivo deve ser acompanhado de uma ou mais metas. A meta é uma expressão específica – geralmente numérica, com sua unidade de medida corretamente identificada, com prazo determinado (neste caso deverá ser o final da vigência do PDI 2025-2029). Por exemplo: números absolutos, índices/percentagens, pesos, dias, horas e valores que representam o estado futuro de desempenho desejado, num determinado período. São resultados quantificáveis pelos indicadores. O monitoramento desse objetivo em relação à meta nos fornecerá informação de sucesso ou fracasso na avaliação de um determinado processo. Vale ressaltar que as metas para o PDI 2025-2029 foram calculadas a partir dos anos-base 2023 e 2024, exceto as que se referem a novos indicadores.

Indicadores: consistem em métricas que proporcionam a geração de informações e permitem a avaliação do desempenho em relação aos objetivos e metas definidos. No formato adotado no PDI 2025-2029, cada meta deve estar associada a pelo menos um indicador.

Para uma melhor organização deste documento, optou-se por dividir os objetivos do Sistema *Multicampi* nos diversos temas dos dez eixos temáticos: (i) Ensino; (ii) Pesquisa e Inovação; (iii) Extensão; (iv) Administração e Planejamento; (v) Governança; (vi) Pessoas; (vii) Tecnologia da Informação; (viii) Internacionalização; (ix) Infraestrutura: Arquivo, Biblioteca e Prefeitura; (x) Temas Transversais: Sustentabilidade Ambiental; Direitos Humanos; Arte e Cultura e Comunicação, conforme apresentado nos quadros a seguir.



Ensino



Objetivo estratégico 1

Maximizar a ocupação das vagas oferecidas nos cursos de graduação e técnico, promovendo estratégias eficazes de captação e manutenção de estudantes

Objetivo estratégico 2

Planejar e acompanhar as avaliações dos cursos de graduação, buscando melhorias nos indicadores de qualidade





Objetivo estratégico 3

Atualizar e adequar os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação às diretrizes curriculares nacionais, às inovações pedagógicas e às demandas sociais e do mundo do trabalho.

Objetivo estratégico 4

Fortalecer a qualificação do corpo docente, promovendo a ampliação da titulação e aprimorar continuamente a prática pedagógica dos docentes, por meio da formação continuada, do incentivo à inovação no ensino e da valorização de metodologias centradas na aprendizagem dos estudantes.



S Forças 	W Fraquezas 	O Oportunidades 	T Ameaças 
<p>Diversidade de oferta em diferentes níveis e modalidades de ensino</p> <p>Políticas e regulamentações de ensino, pesquisa e extensão</p> <p>Formação humanística e integral dos estudantes</p> <p>Ofertas e ações educacionais voltadas aos arranjos produtivos e sociais</p> <p>Alta qualidade de ensino oferecida em todos os níveis educacionais, desde o ensino técnico de nível médio até a pós-graduação</p> <p>Cursos de graduação bem avaliados pelo MEC</p> <p>Alta eficiência acadêmica dos cursos técnicos</p> <p>Diversidade na oferta de cursos de Pós-graduação</p> <p>Oferta de bolsas institucionais para alunos da Pós-graduação</p> <p>Participação no Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) da Capes</p> <p>Programa de Facilitadores de Aprendizagem</p> <p>Contratação de profissionais de Atendimento Educacional Especializado (AEE) terceirizados</p> <p>Programa de Monitoria</p> <p>Projetos de Ensino</p> <p>Programas de Iniciação Científica e de Iniciação Tecnológica</p>	<p>Potencial não plenamente explorado na indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão</p> <p>Divulgação insuficiente dos processos seletivos para ingresso na instituição</p> <p>Divulgação insuficiente das ações e programas institucionais</p> <p>Não ocupação integral das vagas destinadas aos cursos de graduação</p> <p>Alto índice de evasão e retenção, sobretudo nos cursos de graduação</p> <p>Ausência de acompanhamento de egressos de forma sistêmica e efetiva</p> <p>Inexistência de uma política institucional de formação de professores</p> <p>Índice da Relação Aluno Professor (RAP) elevado</p> <p>Inexistência de processos consolidados de acompanhamento pedagógico e psicológico aos discentes</p> <p>Oferta insuficiente de atendimento pedagógico e psicológico aos estudantes tanto do nível médio, como superior</p> <p>Ausência da representação de pais nos conselhos institucionais</p> <p>Falta de regulamentações atualizadas, especialmente manual do aluno</p> <p>Fragilidade no alinhamento entre a abertura e manutenção de cursos de acordo com as necessidades da mesorregião</p> <p>Falta de definição de novas formas de entrada de estudantes, tendo em vista as matrículas pelo Sisu serem insuficientes para o preenchimento do total de vagas ofertadas nos cursos de graduação</p> <p>Sistema de registros acadêmicos não contempla integralmente as necessidades institucionais (projetos, programas etc.)</p> <p>Necessidade de capacitação dos docentes em novas práticas pedagógicas</p> <p>Atraso na contratação de professores substitutos</p>	<p>Projeto de transformação em Universidade Tecnológica</p> <p>Engajamento com egressos</p> <p>Exigência de uma qualificação cada vez maior para atuação no Mundo do Trabalho</p> <p>Aceleração da transição tecnológica e digital do mundo do trabalho (ex. Indústria 4.0)</p> <p>Pacto social com a Agenda 2030 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS)</p> <p>Transição das Matrizes Energéticas</p> <p>Fortalecimento e expansão do arranjo produtivo do setor Petróleo e Gás na região de abrangência do Cefet/RJ</p> <p>Ampliação das possibilidades educacionais por meio de mediação tecnológica</p> <p>Estabelecimento de novas Parcerias e Convênios</p> <p>Reconhecimento, pelas lideranças políticas, do papel da Rede Federal de EPCT na educação profissional do país</p> <p>Participação em fóruns de pró-reitores das IFES e das instituições da Rede Federal de EPCT</p> <p>Políticas públicas afirmativas</p> <p>Parcerias estratégicas com outras instituições e empresas</p>	<p>Concorrência com outras instituições de ensino público/privada</p> <p>Multinacionalização da Educação Superior</p> <p>Ensino EAD com preços baixos</p> <p>Baixa procura por determinados cursos</p> <p>Deficiência na formação básica dos ingressantes</p> <p>Redução do interesse pela carreira docente, o que leva à baixa procura pelos cursos de licenciatura, apesar da carência de professores nas redes de ensino</p> <p>A percepção neoliberal da educação</p> <p>Mudanças nas políticas educacionais devido à alterações nas diretrizes governamentais</p> <p>Adoecimento mental pós pandemia</p> <p>Tentativa de desprestígio da imagem das Instituições Públicas de Ensino perante a sociedade</p>



Maximizar a ocupação das vagas oferecidas nos cursos de graduação e técnico, promovendo estratégias eficazes de captação e manutenção de estudantes

Objetivo estratégico 1

Meta 1

Manter, até 2029, o percentual de 85% de preenchimento das vagas ofertadas nos cursos de graduação.

Alinhamento estratégico



PNE 2020-2024
Meta 12
Estratégia 12.3



ODS 4
Metas 4.3, 4.4,
4.5 e 4.7



ODS 8
Metas 8.5 e 8.6



ODS 10
Metas 10.2 e
10.3

Indicador: Taxa de preenchimento das vagas dos cursos de graduação

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
72,31%	95,70%	85%	85%	85%	85%	85%

Fórmula de cálculo: $(N_{\text{Gradingressantes}} / N_{\text{Graduvas}}) \times 100$

· N_{Graduvas} – número total de vagas ofertadas pela instituição nos cursos de graduação, de acordo com a PNP.

· $N_{\text{Gradingressantes}}$ – número total de ingressantes, de acordo com a PNP.

Interpretação: Percentual de vagas ofertadas nos cursos de graduação que foram efetivamente preenchidas nos processos seletivos para o ano de referência.

Fonte dos dados: Plataforma Nilo Peçanha – Dados de Ensino – Aba dados acadêmicos – Aba interna curso, matrícula e oferta:

· Número total de vagas: filtro Cefet/RJ, Tipo de curso: Bacharelado, Licenciatura e tecnologia.

· Número total de ingressantes: filtro Cefet/RJ, Tipo de curso: Bacharelado, Licenciatura e tecnologia

Polaridade: Positiva (quanto maior melhor)

Formato: Percentual

Responsável: DIREN



Atingir, até 2029, o percentual de 85% de preenchimento das vagas ofertadas nos cursos de ensino técnico

Indicador: Taxa de preenchimento das vagas dos cursos técnicos

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
70,9%	122,6%	85%	85%	85%	85%	85%

Fórmula de cálculo: $(NTecingressantes/NTecvagas) \times 100$

· *NTecvagas* – número total de vagas ofertadas pela instituição, de acordo com a PNP.

· *NTecingressantes* – número total de ingressantes, de acordo com a PNP.

Interpretação: Percentual de vagas ofertadas nos cursos técnicos que foram efetivamente preenchidas nos processos seletivos para o ano de referência

Fonte dos dados: Plataforma Nilo Peçanha – Dados de Ensino – Aba dados acadêmicos – Aba interna curso, matrícula e oferta:

· Número total de vagas: filtro Cefet/RJ, Tipo de curso: Ensino Médio e técnico.

· Número total de ingressantes: filtro Cefet/RJ, Tipo de curso: Ensino Médio e técnico.

Polaridade: Positiva (quanto maior melhor)

Formato: Percentual

Responsável: DIREN

Meta 2 Meta 3

Atingir 25% de eficiência acadêmica nos cursos de graduação até 2029

Indicador: Índice de eficiência acadêmica no ciclo – Graduação

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
21,6%	19,34%	20%	21%	22%	23%	25%

Fórmula de cálculo: $EAciclo[\%] = CCiclo[(CCiclo/(Mciclo+Eciclo))Rciclo] \times 100$

· *CCiclo* = Resultado da soma entre a Quantidade de alunos “Formados” e a quantidade de alunos “integralizados em fase escolar”

· *Mciclo* = quantidade de matrículas efetuadas no início do ciclo de matrícula

· *Eciclo* = alunos que perderam vínculo com a instituição antes da conclusão do curso

· *Rciclo* = alunos que permaneceram matriculados por período superior ao tempo previsto para a integralização de um curso (acrescido de um ano)

Interpretação: O Índice de eficiência acadêmica (IEA) mede o percentual de alunos que concluíram o período de referência com êxito dentro do período previsto mais um ano, acrescido de percentual (projeção) dos alunos retidos que poderão concluir o curso

Fonte dos dados: Plataforma Nilo Peçanha – Dados de Ensino – Aba indicadores acadêmicos – Aba interna Eficiência Acadêmica – Filtros: Instituição: Cefet/RJ; Tipo de curso: bacharelado, licenciatura, tecnologia.

Polaridade: Positiva (quanto maior melhor)

Formato: Percentual

Responsável: DIREN

Meta 4

Atingir 65% de eficiência acadêmica nos cursos técnicos até 2029

Indicador: Índice de eficiência acadêmica no ciclo – cursos Técnicos

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
85,39%	60,57%	61%	62%	63%	64%	65%

Fórmula de cálculo: $EAciclo[\%] = CCiclo[(CCiclo/(Mciclo+Eciclo))Rciclo] \times 100$

· *CCiclo* = Resultado da soma entre a Quantidade de alunos “Formados” e a quantidade de alunos “integralizados em fase escolar”

· *Mciclo* = quantidade de matrículas efetuadas no início do ciclo de matrícula

· *Eciclo* = alunos que perderam vínculo com a instituição antes da conclusão do curso

· *Rciclo* = alunos que permaneceram matriculados por período superior ao tempo previsto para a integralização de um curso (acrescido de um ano)

Interpretação: O Índice de eficiência acadêmica (IEA) mede o percentual de alunos que concluíram o período de referência com êxito dentro do período previsto mais um ano, acrescido de percentual (projeção) dos alunos retidos que poderão concluir o curso

Fonte dos dados: Plataforma Nilo Peçanha – Dados de Ensino – Aba indicadores acadêmicos – Aba interna Eficiência Acadêmica – Filtros: Instituição: Cefet/RJ; Tipo de curso: técnico.

Polaridade: Positiva (quanto maior melhor)

Formato: Percentual

Responsável: DIREN



Planejar e acompanhar as avaliações dos cursos de graduação, buscando melhorias nos indicadores de qualidade

Objetivo estratégico 2

Meta 1

Ter, até 2027, 90% dos cursos de graduação com Conceito de Curso ≥ 4

Alinhamento estratégico



PNE 2020-2024
Meta 13



ODS 4
Metas 4.3 e 4.7



ODS 8
Meta 8.6

Indicador: Percentual de cursos de graduação avaliados com Conceito de Curso ≥ 4 .

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
89%	85,2%	87%	87%	90%	90%	90%

Fórmula de cálculo: $(N_{\text{cursos4}}/N_{\text{cursosaval}}) \times 100$

· N_{cursos4} = número de cursos de graduação avaliados com CC ≥ 4 ;

· $N_{\text{cursosaval}}$ = número de cursos de graduação avaliados.

Interpretação: Mede o percentual de cursos de graduação da instituição já avaliados que possuem Conceito de Curso maior ou igual a 4

Fonte dos dados: EMEC

Polaridade: Positiva (quanto maior melhor)

Formato: Percentual

Responsável: DIREN



Atualizar e adequar os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação às diretrizes curriculares nacionais, às inovações pedagógicas e às demandas sociais e do mundo do trabalho.

Alinhamento estratégico



PNE 2020-2024
Meta 13



ODS 4
Metas 4.4 e 4.7



ODS 8
Metas 8.2 e 8.3



ODS 13
Meta 13.3

Objetivo estratégico 3

Meta 1

Ter pelo menos 90% dos PPCs atualizados conforme legislação vigente até 2029.

Indicador: Percentual de cursos de graduação com PPC atualizado

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	74,6%	82%	84%	86%	88%	90%

Fórmula de cálculo: $(N_{\text{cursosPPC atual}} / N_{\text{cursosgrad}}) \times 100$

· $N_{\text{cursosPPC atual}}$ = número de cursos de graduação com PPC atualizado

· $N_{\text{cursosgrad}}$ = número total de cursos de graduação

Interpretação: Mede a proporção de cursos de graduação que possuem PPCs revisados e aprovados conforme legislação vigente

Fonte dos dados: EMEC

Polaridade: Positiva (quanto maior melhor)

Formato: Percentual

Responsável: DIREN



Fortalecer a qualificação do corpo docente, promovendo a ampliação da titulação e aprimorar continuamente a prática pedagógica dos docentes, por meio da formação continuada, do incentivo à inovação no ensino e da valorização de metodologias centradas na aprendizagem dos estudantes.

Alinhamento estratégico



PNE 2020-2024
Metas 13, 14, 15
e 16



ODS 4
Meta 4.c

Objetivo estratégico 4

Meta 1

Manter o Índice de Titulação do Corpo Docente (ITCD) em 4,6 até 2029

Indicador: Índice de Titulação do Corpo Docente (ITCD)

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
4,5	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6

Fórmula de cálculo: $ITCD = (5D + 4M + 3E + 2A + G) / (D + M + E + A + G)$

As letras referem-se ao número de docentes considerando sua maior titulação, sendo G – Graduação; A – Aperfeiçoamento; E – Especialização; M – Mestrado; D – Doutorado

Interpretação: Mede a qualificação do corpo docente da instituição, de acordo com a sua titulação.

Fonte dos dados: Plataforma Nilo Peçanha – Dados de Pessoal – Aba Índice de Titulação Docente – Filtros: Instituição: Cefet/RJ

Polaridade: Positiva (quanto maior melhor)

Formato: Numérica

Responsável: DIREN



Pós-graduação



Objetivo estratégico 1

Elevar a qualidade da pós-graduação, aumentando seu impacto acadêmico e social

Objetivo estratégico 2

Consolidar e expandir a Pós-graduação do Cefet/RJ



S Forças



Diversidade de oferta em diferentes níveis e modalidades de ensino

Políticas e regulamentações de ensino, pesquisa e extensão

Formação humanística e integral dos estudantes

Ofertas e ações educacionais voltadas aos arranjos produtivos e sociais

Alta qualidade de ensino oferecida em todos os níveis educacionais, desde o ensino técnico de nível médio até a pós-graduação

Cursos de graduação bem avaliados pelo MEC

Alta eficiência acadêmica dos cursos técnicos

Diversidade na oferta de cursos de Pós-graduação

Oferta de bolsas institucionais para alunos da Pós-graduação

Participação no Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) da Capes

Programa de Facilitadores de Aprendizagem

Contratação de profissionais de Atendimento

Educacional Especializado (AEE) terceirizados

Programa de Monitoria

Projetos de Ensino

Programas de Iniciação Científica e de Iniciação Tecnológica

W Fraquezas



Potencial não plenamente explorado na indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão

Divulgação insuficiente dos processos seletivos para ingresso na instituição

Divulgação insuficiente das ações e programas institucionais

Não ocupação integral das vagas destinadas aos cursos de graduação

Alto índice de evasão e retenção, sobretudo nos cursos de graduação

Ausência de acompanhamento de egressos de forma sistêmica e efetiva

Inexistência de uma política institucional de formação de professores

Índice da Relação Aluno Professor (RAP) elevado

Inexistência de processos consolidados de acompanhamento pedagógico e psicológico aos discentes

Oferta insuficiente de atendimento pedagógico e psicológico aos estudantes tanto do nível médio, como superior

Ausência da representação de pais nos conselhos institucionais

Falta de regulamentações atualizadas, especialmente manual do aluno

Fragilidade no alinhamento entre a abertura e manutenção de cursos de acordo com as necessidades da mesorregião

Falta de definição de novas formas de entrada de estudantes, tendo em vista as matrículas pelo Sisu serem insuficientes para o preenchimento do total de vagas ofertadas nos cursos de graduação

Sistema de registros acadêmicos não contempla integralmente as necessidades institucionais (projetos, programas etc.)

Necessidade de capacitação dos docentes em novas práticas pedagógicas

Atraso na contratação de professores substitutos

O Oportunidades



Projeto de transformação em Universidade Tecnológica

Engajamento com egressos

Exigência de uma qualificação cada vez maior para atuação no Mundo do Trabalho

Aceleração da transição tecnológica e digital do mundo do trabalho (ex. Indústria 4.0)

Pacto social com a Agenda 2030 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS)

Transição das Matrizes Energéticas

Fortalecimento e expansão do arranjo produtivo do setor Petróleo e Gás na região de abrangência do Cefet/RJ

Ampliação das possibilidades educacionais por meio de mediação tecnológica

Estabelecimento de novas Parcerias e Convênios

Reconhecimento, pelas lideranças políticas, do papel da Rede Federal de EPCT na educação profissional do país

Participação em fóruns de pró-reitores das IFES e das instituições da Rede Federal de EPCT

Políticas públicas afirmativas

Parcerias estratégicas com outras instituições e empresas

T Ameaças



Concorrência com outras instituições de ensino público/privada

Multinacionalização da Educação Superior

Ensino EAD com preços baixos

Baixa procura por determinados cursos

Deficiência na formação básica dos ingressantes

Redução do interesse pela carreira docente, o que leva à baixa procura pelos cursos de licenciatura, apesar da carência de professores nas redes de ensino

A percepção neoliberal da educação

Mudanças nas políticas educacionais devido à alterações nas diretrizes governamentais

Adoecimento mental pós pandemia

Tentativa de desprestígio da imagem das Instituições Públicas de Ensino perante a sociedade



Elevar a qualidade da pós-graduação, aumentando seu impacto acadêmico e social

Alinhamento estratégico



ODS 4
Metas 4.3, 4.4 e 4.7



ODS 9
Meta 9.5

Objetivo estratégico 1

Meta 1

Alcançar até 2029 o IQCPG igual a 4,4

Indicador: Índice de Qualidade dos Cursos de PGSS (IQCPG)

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
4,1	4,1	4,1	3,6	3,6	3,6	4,4

Fórmula de cálculo:
$$IQCPG = \frac{1}{NC} \sum_{i=1}^7 [i \cdot nC_i]$$

NC= número total de cursos de pós-graduação stricto sensu;

nC_i = número de cursos de pós-graduação stricto sensu com conceito i;

i = conceito Capes do curso de pós-graduação stricto sensu.

Interpretação: Média ponderada dos conceitos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

Considerando a quadrienal em análise pela CAPES 2021-2024, nota-se a partir de 2026 uma queda na qualidade (de 4,1 para 3,6) em razão dos cursos (Mestrado em Energia e Sociedade e Perspectivas Contemporâneas em Ensino) em funcionamento com conceito A.

Fonte dos dados: Plataforma Sucupira - CAPES

Polaridade: Positiva (quanto maior melhor)

Formato: Numérico

Responsável: DIPPG



Consolidar e expandir a Pós-graduação do Cefet/RJ

**Objetivo
estratégico
2**

Meta 1

Elevar em 5 %, até 2029, o número de vagas ofertadas nos cursos de pós-graduação stricto sensu

Alinhamento estratégico

ODS 4
Metas 4.3, 4.4, 4.7
e 4.bODS 9
Meta 9.5**Indicador:** Índice de Vagas ofertadas nos cursos de Pós-graduação Stricto Sensu (*IVOPGSS*)

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
210	324	327	330	333	336	340

Fórmula de cálculo: $IVOPGSS = VODA + VODP + VOMA + VOMP$

VODA: número de vagas ofertadas em cursos de doutorado acadêmico

VODP: número de vagas ofertadas em cursos de doutorado profissional

VOMA: número de vagas ofertadas em cursos de mestrado acadêmico

VOMP: número de vagas ofertadas em cursos de mestrado profissional

Interpretação: O indicador mede o número vagas ofertadas nos processos seletivos da pós-graduação stricto sensu: Doutorado Acadêmico (OVDA), Doutorado Profissional (OVDP), Mestrado Acadêmico (OVMA) e Mestrado Profissional (OVMP). Esse indicador será calculado a partir da quantidade de vagas ofertadas nos editais dos processos seletivos encerrados no ano considerado. Quanto maior esse indicador, maior o número de vagas que foram ofertadas no ano considerado.**Fonte dos dados:** DEPOG/Plataforma Sucupira**Polaridade:** Positiva (quanto maior melhor)**Formato:** Numérico**Responsável:** DIPPG



Elevar em 40%, até 2029, o número de vagas ofertadas nos cursos de pós-graduação lato sensu

Meta 2

Indicador: Índice de Vagas ofertadas nos cursos de Pós-graduação Lato Sensu (*IVOPGLS*)

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
–	132	142	152	162	172	184

Fórmula de cálculo: $IVOPGLS = VOLS$

VOLS: número de vagas ofertadas em cursos de pós-graduação lato sensu

Interpretação: O indicador mede o número vagas ofertadas nos processos seletivos da pós-graduação lato sensu (OVLS). Esse indicador será calculado a partir da quantidade de vagas ofertadas nos editais dos processos seletivos encerrados no ano considerado. Quanto maior esse indicador, maior o número de vagas que foram ofertadas no ano considerado.

Fonte dos dados: DEPOG

Polaridade: Positiva (quanto maior melhor)

Formato: Numérico

Responsável: DIPPG

Meta 3

Aumentar em 10% o número de matrículas nos cursos de pós-graduação stricto sensu

Indicador: Índice de Matrículas Atendidas na Pós-graduação Stricto Sensu (*IMAPGSS*)

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
590	592	602	612	622	632	651

Fórmula de cálculo: $IMAPGSS = MADA + MADP + MAMA + MAMP$

Interpretação: O indicador mede o número total de matrículas atendidas na pós-graduação stricto sensu: Doutorado Acadêmico (*MADA*), Doutorado Profissional (*MADP*), Mestrado Acadêmico (*MAMA*) e Mestrado Profissional (*MAMP*). Esse indicador é calculado pelo total das matrículas vigentes em 31 de dezembro do ano anterior somadas com as novas matrículas efetuadas no ano corrente. Esse indicador, portanto, contempla todas as matrículas que estiveram vigentes por, no mínimo, um dia ao longo do ano corrente. Quanto maior esse indicador, maior o número de matrículas que foram atendidas pelos cursos de pós-graduação stricto sensu no ano corrente

Fonte dos dados: Plataforma Sucupira – CAPES

Polaridade: Positiva (quanto maior melhor)

Formato: Numérico

Responsável: DIPPG



Aumentar até 2029 em 30% as matrículas nos cursos de pós-graduação lato sensu

Indicador: Índice de Matrículas Atendidas na Pós-graduação lato sensu (*IMAPGLS*)

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
98	184	194	204	214	224	239

Fórmula de cálculo: *IMAPGLS* = MALS

MALS: número de matrículas atendidas em cursos de especialização

Interpretação: O indicador mede o número total de matrículas atendidas na pós-graduação lato sensu: cursos de pós-graduação lato sensu (MALS). Esse indicador é calculado pelo total das matrículas vigentes em 31 de dezembro do ano anterior somadas com as novas matrículas efetuadas no ano corrente. Esse indicador, portanto, contempla todas as matrículas que estiveram vigentes por, no mínimo, um dia ao longo do ano corrente. Quanto maior esse indicador, maior o número de matrículas que foram atendidas pelos cursos de pós-graduação lato sensu no ano corrente.

Fonte dos dados: Plataforma Sucupira - CAPES

Polaridade: Positiva (quanto maior melhor)

Formato: Numérico

Responsável: DIPPG

Meta 4

Meta 5

Até 2029 aumentar 28% o número de concluintes nos cursos de pós-graduação stricto sensu

Indicador: Índice de concluintes na Pós-graduação Stricto Sensu (*ICOPGSS*)

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
66	71	75	79	83	87	91

Fórmula de cálculo: *ICOPGSS* = CODA + CODP + COMA + COMP

CODA: número de concluintes dos cursos de doutorado acadêmico

CODP: número de concluintes dos cursos de doutorado profissional

COMA: número de concluintes dos cursos de mestrado acadêmico

COMP: número de concluintes dos cursos de mestrado profissional

Interpretação: O indicador mede o número total de concluintes na pós-graduação stricto sensu: Doutorado Acadêmico (CODA), Doutorado Profissional (CODP), Mestrado Acadêmico (COMA) e Mestrado Profissional (COMP). Quanto maior esse indicador, maior o número de concluintes no ano corrente.

Fonte dos dados: Plataforma Sucupira - CAPES

Polaridade: Positiva (quanto maior melhor)

Formato: Numérico

Responsável: DIPPG

Meta 6

Aumentar em 50 % o número de concluintes nos cursos de pós-graduação Lato Sensu

Indicador: Índice de concluintes na Pós-graduação Lato Sensu (*ICOPGLS*)

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
20	19	21	23	25	27	28

Fórmula de cálculo: *ICOPGLS* = COLS

COLS: número de concluintes dos cursos de pós-graduação lato sensu

Interpretação: O indicador vai medir o número total de concluintes na pós-graduação lato sensu: Cursos de PG Lato Sensu (COLS). Quanto maior esse indicador, maior o número de concluintes no ano corrente.

Fonte dos dados: Plataforma Sucupira - CAPES

Polaridade: Positiva (quanto maior melhor)

Formato: Numérico

Responsável: DIPPG



Pesquisa e Inovação

Objetivo estratégico 1

Fomentar a inovação institucional através do estímulo, captação, seleção e implementação de ideias

Objetivo estratégico 2

Aprimorar a qualidade e o impacto da pesquisa produzida pelo Cefet/RJ



S Forças



Financiamento institucional da Pesquisa (Apoio aos campi – APP campi e auxílio individual)

Oferta de bolsas institucionais para alunos da Pós-graduação

Políticas e regulamentações de ensino, pesquisa e extensão

Ofertas e ações educacionais voltadas aos arranjos produtivos e sociais

Participação no Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) da Capes

Projetos de Pesquisa

Programas de Iniciação Científica e de Iniciação Tecnológica

Qualidade da produção científica

Implementação de uma Política Institucional de Inovação

Laboratório Maker – IFMaker

Adesão ao Portal Integra

W Fraquezas



Potencial não plenamente explorado na indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão

Índice da Relação Aluno Professor (RAP) elevado

Excesso de burocracia nos processos internos relacionados à pesquisa

Baixa participação de servidores em projetos de pesquisa e inovação

Baixa participação dos alunos em projetos de pesquisa e inovação

Sistema de registros acadêmicos não contempla integralmente as necessidades institucionais (projetos, programas etc)

Divulgação insuficiente das ações e programas institucionais

Carência de novas políticas e ações institucionais para o fortalecimento da pesquisa e inovação em todos os níveis de ensino

O Oportunidades



Projeto de transformação em Universidade Tecnológica

Engajamento com egressos

Aceleração da transição tecnológica e digital do mundo do trabalho (ex. Indústria 4.0)

Pacto social com a Agenda 2030 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS)

Transição das Matrizes Energéticas

Fortalecimento e expansão do arranjo produtivo do setor Petróleo e Gás na região de abrangência do Cefet/RJ

Estabelecimento de novas parcerias e convênios

Editais de agências de fomento para ações de pesquisa e inovação

Participação em fóruns de pró-reitores das IFES e das instituições da Rede Federal de EPCT

Políticas públicas afirmativas

Sediar e promover eventos científicos e tecnológicos em parceria com outras instituições

Reconhecimento, pelas lideranças políticas, da importância da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico e tecnológico para a sociedade

T Ameaças



Restrições orçamentárias

Contingenciamento de recursos

Mudanças nas políticas e diretrizes governamentais

Concorrência com outras instituições de ensino em chamadas públicas de fomento

Descontinuidade de políticas, projetos e linhas de pesquisa

Falta de conscientização da sociedade sobre o conhecimento produzido nas instituições de ensino

Incapacidade de manter a competência técnico e científica – perda de cérebros



Fomentar a inovação institucional
através do estímulo, captação, seleção e
implementação de ideias

Alinhamento estratégico



ODS 9
Metas 9.5 e 9.b



ODS 17
Metas 17.6, 17.7 e
17.16

Aumentar em 50 % a quantidade de ambientes
promotores e habitats de inovação

Indicador: Número de ambientes promotores e habitats
de inovação

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
12	12	13	14	15	16	17

Fórmula de cálculo: NHI = Número de ambientes promotores e habitats de
inovação

Interpretação: Mede a quantidade de ambientes promotores e habitats
de inovação na instituição.

Fonte dos dados: SUAP – Módulo Pesquisa – Variáveis de Gestão

Polaridade: positiva (quanto maior melhor)

Formato: numérico

Responsável: CONIT/DIPPG

Objetivo estratégico 1

Meta 2

Aumentar em 75 % a quantidade de ativos de
propriedade intelectual produzidos pela instituição

Indicador: Número de ativos de propriedade intelectual

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
1	4	5	6	7	8	9

Fórmula de cálculo: "TPTPI = PA + M + DI+C+TC+PC+OGM

PA = Patente de invenção (PI) e de Modelo de Utilidade (PMU);

M = Marca;

DI = Desenho Industrial;

TC = Topografia de Circuitos Integrados;

PC = Programa de computador;

OGM = Organismos geneticamente modificados;

C = Cultivar."

Interpretação: Mede a quantidade de ativos de Propriedade Intelectual (PI) produzi-
dos pela instituição. Ativos de PI garantem o uso exclusivo da criação, oferecem se-
gurança jurídica para evitar a concorrência desleal e abrem caminho para o retorno
do investimento em inovação.

Fonte dos dados: SUAP/Pesquisa/CNPQ/Indicadores/Patentes e registros e CONIT

Polaridade: positiva (quanto maior melhor)

Formato: numérico

Responsável: CONIT/DIPPG

Meta 1

Meta 3

Aumentar em 100 % a quantidade de Acordos ou
Instrumentos Congêneres de PD&I

Indicador: Número de Acordos ou Instrumentos Congêneres de PD&I

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
9	12	14	17	20	23	26

Fórmula de cálculo: NAPDI = Número de Acordos ou Instrumentos Congêneres de PD&I

Interpretação: Mede a quantidade de acordos ou instrumentos congêneres de PD&I
ativos na instituição no ano de referência.

Fonte dos dados: CONIT

Polaridade: positiva (quanto maior melhor)

Formato: numérico

Responsável: CONIT/DIPPG



Aprimorar a qualidade e o impacto da pesquisa produzida pelo Cefet/RJ

Alinhamento estratégico



ODS 4
Metas 4.b e 4.c



ODS 9
Metas 9.5 e 9.b

Objetivo estratégico 2

Meta 1

Aumentar em 5% ao ano o índice de produção bibliográfica, técnica e artística da instituição

Indicador: Índice da produção bibliográfica, técnica e artística da instituição

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
1407	1145	1340	1407	1477	1550	1627

Fórmula de cálculo: "IPB=NAA+NLA+NRA+NTA

Interpretação: Mede a quantidade produtos bibliográficos, técnicos e artístico produzidos pela instituição

Fonte dos dados: SUAP – Módulo Pesquisa – Variáveis de Gestão

Polaridade: positiva (quanto maior melhor)

Formato: numérico

Responsável: DIPPG

Meta 2

Elevar em 1% ao ano o impacto internacional por área de conhecimento da produção intelectual da instituição

Indicador: Impacto da produção bibliográfica do Cefet/RJ

2024	2025	2026	2027	2028	2029
0,86	0,87	0,88	0,89	0,9	0,91

Fórmula de cálculo: FWCI – Field Weighted Citation Impact (FWCI)

Interpretação: FWCI (Field-Weighted Citation Impact) é uma métrica que avalia o impacto de uma publicação científica em comparação com outros trabalhos semelhantes no mesmo campo.

Fonte dos dados: SciVal/Scopus

Polaridade: positiva (quanto maior melhor)

Formato: numérico

Responsável: DIPPG



Extensão



Objetivo estratégico 1

Fortalecer a Extensão como processo formativo e transformador, promovendo a interação entre o Cefet/RJ e a sociedade, com foco na construção coletiva de saberes e no compromisso social da instituição.

Objetivo estratégico 2

Incentivar a criação e o desenvolvimento de projetos e empreendimentos que promovam o cooperativismo, o empreendedorismo e o desenvolvimento tecnológico, social, cultural e ambiental.

Objetivo estratégico 3

Ampliar o acesso dos estudantes às oportunidades de estágio por meio da realização de eventos com as empresas conveniadas.

Objetivo estratégico 4

Fortalecer as ações da Assistência Estudantil do Cefet/RJ



S Forças



Política de Assistência Estudantil
Programa de Assistência Estudantil
Políticas e regulamentações de Extensão
Projetos de Extensão
Programa de Bolsas de Extensão
Ofertas e ações educacionais voltadas aos arranjos produtivos e sociais
Fortalecimento dos NEABIs
Incentivo ao protagonismo estudantil por meio de ações de extensão
Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão
Parcerias e convênios de estágio
Feiras de estágio e emprego

W Fraquezas



Potencial não plenamente explorado na indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão
Oferta insuficiente de alimentação para os alunos
Ausência de refeitório e oferta de alimentação escolar a todos os estudantes do nível médio
Sistema de registros acadêmicos não contempla integralmente as necessidades institucionais (projetos, programas etc)
Carência de ações de inclusão voltadas a grupos vulneráveis
Assistência estudantil focada principalmente em distribuição de bolsas
Precário número de bolsas de assistência estudantil
Necessidade de reestruturação da política de assistência estudantil
Necessidade de reestruturação da política de extensão
Divulgação insuficiente das ações e programas institucionais

O Oportunidades



Projeto de transformação em Universidade Tecnológica
Pacto social com a Agenda 2030 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS)
Transição das Matrizes Energéticas
Ampliação das possibilidades educacionais por meio de mediação tecnológica
Estabelecimento de novas Parcerias e Convênios
Participação em fóruns de pró-reitores das IFES e das instituições da Rede Federal de EPCT
Editais de agências de fomento para organização de eventos e para a extensão
Sediar e promover eventos acadêmicos, científicos e culturais em parceria com outras instituições
Diretrizes governamentais, como a curricularização da extensão

T Ameaças



Falta de conscientização da sociedade sobre o conhecimento produzido e as ações realizadas nas instituições de ensino
Restrições orçamentárias
Contingenciamento de recursos
Mudanças nas políticas e diretrizes governamentais



Fortalecer a Extensão como processo formativo e transformador, promovendo a interação entre o Cefet/RJ e a sociedade, com foco na construção coletiva de saberes e no compromisso social da instituição.

Objetivo estratégico 1

Meta 1

Aumentar a interação e a participação da sociedade por meio dos projetos e ações de extensão

Alinhamento estratégico



ODS 4
Metas 4.4 e 4.7



ODS 10
Metas 10.2



ODS 17
Meta 17.17

Indicador: Número de certificados emitidos aos participantes dos projetos e ações de extensão

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	11092	11647	12229	12840	13482	14157

Fórmula de cálculo: Somatório de certificados emitidos aos participantes dos projetos e ações de extensão no ano

Interpretação: “Este indicador mede o número de certificados emitidos aos participantes dos projetos e ações de extensão. Ações de Extensão são as atividades de extensão (Atividade Artístico-Cultural: Curso; Evento; Exibição de Filmes; Exposição; Mesa-redonda; Mostra de Pôster; Oficina; Palestra; Seminário; Visita Técnica e/ou Cultural, vinculada a programa ou projetos de extensão cadastrados e aprovados no DEAC), assim como Projetos e Programas de Extensão. Segundo Resolução CEPE nº 21/2016 que Normatiza a Extensão no Cefet/RJ: Projeto: ação formalizada, com objetivo específico e prazo determinado (mínimo de 6 meses), visando a resultado de mútuo interesse, para a sociedade e para a comunidade acadêmica

Fonte dos dados: Esses numeros estão cadastrados em Planilhas consolidadas no DEAC.

Polaridade: positiva (quanto maior melhor)

Formato: numérico

Responsável: DEAC

Ampliar o número de projetos de extensão

Indicador: Quantidade de projetos de extensão

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	321	337	354	372	390	410

Fórmula de cálculo: Somatório de projetos de extensão realizados no ano

Interpretação: Este indicador mede o aumento no número de projetos de extensão realizados. Segundo Resolução CEPE nº 21/2016 que normatiza a extensão no Cefet/RJ: Projeto: ação formalizada, com objetivo específico e prazo determinado, visando a resultado de mútuo interesse, para a sociedade e para a comunidade acadêmica

Fonte dos dados: Esses números estão cadastrados em planilhas consolidadas no DEAC.

Polaridade: positiva (quanto maior melhor)

Formato: numérico

Responsável: DEAC

Meta 2

Meta 3

Aumentar a interação e a participação da sociedade por meio dos projetos e ações de extensão

Indicador: Quantidade de servidores na elaboração, organização, execução e avaliação das ações de extensão

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	418	423	428	433	438	443

Fórmula de cálculo: Somatório de servidores envolvidos na elaboração, organização, execução e avaliação das ações de extensão realizadas no ano.

Interpretação: Este indicador mede servidores envolvidos na elaboração, organização, execução e avaliação das ações de extensão. Ações de Extensão são as atividades de extensão (Atividade Artístico-Cultural; Curso; Evento; Exibição de Filmes; Exposição; Mesa-redonda; Mostra de Pôster; Oficina; Palestra; Seminário; Visita Técnica e/ou Cultural, vinculada a programa ou projetos de extensão cadastrados e aprovados no DEAC), assim como Projetos e Programas de Extensão.

Fonte dos dados: Esses números estão cadastrados em Planilhas consolidadas no DEAC.

Polaridade: positiva (quanto maior melhor)

Formato: numérico

Responsável: DEAC

Meta 4

Incentivar a participação dos estudantes protagonistas nos projetos e ações de extensão

Indicador: Quantidade de estudantes protagonistas na extensão

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	1179	1184	1189	1194	1199	1204

Fórmula de cálculo: Somatório de estudantes protagonistas nos projetos e ações de extensão realizados no ano.

Interpretação: Este indicador mede a quantidade de estudante protagonista nos projetos e ações de extensão. No Protagonismo Estudantil o estudante participa ativamente, liderando, contribuindo com ideias e assumindo responsabilidades, sendo um agente central no sucesso das ações. No caso de Projetos e Programas, são os bolsistas e alunos voluntários.

Fonte dos dados: Esses números estão cadastrados em planilhas consolidadas no DEAC.

Polaridade: positiva (quanto maior melhor)

Formato: numérico

Responsável: DEAC



Incentivar a criação e o desenvolvimento de projetos e empreendimentos que promovam o cooperativismo, o empreendedorismo e o desenvolvimento tecnológico, social, cultural e ambiental.

Objetivo estratégico 2

Meta 1

Alinhamento estratégico



“ODS 8
Meta 8.3



ODS 10
Meta 10.2



ODS 11
Meta 11.4

Apoiar empreendimentos através das incubadoras do Cefet/RJ

Indicador 1: Quantidade de empreendimentos pré-incubados e incubados (Ietec)

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	0	3	4	5	6	7

Fórmula de cálculo: Somatório de empreendimentos pré-incubados e incubados na Ietec

Interpretação: Este indicador mede a quantidade de empreendimentos apoiados pela IETEC / A Resolução CEPE N° 4/2023 define empreendimento pré-incubado como aquele que está ainda em fase de concepção ou validação da ideia de negócio e empreendimento incubado é aquele que já está formalmente constituída admitidas nos editais da Rede de Incubadoras.

Fonte dos dados: Sistema Macropus

Polaridade: positiva (quanto maior melhor)

Formato: numérico

Responsável: Ietec

Indicador 2: Quantidade de empreendimentos econômicos solidários pré-incubados e incubados (Itess)

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	0	1	2	2	3	3

Fórmula de cálculo: Somatório de empreendimentos econômicos solidários pré-incubados e incubados na Itess.

Interpretação: Este indicador mede a quantidade de empreendimentos apoiados por ano pela ITES, considerando que os editais são anuais e os empreendimentos bienais. Dessa forma o empreendimento que atinge a sua maturidade é substituído por um novo/ A resolução CEPE N° 7/2014 define empreendimento econômico solidário pré-incubado como aquele que não detém condição suficiente para o início imediato da ação, seja sob o aspecto legal ou da gestão e empreendimento econômico solidário incubado como aquele que já está em funcionamento ou em estágio avançado de estruturação e visa o fortalecimento da autogestão, qualificação dos processos produtivos e acesso a mercados.

Fonte dos dados: Planilhas

Polaridade: positiva (quanto maior melhor)

Formato: numérico

Responsável: Itess



Ampliar o acesso dos estudantes às oportunidades de estágio por meio da realização de eventos com as empresas conveniadas.

Alinhamento estratégico



“ODS 4
Meta 4.4



ODS 8
Metas 8.3 e 8.5



ODS 10
Meta 10.2

Objetivo estratégico 3

Meta 1

Organizar e realizar eventos, com vistas à preparação dos estudantes para o ingresso no mercado de trabalho

Indicador: Quantidade de atividades realizadas

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	5	5	6	7	8	9

Fórmula de cálculo: Somatório de eventos realizados

Interpretação: Este indicador mede a quantidade de palestras e workshops realizados por ano com as empresas visando a preparação dos estudantes para o mercado de trabalho

Fonte dos dados: Planilhas

Polaridade: positiva (quanto maior melhor)

Formato: numérico

Responsável: Diemp



Fortalecer as ações da Assistência Estudantil do Cefet/RJ

Alinhamento estratégico

ODS 2
Meta 2.1ODS 4
Meta 4.5ODS 10
Meta 10.2Objetivo
estratégico
4

Meta 1

Aumentar as ações prioritárias de assistência estudantil em
alimentação**Indicador:** Quantidade de estudantes contemplados com alimentação

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	1250	1288	1327	1366	1407	1450

Fórmula de cálculo: Somatório de estudantes contemplados com alimentação**Interpretação:** Este indicador mede o número de estudantes considerados classificados e em fila de espera no resultado final de primeiro e de segundo semestre do Programa de Assistência Estudantil (PAE) dos *campi* que ofertam refeições**Fonte dos dados:** Listagem dos resultados finais de primeiro e segundo semestre do Programa de Assistência Estudantil (PAE)**Polaridade:** positiva (quanto maior melhor)**Formato:** numérico**Responsável:** CAE



Administração e planejamento



Objetivo estratégico 1

Maximizar a eficiência na gestão do orçamento
discrecional do Cefet/RJ

Objetivo estratégico 2

Otimizar o Plano Anual de Contratações (PCA)



S Forças

Ações sistematizadas de captação de recursos extraorçamentários

W Fraquezas

Falta de Manuais e procedimentos
Limitações orçamentárias
Falta de sistema para gerenciamento de bens

O Oportunidades

Parcerias estratégicas: Colaborações com outras instituições e empresas podem abrir novas oportunidades para eventos e projetos conjuntos.
Outras fontes de orçamento (emendas parlamentares, TED, outros)
Canais de diálogo permanentemente abertos para articulação com as lideranças de abrangência dos campi
Emendas parlamentares
Recursos de investimento com o MEC

T Ameaças

Restrições orçamentárias
Contingenciamento de recursos
Alteração no cronograma regular de aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA)
Não padronização de procedimentos administrativos
Redução do orçamento destinado à educação



Maximizar a eficiência na gestão do
orçamento discricionário do Cefet/RJ

Objetivo estratégico 1

Meta

Maximizar o aproveitamento dos recursos
orçamentários discricionários recebidos pelo Cefet/RJ
via Lei Orçamentária Anual (LOA)

Indicador: Percentual de empenho dos recursos
discricionários em relação ao total disponibilizado no
exercício.

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
99,9%	99,9%	100%	100%	100%	100%	100%

Fórmula de cálculo: (Total de recursos discricionários empenhados no
ano / Total de recursos discricionários disponibilizados no ano)*100

Interpretação: Mede o grau de aproveitamento dos recursos discricio-
nários autorizados pelo Governo Federal para o exercício, indicando a
capacidade da instituição de programar, planejar e executar suas ações
dentro do limite orçamentário disponibilizado. Um percentual elevado,
próximo de 100%, é desejável, pois demonstra alinhamento entre pla-
nejamento e execução. Por outro lado, valores significativamente in-
feriores a 90% podem sinalizar falhas no planejamento, dificuldades
operacionais ou entraves externos que comprometam o uso pleno dos
recursos. Por fim, com relação à construção do indicador, é importante
registrar que a eficiência na gestão orçamentária está mais relacionada
às chamadas despesas discricionárias, pois sua aplicação depende do
planejamento e da capacidade de execução da instituição, sendo defini-
das conforme suas necessidades e prioridades, como a contratação de
serviços, compra de materiais e equipamentos ou realização de obras,
sempre dentro do que o orçamento permite. As despesas obrigatórias
estão associadas a compromissos fixos, como folha de pagamento e en-
cargos, e sua execução não depende de escolha da gestão.

Fonte dos dados: Sistema integrado de Administração Financeira do
Governo Federal / Tesouro Gerencial

Polaridade: Positiva

Formato: Percentual

Responsável: Diretoria de Administração e Planejamento (DIRAP)/
Departamento de Gestão Orçamentária (DGORC)

Alinhamento estratégico



ODS 12
Meta 12.7



ODS 16
Metas 16.6 e 16.7

Otimizar o Plano Anual de Contratações
(PCA)Objetivo
estratégico
2

Meta

Garantir que as demandas indicadas no Plano Anual de Contratações (PCA) do Cefet/RJ reflitam ao máximo a totalidade das reais necessidades da instituição, minimizando a inclusão de demandas não previstas no plano elaborado

Indicador: Percentual de DFDs aprovadas cuja inclusão no PCA se deu dentro do prazo de elaboração do plano

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	94%	90%	90%	90%	90%	90%

Fórmula de cálculo: (Quantidade de documentos de formalização da demanda (DFDs) incluídas dentro do prazo no PCA elaborado/ Total de DFDs aprovadas para execução no ano)*100

Interpretação: Este indicador mede o grau de aderência entre as demandas executadas e aquelas previamente previstas no Plano Anual de Contratações (PCA), refletindo a qualidade do planejamento institucional. O PCA é um instrumento de planejamento e governança que consolida, com antecedência, todas as contratações que o órgão pretende realizar no exercício seguinte, incluindo bens, serviços, obras, serviços de engenharia e soluções de tecnologia da informação e comunicação (TIC). Para tanto, considera-se o Documento de Formalização da Demanda (DFD), que é o registro por meio do qual as unidades requisitantes identificam e justificam suas necessidades de contratação. Quanto maior o percentual de DFDs incluídos dentro do prazo de elaboração do PCA, isto é, no ano anterior, maior a capacidade da instituição de antecipar suas demandas, promovendo uma gestão mais eficiente, coordenada e alinhada aos princípios da administração pública.

Fonte dos dados: Portal de Compras do Governo Federal

Polaridade: Positiva

Formato: Percentual

Responsável: Diretoria de Administração e Planejamento (DIRAP)/
Departamento de Compras e Contratações (DECOM)

Alinhamento estratégico



ODS 12
Meta 12.7



ODS 16
Meta 16.6



Governança



Objetivo estratégico 1

Estruturar e implementar um plano de continuidade de negócios institucional, garantindo a manutenção das atividades acadêmicas e administrativas essenciais em situações de crise ou interrupção

Objetivo estratégico 2

Mapear os processos institucionais, promovendo maior eficiência, transparência e suporte à gestão estratégica da instituição

Objetivo estratégico 3

Promover uma cultura institucional de integridade, ética e transparência, assegurando a conformidade com normas e a prevenção de irregularidades nas práticas acadêmicas e administrativas

Objetivo estratégico 4

Impulsionar o desenvolvimento do Cefet/RJ através da realização de ações estruturadas e planejadas que visam alcançar objetivos estratégicos específicos



S Forças



Existência e acompanhamento de objetivos, indicadores e metas institucionais

Gerenciamento de riscos estratégicos e de integridade

Plano de Integridade atualizado

Estrutura de Integridade consolidada (Ouvidoria, Corregedoria, Autoridade de Monitoramento da LAI, Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, Comissão de Ética)

Ações de conscientização para o combate ao assédio sexual e moral

Reestruturação de Comitês e Conselhos com ampla participação

Procedimentos de avaliação institucional consolidados

Conclusão do Plano de Transformação Digital

Implantação do Programa de Gestão e Desempenho

Bons indicadores de transparência

Incentivo à capacitação em LGPD (obrigatória para participantes do PGD)

Boa comunicação da Diretoria de Gestão Estratégica com as demais áreas administrativas da instituição

Bons indicadores da Auditoria Interna (IESGo)

W Fraquezas



Despadronização de procedimentos administrativos

Ausência de documentos institucionais reguladores das funções dos setores (regimento interno defasado)

Mapeamento de processos institucionais desatualizado

Ausência de plano/processo de sucessão de cargos

Ausência de critérios bem definidos para a ocupação de cargos de gestão

Necessidade de fortalecer a gestão do conhecimento

Regulamentos internos defasados

Necessidade de estabelecimento de uma política consistente e continuada contra o assédio

Falta de engajamento das equipes para a conclusão das metas previstas

Desconhecimento do papel dos setores ligados à estrutura de Integridade da instituição

Deficiência na comunicação dos serviços e resultados institucionais

Deficiência nos processos de planejamento institucional (em todas as áreas)

O Oportunidades



Sistemas públicos informatizados e programas de governo de gestão e inovação dos serviços públicos

Recomendações de aprimoramento da governança e da integridade por parte dos órgãos de controle

Adesão ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção

Interação com outros órgãos como MGI, CGU, MEC etc.

Participação em fóruns de pró-reitores das instituições da Rede Federal de EPCT

Parcerias estratégicas com outras instituições

Oferta de capacitação de servidores por entidades pública

T Ameaças



Mudanças constantes na legislação que afetam os processos e procedimentos internos

Imagem negativa do serviço público no Brasil

Tentativa de desprestígio da imagem das Instituições Públicas de Ensino perante a sociedade

Perda de servidores para outros órgãos (requisição e novos concursos)



Estruturar e implementar um plano de continuidade de negócios institucional, garantindo a manutenção das atividades acadêmicas e administrativas essenciais em situações de crise ou interrupção

Alinhamento estratégico



ODS 16
Metas 16.6 e 16.7

Objetivo estratégico 1

Meta

Elaborar um plano de continuidade de negócios institucional

Indicador: Plano de Continuidade de Negócios elaborado

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	-	1	-	-	-	-

Fórmula de cálculo: Quantidade de plano de continuidade de negócios elaborado

Interpretação: Um plano de continuidade de negócios (PCN) é um documento que descreve como uma empresa pode manter ou retomar suas operações essenciais após uma interrupção inesperada. O objetivo principal é minimizar o impacto de tais eventos, garantindo que as atividades críticas possam continuar, mesmo em condições adversas.

Fonte dos dados: DIGES

Polaridade: Positiva

Formato: Numérico

Responsável: Diretorias sistêmicas e DIREG



Mapear os processos institucionais, promovendo maior eficiência, transparência e suporte à gestão estratégica da instituição

Alinhamento estratégico



ODS 16
Metas 16.6 e 16.7

Objetivo estratégico 2

Meta

Mapear os processos institucionais cadastrados no SUAP

Indicador: Quantidade de campi com processos cadastrados no SUAP mapeados

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	-	-	2	4	6	8

Fórmula de cálculo: Somatório de campi com todos os processos cadastrados no SUAP mapeados.

Interpretação: Mede a quantidade de campi com todos os processos cadastrados no SUAP mapeados.

Fonte dos dados: DIGES

Polaridade: Positiva (quanto maior melhor)

Formato: Numérico

Responsável: Diretorias Sistêmicas e DIREG



Promover uma cultura institucional de integridade, ética e transparência, assegurando a conformidade com normas e a prevenção de irregularidades nas práticas acadêmicas e administrativas

Alinhamento estratégico



ODS 16
Metas 16.5, 16.6,
16.7 e 16.10

Objetivo
estratégico
3

Meta

Revisar e atualizar o Plano de integridade institucional

Indicador: Plano de integridade elaborado

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	-	1	-	-	-	-

Fórmula de cálculo: Quantidade de Plano de Integridade elaborado

Interpretação: Um plano de integridade é um documento estratégico que detalha as medidas implementadas por uma organização para prevenir, detectar e corrigir práticas de corrupção, fraudes e outras irregularidades, promovendo uma cultura de ética e conformidade. Ele define ações específicas para lidar com riscos identificados, visando aumentar a transparência, a eficiência na gestão de recursos e o respeito aos valores éticos.

Fonte dos dados: DIGES

Polaridade: Positiva

Formato: Numérico

Responsável: DIREG e Comitê de Integridade



Impulsionar o desenvolvimento do Cefet/RJ através da realização de ações estruturadas e planejadas que visam alcançar objetivos estratégicos específicos

Objetivo estratégico 4

Meta

Estruturar projetos estratégicos para os objetivos do PDI 2025-2029

Alinhamento estratégico



ODS 16
Metas 16.6 e 16.7

Indicador: Percentual de objetivos estratégicos do PDI atendidos pelos projetos estratégicos

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	-	-	100%	-	-	-

Fórmula de cálculo: (Total de objetivos estratégicos do PDI vinculados aos projetos estratégicos / Total de objetivos estratégicos do PDI) * 100

Interpretação: Os projetos estratégicos serão estruturados seguindo a IN do Ministério da Economia nº 24, de 18 de março de 2020.

Fonte dos dados: DIGES

Polaridade: Positiva (quanto maior melhor)

Formato: Percentual

Responsável: Diretorias Sistêmicas e DIREG



Pessoas

Objetivo estratégico 1

Melhorar o índice do Cefet/RJ “Governança, gestão e sustentabilidade” do questionário iESGo encaminhado pelo TCU

Objetivo estratégico 2

Realizar uma gestão eficiente dos assentamentos funcionais dos servidores, agilizando o acesso às informações, subsidiando a tomada de decisão e resguardando também os direitos e os deveres do Cefet/RJ e de seus agentes.

Objetivo estratégico 3

Melhorar a Comunicação e a Transparência do Departamento de Gestão de Pessoas (DGP) com a comunidade interna e externa

Objetivo estratégico 4

Contribuir para a promoção da saúde dos trabalhadores no Cefet/RJ, por meio de ações voltadas para a prevenção de riscos e para a diminuição da nocumente nas situações de trabalho, vinculada à organização, às condições e às relações de trabalho, através do acompanhamento multiprofissional dos processos de saúde/doença no trabalho

Objetivo estratégico 5

Fortalecer a qualificação e formação continuada dos servidores através de ações de desenvolvimento alinhadas aos objetivos institucionais



S

Forças



Política de capacitação consistente

Qualificação do quadro pessoal

Contratação de profissionais de atendimento Educacional Especializado (AEE) terceirizados

Mulheres em cargo de gestão

Implantação do Programa de Gestão e Desempenho

Incentivo à qualificação dos servidores

Ações de conscientização para o combate ao assédio sexual e moral

W

Fraquezas



Número insuficiente de servidores

Fragilidades no alinhamento da formação continuada dos servidores no atendimento a demandas institucionais específicas

Necessidade de capacitação dos docentes em novas práticas pedagógicas

Deficiência no número de ações promotoras de qualidade de vida no trabalho

Ausência de documentos institucionais reguladores das funções dos setores (regimento interno defasado)

Atraso na contratação de professores substitutos

Má distribuição de códigos de vagas para alguns cargos

Não existência de indicadores internos com o objetivo de avaliar e otimizar a gestão institucional

Ausência de critérios bem definidos para a ocupação de cargos de gestão

Não há definição do quantitativo necessário de pessoal por unidade organizacional ou por processo de trabalho

Ausência de critérios para movimentação interna de pessoal (alocação de servidores sem considerar as competências e habilidades)

Infraestrutura física e de pessoal insuficiente para atender as pessoas com necessidades específicas

O

Oportunidades



Projeto de Transformação em Universidade Tecnológica

Digitalização dos serviços

Unificação dos serviços com o Gov.br

Oportunidades (banco de talentos no SouGov)

Programa de Gestão e Desempenho

Oferta de capacitação de servidores por entidades pública

Recomendações de aprimoramento da Gestão de pessoas por parte dos órgãos de controle

Incentivo ao combate ao assédio sexual e moral por parte dos órgãos de controle

T

Ameaças



Falta de previsibilidade na distribuição de novos códigos de vagas

Não reposição de código de vagas de carreiras em extinção

Não reposição de código de vagas da carreira do magistério superior

Perda de servidores para outros órgãos (requisição e novos concursos)

Ausência de normativos internos para cessão de servidores

Adoecimento mental pós pandemia



Melhorar o índice do Cefet/RJ “Governança, gestão e sustentabilidade” do questionário iESGo encaminhado pelo TCU

Objetivo estratégico 1

Meta

Elaborar um Plano de Gestão de Pessoas

Indicador: Plano de Gestão de Pessoas publicado

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	-	-	-	1	-	-

Fórmula de cálculo: Plano de Gestão de Pessoas elaborado e publicado

Interpretação: Esta meta diz respeito à publicação do Plano de Gestão de Pessoas, que visa extruturar a atuação da área de pessoal por eixos estratégico

Fonte dos dados: Plano de Gestão de Pessoas publicado na página do DGP

Polaridade: Positiva

Formato: Numérico

Responsável: DGP

Alinhamento estratégico



ODS 16
Metas 16.6, 16.7
e 16.10



Realizar uma gestão eficiente dos assentamentos funcionais dos servidores, agilizando o acesso às informações, subsidiando a tomada de decisão e resguardando também os direitos e os deveres do Cefet/RJ e de seus agentes.

Objetivo estratégico 2

Meta

Digitalizar os Assentamentos Funcionais dos servidores

Indicador: Assentamento Funcional físico digitalizado

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	25%	30%	45%	60%	75%	90%

Fórmula de cálculo: Percentual de digitalização dos Assentamentos funcionais = nº de assentamentos funcionais físicos digitalizados / nº de assentamentos funcionais físicos

Interpretação: Este indicador visa atender a Portaria do nº 09, de 01 de agosto de 2018, que estabelece as normas e orientações dos procedimentos a serem adotados para a digitalização das pastas funcionais dos servidores.

Referencia relatório de gestão 2024

Ativos: 1438

Aposentados: 750

Acervos digitalizados: 576

Total: 2178-576= 1.602

Fonte dos dados: Planilha de controle interna

Polaridade: Positiva

Formato: Percentual

Responsável: DATGP

Alinhamento estratégico



ODS 16
Metas 16.6, 16.7
e 16.10



Melhorar a Comunicação e a Transparência do Departamento de Gestão de Pessoas (DGP) com a comunidade interna e externa

Alinhamento estratégico



ODS 16
Metas 16.6 e
16.10

Objetivo estratégico 3

Meta

Implantar o Boletim de Gestão de Pessoas com publicações trimestrais

Indicador: Boletim de Gestão de Pessoas publicado trimestralmente

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	-	4	4	4	4	4

Fórmula de cálculo: Somatório do número de Boletins de Gestão de Pessoas publicados e enviados via e-mail institucional

Interpretação: Este indicador diz respeito ao número de boletins de gestão de pessoas publicados por ano e enviados via e-mail institucional a todos os servidores ativos

Fonte dos dados: Planilha de controle interna

Polaridade: Positiva

Formato: Numérico

Responsável: DATGP



Contribuir para a promoção da saúde dos trabalhadores no Cefet/RJ, por meio de ações voltadas para a prevenção de riscos e para a diminuição da nocividade nas situações de trabalho, vinculada à organização, às condições e às relações de trabalho, através do acompanhamento multiprofissional dos processos de saúde/doença no trabalho

Alinhamento estratégico



ODS 3
Metas 3.4 e 3.5



ODS 8
Meta 8.8

Objetivo estratégico 4

Meta 1

Informar aos trabalhadores sobre os riscos de saúde e segurança inerentes aos ambientes de trabalho e propor melhorias

Indicador: Número de manuais, cartilhas, relatórios ou outros documentos elaborados e divulgados

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	-	2	2	2	2	2

Fórmula de cálculo: Somatório de manuais, cartilhas, relatórios ou outros documentos informativos elaborados e divulgados para os servidores ativos

Interpretação: Os documentos informativos elaborados serão divulgados ao e-mail institucional dos servidores ativos da instituição via canal DGP informa

Fonte dos dados: Planilha de controle interna

Polaridade: Positiva

Formato: Numérico

Responsável: DASPE

Meta 2

Promover ações voltadas à saúde e segurança do trabalhador

Indicador: Número de ações voltadas à saúde e segurança do trabalhador realizadas

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	-	7	7	7	7	7

Fórmula de cálculo: Somatório de ações voltadas à saúde e segurança do trabalhador realizadas por ano

Interpretação: Este indicador diz respeito ao número de ações educativas sobre saúde e bem-estar dos trabalhadores: treinamentos, palestras ou outras ações voltadas à segurança dos trabalhadores; materiais educativos elaborados e divulgados via e-mail institucional; e ações vinculadas ao Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PVQT). Estas ações devem englobar os servidores de todos os campi do Cefet/RJ

Fonte dos dados: Planilha de controle interna

Polaridade: Positiva

Formato: Numérico

Responsável: DASPE

Aprovar a Política de Qualidade de Vida no Trabalho

Indicador: Política de Qualidade de Vida no Trabalho aprovada pelo CODIR

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	-		-	-	-	-

Fórmula de cálculo: Quantidade de Política de Qualidade de Vida no Trabalho do Cefet/RJ aprovada

Interpretação: A Política de Qualidade de Vida no Trabalho estabelece os parâmetros normativos e institucionais que alie a compatibilidade entre o bem-estar dos trabalhadores da instituição, envolvendo o conjunto de servidores/as, terceirizados/as, estagiários/a, ao cumprimento da missão, visão e valores institucionais

Fonte dos dados: Política de Qualidade de Vida no Trabalho publicada na página institucional do DGP

Polaridade: Positiva

Formato: Numérico

Responsável: DASPE

Meta 3

Meta 4

Aprovar e implementar o plano de execução da Política de Qualidade de Vida no Trabalho

Indicador: Plano de execução da Política de Qualidade de Vida no Trabalho aprovado

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	-	-		-	-	-

Fórmula de cálculo: Número de Plano de execução da Política de Qualidade de Vida no Trabalho aprovado

Interpretação: O Plano tem por objetivo definir as ações que serão executadas para atendimento da Política de Qualidade de Vida no Trabalho aprovada anteriormente

Fonte dos dados: Plano de execução da Política de Qualidade de Vida no Trabalho publicado na página institucional do DGP

Polaridade: Positiva

Formato: Percentual

Responsável: DASPE



Fortalecer a qualificação e formação continuada dos servidores através de ações de desenvolvimento alinhadas aos objetivos institucionais

Alinhamento estratégico



ODS 4
Meta 4.c



ODS 16
Meta 16.6

Objetivo estratégico 5

Meta 2

Criar ações de desenvolvimento de liderança para os colaboradores que assumem funções gerenciais

Indicador: Número de ações de desenvolvimento de liderança para os colaboradores que assumem funções gerenciais criadas

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	-	-				

Fórmula de cálculo: Número de ações de desenvolvimento de liderança para os colaboradores que assumem funções gerenciais criadas

Interpretação: Para este indicador considera-se como ações de desenvolvimento institucionais, os cursos organizados pela Divisão de Capacitação e Desenvolvimento para colaboradores que assumem funções gerenciais no sistema Multicampi

Fonte dos dados: Planilha de controle interna

Polaridade: Positiva

Formato: Numérico

Responsável: DICAP

Promover ações de desenvolvimento institucionais visando a diminuição das lacunas de conhecimento

Meta 1

Indicador: Ações de desenvolvimento promovidas pela Divisão de Capacitação e Desenvolvimento

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	-	4	5	5	6	6

Fórmula de cálculo: Somatório de ações de desenvolvimento institucionais promovidas pela Divisão de Capacitação e Desenvolvimento

Interpretação: Para este indicador considera-se como ações de desenvolvimento institucionais, os cursos oferecidos pela Divisão de Capacitação e Desenvolvimento para todos os servidores do Cefet/RJ do sistema Multicampi

Fonte dos dados: Planilha de controle interna

Polaridade: Positiva

Formato: Numérico

Responsável: DICAP

Meta 3

Atualizar o Regulamento de Avaliação de Desempenho de servidores Técnico-Administrativos e o estágio probatório

Indicador: Regulamento de Avaliação de Desempenho de servidores Técnico-Administrativos e o estágio probatório atualizados

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	-	-		-	-	-

Fórmula de cálculo: Número de Regulamento de Avaliação de Desempenho e Estágio Probatório de servidores Técnico-Administrativos aprovado

Interpretação: Este indicador diz respeito a atualização do Regulamento de Avaliação de Desempenho e Estágio Probatório de servidores Técnico-Administrativos

Fonte dos dados: Regulamento de Avaliação de Desempenho e Estágio Probatório de servidores Técnico-Administrativos publicado na página institucional do DGP

Polaridade: Positiva

Formato: Numérico

Responsável: DICAP



Tecnologia da informação

Objetivo estratégico 1

Expandir a infraestrutura e conectividade de TI

Objetivo estratégico 2

Promover o alinhamento das ações das áreas de TI com os processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão

Objetivo estratégico 3

Adequar a gestão de TI às novas exigências de governança de TI.



S Forças



Infraestrutura funcional / administrativo (equipamentos e sistemas) – TI

Existência de canal oficial de demandas – sistema de chamados

Disponibilidade de videoconferência para interação com outros órgãos

Implantação de melhorias no Sistema Registro do Cefet/RJ, tais como sistema de autenticação única, certificado digital ICPEdu e disponibilização de serviços

Implantação de Sistema para tramitação de processos eletrônicos

Conclusão do Plano de Transformação Digital

Alto investimento nos serviços e infraestrutura de TIC

Implantação de sistema para gestão de concursos

Contrato com a Microsoft para e-mail institucional e outros serviços

Modernização dos serviços ofertados pela instituição (Biblioteca Virtual, diploma digital, balcão digital, serviços integrados com o Gov.br etc)

W Fraquezas



Sistema de registros acadêmicos não contempla integralmente as necessidades institucionais (projetos, programas etc)

Dificuldade de integração entre sistemas de informação

Deficiência das redes de internet cabeada e wi-fi

Deficiência na tecnologia para reprodução gráfica/impressão

Baixo Índice de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e de Segurança da Informação – iESGo

Alto nível de resistência por parte dos usuários de TIC às mudanças no planejamento, contratação e gestão de soluções de TIC

Parque tecnológico de hardware e software insuficiente ou desatualizado

Nível incipiente de maturidade da Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) do Cefet/RJ

Deficiência da infraestrutura elétrica do campus Maracanã (sede)

Dependência dos servidores físicos para funcionamento dos sistemas de informação

Deficiência na comunicação dos serviços e resultados de TIC

Carência de mecanismos mais eficientes de divulgação de informações e comunicação institucional

O Oportunidades



Unificação dos sistemas governamentais

Reconhecimento da TIC como área estratégica pela Administração Pública Federal

Recomendações de aprimoramento de TIC por parte dos órgãos de controle

Disponibilidade de diretrizes, normas, padrões e melhores práticas em Governança de TIC para órgãos públicos pela SLTI/MP

Oferta de capacitação de servidores por entidades pública

Possibilidade de cooperação com outros órgãos públicos para uso e aperfeiçoamento de soluções de TIC e compartilhamento de dados e sistemas

Possibilidade de desenvolvimento de projetos de cooperação científico-tecnológica com outros órgãos públicos

Disponibilidade de novas soluções de TIC no mercado

T Ameaças



Restrições orçamentárias

Contingenciamento de recursos

Avanço rápido da tecnologia: a rápida evolução das ferramentas de comunicação digital pode tornar algumas práticas rapidamente obsoletas

Incapacidade de manter a competência técnico – perda de cérebros

Política insuficiente de ampliação e reposição do quadro de pessoal

Ameaças à segurança da informação

Descontinuidade do fornecimento de bens ou prestação de serviços devido à opção de não renovação contratual por parte do fornecedor



Expandir a infraestrutura e conectividade de TI

Alinhamento estratégico

ODS 4
Meta 4.aODS 9
Metas 9.1 e 9.cObjetivo
estratégico
1

Meta 1

Modernizar e ampliar a cobertura de rede sem fio institucional.

Indicador: PBAW – Somatório do número de Campi onde se tem 75% das salas de aula com cobertura de rede sem fio.

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
75%	75%	1	2	4	6	8

Fórmula de cálculo: $PBAW = \sum_{i=1}^n U_i$ onde U é o número de campi e $i=1, \dots, 8$.**Interpretação:** Projeto de modernização e ampliação da cobertura de rede sem fio institucional. * Obs: Houve mudança de escopo da meta, a meta do PDI anterior abrangia apenas o Campus Maracanã e mensurava o percentual de conclusão do projeto de rede sem fio.**Fonte dos dados:** Planilha interna**Polaridade:** Positiva**Formato:** Somatório**Responsável:** DIGTI



Modernizar e ampliar a infraestrutura de data center.

Meta 2

Indicador: PCDC – Percentual de conclusão do projeto de infraestrutura de data center.

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
72,5%	72,5%	50%	100%	–	–	–

Fórmula de cálculo: $PCDC = (ne / nt) * 100$, onde ne é o número de etapas concluídas e nt é o número de total de etapas planejadas.

Interpretação: Mede o percentual de conclusão do projeto de modernização e ampliação da infraestrutura de datacenter. O data center é o núcleo onde estão concentrados servidores, sistemas e dados críticos, e sua modernização traz ganhos diretos em desempenho, segurança, eficiência e continuidade dos serviços. (Ampliar e modernizar a infraestrutura de data center, promovendo maior eficiência, escalabilidade, segurança e suporte às demandas tecnológicas atuais e futuras.) *Obs.: Houve mudança de escopo desta meta, além de mudanças tecnológicas e restrições orçamentária. Essa meta envolve as etapas de aquisição (50%) e implementação (100%) de equipamentos.

Fonte dos dados: Planilha interna

Polaridade: Positiva

Formato: Percentual

Responsável: DIGTI

Meta 3

Modernizar e ampliar o cabeamento estruturado no campus Maracanã

Indicador: PCCB – Percentual de conclusão do projeto de cabeamento estruturado.

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
35%	44,19%	50%	60%	70%	80%	90%

Fórmula de cálculo: $PCCB = (ne / nt) * 100$, onde ne é o número de espaços com cabeamento estruturado concluído e nt é o número de total de espaços planejados. Onde nt = 577.

- Bloco A (52 espaços) – 9,01 %;
- Bloco B (36 espaços) – 6,24 %;
- Bloco C (21 espaços) – 3,64 %;
- Bloco D (43 espaços) – 7,45 %;
- Bloco E (202 espaços) – 35,01 %;
- Bloco F (42 espaços) – 7,28 %;
- Bloco G (6 espaços) – 1,04 %;
- Bloco H (14 espaços) – 2,95 %;
- Bloco I (13 espaços) – 2,25 %;
- Bloco L (29 espaços) – 5,03 %;
- PAVILHÃO 1 (27 espaços) – 4,68 %;
- PAVILHÃO 2 (9 espaços) – 1,56 %;
- PAVILHÃO 3 (23 espaços) – 3,99 %;
- PAVILHÃO 4 (11 espaços) – 1,91 %;
- PAVILHÃO 5 (23 espaços) – 3,99 %;
- PAVILHÃO 6 (5 espaços) – 3,12 %;
- GERAL (5 espaços) – 0,87 %;

Interpretação: Mede o percentual de conclusão do projeto de cabeamento estruturado no campus Maracanã. Cabeamento estruturado é um sistema integrado que suporta múltiplos tipos de serviços como rede de dados, telefonia, vídeo, controle de acesso e automação, garantindo maior desempenho, confiabilidade e suporte às necessidades de conectividade atuais e futuras.

Fonte dos dados: Planilha interna

Polaridade: Positiva

Formato: Percentual

Responsável: DIGTI



Promover o alinhamento das ações das áreas de TI com os processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão

Objetivo estratégico 2

Meta 1

Prover soluções de TI para processos e comunicação.

Indicador: QSPD – Quantidade de soluções implementadas de TI para processos e comunicação

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
5	7	8	9	10	11	12

Fórmula de cálculo: $QSPD = \sum_{i=1}^n p_i$, onde n é número de soluções implementadas e i = 0,...,n; A meta é n>= 10

Interpretação: Mede a quantidade de soluções de TI implementadas para processos e comunicação. Conforme Relatório de Gestão anual 2023 e 2024, coletamos as informações de soluções implementadas (com status concluído). Portanto, foram corrigidos os valores da meta para 2025-2029 de acordo com essa nova visão: sistemas concluídos (implementados). Até 2024, foram implementados os seguintes sistemas: (i) Diploma digital, (ii) Balcão digital, (iii) TramitaGov-Processo eletrônico, (iv) Melhoria do Sistema de Gerenciamento de Concursos - SGC, (v) Monitor SETEC - Dataextractor, (vi) Implantação do SIADS e (vii) SUAP-módulo de reservas de sala.

Fonte dos dados: Planilha interna

Polaridade: Positiva

Formato: Numérico

Responsável: DIGTI

Meta 2

Ampliar o número de softwares para ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Indicador: QSWD – Quantidade de softwares adquiridos

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	-	1	2	3	4	5

Fórmula de cálculo: $QSWD = \sum_{i=1}^n n_i$, onde n é número de softwares adquiridos e i = 0,...,n; A meta é n>= 5

Interpretação: Mede a quantidade de softwares adquiridos pela instituição. Ampliar a oferta de softwares voltados ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão, promovendo o acesso a ferramentas atualizadas, o cumprimento das normas de licenciamento, o aumento da produtividade, a inovação nas práticas acadêmicas e a eficiência nos processos administrativos.

Fonte dos dados: Planilha interna

Polaridade: Positiva

Formato: Numérico

Responsável: DIGTI

Alinhamento estratégico



ODS 4
Meta 4.b



ODS 9
Metas 9.1 e 9.c

Adequar a gestão de TI às novas exigências de governança de TI.

Objetivo
estratégico
3

Meta 1

Ampliar a colaboração do Cefet/RJ para o atendimento das metas da Estratégia Federal de Governo Digital para o período de 2024 a 2027 e a Infraestrutura Nacional de Dados, conforme Decreto nº 12.198, de 24 de setembro de 2024 .

Alinhamento estratégico



ODS 9
Meta 9.c



ODS 16
Metas 16.6 e 16.10

Indicador: PAPE – Percentual de atendimento de ações propostas pela EFGD.

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
–	0%	20%	50%	100%	–	–

Fórmula de cálculo: PAPE = $\frac{ma}{mti} \times 100$, onde: ma é o número de metas alcançadas e mti é o número de metas propostas pela EFGD 2024–2027.

Interpretação: Mede o percentual de ações propostas pela EFGD atendidas pelo Cefet/RJ. A EFGD é um conjunto de diretrizes e ações que visam transformar digitalmente o governo federal brasileiro, tornando os serviços públicos mais eficientes, acessíveis e transparentes para os cidadãos. Obs.: As metas a serem alcançadas são os instrumentos do art. 6º.

Fonte dos dados: Planilha interna

Polaridade: Positiva

Formato: Percentual

Responsável: DIGTI



Fortalecer a governança da privacidade e da segurança da informação no âmbito do Cefet/RJ por meio da execução das medidas e controles estabelecidos pelo Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI).

Indicador: PCPP – Percentual de controles do PPSI atendidos pelo Cefet/RJ

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
–	–	15%	30%	40%	60%	70%

Fórmula de cálculo: PCPP = $\frac{nci}{ntc} \times 100$, onde: nci – número de controles implantados e ntc – número total de controle. Onde, ntc = 31

Interpretação: Mede o percentual de controles propostos pelo PPSI atendidos pelo Cefet/RJ. O PPSI visa fortalecer a proteção de dados pessoais e a segurança da informação nos órgãos e entidades da administração pública federal. Controles do PPSI (são 31 controles): CIS CONTROLE 1: INVENTÁRIO E CONTROLE DE ATIVOS INSTITUCIONAIS; CIS CONTROLE 2: INVENTÁRIO E CONTROLE DE ATIVOS DE SOFTWARE; CIS CONTROLE 3: PROTEÇÃO DE DADOS; CIS CONTROLE 4: CONFIGURAÇÃO SEGURA DE ATIVOS INSTITUCIONAIS E SOFTWARE; CIS CONTROLE 5: GESTÃO DE CONTAS; CIS CONTROLE 6: GESTÃO DO CONTROLE DE ACESSO; CIS CONTROLE 7: GESTÃO CONTÍNUA DE VULNERABILIDADES; CIS CONTROLE 8: GESTÃO DE REGISTROS DE AUDITORIA; CIS CONTROLE 9: PROTEÇÕES DE E-MAIL E NAVEGADOR WEB; CIS CONTROLE 10: DEFESAS CONTRA MALWARE; CIS CONTROLE 11: RECUPERAÇÃO DE DADOS; CIS CONTROLE 12: GESTÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDE; CIS CONTROLE 13: MONITORAMENTO E DEFESA DA REDE; CIS CONTROLE 14: CONSCIENTIZAÇÃO E TREINAMENTO DE COMPETÊNCIAS SOBRE SEGURANÇA; CIS CONTROLE 15: GESTÃO DE PROVEDOR DE SERVIÇOS; CIS CONTROLE 16: SEGURANÇA DE APLICAÇÕES; CIS CONTROLE 17: GESTÃO DE RESPOSTA A INCIDENTES; CIS CONTROLE 18: TESTES DE INVASÃO; CONTROLE 19: INVENTÁRIO E MAPEAMENTO; CONTROLE 20: FINALIDADE E HIPÓTESES LEGAIS; CONTROLE 21: GOVERNANÇA; CONTROLE 22: POLÍTICAS, PROCESSOS E PROCEDIMENTOS; CONTROLE 23: CONSCIENTIZAÇÃO E TREINAMENTO; PRIVACIDADE CONTROLE 24: MINIMIZAÇÃO DE DADOS; CONTROLE 25: GESTÃO DO TRATAMENTO; CONTROLE 26: ACESSO E QUALIDADE; CONTROLE 27: COMPARTILHAMENTO, TRANSFERÊNCIA E DIVULGAÇÃO; CONTROLE 28: SUPERVISÃO EM TERCEIROS; CONTROLE 29: ABERTURA, TRANSPARÊNCIA E NOTIFICAÇÃO; CONTROLE 30: AVALIAÇÃO DE IMPACTO, MONITORAMENTO E AUDITORIA; CONTROLE 31: SEGURANÇA APLICADA A PRIVACIDADE

Fonte dos dados: Planilha do PPSI.

Polaridade: Positiva

Formato: Percentual

Responsável: DIGTI

Meta 2

Meta 3

Fortalecer a governança de TI no Cefet/RJ, assegurando que as políticas, diretrizes e práticas sejam implementadas de forma eficaz para suportar as operações e o crescimento institucional

Indicador: PPAG – Percentual de Conclusão do Plano de Ação de Governança de TI.

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
–	–	Elaboração do Plano de Ação de Governança de TI	20%	50%	60%	70%

Fórmula de cálculo: PPAG = $\frac{nar}{nap} \times 100$, onde nar é o número de ações realizadas e nap é o número de número de ações propostas pelo Plano de Ação de Governança de TI do Cefet/RJ.

Interpretação: Mede o percentual de ações previstas no Plano de Ação de Governança de TI do Cefet/RJ. O Plano de Ação de Governança de TI é um documento estratégico e operacional que organiza, detalha e direciona as iniciativas necessárias para alinhar a TI aos objetivos e metas da instituição. Obs.: Essas ações estão relacionadas ao IESGO.

Fonte dos dados: Planilha interna

Polaridade: Positiva

Formato: Percentual

Responsável: DIGTI



Internacionalização



Objetivo estratégico 1

Ampliar a cooperação internacional

Objetivo estratégico 2

Consolidar a reputação do ensino no cenário internacional

Objetivo estratégico 3

Consolidar a reputação internacional da pesquisa



S Forças



Potencial para um processo de Internacionalização verticalizado envolvendo os três níveis de ensino

Apoio Institucional da administração

Renovação e capacitação de seus quadros docente e técnico-administrativo

Expansão da pesquisa e da pós-graduação

Atuação destacada em competições estudantis representando o Brasil no exterior

Histórico de Internacionalização do Cefet/RJ

Convênios com instituições internacionais

Programas de Intercâmbio estudantil

Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais

Editais para concessão de bolsas institucionais

Projetos de extensão voltados para o ensino de línguas estrangeiras

W Fraquezas



Inexistência de alojamento para receber discentes/docentes

Oferta escassa de materiais e disciplinas em outros idiomas

Pouco conhecimento, por parte da comunidade interna, dos resultados das parcerias interinstitucionais internacionais

O Oportunidades



Ações e políticas governamentais voltadas para a Internacionalização

Atuação da REARI (Rede das Assessorias Internacionais das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro)

Maior tendência de desenvolvimento de pesquisas em rede

Estabelecimento de novas Parcerias e Convênios internacionais

Acordos de Dupla Diplomação/Cotutela

T Ameaças



Cenário econômico mundial atual

Burocracia do país

Cortes Orçamentários

Restrição Orçamentária



Ampliar a cooperação internacional

Objetivo
estratégico
1

Meta

Expandir acordos de cooperação ou instrumentos
congêneres**Indicador:** Número de acordos/instrumentos
congêneres internacionais

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
29	24	25	26	28	30	32

Fórmula de cálculo: $X = A + B + C + [...] + Z$ **Interpretação:** Total de parceria firmadas com instituições de ensino sediadas no exterior (acumulado de parcerias vigentes no ano-base)**Fonte dos dados:** Banco de dados da SRI, SUAP**Polaridade:** Positiva (quanto maior, melhor)**Formato:** Numérico**Responsável:** Secretaria de Relações Internacionais / DIPPG**Indicador:** Número de países e instituições com
acordos/instrumentos congêneres formalizados com
o Cefet/RJ

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
11	14	15	16	17	17	18

Fórmula de cálculo: $X = A + B + C + [...] + Z$ **Interpretação:** Total de países estrangeiros distintos que apresentam pelo menos uma instituição com parceria firmada junto ao Cefet/RJ (acumulado de países com parcerias vigentes)**Fonte dos dados:** Banco de dados da SRI, SUAP**Polaridade:** Positiva (quanto maior, melhor)**Formato:** Numérico**Responsável:** Secretaria de Relações Internacionais / DIPPG

Alinhamento estratégico

ODS 4
Meta 4.bODS 17
Metas 17.6, 17.9 e
17.16



Consolidar a reputação do ensino no cenário internacional

Objetivo estratégico 2

Alinhamento estratégico



ODS 4
Metas 4.a e 4.c



ODS 17
Metas 17.6, 17.9 e 17.16

Meta 1

Ampliar a reputação do ensino por meio da acreditação internacional de seus cursos

Indicador: Número de cursos acreditados internacionalmente

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
2	2	2	2	2	3	4

Fórmula de cálculo: $X = A + B + C + [...] + Z$

Interpretação: Total de cursos oferecidos pelo Cefet/RJ com nível de certificação internacional para reconhecimento no exterior, válido no ano-base

Fonte dos dados: Banco de dados da SRI, SUAP

Polaridade: Positiva (quanto maior, melhor)

Formato: Numérico

Responsável: Secretaria de Relações Internacionais / DIPPG

Meta 2

Ofertar disciplinas ou cursos em segundo idioma (presencial ou de forma remota)

Indicador: Número de disciplinas ofertadas em segundo idioma

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
5	5	5	7	9	11	13

Fórmula de cálculo: $X = A + B + C + [...] + Z$

Interpretação: Quantidade de disciplinas ou cursos lecionados em língua estrangeira, no ano-base, no âmbito dos cursos oferecidos pelo Cefet/RJ

Fonte dos dados: Sistema Acadêmico (SIE), Plataforma Sucupira (Capes)

Polaridade: Positiva (quanto maior, melhor)

Formato: Numérico

Responsável: Secretaria de Relações Internacionais / DIPPG



Ofertar programas de dupla diplomação nos cursos superiores

Indicador: Número de programas de dupla diplomação

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
12	12	12	14	16	18	20

Fórmula de cálculo: $X = A + B + C + [...] + Z$

Interpretação: Total de parcerias em execução com instituições estrangeiras para fins de dupla diplomação de estudantes do Cefet/RJ e da IES parceira (acumulado de parcerias vigentes no ano-base)

Fonte dos dados: Banco de dados da SRI, SUAP

Polaridade: Positiva (quanto maior, melhor)

Formato: Numérico

Responsável: Secretaria de Relações Internacionais / DIPPG

Meta 3

Ofertar programas de cotutela

Indicador: Número de cotutelas ofertadas

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	1	1	2	4	6	8

Fórmula de cálculo: $X = A + B + C + [...] + Z$

Interpretação: Total de parcerias em execução com instituições estrangeiras para fins de cotutela de doutorandos do Cefet/RJ e da IES parceira (acumulado de parcerias vigentes no ano-base)

Fonte dos dados: Banco de dados da SRI, SUAP

Polaridade: Positiva (quanto maior, melhor)

Formato: Numérico

Responsável: Secretaria de Relações Internacionais / DIPPG

Meta 4

Meta 5

Viabilizar o aprimoramento do quadro docente e técnico privilegiando experiências e contribuições para o ensino, em nível internacional

Indicador: Número de servidores capacitados internacionalmente

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
17	16	16	18	20	23	25

Fórmula de cálculo: $X = A + B + C + [...] + Z$

Interpretação: Total de servidores dos quadros do Cefet/RJ com ações de capacitação stricto sensu no exterior no ano-base

Fonte dos dados: Banco de dados da SRI, SUAP

Polaridade: Positiva (quanto maior, melhor)

Formato: Numérico

Responsável: Secretaria de Relações Internacionais / DIPPG

Meta 6

Estimular a vinda de alunos estrangeiros para os cursos superiores

Indicador: Número de discentes estrangeiros no Cefet/RJ

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
29	27	26	29	32	35	38

Fórmula de cálculo: $X = A + B + C + [...] + Z$

Interpretação: Total de discentes provenientes de país estrangeiro com matrícula ativa, no ano-base, em curso oferecido pelo Cefet/RJ

Fonte dos dados: Banco de dados da SRI, SUAP

Polaridade: Positiva (quanto maior, melhor)

Formato: Numérico

Responsável: Secretaria de Relações Internacionais / DIPPG

Consolidar a reputação internacional da pesquisa

Alinhamento estratégico



ODS 4
Meta 4.b



ODS 17
Metas 17.6, 17.7 e 17.16

Objetivo
estratégico
3

Meta 1

Ampliar participação em redes internacionais de pesquisa de seus docentes e discentes

Indicador: Número de projetos em rede internacional

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	-	42	45	48	51	54

Fórmula de cálculo: $X = A + B + C + [...] + Z$

Interpretação: Cômputo dos projetos de pesquisa executados em parceria do Cefet/RJ com instituições ou entidades estrangeiras (acumulado de projetos em andamento no ano-base)

*Obs.: Não foi possível recolher as informações das bases de dados do CNPq e da Capes para os anos anteriores (2023 e 2024).

Fonte dos dados: Bases do CNPq e da CAPES, Integra, SUAP

Polaridade: Positiva (quanto maior, melhor)

Formato: Numérico

Responsável: Departamento de Pesquisa + Secretaria de Relações Internacionais / DIPPG



Estimular a vinda de pesquisadores visitantes estrangeiros, visando a nucleação de pesquisas mais sofisticadas

Indicador: Número de pesquisadores visitantes estrangeiros

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	3	3	4	5	6	7

Fórmula de cálculo: $X = A + B + C + [...] + Z$

Interpretação: Número de pesquisadores provenientes de instituição/entidade estrangeira recebidos no Cefet/RJ como professor/pesquisador visitante, em atividade no ano-base

Fonte dos dados: Bancos de dados da SRI e da DIPPG, SUAP e bases da CAPES/CNPq

Polaridade: Positiva (quanto maior, melhor)

Formato: Numérico

Responsável: Secretaria de Relações Internacionais / DIPPG

Meta 2

Meta 3

Promover a cooperação para coautorias em publicação e desenvolvimento de tecnologias e suas aplicações

Indicador: Número de produtos bibliográficos em coautoria internacional na base Scopus

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
73	199	144	158	175	192	210

Fórmula de cálculo: $X = A + B + C + [...] + Z$

Interpretação: Total de produtos intelectuais publicados na base Scopus, no ano-base, por autor do Cefet/RJ em parceria com pesquisador vinculado a instituição estrangeira

Fonte dos dados: Base Scopus Elsevier

Polaridade: Positiva (quanto maior, melhor)

Formato: Numérico

Responsável: Departamento de Pesquisa + Secretaria de Relações Internacionais / DIPPG

Indicador: Número de patentes de produtos técnicos/tecnológicos

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
6	1	2	3	5	6	7

Fórmula de cálculo: $X = A + B + C + [...] + Z$

Interpretação: Total de registro de patentes obtido no ano-base com autor/pesquisador vinculado ao Cefet/RJ

Fonte dos dados: Bases do INPI, CNPq e CAPES, Integra e SUAP

Polaridade: Positiva (quanto maior, melhor)

Formato: Numérico

Responsável: Departamento de Pesquisa / DIPPG



Arquivo

Objetivo estratégico 1

Garantir a unificação e padronização dos documentos arquivísticos, abrangendo desde sua produção, tramitação, uso e avaliação, possibilitando a eliminação correta e/ou seu recolhimento e preservação, assegurando o acesso à informação e documentos.



S Forças



Regulamentação interna do ARQGE e dos Arquivos dos campi

Documentos de padronização como Manual de Procedimentos de Arquivo e Protocolo e Manual de Gestão de Documentos e Arquivos do Cefet/RJ

Orientação técnica arquivística institucional fornecida pela equipe do ARQGE.

ARQGE como responsável pelo controle no cadastramento e padronização da produção documental do Cefet/RJ no SUAP

Participação do ARQGE na equipe responsável pela padronização e cadastramento de tipos de processos no sistema SUAP

Riqueza do acervo documental custodiado pelo ARQGE

Equipe técnica qualificada e proativa

Atualização constante da página do ARQGE como um canal de divulgação das normativas de gestão documental da instituição

W Fraquezas



Condições ambientais e espaço físico inadequado do ARQGE, para trabalho técnico e guarda do acervo

Obsolescência tecnológica, impactando na preservação documental de médio e longo prazo

Equipe técnica de trabalho (arquivistas) insuficiente

Necessidade de sistema que gerencie o ciclo vital dos documentos físicos e digitais, preservando o prazo de guarda dos documentos de longa duração e a memória do Cefet/RJ

Falta de espaço físico para o recebimento de documentos de diversos setores da instituição, cujo prazo de guarda corrente já expirou

Resistência na adoção de padrões arquivísticos para a gestão de documentos

Falta de uma cultura organizacional de gestão de documentos.

Ineficácia dos instrumentos de pesquisa, sobrecarregando o trabalho dos servidores do ARQGE na disponibilização dos documentos do acervo aos pesquisadores

A não efetivação dos Arquivos Descentralizados

Falta de pessoal para preservação, conservação e restauração de documentos

Falta de divulgação/conhecimento da importância da criação dos Arquivos dos *campi* (cadastrados na EORG/SIGEPE), para execução das funções aprovadas na Resolução CODIR Nº 03/2016

O Oportunidades



Desenvolvimento de sistema de gestão de documentos que seja integrado aos sistemas existentes

Digitalização do acervo documental

T Ameaças



Restrições orçamentárias

Contingenciamento de recursos

Desastres ambientais e climáticos

Perda de profissionais para outros órgãos, sobretudo para o Arquivo Nacional



Garantir a unificação e padronização dos documentos arquivísticos, abrangendo desde sua produção, tramitação, uso e avaliação, possibilitando a eliminação correta e/ou seu recolhimento e preservação, assegurando o acesso à informação e documentos.

Alinhamento estratégico



ODS 16
Metas 16.6, 16.7
e 16.10

Objetivo estratégico 1

Meta

Propor a elaboração de uma política e um programa de gestão de documentos no Cefet/RJ

Indicador: Política de Gestão de Documentos elaborada

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	-	-	-	-	-	1

Fórmula de cálculo: Quantidade de Política de Gestão de Documentos elaborada

Interpretação: Este indicador representa a quantidade de política de gestão de documentos elaborada

Fonte dos dados: Arquivo Geral

Polaridade: Positiva

Formato: Numérico

Responsável: Arquivo Geral



Biblioteca



Objetivo estratégico 1

Incentivar os estudantes para que façam mais leitura de livros disponíveis no acervo



S Forças



Boa estrutura física das bibliotecas
Biblioteca Virtual
Gerenciamento pelo sistema Sophia
Acesso ao Portal de Periódico da CAPES
Oferta de serviços online (nada consta, emissão de documentos etc.)
Boa interação e engajamento entre as equipes das bibliotecas da instituição
Ampla horário de funcionamento
Possibilidade de empréstimo entre bibliotecas do Cefet/RJ
Projetos de extensão e de incentivo à leitura

W Fraquezas



Ausência de Repositório Institucional consolidado
Infraestrutura de segurança do acervo deficitária
Ausência de um Plano de Atualização, Expansão e Conservação do Acervo do Sistema de Bibliotecas do Cefet/RJ
Necessidade de melhoria da infraestrutura de acessibilidade em algumas bibliotecas do sistema
Corpo técnico administrativo insuficiente para o horário de funcionamento

O Oportunidades



Integração em uma Rede Nacional
Maior disponibilidade de ferramentas digitais
Doações para composição do acervo

T Ameaças



Restrições orçamentárias
Contingenciamento de recursos
Diminuição do hábito da leitura

Incentivar os estudantes para que façam mais leitura de livros disponíveis no acervo

Alinhamento estratégico



ODS 4
Metas 4.6 e 4.7

Objetivo estratégico 1

Meta

Implementar ações e atividades de incentivo à leitura

Indicador: Aumentar o número de empréstimos de obras

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Biblioteca Central Maracanã						
-	6531	4%	5%	5%	6%	6%
Biblioteca Campus Angra dos Reis						
-	1887	1%	2%	3%	3%	3%
Biblioteca Campus Itaguaí						
-	1644	1%	1%	2%	3%	3%
Biblioteca Campus Maria da Graça						
-	172	1%	2%	2%	3%	4%
Biblioteca Campus Nova Friburgo						
-	2817	2%	3%	3%	4%	4%
Biblioteca Campus Nova Iguaçu						
-	2920	2%	3%	3%	4%	3%
Biblioteca Campus Petrópolis						
-	1054	5%	5%	6%	7%	7%
Biblioteca Campus Valença						
-	865	1%	2%	2%	3%	3%

Fórmula de cálculo: N (base 2024) * (1+ % do ano de referência)

Interpretação: Este indicador se refere ao aumento percentual de empréstimos em relação ao ano base 2024

Fonte dos dados: Software SophiA Gerenciador de Bibliotecas

Polaridade: Positiva (quanto maior, melhor)

Formato: Numérico

Responsável: Biblioteca Central



Prefeitura



Objetivo estratégico 1

Proporcionar infraestruturas predial e urbanística adequadas, com foco na economicidade, na sustentabilidade, na segurança e na acessibilidade

Objetivo estratégico 2

Modernizar, ampliar e renovar a frota de veículos oficiais, proporcionando maior segurança, conforto e eficiência nas atividades institucionais, assim como integrando os quesitos de acessibilidade



S Forças



Ações sistematizadas de captação de recursos extraorçamentários

Existência de prédios próprios

Implantação das usinas fotovoltaicas em todos os campi (exceto Petrópolis)

Otimização dos espaços para atividades administrativas devido à implantação do PGD

Obras de infraestrutura física

W Fraquezas



Estrutura física insuficiente para atender as demandas institucionais (salas de aula pequenas, espaços limitados para a realização de atividades extras e ausência de quadra esportiva etc)

Inexistência de um Plano Diretor de Obras

Inexistência de um Plano de utilização e ocupação de espaços físicos

Infraestrutura de acessibilidade insuficiente

Manutenção preventiva predial frágil

Carência de laboratórios

Necessidade de modernização dos laboratórios

O Oportunidades



Projeto de transformação em Universidade Tecnológica

Recursos extraorçamentários como TEDs e Emendas Parlamentares

Editais de agências de fomento para ações de pesquisa e inovação (utilização para melhoria dos laboratórios)

Estabelecimento de novas parcerias e convênios

Utilização de espaços de trabalho compartilhado com outras instituições (sala 360º)

Utilização de espaços de pesquisa compartilhado

Incorporação de novos prédios por meio de cessão/doação

T Ameaças



Restrições orçamentárias

Contingenciamento de recursos

Ingerência das empresas terceirizadas (serviços mal prestados, não cumprimento das obrigações trabalhistas etc.)

Abandono da execução serviços/ obras licitadas

Falta de segurança pública nos entornos de alguns campi

Desastres naturais (prédio localizado em área sujeita a inundações etc.)

Restrições para melhoria de infraestrutura e manutenção devido ao tombamento do prédio (Petrópolis)



Proporcionar infraestruturas predial e urbanística adequadas, com foco na economicidade, na sustentabilidade, na segurança e na acessibilidade

Alinhamento estratégico



ODS 6
Metas 6.3 e 6.4



ODS 7
Meta 7.3



ODS 11
Meta 11.7



ODS 12
Metas 12.2 e 12.7



ODS 13
Metas 13.1 e 13.3

Objetivo estratégico 1

Meta 1

Elaborar Plano de Manutenção Predial Preventiva e Corretiva – PMPPC para cada um dos campi

Indicador: Plano de Manutenção Predial Preventiva e Corretiva para cada um dos campi

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	-	-	4	6	7	8

Fórmula de cálculo: Somatório dos PMPPCs de todos os campi

Interpretação: Quantidade de PMPPCs elaborados

Fonte dos dados: PMPPCs divulgados na página da prefeitura

Polaridade: Positiva (quanto maior, melhor)

Formato: Numérico

Responsável: SEARE/Prefeitura

Meta 2

Elaborar Plano Diretor de Infraestrutura Física – PDIF para cada um dos campi

Indicador: Plano Diretor de Infraestrutura Física para cada um dos campi

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	-	-	4	6	7	8

Fórmula de cálculo: Somatório dos PDIFs de todos os campi

Interpretação: Quantidade de PDIFs elaborados

Fonte dos dados: PDIFs divulgados na página da prefeitura

Polaridade: Positiva (quanto maior, melhor)

Formato: Numérico

Responsável: SEARE/Prefeitura



Elaborar Plano Diretor de Obra – PDO para cada um dos campi

Meta 3

Indicador: Plano Diretor de Obra para cada um dos campi

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
–	–	–	4	6	7	8

Fórmula de cálculo: Somatório dos PDOs de todos os campi

Interpretação: Quantidade de PDOs elaborados

Fonte dos dados: PDOs divulgados na página da prefeitura

Polaridade: Positiva (quanto maior, melhor)

Formato: Numérico

Responsável: SEARE/Prefeitura

Meta 4

Elaborar Plano de Acessibilidade – PA para cada um dos campi

Indicador: Plano de Acessibilidade – PA para cada um dos campi

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
–	–	–	4	6	7	8

Fórmula de cálculo: Somatório dos PAs de todos os campi

Interpretação: Quantidade de PAs elaborados

Fonte dos dados: PAs divulgados na página da prefeitura

Polaridade: Positiva (quanto maior, melhor)

Formato: Numérico

Responsável: SEARE/Prefeitura



Modernizar, ampliar e renovar a frota de veículos oficiais, proporcionando maior segurança, conforto e eficiência nas atividades institucionais, assim como integrando os quesitos de acessibilidade

Alinhamento estratégico



“ODS 11
Meta 11.2



ODS 12
Metas 12.2, 12.7
e 12.c

Objetivo estratégico 2

Meta 1

Aquisição de veículo de passageiros

Indicador: Número de veículos de passageiros (ônibus, micro-ônibus, Van, etc) adquiridos

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	-	-	1	-	-	-

Fórmula de cálculo: Somatório de veículos de passageiros adquiridos

Interpretação: Quantidade de veículos de passageiros adquiridos

Fonte dos dados: Página da Prefeitura

Polaridade: Positiva (quanto maior, melhor)

Formato: Numérico

Responsável: DIAIE/Prefeitura

Meta 2

Renovação da frota de veículos de passeio

Indicador: Número de veículos de passeio adquiridos

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	-	-	1	2	3	4

Fórmula de cálculo: Somatório de veículos de passeio adquiridos

Interpretação: Quantidade de veículos de passeio adquiridos

Fonte dos dados: Página da Prefeitura

Polaridade: Positiva (quanto maior, melhor)

Formato: Numérico

Responsável: DIAIE/Prefeitura



Sustentabilidade



Objetivo estratégico 1

Consolidar a sustentabilidade ambiental na
instituição



S Forças



W Fraquezas



O Oportunidades



T Ameaças



Existência do Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS
Adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P
Ações institucionais de promoção à sustentabilidade ambiental nos *campi*
Presença de critérios sustentáveis nos processos de compras e nos editais do Cefet/RJ
Ações desenvolvidas para a redução do consumo de recursos naturais e de resíduos poluentes
Presença de usinas fotovoltaicas em todos os campi do Cefet/RJ (exceto em Petrópolis por ser um prédio tombado)
Comitê de Sustentabilidade Institucional – COSAI
Divisão de Estratégia para Sustentabilidade Ambiental Institucional – DISAI
Parcerias ambientais internas e externas
Presença da Coleta Seletiva Solidária
Presença da Sustentabilidade como um tema transversal do PDI institucional
Projetos de extensão voltados para a área da sustentabilidade

Infraestrutura física

Pacto social com a Agenda 2030 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS)
Participação no programa SELO ODS EDUCAÇÃO
Participação na Rede Brasileira de Instituições de Ensino Superior para o Desenvolvimento Sustentável – Rede UniSustentável
Participação no ranking internacional de sustentabilidade – UI GreenMetric
Legislações que instituem a obrigatoriedade do PLS nas instituições federais
Obrigatoriedade de utilização do PLS como instrumento norteador das contratações públicas
Políticas Governamentais voltadas para a temática
Realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025

Mudança de gestão
Mudanças climáticas
Dissolução de ações governamentais voltadas para o tema

Consolidar a sustentabilidade ambiental na instituição

Objetivo
estratégico
1

Meta

Alinhamento estratégico



ODS 4
Meta 4.7



ODS 5
Metas 5.5 e 5.c



ODS 6
Metas 6.3 e 6.4



ODS 7
Metas 7.2 e 7.3



ODS 10
Meta 10.2



ODS 12
Metas 12.2, 12.4 e 12.5



ODS 13
Metas 13.3



ODS 16
Metas 16.6, 16.7 e 16.b



ODS 17
Metas 17.16 e 17.17

Atender aos eixos do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS)

Indicador: Quantidade de metas atendidas em cada eixo do PLS 2024 - 2028

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	-	1	1	2	3	-

Fórmula de cálculo: NME = Número de metas atendidas em cada um dos 06 eixos do PLS 2024-2028

Interpretação: Quantidade de metas atendidas em cada um dos eixos do PLS 2024-2028. O PLS 2024-2028 pode ser acessado clicando aqui (https://www.cefet-rj.br/attachments/article/3979/PLS_8Out_merged.pdf).

Fonte dos dados: “Página de Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) <https://www.cefet-rj.br/index.php/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-pls>

Polaridade: Positiva (quanto maior, melhor)

Formato: Numérico

Responsável: Divisão de Estratégia para Sustentabilidade Ambiental Institucional (DISAI)



Direitos Humanos



Objetivo estratégico 1

Instituir e fortalecer uma Política de Direitos Humanos institucional que contemple as populações negras, quilombolas, indígenas, imigrantes, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiências, idosos e mulheres

S Forças 	W Fraquezas 	O Oportunidades 	T Ameaças 
<p>Integração a Cátedra Sérgio Vieira de Mello</p> <p>Programa de Bolsas de Extensão institucional para área de Direitos Humanos</p> <p>Política de Ações de inclusão social, com destaque para ações de assistência estudantil</p> <p>Ofertas e ações educacionais voltadas aos arranjos produtivos e sociais</p> <p>Programa de Facilitadores de Aprendizagem</p> <p>Contratação de profissionais de Atendimento</p> <p>Educacional Especializado (AEE) terceirizados</p> <p>Fortalecimento dos NEABIs</p> <p>Estudo para criação dos NUGEDs (Núcleos de Gênero e Diversidade)</p> <p>Presença do tema Direitos Humanos como um tema transversal do PDI institucional</p> <p>Plano de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação do Cefet/RJ</p>	<p>Carência de ações de inclusão voltadas a grupos vulneráveis</p> <p>Amplitude da acessibilidade</p> <p>Política de Ação Afirmativa institucional voltada apenas à lei de cotas</p> <p>Ausência de uma política consistente e continuada contra assédio</p> <p>Falta de capacitação da equipe na temática específica dos direitos humanos, das ações afirmativas e de combate à diferentes formas de discriminação e opressão</p> <p>Ausência de protocolo de acolhimento e recebimento de denúncias de racismo, assédios e outras formas de discriminação</p> <p>Ausência de comunicação entre setores no que se refere à compartilhamento de dados e ações conjuntas</p>	<p>Políticas públicas afirmativas</p> <p>Políticas da ONU: Décadas dos afrodescendentes; Direitos Humanos</p> <p>Acordos interamericanos</p>	<p>Dissolução de ações governamentais voltadas para o tema</p> <p>Mudanças de governo</p> <p>Perseguição por motivos políticos</p>



Instituir e fortalecer uma Política de Direitos Humanos institucional que contemple as populações negras, quilombolas, indígenas, imigrantes, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiências, idosos e mulheres

Objetivo estratégico 1

Meta

Aprovar a Política de Direitos Humanos até 2026

Indicador: Política de Direitos Humanos aprovada

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	-	-	1	-	-	-

Fórmula de cálculo: NME = Quantidade de Política de Ações Afirmativas do Cefet/RJ aprovada

Interpretação: Este indicador mede a existência, a implementação e o alcance das diretrizes e ações formuladas pela política institucional

Fonte dos dados: No site na aba Comitê (Comitê Interno de Educação em Direitos Humanos)

Polaridade: Positiva (quanto maior, melhor)

Formato: Numérico

Responsável: CIEDH

Alinhamento estratégico



ODS 4
Meta 4.7



ODS 5
Metas 5.1, 5.2 e 5.c



ODS 10
Metas 10.2 e 10.3



Arte e Cultura



Objetivo estratégico 1

Incentivar, valorizar e ampliar institucionalmente o espaço da produção e fruição de arte e cultura, campos consolidados de conhecimento e fundamentais para o exercício pleno da cidadania, no ambiente do Cefet/RJ, através da aprovação e consolidação da Política de Arte e Cultura

S Forças 	W Fraquezas 	O Oportunidades 	T Ameaças 
Formação humanística e integral dos estudantes Presença de “Arte e Cultura” como um tema transversal do PDI institucional Espaço da Galeria Cubo de Vidro Bandão Cefet/RJ Diversos eventos artísticos produzidos Existência do Núcleo de Arte e Cultura institucional	Necessidade de melhor aproveitamento do potencial da Galeria Cubo de Vidro Ausência de previsão de dotação orçamentária específica para ações culturais e artísticas Ausência de articulação entre ações realizadas nos campi	Eventos e projetos inovadores: organizar eventos acadêmicos e culturais que reforcem a presença do Cefet/RJ na comunidade Parcerias estratégicas: colaborações com outras instituições e empresas visando novas oportunidades para eventos e projetos conjuntos Articulações com iniciativas de Economia Criativa	Corte orçamentário Restrições orçamentárias Desvalorização da arte e da cultura



Incentivar, valorizar e ampliar institucionalmente o espaço da produção e fruição de arte e cultura, campos consolidados de conhecimento e fundamentais para o exercício pleno da cidadania, no ambiente do Cefet/RJ, através da aprovação e consolidação da Política de Arte e Cultura

Alinhamento estratégico



ODS 4
Meta 4.7



ODS 11
Meta 11.4

Objetivo
estratégico
1

Meta

Aprovar a Política de Arte e Cultura até 2026

Indicador: Política de Arte e Cultura aprovada

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	-	-	1	-	-	-

Fórmula de cálculo: Quantidade de Política de Arte e Cultura aprovada
Interpretação: Este indicador mede a existência, a implementação e o alcance do espaço institucional da produção e fruição de arte e cultura propostos na Política
Fonte dos dados: Será incluída, no site, uma aba na Extensão na qual será publicizada a Política
Polaridade: Positiva (quanto maior, melhor)
Formato: Numérico
Responsável: Direx/NAC



Comunicação

Objetivo estratégico 1

Fortalecer a comunicação institucional do Cefet/RJ a partir do Plano de Comunicação Institucional



S Forças



Equipe qualificada: profissionais capacitados em comunicação e marketing

Boa relação entre as instâncias institucionais

Diversidade de canais de comunicação: Utilização de múltiplos canais, como newsletters, redes sociais e eventos presenciais para atingir diferentes segmentos de público

Equipe multidisciplinar: jornalista, design, revisora

W Fraquezas



Pouco conhecimento, por parte da comunidade interna, dos resultados das parcerias interinstitucionais

Inexistência de setores de comunicação nos campi

Divulgação externa dos cursos, projetos e pesquisas

Divulgação interna dos eventos de promoção e de acontecimentos institucionais

Carência de normas e procedimentos internos de comunicação voltadas à padronização das páginas institucionais

Limitações do site institucional

Pouco conhecimento, por parte da comunidade interna, dos trabalhos realizados por outros setores

O Oportunidades



Expansão digital: a crescente presença nas mídias sociais e plataformas on-line pode aumentar o alcance e a influência da ASCOM.

Engajamento com alunos e ex-alunos: fortalecer o relacionamento com alunos e ex-alunos para criar uma rede de apoio, parceria e divulgação.

T Ameaças



Imagem institucional não consolidada

Avanço rápido da tecnologia: a rápida evolução das ferramentas de comunicação digital pode tornar algumas práticas rapidamente obsoletas

Crises de imagem: situações inesperadas que possam afetar negativamente a imagem da instituição exigem uma resposta rápida e eficaz da ASCOM.

Fortalecer a comunicação institucional do Cefet/RJ a partir do Plano de Comunicação Institucional

Alinhamento estratégico



ODS 16
Metas 16.6 e 16.10

Atender às ações do Plano de Comunicação Institucional

Indicador: Quantidade de ações realizadas

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
-	-	1	2	3	3	3

Fórmula de cálculo: NAC = número de ações de comunicação executadas no período

Interpretação: Quantidade de ações previstas no Plano de Comunicação 2025-2029 realizadas pela ASCOM e pela DPROV anualmente

Fonte dos dados: Assessoria de Comunicação (ASCOM) e Divisão de Programação Visual (DPROV)

Polaridade: Positiva (quanto maior, melhor)

Formato: Numérico

Responsável: Assessoria de Comunicação e Divisão de Programação Visual

Objetivo
estratégico
1

Meta

1.2.7. Mapa estratégico

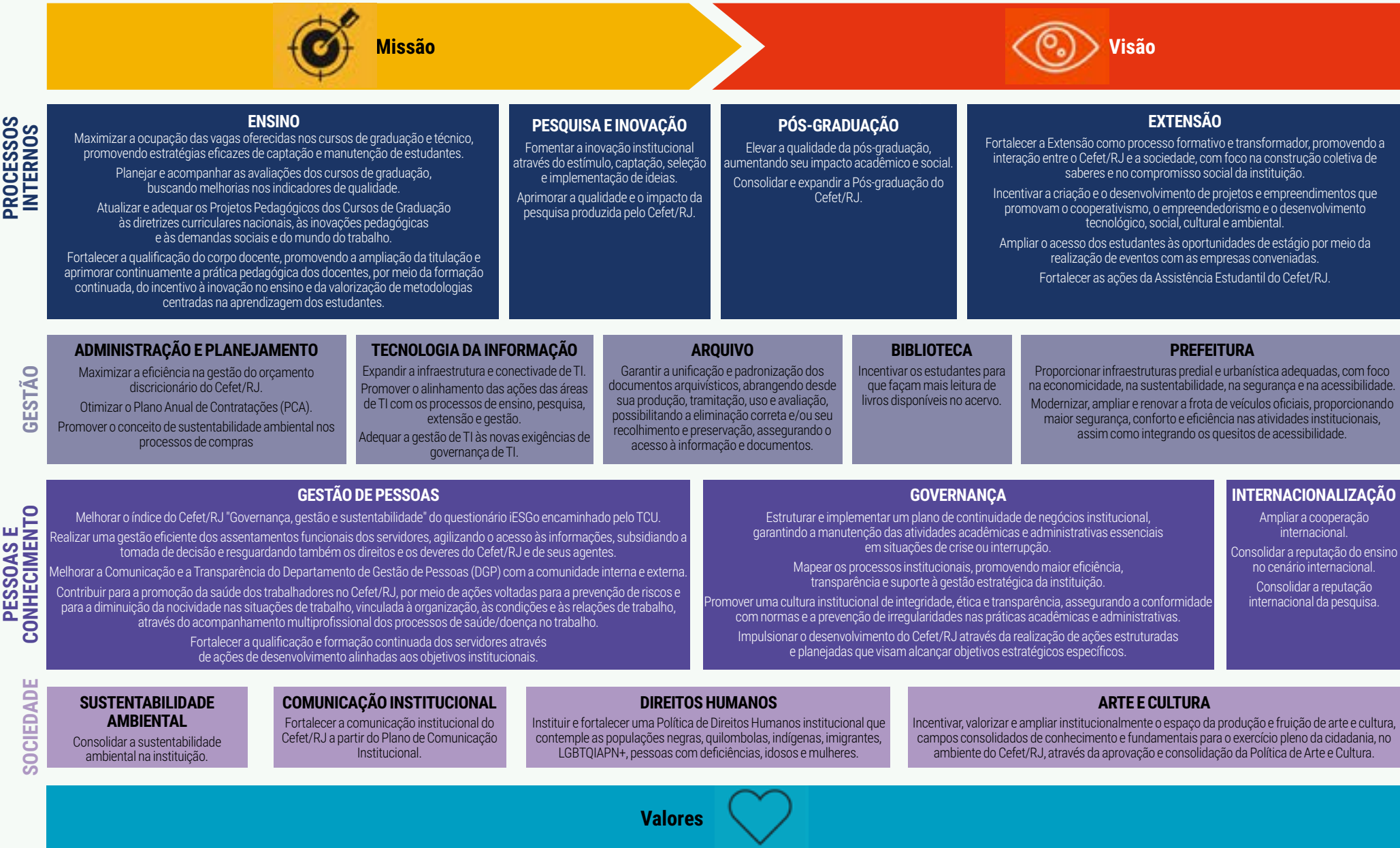
Para a elaboração do Mapa Estratégico, o Cefet/RJ baseou-se na metodologia do Balanced Scorecard (BSC), uma metodologia que traduz a missão e visão institucional em objetivos estratégicos e indicadores de desempenho distribuídos em quatro perspectivas:

1. Estudantes e Sociedade: concentra-se na satisfação dos estudantes e no impacto da instituição na sociedade. Envolve medir o grau de satisfação dos estudantes com os serviços educacionais, a empregabilidade dos formandos, a qualidade da educação fornecida e a contribuição da instituição para a comunidade e a sociedade em geral.
2. Processos Internos: diz respeito aos processos internos da organização que conduzem ao alcance dos objetivos estratégicos. Envolve a avaliação e otimização de todos os processos de negócios e operacionais da instituição, como processos de ensino e aprendizado, gestão de recursos, serviços de suporte, entre outros.
3. Pessoas, Sistemas e Infraestrutura: concentra-se nos recursos humanos, tecnológicos e físicos necessários para atingir os objetivos organizacionais. Isso inclui avaliar a competência e motivação dos funcionários, a eficácia dos sistemas de informação e tecnologia, bem como a qualidade e capacidade da infraestrutura física, como prédios, laboratórios e equipamentos.
4. Orçamento: lida com a gestão financeira da organização. Envolve o acompanhamento e a alocação dos recursos financeiros para apoiar as metas estratégicas da instituição. Isso inclui o monitoramento do orçamento, a busca por eficiência nos gastos e a garantia de que os recursos estejam sendo alocados de forma a maximizar o retorno sobre o investimento.

O Mapa Estratégico do Cefet/RJ mostra como as metas e indicadores em cada perspectiva estão alinhados para alcançar a missão e a visão da instituição. Essa abordagem permite monitorar o desempenho e ajustar a estratégia conforme necessário.



Figura 5: Mapa Estratégico do Cefet



Fonte: Elaboração própria, 2025.



1.2.8. Projetos Estratégicos

O projeto estratégico configura-se como instrumento do planejamento estratégico que tem como finalidade a materialização da estratégia organizacional. Contribui para que os objetivos estratégicos estabelecidos sejam alcançados, pois torna possível uma definição mais clara das principais entregas, prazos, recursos e unidade responsável. O projeto estratégico permite uma visualização ampla das ações estratégicas que serão implementadas, que estão em andamento ou que já foram concluídas, facilitando o acompanhamento do progresso ao longo do tempo. A construção dos projetos estratégicos do Cefet/RJ é uma das metas da área de Governança e ocorrerá no primeiro ano, após a aprovação deste Plano de Desenvolvimento Institucional.



DIRETORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

2. GOVERNANÇA E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA



2.1. Governança e Gestão	113
2.1.1. Estrutura de Governança e Gestão	113
2.1.2. Gestão de Riscos	114
2.1.3. Programa de Integridade	115
2.2. Organização Administrativa (Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão)	115
2.3. Órgãos Colegiados	116
2.3.1. Conselho Diretor (CODIR)	116
2.3.2. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)	116
2.3.3. Conselho de Ensino (CONEN)	116
2.3.4. Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP)	116
2.3.5. Conselho de Extensão (CONEX)	117
2.3.6. Conselho Departamental (CONDEP)	117
2.3.7. Conselho do Departamento de Ensino Médio Técnico (CONDMET)	117
2.3.8. Conselhos dos Campi (CONPUS)	117
2.4. Órgãos executivos	117
2.4.1. Direção-geral (DIREG)	117
2.4.2. Diretoria de Administração e Planejamento (DIRAP)	117
2.4.3. Diretoria de Ensino (DIREN)	117
2.4.4. Diretoria de Extensão (DIREX)	118
2.4.5. Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES)	118
2.4.6. Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação (DIPPG)	118
2.4.7. Direções dos Campi	118
2.5. Comitê de Governança, Desenvolvimento Digital, Riscos e Controles (CGDDRC)	118
2.6. Instâncias internas de apoio à Governança	119
2.6.1. Comissão de Ética	119
2.6.2. Corregedoria	119



2.6.3. Ouvidoria	119
2.6.4. Auditoria Interna	119
2.6.5. Procuradoria Federal junto ao Cefet/RJ (PROJU)	119
2.6.6. Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)	120
2.6.7. Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CISPCCTAE)	120
2.6.8. Comissão Própria de Avaliação (CPA)	120
2.6.9. Comitê Assessor de Desenvolvimento Institucional (CADI)	120
2.6.10. Comitê de Sustentabilidade Ambiental Institucional (COSAI)	120
2.6.11. Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGSTI)	120
2.6.12. Comitê de Integridade do Cefet/RJ	120
2.6.13. Comitê Interno de Educação em Direitos Humanos (CIEDH)	120
2.6.14. Comissão Permanente de Dados Abertos (CPDA)	121
2.6.15. Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais	121
2.6.16. Comitê de Políticas de Igualdade e Cotas Étnico-raciais (CPICER)	121
2.7. Demais Órgãos de Assessoramento	121
2.8. Planos Institucionais	12
2.8.1. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)	122
2.8.2. Plano Operativo Anual (POA)	122
2.8.3. Plano de Dados Abertos (PDA)	122
2.8.4. Plano de Permanência e Êxito (PPE)	122
2.8.5. Plano Institucional de Internacionalização (PII)	122
2.8.6. Programa de Governança em Privacidade (PGP)	123
2.9. Das ações de transparência e divulgação de informações da Instituição	123
2.10. Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional	124
2.10.1. Comissão Própria de Avaliação (CPA)	124
2.10.2. Avaliação Externa in loco	124
2.10.3. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)	125
2.11. Parcerias e Compartilhamento de Estrutura	125



2.1. Governança e Gestão

A política de governança da administração pública federal, conforme o [Decreto nº 9.203/2017](#), configura-se como um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle que visam direcionar e monitorar a gestão pública. Mais do que a mera aplicação de ferramentas, a Governança Pública se caracteriza como uma filosofia de gestão que busca o aperfeiçoamento contínuo. Seu foco recai sobre a efetividade das ações na condução de políticas públicas e na prestação de serviços de interesse da sociedade.

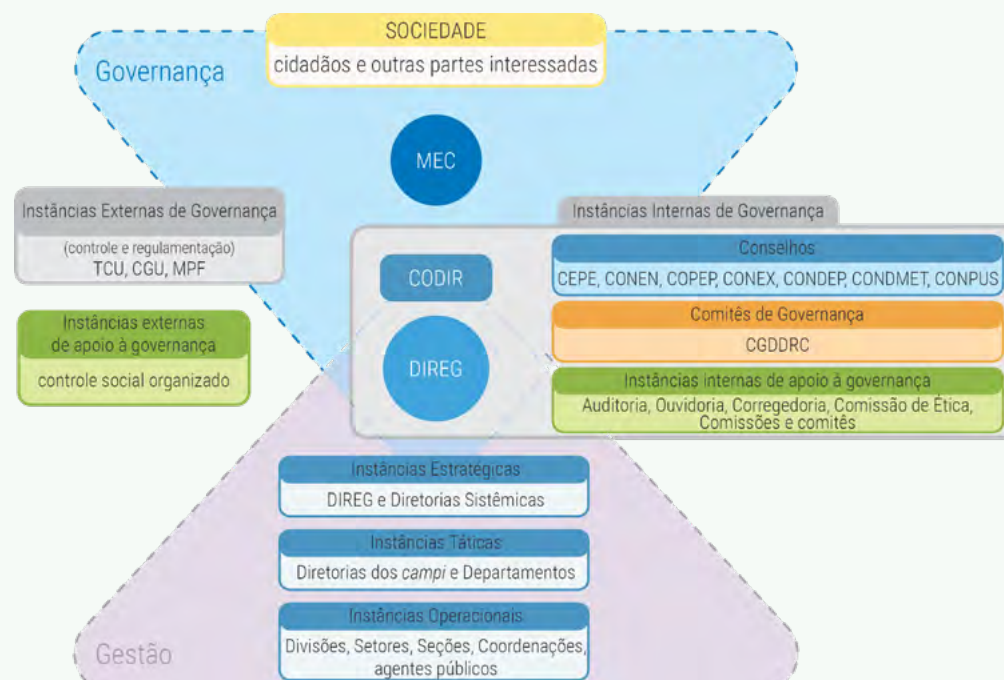
A concepção da estrutura de Governança do Cefet/RJ foi delineada em consonância com a [Instrução Normativa Conjunta MPOG/CGU nº 01/2016](#) e o referido Decreto nº 9.203/2017. Essa estrutura de governança define a forma como as diferentes partes interessadas se organizam, interagem e operam para influenciar e monitorar o cumprimento da missão, visão e valores institucionais, assegurando a efetividade das ações da instituição.

2.1.1. Estrutura de Governança e Gestão

O modelo de governança do Cefet/RJ, fundamentado no Referencial Básico de Governança do Tribunal de Contas da União (TCU), apresentado na Figura 6, destaca a interação entre instâncias internas e externas, representando os diversos agentes envolvidos nas funções de governança e gestão da instituição. O modelo reconhece a distinção entre governança e gestão, mas admite uma zona de interseção e eventual sobreposição entre ambas. A composição dos Conselhos do Cefet/RJ garante a participação democrática de servidores docentes e técnicos-administrativos, discentes e comunidade externa, conforme previsto em seus regimentos internos.

Além dos Conselhos, a instituição conta com outras instâncias de apoio à governança, como comitês e comissões, algumas de caráter permanente, reforçando a estrutura de governança e a participação de diferentes grupos na tomada de decisões.

Figura 6. Estrutura de Governança do Cefet/RJ



Fonte: DIGES, 2021.

Para mais informações, acesse a [página de Governança do Cefet/RJ](#).





2.1.2. Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos do Cefet/RJ está fundamentada na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n.º 01/2016, na Norma ABNT NBR ISO 31000:2018 (que estabelece princípios e diretrizes para a gestão de riscos) e nas demandas institucionais. O processo de avaliação de riscos, previsto na Política supracitada, é composto pelas seguintes fases demonstradas na Figura 7 abaixo:

Figura 7. Processo de Gestão de Riscos



Fonte: Elaborada com base na Política de Gestão de Riscos, 2022.

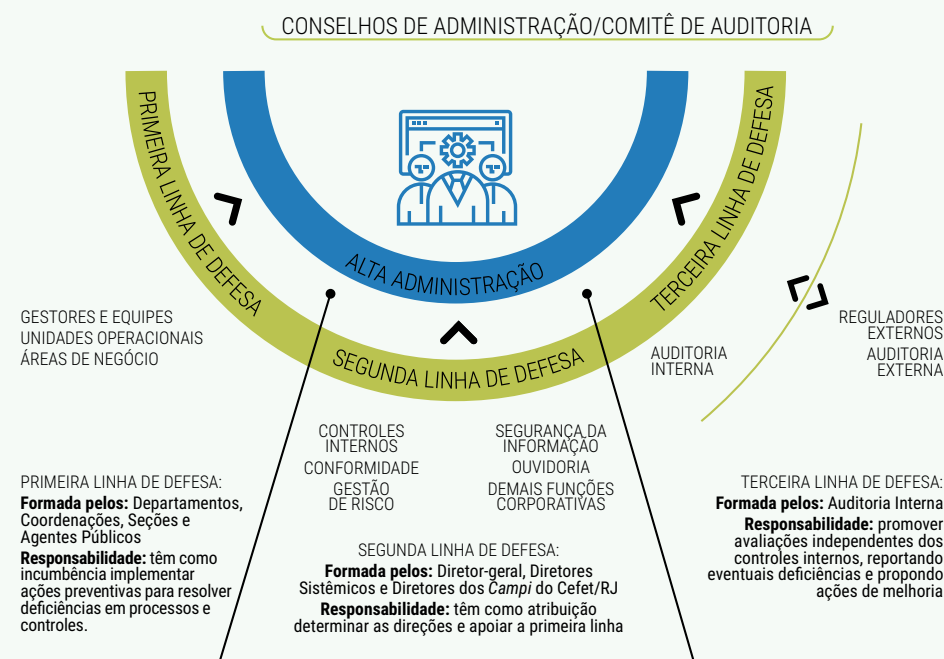
A Política de Gestão de Riscos do Cefet/RJ configura-se como um processo institucional contínuo e interativo, norteador e controlador de eventos que possam afetar o cumprimento dos objetivos organizacionais. Sua finalidade é promover a identificação de eventos em potencial que impactem a consecução dos objetivos institucionais, fortalecer as decisões em resposta aos riscos, aprimorar os controles internos administrativos e alinhar o apetite ao risco com as estratégias adotadas.

Os objetivos da Política de Gestão de Riscos do Cefet/RJ são: estabelecer conceitos, diretrizes, atribuições e responsabilidades para a implementação

da política no âmbito da instituição: orientar a identificação, avaliação, monitoramento e comunicação dos riscos institucionais; aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos organizacionais, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis, sustentando as operações e o cumprimento da missão institucional; e agregar valor à organização por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos.

A estrutura de controle interno e gestão de riscos do Cefet/RJ é baseada no modelo de três linhas de defesa, em que cada grupo tem papéis e responsabilidades específicos e deve atuar de maneira coordenada, ajudando a garantir o sucesso contínuo das iniciativas de gerenciamento de risco.

Figura 8. Linhas de Defesa



Fonte: Elaborada com base na Política de Gestão de Riscos, 2022.

Para mais informações, acesse a [página de Gestão de Riscos do Cefet/RJ](#).



2.1.3. Programa de Integridade

O Programa de Integridade, um conjunto estruturado de medidas institucionais para prevenir, detectar, punir e remediar práticas de corrupção, fraude, irregularidades e desvios éticos, é um instrumento essencial para garantir a integridade na gestão pública.

O Plano de Integridade do Cefet/RJ, atendendo à exigência da Controladoria-geral da União (CGU), aprovado pela Resolução CODIR nº 48/2023, apresenta a estrutura de gestão da integridade da instituição, destacando suas principais atribuições, os fundamentos essenciais para o sucesso do programa e o alinhamento à estratégia da administração.

A gestão da integridade no Cefet/RJ inclui a identificação e análise dos riscos relacionados aos seus processos, através do estudo das atividades realizadas, da determinação dos riscos que podem afetá-las e da documentação de suas características.

O Plano de Integridade do Cefet/RJ mapeia os riscos identificados em cada processo relacionado à integridade, as ações propostas para mitigá-los e os responsáveis por sua execução. A Unidade de Gestão da Integridade monitora a execução do Plano, garantindo a efetividade das medidas de integridade na instituição.

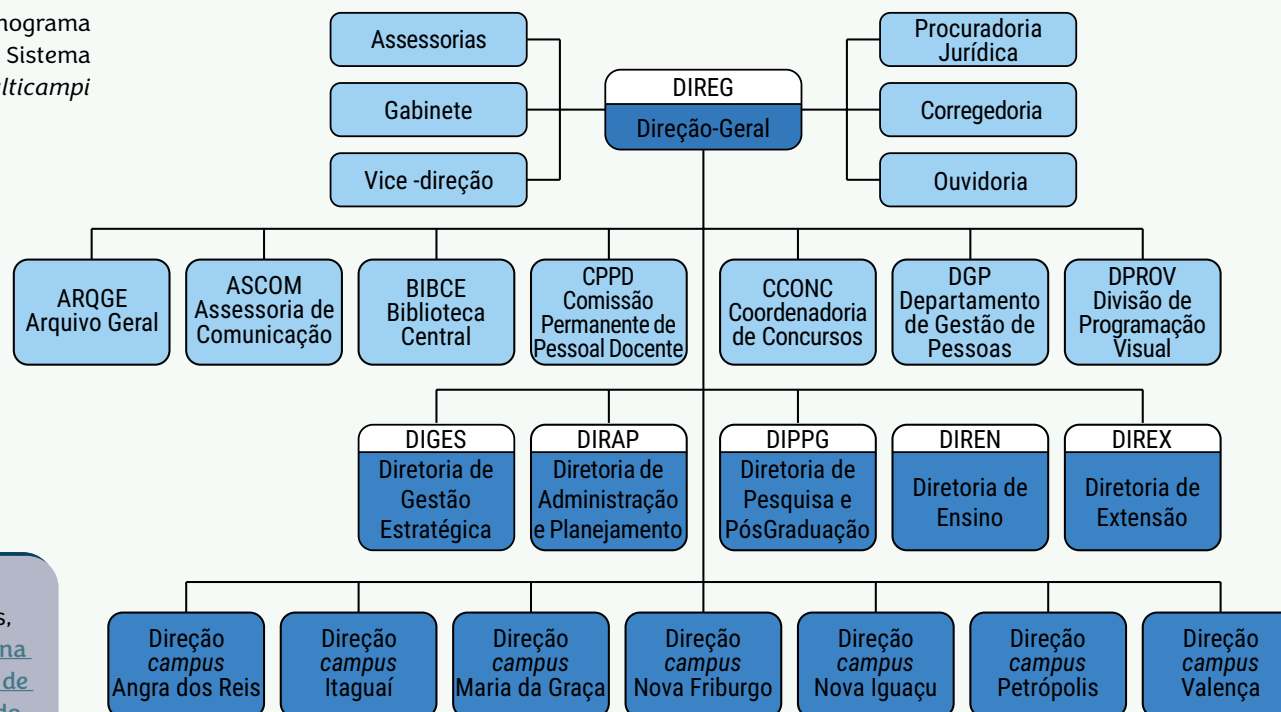
2.2. Organização Administrativa: Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão

O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ, com sede na cidade do Rio de Janeiro e atuação em todo o Estado do Rio de Janeiro, criado pela [Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978](#), alterada pela [Lei nº 8.711, de 28 de setembro de 1993](#), e pela [Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994](#), pertencente à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, conforme [Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008](#), é autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação, detendo autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Em consonância com o que foi anteriormente exposto, o Cefet/RJ é uma autarquia federal de regime especial, vinculado ao Ministério da Educação e tem sua organização e funcionamento disciplinado no Regimento Interno de 1984 e no Estatuto vigente e aprovado na Portaria nº 3796, de 1º de novembro de 2005.

As Figuras 9 e 10 ilustram como o Cefet/RJ está organizado atualmente.

Figura 9. Organograma do Cefet/RJ Sistema multicampi

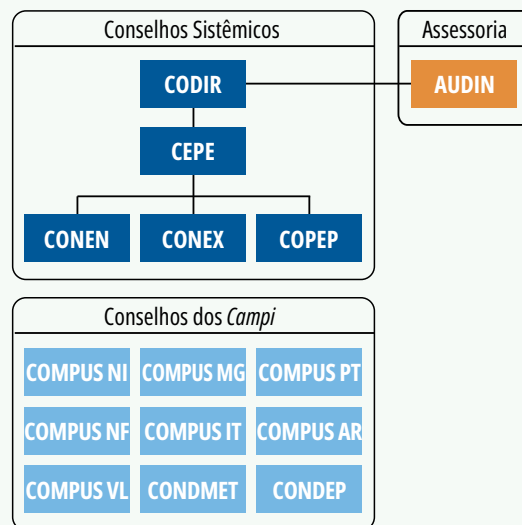


Para mais informações, acesse a [página do Programa de Integridade do Cefet/RJ](#).





Figura 10. Organograma dos Conselhos do Cefet/RJ



Fonte: Cefet/RJ, 2025.

A estrutura organizacional completa do Cefet/RJ pode ser verificada na página de [Estrutura Organizacional](#) no site da instituição.

Nas seções a seguir são apresentados os órgãos colegiados, executivos e outras instâncias de gestão e governança da instituição.

2.3. Órgãos Colegiados

No âmbito do Cefet/RJ, diversos conselhos desempenham papéis fundamentais na definição e direcionamento das políticas institucionais.

Além do Conselho Diretor (CODIR), outros conselhos como o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), o Conselho de Ensino (CONEN), o Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP), o Conselho de Extensão (CONEX), o Conselho Departamental (CONDEP), o Conselho do Departamento de Ensino Médio Técnico (CONDMET) e os Conselhos dos Campi (CONPUS) desempenham funções específicas, desde normatizar e deliberar sobre atividades de ensino, pesquisa e extensão até atuar como instâncias consultivas e deliberativas em seus respectivos domínios.

Esses conselhos, cada qual com sua composição e atribuições próprias, formam uma rede essencial para a governança e o desenvolvimento acadêmico do Cefet/RJ, promovendo uma gestão participativa e alinhada com os objetivos institucionais.

2.3.1. Conselho Diretor (CODIR)

É o órgão deliberativo e consultivo da administração superior do Cefet/RJ que tem como principal atribuição homologar a política geral apresentada pela Direção-geral nos planos administrativo, econômico-financeiro e de ensino, pesquisa e extensão. O CODIR é composto por dez membros e seus respectivos suplentes, todos nomeados pelo Ministro de Estado da Educação para um mandato de quatro anos. O Diretor-geral é o presidente nato do Conselho.

2.3.2. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)

É o órgão com competência para deliberar e normatizar o que concerne às atividades de ensino, pesquisa e extensão do Cefet/RJ, de acordo com a Política Institucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, apresentada pela Direção-geral e homologada pelo Conselho Diretor. O Diretor-geral do Cefet/RJ é o presidente nato do CEPE.

2.3.3. Conselho de Ensino (CONEN)

É o órgão colegiado autônomo com competência para deliberar e normatizar o que concerne às atividades de ensino do Cefet/RJ, de acordo com a Política Institucional de Ensino. O Conselho é presidido pelo diretor de Ensino e formado por representantes eleitos dos segmentos de ensino.

2.3.4. Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP)

É o órgão colegiado autônomo com competência para deliberar e normatizar o que concerne às atividades de Pesquisa e Pós-graduação do Cefet/RJ, de acordo com a Política Institucional de Pesquisa e Pós-graduação. O COPEP é integrado por membros titulares e respectivos suplentes. O diretor de Pesquisa e Pós-graduação é o Presidente nato do COPEP e tem voto de qualidade além do voto comum.



2.3.5. Conselho de Extensão (CONEX)

É o órgão colegiado autônomo com competência para deliberar e normatizar o que concerne às atividades de extensão do Cefet/RJ. O diretor de Extensão é o presidente nato do CONEX.

2.3.6. Conselho Departamental (CONDEP)

É a instância máxima de natureza consultiva, deliberativa, normativa e julgadora do Departamento de Educação Superior no campus Maracanã.

2.3.7. Conselho do Departamento de Ensino Médio Técnico (CONDMET)

Órgão colegiado do campus Maracanã que possui atribuições normativas, consultivas e recursivas em assuntos didáticos e pedagógicos do Departamento de Ensino Médio e Técnico – DEMET.

2.3.8. Conselhos dos *Campi* (CONPUS)

É o órgão colegiado máximo competente para deliberar e normatizar sobre as atividades de Ensino, de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão, a serem desenvolvidas em âmbito local pelos campi que integram ou venham a integrar o Sistema Cefet/ RJ. O diretor do campus é membro nato do conselho e seu presidente.

Para saber mais
acesse a [página
dos CONSELHOS](#).



2.4. Órgãos executivos

A Direção-geral (DIREG) do Cefet/RJ desempenha um papel crucial na organização e coordenação da gestão da instituição, garantindo a harmonia e unidade em todas as suas atividades. Junto com as diversas diretorias, como a Diretoria de Administração e Planejamento (DIRAP), a Diretoria de Ensino (DIREN), a Diretoria de Extensão (DIREX), a Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG) e a Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES), a DIREG forma uma estrutura robusta que visa promover o desenvolvimento acadêmico e administrativo do Cefet/RJ. Cada uma dessas diretorias desempenha funções específicas, coordenando, planejando, avaliando e controlando atividades fundamentais para o cumprimento da missão institucional.

2.4.1. Direção-geral (DIREG)

Órgão executivo do Cefet/RJ que tem por finalidade organizar a sua gestão, de forma harmônica, a partir de diretrizes gerais que garantem a unidade e identidade da instituição em todo o Estado.

Para saber mais
acesse a página
da [DIREG](#).



2.4.2. Diretoria de Administração e Planejamento (DIRAP)

É o órgão encarregado de prover e executar as atividades relacionadas com a administração e planejamento orçamentário do Cefet/RJ e sua execução financeira e contábil.

2.4.3. Diretoria de Ensino (DIREN)

É o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento do ensino do Cefet/RJ, devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação e da Diretoria de Extensão.



2.4.4. Diretoria de Extensão (DIREX)

É o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da extensão e da Assistência Estudantil do Cefet/RJ, devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Ensino e Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação.

2.4.5. Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES)

É o órgão responsável pela coordenação da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, acompanhamento da execução dos planos e projetos e fornecimento oficial das informações sobre o desempenho do Cefet/RJ.

2.4.6. Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação (DIPPG)

É o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da pesquisa e do ensino de pós-graduação do Cefet/RJ, devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Ensino e da Diretoria de Extensão.

Para saber mais
acesse a [página
das DIRETORIAS
SISTÊMICAS](#).



2.4.7. Direções dos Campi

Vinculada a Direção-geral, é responsável pela administração dos recursos orçamentários e de pessoal alocados nos seus respectivos *campi*. Os demais dirigentes que integram o nível tático da organização (por exemplo Chefes de Departamento) são os agentes públicos que, tipicamente, atuam nessa estrutura.

2.5. Comitê de Governança, Desenvolvimento Digital, Riscos e Controles (CGDDRC)

O Cefet/RJ conta com um importante comitê para fortalecer sua governança e gestão de riscos: o Comitê de Governança, Desenvolvimento Digital, Riscos e Controles (CGDDRC). O CGDDRC é o órgão colegiado permanente de natureza deliberativa, de caráter estratégico e normativo, que tem como finalidade estabelecer políticas, diretrizes e a adoção de medidas para a sistematização de práticas relacionadas à governança, desenvolvimento digital, gestão de riscos e controles internos no âmbito do Cefet/RJ. Esse comitê desempenha um papel fundamental na promoção de uma gestão eficiente e alinhada com as necessidades institucionais. O CGDDRC é presidido pelo Diretor-geral do Cefet/RJ.

Para saber mais
acesse a [página
dos COMITÊS](#).





2.6. Instâncias internas de apoio à Governança

O Cefet/RJ possui uma extensa rede de comitês e comissões que desempenham papéis fundamentais na estrutura organizacional da instituição. A Comissão de Ética, vinculada à Direção Geral, supervisiona o cumprimento do Código de Ética Profissional do Servidor Público e pode aplicar sanções em caso de violação. Além disso, a Corregedoria, subordinada à Direção Geral, é responsável por gerenciar processos disciplinares e sindicâncias, garantindo o cumprimento das normativas legais. Outros órgãos como a Ouvidoria, a Auditoria Interna, a Procuradoria Federal, a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e a Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CISPCCTAE) contribuem para a transparência, ética e eficiência na gestão institucional. Cada um desses órgãos possui suas próprias atribuições e responsabilidades, sendo essenciais para o bom funcionamento e integridade do Cefet/RJ.

2.6.1. Comissão de Ética

É um órgão colegiado, vinculado à Direção-geral, que possui dentre outras, a competência de supervisionar a observância do Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Federal, podendo apurar condutas que possam configurar violação às normas e adotar providências, aplicando sanções, tais como pena de censura que configurarão nos registros funcionais dos servidores.

2.6.2. Corregedoria

A Corregedoria do Cefet/RJ, vinculada à Direção-geral (DIREG), é o setor responsável por gerenciar, aprimorar, conduzir e acompanhar os processos administrativos disciplinares (PADs), processos administrativos de responsabilidade (PARs), sindicâncias (SI) e apuração de irregularidades funcionais descritas na [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#) e prática de atos contra a administração pública descritos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

2.6.3. Ouvidoria

A Ouvidoria do Cefet/RJ está vinculada à Direção-geral e é subordinada e fiscalizada pela Controladoria-Geral da União. É responsável por exercer as competências de órgão central do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal, recebendo, analisando e encaminhando denúncias, reclamações, elogios, sugestões e outras solicitações referentes a procedimentos e ações de agentes, órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. É uma instância de controle e participação social responsável por interagir com os usuários, com o objetivo de aprimorar a gestão pública e melhorar os serviços oferecidos.

2.6.4. Auditoria Interna

A missão da Auditoria Interna (AUDIN) é contribuir – de forma independente – tanto para a avaliação quanto para o aprimoramento do gerenciamento de riscos, dos controles internos e da governança da instituição, além de agregar valor às práticas administrativas e colaborar para a melhoria da gestão quanto à eficácia, eficiência e economicidade dos processos. A AUDIN encontra-se vinculada ao Conselho Diretor (CODIR) do Cefet/RJ. O Auditor-chefe se reporta funcionalmente ao CODIR e administrativamente à Direção-geral.

2.6.5. Procuradoria Federal junto ao Cefet/RJ (PROJU)

É o órgão da Procuradoria-geral Federal, a qual é vinculada a Advocacia Geral da União e tem por função prestar consultoria e assessoria jurídica ao Cefet/RJ. No exercício de suas atribuições institucionais, os procuradores federais elaboram pareceres nas matérias em que, por força da lei, devam necessariamente se manifestar ou, também, em matérias que lhes sejam encaminhadas pela Administração do ente assessorado.



2.6.6. Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)

É um órgão colegiado, vinculado à Direção-geral, com funções de assessoramento ao CODIR para a formulação e o acompanhamento da execução da Política de Pessoal Docente do Cefet/RJ. É constituída por um Comitê Central sediado no *campus* Maracanã e de Núcleos Permanentes de Pessoal Docente (NPPDs) nos demais *campi*, sendo seus membros eleitos por seus pares.

2.6.7. Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CISPCCTAE)

Tem, entre outras, as seguintes finalidades: acompanhar, fiscalizar, orientar e avaliar a implementação do Plano de Carreira dos servidores Técnico-Administrativos em Educação do Cefet/RJ e propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para o aprimoramento do Plano de Carreira.

2.6.8. Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Comissão que, de acordo com o art. 11 da Lei nº 10.861 de 20/12/2004, tem as funções de coordenar e articular o seu processo interno de avaliação e disponibilizar informações correspondentes.

2.6.9. Comitê Assessor de Desenvolvimento Institucional (CADl)

É o órgão colegiado consultivo e propositivo, de natureza executiva e caráter permanente, que tem a finalidade de colaborar com o Departamento de Desenvolvimento Institucional (DEDIN) nas políticas e ações do Cefet/RJ na área de desenvolvimento institucional.

2.6.10. Comitê de Sustentabilidade Ambiental Institucional (COSAI)

É o órgão colegiado de natureza consultiva e propositiva, de caráter permanente, que tem a finalidade de colaborar com a Divisão de Estratégia para a Sustentabilidade Ambiental Institucional (DISAI) nas políticas e ações do Cefet/RJ na área de sustentabilidade institucional. A presidência do COSAI será designada pelo Diretor de Gestão Estratégica e ficará preferencialmente a cargo do chefe da DISAI.

2.6.11. Comitê Gestor Segurança de Tecnologia da Informação (CGSTI)

É o órgão colegiado, de caráter permanente, de natureza consultiva e propositiva; e deliberativa exclusivamente sobre as normas internas de segurança da informação, e tem a finalidade de colaborar nas políticas e ações do Cefet/RJ na área de Segurança e Tecnologia da Informação.

2.6.12. Comitê de Integridade do Cefet/RJ

É o órgão consultivo e propositivo que tem como principais atribuições revisar o Plano de Integridade da instituição e fomentar uma cultura de responsabilidade dos agentes públicos nas práticas e condutas éticas, na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações.

2.6.13. Comitê Interno de Educação em Direitos Humanos (CIEDH)

É o órgão colegiado de natureza consultiva e propositiva, de caráter permanente, multicampi e com participação de alunos, gestores e servidores, que tem a finalidade de colaborar com a área de Extensão do Cefet/RJ, para a promoção da educação em direitos humanos, cujo objetivo é de promover e superar a violência, o preconceito e a discriminação, aplicando a Política de Direitos Humanos.



2.6.14. Comissão Permanente de Dados Abertos (CPDA)

Compete à Comissão Permanente de Dados Abertos (CPDA) a elaboração, a coordenação e o monitoramento do Plano de Dados Abertos (PDA) do Cefet/RJ.

2.6.15. Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais

O Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPDP), de caráter permanente, possui natureza consultiva e propositiva nas políticas e ações em sua área de competência, conforme disposto pela [Política de Proteção de Dados Pessoais do Cefet/RJ](#).

2.6.16 Comitê de Políticas de Igualdade e Cotas Étnico-raciais (CPICER)

O Comitê de Políticas de Igualdade e Cotas Étnico-raciais (CPICER) visa implementar uma política de promoção da igualdade racial, reduzindo as desigualdades raciais no ambiente escolar, com ênfase nas populações negra, indígenas e quilombolas, mediante as ações afirmativas a realização de ações exequíveis a longo, médio e curto prazos, com reconhecimento das demandas mais imediatas, bem como das áreas de atuação prioritária.

Para saber mais
acesse a página
das [Instâncias
Internas de Apoio
à Governança](#).



2.7. Demais Órgãos de Assessoramento

No contexto dinâmico e multifacetado Cefet/RJ, uma série de comissões desempenham papéis fundamentais na gestão, na governança e no desenvolvimento institucional. Desde a Comissão Interna de Conservação de Energia (CICE) até a Comissão para a implantação do Programa de Gestão, esses órgãos representam o compromisso da instituição com a eficiência, a transparência e o atendimento às normativas vigentes. Cada comissão, regida por portarias, decretos ou resoluções específicas, desempenha um papel crucial no fomento de iniciativas que abrangem desde a sustentabilidade até a ética e a modernização dos processos.

Quadro 1. Lista de comissões do Cefet/RJ

COMISSÕES	Comissão Interna de Conservação de Energia (CICE do Cefet/RJ)	Portaria Cefet/RJ nº 25/2022
	Comissão Central de Coleta Seletiva Solidária (CSS)	Decreto nº 10.936/2022
	Comissão Intercampi de Permanência e Êxito	Ato DIREN/Cefet/RJ nº 017/2021
	Comissão do Relatório de Atividades Docentes	Resolução CODIR/Cefet/RJ nº 03/2017
	Comissão de Acompanhamento do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) do Cefet/RJ	Portaria Cefet/RJ nº 1.084/2024

Fonte: Elaboração própria, 2025.



2.8. Planos Institucionais

No contexto contemporâneo, onde a tecnologia e a informação desempenham papéis fundamentais na gestão e no funcionamento de organizações, torna-se imperativo estabelecer diretrizes claras e eficazes para a administração desses recursos. Nesse sentido, surgem instrumentos como o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), o Plano Operativo Anual (POA), o Plano de Dados Abertos (PDA), o Plano de Permanência e Êxito (PPE), o Plano Institucional de Internacionalização (PII) e o Programa de Governança em Privacidade (PGP). Cada um desses planos e programas desempenha um papel crucial na estruturação e no alcance dos objetivos de instituições como o Cefet/RJ, promovendo transparência, eficiência e conformidade com as leis e demandas contemporâneas.

2.8.1. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)

Para saber mais
acesse a [página
do PDTIC..](#)

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com vistas a atender às necessidades de um órgão ou entidade por um período determinado. Deve contemplar as necessidades de informação e serviços de TI da organização, suas metas, as ações a serem desenvolvidas e os prazos de implementação.

2.8.2. Plano Operativo Anual (POA)

Para saber mais
acesse a [página
do POA.](#)

O Plano Operativo Anual (POA) reflete as ações de governo e as ações institucionais baseadas nas demandas funcionais, nos anseios da comunidade e da sociedade em geral. Sempre que possível a execução orçamentária refletirá concordância com o POA. O POA é uma peça de planejamento orçamentário, regida por princípios orçamentários e legais.

2.8.3. Plano de Dados Abertos (PDA)

O Plano de Dados Abertos tem como objetivo geral promover a abertura de dados no Cefet/RJ, garantindo os princípios da publicidade, da transparência e da eficiência da administração pública e com o compromisso de divulgação permanente de dados e informações de interesse público produzidos nas diversas ações realizadas pela instituição, bem como a melhoria da qualidade dos dados disponibilizados de forma a dar maior suporte à tomada de decisões pelos gestores públicos e incentivar a participação e o controle social.

Para saber mais
acesse a página
do [PDA.](#)

2.8.4. Plano de Permanência e Êxito (PPE)

O governo federal vem expandindo o acesso à educação profissionalizante e superior, mas ainda há desafios como o abandono e a retenção de alunos. Para enfrentá-los, este plano propõe medidas eficazes e gestão eficiente dos recursos públicos. O objetivo é controlar e diminuir os índices de desistência e fracasso escolar, atendendo a uma demanda urgente da sociedade.

Para saber mais
acesse a página
do [PPE.](#)

2.8.5. Plano Institucional de Internacionalização (PII)

O Plano Institucional de Internacionalização é o instrumento que orienta o planejamento das ações de internacionalização no âmbito do Cefet/RJ, estabelecendo diretrizes, objetivos e metas a serem alcançadas no curto, médio e longo prazo, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

Para saber mais
acesse a página
do [PII.](#)



2.8.6. Programa de Governança em Privacidade (PGP)

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, visa proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade dos cidadãos brasileiros no âmbito do tratamento de seus dados pessoais. No Cefet/RJ, a Resolução CODIR/Cefet/RJ nº 38/2023, instituiu a Política de Proteção de Dados Pessoais da instituição. Em consonância com a LGPD, a referida Política determina a criação de um Programa de Governança em Privacidade e de um Plano de Conformidade.

O Programa de Governança em Privacidade do Cefet/RJ visa assegurar o cumprimento da LGPD e demais normas de proteção de dados. Através de medidas abrangentes, o programa demonstra o compromisso da instituição com a proteção dos dados pessoais dos seus alunos, servidores e demais stakeholders.

Para saber mais
acesse a página
do [PGP](#).













2.9. Das ações de transparência e divulgação de informações da Instituição

O Cefet/RJ promove o acesso à informação pública, através de diversos canais de comunicação a sociedade, consoante com a Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, de 2011, e com as diretrizes estabelecidas pelo TCU e pela CGU.

Todos os canais e ferramentas de comunicação estão disponíveis em:
<https://cefet-rj.br/>

Quadro 2. Canais de comunicação e de transparência do Cefet/RJ

 Endereço: Av. Maracanã, 229 - Maracanã, Rio de Janeiro - RJ CNPJ: 42.441.758/0001-05 CEP: 20271-110 - Brasil  E-mail: faleconosco@cefet-rj.br	 Telefone: (21) 2566-3022  Site: https://cefet-rj.br/
 Redes Sociais	 Youtube: https://www.youtube.com/@CefetRJ_oficial  Facebook: https://www.facebook.com/cefetrjoficial  LikedIn: https://br.linkedin.com/company/cefet-rj  X: https://twitter.com/cefet_rj  Instagram: https://www.instagram.com/cefet_rj
Ouvidoria: https://www.cefet-rj.br/index.php/ouvidoria	Portal de Dados Abertos: https://dados.cefet-rj.br/
Documentos Institucionais: https://www.cefet-rj.br/index.php/documentos-institucionais	
Transparência e Prestação de Contas: https://www.cefet-rj.br/index.php/transparencia-e-prestacao-de-contas	
Portal de Ingresso (Concursos): https://www.cefet-rj.br/index.php/concursos2	
Programas de Pós-graduação Stricto Sensu https://dippg.cefet-rj.br/index.php/pt/programas-de-pos-graduacao	
Canais externos Carta de Serviços: https://www.gov.br/pt-br/orgaos/centro-federal-de-educacao-tecnologica-celso-suckow-da-fonseca FalaBr: https://falabr.cgu.gov.br/web/home Participa + Brasil: https://www.gov.br/participamaisbrasil/pagina-inicial	

Fonte: Elaboração própria, 2025.



2.10. Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional

Como instituição integrante da rede de educação superior, o Cefet/RJ participa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, sendo submetido a três modalidades principais de instrumentos de avaliação, definidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, aplicados em diferentes momentos: Avaliação Interna (Autoavaliação) – realizada pela CPA, Avaliação Externa (Comissões de Avaliação *In loco*) – realizada pelo INEP/MEC e Avaliação do Desempenho dos Estudantes – realizada pelo INEP/MEC através do ENADE.

A Avaliação das Instituições de Educação Superior se desenvolve em duas etapas principais: a autoavaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) – e a avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

2.10.1. Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) foi constituída pela primeira vez em 2004, considerando o disposto no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

A CPA é formada por docentes, discentes, técnico-administrativos e por um membro representante da sociedade civil. A composição da CPA representa o Sistema Multicampi, compreendendo: membros da sede Maracanã (cinco docentes do ensino superior, um discente e um técnico administrativo) e membros dos campi com atuação em ensino superior (um docente do ensino superior, um discente e um técnico-administrativo).

De acordo com as orientações gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições, fornecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), a avaliação interna ou autoavaliação tem como principais objetivos:

[...] produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade (CONAES, 2004, p.5).

Assim, a autoavaliação ajuda a identificar as fragilidades e potencialidades da instituição em suas dez dimensões previstas por lei, tornando-se um importante instrumento para tomada de decisões. O relatório.

2.10.2. Avaliação Externa *in loco*

Sendo um dos pilares avaliativos constantes na Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), as avaliações externas *in loco* tratam da análise de objetos pertinentes ao contexto, aos processos e produtos das instituições de educação superior e cursos de graduação, conforme o ato decisório a ser subsidiado com a produção de dados e informações e a natureza do processo de avaliação *in loco*. As avaliações são orientadas por Instrumentos de Avaliação Institucional Externa (IAIE) ou por Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG), que objetivam retratar, de forma fidedigna, os objetos de avaliação que integram cada instrumento, contribuindo para a tomada de decisão de Estado em políticas públicas, a informação da sociedade e o fomento da melhoria da qualidade da educação superior no país.

Os resultados da avaliação são utilizados como evidências para suporte ao processo decisório e homologação dos respectivos atos autorizativos pela Seres/MEC – autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso de graduação, bem como credenciamento, reconhecimento ou transformação de organização acadêmica de instituições de educação superior.



2.10.3. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)

O **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade)** avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial.

Aplicado pelo Inep desde 2004, o Enade integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), composto também pela Avaliação de cursos de graduação e pela Avaliação institucional. Juntos eles formam o tripé avaliativo que permite conhecer a qualidade dos cursos e instituições de educação superior brasileiras.

Os resultados e relatórios das avaliações externas do Cefet/RJ estão disponíveis na página do **e-MEC** e **INEP**, onde podem ser consultados os conceitos dos cursos, Enade e IGC.



Atualmente, o Cefet/RJ possui Conceito Institucional igual a 5 (2023), Conceito Institucional EaD igual a 4 (2017) e Índice Geral de Cursos igual a 4 (2022).

2.11. Parcerias e Compartilhamento de Estrutura

A busca por parcerias estratégicas tem sido uma constante no ambiente acadêmico, especialmente em instituições de ensino e pesquisa como o Cefet/RJ. Recentemente, a instituição estabeleceu convênios e acordos de cooperação com diversas entidades, públicas e privadas, com o objetivo de promover o desenvolvimento tecnológico, científico e socioeconômico em diferentes áreas. Entre essas iniciativas, destacam-se os convênios com a Eletrobrás Eletronuclear, a TERNIUM, o Laboratório Nacional de Computação Científica, entre outros, além das parcerias com as fundações de apoio, como a FUNCATE e a FACC. Essas colaborações representam um marco importante no fortalecimento das atividades de pesquisa e inovação, visando impulsionar o progresso do país em níveis local, regional e internacional.

O **convênio entre o Cefet/RJ e a Eletrobrás Eletronuclear**, no valor de R\$ 9.058.434,20, tem como objetivo principal a aquisição de equipamentos, mobiliários e acervo para a montagem da biblioteca, visando a conclusão da implantação do Campus de Angra dos Reis. Este projeto, alinhado com as condicionantes da Licença de Operação nº 1217/2014 do IBAMA, visa equipar as instalações administrativas e laboratoriais, além de executar a programação visual do campus. A justificativa reside na melhoria das condições sociais e educacionais na região, cumprindo o compromisso da Eletronuclear com a integração regional. A ação proposta busca suprir a demanda por educação tecnológica de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico local e reduzindo o déficit de mão de obra qualificada. Serão realizados seminários anuais de prestação de contas para garantir transparência e responsabilidade na aplicação dos recursos, em conformidade com as exigências ambientais.

O **acordo de cooperação técnica firmado entre o Cefet/RJ e o Centro De Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL** para a concessão de bolsas pelo CEPEL a estudantes de nível superior completo, regularmente matriculados em curso de mestrado ou doutorado no Cefet/RJ.

O **Acordo de Cooperação entre o Cefet/RJ e o Laboratório Nacional de Computação Científica** tem como objetivo principal promover a ciência, o desenvolvimento tecnológico e a inovação. Para alcançar esse propósito, estão previstas ações como capacitação e intercâmbio de professores e alunos,



acesso à plataforma de computação de alto desempenho, compartilhamento de informações sobre fomento à pesquisa, uso de instalações, desenvolvimento conjunto de projetos de pesquisa e inovação, permuta de bibliografia e registros de banco de dados, contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, e outras atividades conjuntas para atender aos objetivos do acordo.

O acordo de Cooperação Técnica firmado entre Cefet/RJ e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, órgão subsidiário da Assembleia Geral das Nações Unidas – ACNUR com o objetivo de promover a educação, pesquisa e ação em relação ao deslocamento forçado, com foco na proteção internacional e inclusão de refugiados e apátridas no ensino superior e na sociedade:

A **parceria entre o Cefet/RJ e a TERNIUM** visa promover a educação de qualidade no ensino técnico e profissionalizante. O compromisso da TERNIUM inclui a implementação do programa Gen Técnico no Cefet/RJ *Campus Itaguaí*, com investimentos nos eixos de capacitação de alunos e professores, infraestrutura e práticas profissionalizantes na planta da Ternium em Santa Cruz. Esta colaboração proporcionará oportunidades de aprendizado prático aos estudantes, aproximando-os do mercado de trabalho e enriquecendo o currículo educacional. Além disso, a possibilidade de intercâmbio de informações entre profissionais da planta, alunos e professores em instalações da TERNIUM contribuirá para o aprimoramento mútuo e a integração entre teoria e prática.

A **cooperação técnica entre o Cefet/RJ campus Valença e a Sequoia Alimentos** tem como objetivo principal o desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento de produtos e processos, por meio de atividades de pesquisa e extensão realizadas por servidores e alunos da instituição. A Sequoia Alimentos se compromete a apoiar o desenvolvimento de fabricação em escala laboratorial ou piloto, fornecendo informações técnicas, produtos similares, custeando atividades de estágio dos alunos indicados, avaliando pedidos de aquisição de materiais e equipamentos, mantendo sigilo sobre a tecnologia desenvolvida e colaborando financeiramente com deslocamentos entre as unidades envolvidas. Essa parceria visa impulsionar a inovação e a competitividade no setor alimentício, promovendo o intercâmbio de conhecimento e recursos entre a academia e o mercado.

A **cooperação técnica entre o Cefet/RJ, campus Nova Iguaçu, por meio do Núcleo de Pesquisa em Ciências Aplicadas (NUCAP)**, e a Secretaria Mu-

nicipal de Agricultura e Meio Ambiente de Nova Iguaçu tem como objetivo promover o desenvolvimento de ações de gestão ambiental nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) de Morro Agudo, Posse-Guarita, Tinguazinho e Retiro. O NUCAP se compromete a realizar ações de divulgação de Educação Ambiental, pesquisas científicas para diagnosticar a evolução das Unidades de Conservação, registro histórico das informações coletadas, elaboração de projetos para promover a sustentabilidade das áreas protegidas, divulgação de eventos de educação ambiental para a comunidade local, contribuição acadêmica para estudos estatísticos visando melhorias sociais e habitacionais na região. Essa parceria visa fortalecer a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável das APAs, envolvendo a comunidade escolar e a população do entorno do campus.

A criação das fundações de apoio, em conformidade com a legislação pertinente, representou um marco para o estímulo à pesquisa e desenvolvimento científico no país. Com destaque para as entidades recém-credenciadas, incluindo a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica (FACC) e a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais (FUNCATE), a iniciativa visa fortalecer a colaboração entre instituições de ensino e pesquisa, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras. Por meio de resoluções aprovadas pelo CODIR, ([Resolução Codir/Cefet/RJ nº 05/2024](#) e [Resolução CODIR/Cefet/RJ nº 06/2024](#)), o Cefet/RJ estabeleceu parcerias com a FUNCATE e a FACC, visando dinamizar a gestão e execução de projetos conjuntos, promovendo eficiência e transparência na condução das atividades.

A FUNCATE, em sua missão, destaca-se pela eficácia na gestão e execução de contratos e convênios, tanto com entidades públicas quanto privadas, vinculadas ao setor de ciência e tecnologia. Seu papel central na fomentação da pesquisa e na captação de recursos contribui significativamente para o avanço científico e tecnológico do país. Já a FACC, ao propiciar apoio administrativo especializado a ICTs e universidades públicas, desempenha um papel fundamental na execução de projetos de pesquisa e inovação, bem como na prestação de serviços técnicos.

O estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino e pesquisa, como o Cefet/RJ, e entidades públicas e privadas, bem como fundações de apoio, demonstra um compromisso conjunto com o avanço do conhecimento e da tecnologia.



3. Projeto Pedagógico Institucional



3.1. Introdução	130
3.2. Fundamentos e princípios filosóficos	130
3.3. Concepções e princípios pedagógicos	132
3.4. Políticas de Ensino	133
3.4.1. A formação integral e a politecnia como fundamentos	133
3.4.2. Verticalização como proposta de integração	133
3.4.3. Responsabilidade Social: inclusão e políticas afirmativas	134
3.4.4. Avaliação e acompanhamento estudantil como princípio didático-pedagógico	134
3.4.5. Integração com tecnologias e inovação	135
3.4.6. Formação de cidadãos e profissionais críticos	135
3.4.7. EPTNM (Educação Profissional Técnica de Nível Médio)	135
3.4.8. Ensino Superior	135
3.4.9. Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica	137
3.5. Educação a Distância (EaD)	140
3.6. Programas e Projetos de Ensino	141
3.7. Inclusão e Políticas Afirmativas	141
3.8. Acesso, Permanência e Êxito	143
3.9. Política de Extensão	145
3.10. Política de Cultura	149
3.10.1. Eixos Conceituais	150
3.10.2. Objetivos	150
3.10.3. Ações	151



3.11. Políticas de Pós-graduação, Pesquisa, Inovação e Internacionalização	151
3.11.1. Política de Pós-graduação	151
3.11.2. Política de Pesquisa	153
3.11.3. Política de Inovação	155
3.11.4. Política de Internacionalização	157
3.12. Política de Ações Afirmativas	159
3.12.1. Dimensão étnico-racial	159
3.12.2. Dimensão gênero e sexualidade	160
3.12.3. Dimensão acompanhamento para pessoas com necessidades específicas	161
3.13. Política de Assistência Estudantil	162



3.1. Introdução

Da educação brasileira depende, em grande medida, a trajetória do país. Isto evidencia a necessidade do planejamento de ações educativas destinadas a promover mudanças que a sociedade espera e necessita. Estas transformações só são possíveis quando as instituições de ensino planejam claramente seus objetivos e metas e os realizam por estratégias e meios eficazes. Além disso é preciso continuamente promover o aumento da escolarização qualificada e contínua da sociedade, que, no contexto atual, passa também pela incorporação das novas tecnologias de ensino.

O advento das novas tecnologias e a implementação de novas práticas de ensino têm reconfigurado (ou dinamizado) os processos educacionais, exigindo, ao mesmo tempo, distanciamento e compreensão crítica desse processo. O planejamento pedagógico precisa considerar essas inovações como parte central da formação dos estudantes. Assim, é imprescindível desenvolver referenciais que permitam a convergência das ações realizadas pelas diversas instâncias de ensino, integrando essas novas metodologias ao sistema educacional do país.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, é o documento que orienta a educação brasileira de maneira ampla, enquanto o Projeto Pedagógico é o instrumento que direciona a missão e a intencionalidade de cada unidade de ensino, desde a Educação Básica até o Ensino Superior. Nesse cenário, o uso de tecnologias e o ensino híbrido devem ser incorporados de forma estratégica, contribuindo para a formação de cidadãos preparados para os desafios contemporâneos.

Entretanto, o Projeto Pedagógico não deve ser visto como uma imposição normativa rígida a que todos os envolvidos nas instituições educacionais estão submetidos. Tampouco deve ser um processo imposto de forma não participativa. “Projetar” ou “planejar” significa refletir e discutir coletivamente sobre o que se pretende implementar. Assim, o Projeto Pedagógico deve traduzir um movimento participativo e coletivo, em constante transformação, pois precisa refletir a identidade e os objetivos institucionais, acompanhando as novas demandas do mundo digital e as inovações no campo educacional.

No contexto do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, buscamos que o Projeto Pedagógico fosse o resultado de um processo verdadeiramente democrático e consultivo, refletindo com fidelidade o que o Cefet/RJ é e o que aspira ser, especialmente no que tange à adaptação às novas tecnologias e à oferta de um ensino mais dinâmico, flexível, diverso e inclusivo.

As páginas que seguem são a expressão desse amplo e participativo movimento.

3.2. Fundamentos e princípios filosóficos

Assumimos como princípios filosóficos orientadores das ações do Cefet/RJ a compreensão de que essa instituição educacional é fundamentalmente um espaço público voltado para a formação humana, sob as bases da ciência, da tecnologia, da cultura e do trabalho.

Assim, entende-se como princípios orientadores que:

- todos os servidores são responsáveis por esse espaço formativo e, nele, educam e se educam de forma permanente;
- os alunos são corresponsáveis por esse espaço e têm o direito de receber ações educacionais qualificadas, que ao Centro cabe oferecer;
- a convivência em um mesmo espaço acadêmico de cursos de diferentes níveis de ensino, juntamente com atividades de pesquisa e extensão, enriquece a formação dos profissionais preparados pelo Centro (técnicos, tecnólogos, engenheiros, administradores e outros bacharéis, docentes, mestres e doutores), ao mesmo tempo em que desafia a instituição a avançar na concepção e na prática da educação tecnológica e interdisciplinar;
- toda a comunidade escolar é responsável por criar e manter um ambiente fraterno, hospitaleiro, inclusivo e saudável, para todos.



A filosofia institucional do Cefet/RJ se expressa, ainda, nas diretrizes norteadoras deste Projeto Pedagógico, derivadas dos princípios orientadores. Este documento, construído de forma democrática, com a participação da comunidade interna – servidores e alunos – e de representantes do setor produtivo e da sociedade, contém os princípios que guiam o desenvolvimento da instituição e estão alinhados com as tendências e desafios contemporâneos. Entre os principais valores e diretrizes do Cefet/RJ estão:

- **Qualidade da educação pública:** O Cefet/RJ defende e promove condições que garantam a excelência da educação oferecida pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, respeitando sua diversidade institucional e autonomia.
- **Identidade institucional:** A reafirmação da identidade do Cefet/RJ é fundamental, especialmente em sua missão de formar profissionais em diferentes níveis. É necessário reforçar a verticalização da instituição, oferecendo aos estudantes a possibilidade de uma trajetória educacional contínua e integrada entre os diferentes níveis de ensino. Isso fortalece uma formação completa e articulada, com vistas à futura transformação do Cefet/RJ em uma Universidade Tecnológica Federal.
- **Versatilidade e Verticalização:** Os currículos devem ser versáteis, permitindo a implementação de métodos interdisciplinares e transdisciplinares, além de oferecer autonomia aos estudantes na escolha de disciplinas. O currículo deve ser construído de forma verticalizada que possibilite o trânsito dos estudantes entre os diversos níveis de ensino.
- **Integração do ensino, pesquisa e extensão:** A adoção de estratégias que integrem as atividades de ensino, pesquisa e extensão, desde a educação básica até a pós-graduação, é uma característica metodológica central desenvolvida e aprimorada continuamente junto aos processos formativos implementados no Cefet/RJ.
- **Compromisso com a inclusão:** O Cefet/RJ afirma seu compromisso com a promoção da inclusão social, a permanência dos estudantes e o combate à retenção e à evasão escolar. A instituição deve reconhecer a educação como um direito fundamental e essencial para a realização pessoal, o desenvolvimento social e econômico, e a coesão social. Devem ser

consolidadas políticas de inclusão social que ampliem o acesso à educação para grupos subrepresentados e em situação de vulnerabilidade social, incluindo estudantes de baixa renda, minorias étnicas, migrantes, refugiados e pessoas com deficiências. A instituição deve desenvolver estratégias para identificar e assistir estudantes em risco de evasão, proporcionando apoio acadêmico e aconselhamento personalizado. Devem ser estabelecidos mecanismos robustos para monitoramento e avaliação das políticas de inclusão, permanência e conclusão, ajustando as estratégias conforme necessário para alcançar os objetivos estabelecidos.

- **Educação continuada e inovação:** A instituição está comprometida com o desenvolvimento nacional e regional, disseminando e produzindo conhecimento, permitindo o aprimoramento contínuo de todos os atores sociais envolvidos, focando no aprendizado ao longo da vida e na requalificação profissional para atender às demandas de um mundo em constante transformação.
- **Sustentabilidade e responsabilidade social:** Incentivando o caminho para a sustentabilidade, o Cefet/RJ adota políticas que promovem a redução da pegada de carbono, a diversidade e o combate à desigualdade. A responsabilidade social e a ética guiam suas ações, sempre com o objetivo de legitimar sua atuação junto à sociedade.
- **Autonomia institucional:** A preservação da autonomia institucional, assegurada por lei, é um valor central, garantindo a independência na tomada de decisões e na execução de suas ações educacionais.
- **Gestão democrática e descentralizada:** O Cefet/RJ adota uma abordagem de gestão democrática e descentralizada, valorizando a participação ativa de todos os membros da comunidade interna, buscando a ampliação e manutenção dos espaços de diálogo, a transparência na utilização dos recursos institucionais, o compartilhamento de informações de forma clara e acessível, a adoção de estruturas colegiadas, como conselhos e comissões, para envolver diferentes perspectivas na tomada de decisões buscando constantemente pelo aperfeiçoamento e automação dos processos e gestão por exceção, tanto nas áreas acadêmicas quanto administrativas.



- **Inovação e empreendedorismo:** A instituição também abraça a cultura da inovação e do empreendedorismo, estimulando essas áreas como formas de superar desafios econômicos e sociais e contribuir para o crescimento sustentável, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- **Digitalização e modernização:** O Cefet/RJ reconhece a importância da digitalização em suas atividades acadêmicas e administrativas, otimizando estruturas e processos, ampliando o acesso à educação e direcionando recursos para áreas de impacto futuro.
- **Conectividade e engajamento social:** A instituição busca engajar a sociedade na apresentação de conhecimentos e soluções, promovendo o diálogo entre a academia e as demandas reais da população. Esse engajamento é crucial para reduzir a desconexão entre o ensino e a vida cotidiana, além de evitar a evasão escolar.
- **Reflexão sobre a tecnologia:** Adesão à tecnologia na medida que esteja a serviço da promoção do desenvolvimento humano; compromisso social; diálogo constante e parcerias com instituições/entidades representativas da sociedade; responsabilidade funcional e ética.

Em resumo, tais princípios e diretrizes são resultado do esforço do Cefet/RJ se reinventar continuamente para enfrentar os desafios contemporâneos, sempre comprometido com a qualidade da educação pública, a democracia, a igualdade, a sustentabilidade, a inovação e a responsabilidade social, mantendo-se relevante e eficaz no cenário educacional global.

3.3. Concepções e princípios pedagógicos

Tendo como pressuposto básico a condição histórica e dialética do processo de construção do conhecimento, acredita-se que é através das relações que os indivíduos estabelecem entre si, com a natureza, com a sociedade em que vivem, com a sua cultura, que os saberes são produzidos. É por meio deste trânsito dialético pelas diferentes esferas sociais, que surgem as diferentes formas de linguagem: acadêmica, popular, filosófica e científica. Desse modo, os conhecimentos e as formas de linguagem que dele derivam não podem ser pensados como uma condição *a priori*, como algo que antecede a existência humana, mas na sua dimensão existencial, social e histórica. Pensar uma nova concepção de formação implica pensar a própria condição humana.

Sabe-se que os professores exercem um papel fundamental no processo de transformação social. Na atualidade, as escolas passam por um profundo processo de mudança ocasionado pelas transformações que ocorrem no seio da sociedade, seja no âmbito do trabalho, dos avanços tecnológicos e dos meios de comunicação, da política e da economia nacional e internacional. Tudo isso implica uma (re)significação do papel da escola e do professor, bem como de suas práticas. Nesse sentido, a formação docente deve ser pensada como um importante componente do processo de democratização da escola e da valorização da identidade do professor.

Essa formação identitária é epistemológica, política, ética e estética, sendo preciso reconhecer a docência como um campo de conhecimento e de atuação social que possui suas especificidades e necessidades, um campo que requer fomento e estímulo de todas as instituições de ensino em termos de pesquisa e extensão.



3.4. Políticas de Ensino

A Diretoria de Ensino do Cefet/RJ desempenha um papel central na estrutura educacional da instituição, sendo responsável pelo planejamento, avaliação e execução das políticas de ensino – desde a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) até a Graduação. A construção de uma política de ensino para uma instituição tão diversa demanda uma abordagem integrada, que contemple tanto os aspectos técnicos quanto os humanísticos, sempre em consonância com princípios fundamentais para a formação integral do sujeito, da politecnia e da responsabilidade social.

3.4.1. A formação integral e a politecnia como fundamentos

Uma política de ensino voltada para a formação integral dos sujeitos considera o desenvolvimento completo do estudante, abrangendo aspectos intelectuais, técnicos, éticos e sociais. No contexto do Cefet/RJ, a Diretoria de Ensino deve garantir que os currículos sejam estruturados para proporcionar não apenas o domínio técnico, mas, sobretudo, a capacidade crítica para compreender e transformar a sociedade. Nesse sentido, a instituição busca, como princípio educativo, a integração entre o saber técnico e o saber científico, promovendo a compreensão ampla dos processos produtivos e das tecnologias, aplicadas à possibilidade de construção de uma sociedade mais justa, igualitária e socialmente referenciada. A integração do saber técnico e científico visa proporcionar aos estudantes não apenas a qualificação para o mercado de trabalho, mas também uma formação que lhes permita atuar como agentes transformadores. A compreensão dos processos produtivos vai além da simples reprodução de técnicas, estimulando estudantes a questionarem e proporem soluções inovadoras que dialoguem com as demandas sociais, ambientais e econômicas de suas realidades.

A Diretoria de Ensino deve, portanto, garantir que os currículos sejam concebidos de maneira interdisciplinar e crítica, de modo que a Educação Profissional e Tecnológica seja complementada por uma reflexão sobre o papel social e ético das tecnologias e da produção. A ideia de uma educação pública socialmente referenciada implica que a formação oferecida no Cefet/RJ esteja

conectada às necessidades reais da população, promovendo ações educativas que visem à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável.

Essa abordagem exige uma constante revisão dos currículos, a fim de garantir que eles respondam às transformações sociais e tecnológicas em curso, além de proporcionar aos estudantes a oportunidade de participar de projetos que conectem a teoria com a prática. As parcerias com empresas, instituições de pesquisa e ensino, escolas de educação básica e organizações sociais são fundamentais para criar espaços de aprendizagem que permitam aos alunos vivenciarem a aplicação de seus conhecimentos em contextos reais, sempre com uma visão ética e responsável.

O papel da Diretoria de Ensino é central nesse processo, assegurando que as políticas educacionais sejam desenvolvidas com base nesses princípios e garantindo que a formação integral seja uma realidade nos diferentes níveis de ensino do Cefet/RJ, da Educação Profissional Técnica de Nível Médio até a Graduação.

3.4.2. Verticalização como proposta de integração

A verticalização dos cursos é pensada como um dos pilares fundamentais da política de ensino do Cefet/RJ, promovendo uma integração orgânica entre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) e a Graduação. Esse modelo almeja que os estudantes encontrem na instituição uma oferta de formações que lhes permitam transitar entre diferentes níveis de ensino, com aproveitamento de estudos da educação básica (formação técnica) ao ensino superior (graduação). A continuidade formativa, proposta pela verticalização, favorece o aprofundamento progressivo dos conhecimentos com foco tanto na formação escolar-acadêmica quanto no mundo do trabalho.

No entanto, para que a verticalização seja eficaz, a Diretoria de Ensino deve coordenar cuidadosamente os currículos de EPTNM e Graduação, garantindo uma articulação coerente e progressiva entre os dois níveis. Isso envolve um planejamento curricular que considere a integração de créditos (aproveitamento de estudos), a promoção de projetos interdisciplinares e o desenvolvimento gradual de competências. A revisão constante das matrizes curriculares é fundamental para garantir que a formação técnica ofereça a base



necessária para a continuidade dos estudos na graduação, permitindo que a graduação aprofunde e expanda os saberes adquiridos na formação inicial.

Adicionalmente, a perspectiva de horizontalidade é igualmente importante, especialmente considerando que os cursos do Cefet/RJ são desenvolvidos em diferentes *campi* da instituição. Nesse sentido, é preciso garantir que a formação técnica e a superior dialoguem entre si, sem sobrepor ou hierarquizar determinadas áreas de conhecimento ou práticas formativas.

No processo de verticalização do ensino, a Diretoria de Ensino deve promover políticas que incentivem a adaptação dos currículos às realidades locais e às necessidades dos alunos. Isso implica uma construção coletiva e democrática do currículo, na qual professores, alunos e a comunidade participem ativamente do processo de definição dos conteúdos e das metodologias.

Assim, a verticalização deve ser vista não apenas como um meio de garantir a continuidade formativa, mas também como uma estratégia para fomentar uma educação crítica, que conscientize das contradições sociais e econômicas que permeiam a sociedade, capaz de questionar a lógica hegemônica e de propor alternativas que contemplem a inclusão, a diversidade, a justiça social e a sustentabilidade.

3.4.3. Responsabilidade Social: inclusão e políticas afirmativas

A responsabilidade social é um componente essencial da política de ensino do Cefet/RJ, e cabe à Diretoria de Ensino assegurar que a inclusão e a equidade sejam princípios norteadores de todas as ações educacionais. As políticas afirmativas, como a reserva de vagas para estudantes de baixa renda, negros, indígenas e pessoas com deficiência, são fundamentais para garantir que o acesso à educação seja ampliado para todos os grupos sociais, especialmente aqueles historicamente marginalizados.

A promoção da inclusão não pode se restringir apenas ao acesso. A Diretoria de Ensino se esforça para aprimorar mecanismos de permanência, que assegurem que esses estudantes, uma vez inseridos na instituição, possam concluir seus estudos com sucesso. Isso envolveu a criação de programas de apoio acadêmico e psicossocial, a oferta de bolsas de estudo, monitorias, está-

gios remunerados e iniciativas que promovam a permanência e o engajamento dos estudantes em situações de vulnerabilidade.

Além das políticas afirmativas, as questões de gênero devem ser tratadas nas políticas de ensino do Cefet/RJ. A Diretoria de Ensino deve garantir que as mulheres e as minorias de gênero sejam incentivadas a participar ativamente de cursos em áreas técnicas, tecnológicas e científicas, historicamente dominadas por homens. Isso pode ser feito por meio de programas de mentoria e a promoção de debates sobre igualdade de gênero, tanto no currículo quanto em atividades extracurriculares.

3.4.4. Avaliação e acompanhamento estudantil como princípio didático-pedagógico

A avaliação contínua é um componente crucial para garantir a eficácia das políticas de ensino. A Diretoria de Ensino, responsável por essa função, deve criar mecanismos de avaliação que considerem tanto o desempenho acadêmico dos estudantes quanto a qualidade dos currículos, dos professores e dos processos de ensino.

No contexto da verticalização dos cursos, a avaliação deve ser ainda mais criteriosa, garantindo que os objetivos formativos sejam alcançados em cada etapa do processo educativo. Para isso, a Diretoria de Ensino pode implementar sistemas de avaliação baseados em indicadores de desempenho que levem em conta a inserção dos egressos no mercado de trabalho, a continuidade dos estudos na graduação e pós-graduação e a produção científica e tecnológica gerada pelos alunos.

Além disso, é fundamental que a avaliação contemple o impacto das políticas de inclusão e diversidade. A Diretoria de Ensino deve monitorar de perto a eficácia das ações afirmativas e dos programas de permanência e êxito, ajustando as políticas conforme necessário, para garantir que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de bom aproveitamento escolar.



3.4.5. Integração com tecnologias e inovação

O uso de tecnologias educacionais e a incorporação da inovação no processo de ensino-aprendizagem são fundamentais para garantir que o Cefet/RJ se mantenha à frente das demandas contemporâneas. A Diretoria de Ensino deve buscar promover a integração de ferramentas digitais no cotidiano escolar, tanto no EPTNM quanto na Graduação e Pós-Graduação. Isso inclui desde o uso de plataformas de ensino remoto e híbrido até a criação de laboratórios virtuais e ambientes interativos de aprendizagem.

Além disso, a inovação deve ser incentivada por meio de programas de iniciação científica, incubadoras de startups e projetos de extensão que conectem os alunos com o setor produtivo e tecnológico. A Diretoria de Ensino tem o papel de fomentar parcerias estratégicas com empresas, instituições de pesquisa e ensino, escolas de educação básica e organizações não governamentais, garantindo que os alunos tenham oportunidades de aplicar seus conhecimentos de forma inovadora.

3.4.6. Formação de cidadãos e profissionais críticos

Por fim, é importante destacar que a política de ensino do Cefet/RJ deve formar não apenas profissionais competentes, mas cidadãos conscientes de seu papel na sociedade. A formação cidadã deve ser transversal a todo o currículo, desde a EPTNM até a Pós-Graduação, promovendo o desenvolvimento de uma postura crítica e ética frente às questões sociais, ambientais e políticas.

A Diretoria de Ensino deve incentivar o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que articulem o saber técnico-científico com questões sociais relevantes, como a sustentabilidade ambiental, a responsabilidade social e o desenvolvimento comunitário. Esses projetos podem ser implementados por meio de parcerias com a sociedade civil, o setor produtivo e as esferas governamentais, promovendo uma formação cidadã que vá além da sala de aula.

A Diretoria de Ensino do Cefet/RJ tem a responsabilidade de garantir que a política educacional da instituição esteja sempre em sintonia com as demandas sociais, tecnológicas, científicas e culturais da contemporaneidade. Ao promover uma formação integral, inclusiva e crítica, o Cefet/RJ cumpre sua missão de formar profissionais competentes e cidadãos comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável.

3.4.7. EPTNM (Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Nos termos do que define a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) “integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”. No que diz respeito aos tipos de cursos classificados no espectro dessa natureza, a legislação os define entre aqueles de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, de educação profissional técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. Nesta seção, são tratados aqueles compreendidos no bojo da educação profissional técnica de nível médio (EPTNM), que podem se desenvolver de maneira articulada ou subsequente ao ensino médio, última etapa escolar da educação básica. Em se tratando dos cursos articulados, sua organização acontece de forma integrada ou concomitante. Do ponto de vista político-pedagógico, importa destacar que a interligação da EPTNM ao ensino médio corresponde à vinculação da educação básica à EPT, configuração que preserva o atendimento à formação geral do estudante, mas considera a necessidade do seu preparo para o exercício de profissões técnicas.

No Cefet/RJ, são ofertados cursos da EPTNM que se desenvolvem tanto de forma articulada quanto subsequente ao ensino médio. A relação de cursos está disposta no capítulo 4. Organização Didático Pedagógica deste PDI.

3.4.8. Ensino Superior

A oferta de cursos de graduação no Cefet/RJ abrange o bacharelado, os cursos superiores de tecnologia e as licenciaturas, em diferentes *campi*. O ingresso nos cursos, desde 1998, vinha ocorrendo por meio de vestibular isolado. Em 2009, o Cefet/RJ aprovou a adesão integral ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu), utilizando o novo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como fase única de seleção para o ingresso nos seus cursos de graduação, a partir do ano de 2010.

A lista dos cursos de graduação atualmente em desenvolvimento na instituição, está disposta no capítulo 4. Organização Didático Pedagógica deste PDI.



A educação superior brasileira, no contexto do Cefet/RJ, passa atualmente por grandes transformações que requerem a implementação de políticas inovadoras e adequadas a um novo cenário. Essas transformações são impulsionadas não apenas pela rápida evolução tecnológica e pela digitalização da sociedade, mas também pela necessidade de responder a novos marcos regulatórios que visam aprimorar a qualidade do ensino e a formação acadêmica dos alunos. Dentre esses marcos, destacam-se as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Engenharia (Resolução CNE/CES Nº 2/2019) e Licenciaturas (Resolução CNE/CP Nº 2/2019), que foram responsáveis por desencadear processos de revisão curricular nos Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos.

Já no contexto da Resolução CNE/CES Nº 7/2018, que estabelece diretrizes para a integração das atividades de extensão universitária nos currículos de graduação, deve-se valorizar a experiência prática através de atividades associadas à extensão curricular e da geração de inovações, através da aproximação a arranjos produtivos regionais, com a consolidação de adaptações curriculares necessárias para enfrentar as novas realidades que se apresentam. Isso inclui a criação de novas atividades ou a modificação das cargas horárias já existentes para melhor adequar-se às necessidades contemporâneas. Tal abordagem é essencial para preparar os alunos do Cefet/RJ para enfrentar os desafios do mundo real, munidos de conhecimento teórico sólido e habilidades práticas fundamentais.

Além dessas resoluções, é crucial mencionar a Proposta do Novo Plano Nacional de Educação, apresentada pelo Projeto de Lei 2614/2024, que se propõe a redefinir as metas e estratégias para a educação brasileira nos próximos anos. O Projeto de Lei enfatiza a importância de uma formação integral do aluno, que vá além das competências técnicas e abarque também habilidades socioemocionais, o letramento digital e práticas cidadãs.

No contexto do Cefet/RJ, essas mudanças regulatórias exigem uma reavaliação contínua dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), de modo a assegurar que eles estejam em consonância com as novas diretrizes e possam promover um ensino de qualidade que atenda às mudanças do mercado de trabalho e às expectativas sociais. Serão também importantes os desdobramentos da Portaria MEC 528/2024 que estabelece prazo para criação de novos referenciais de qualidade e marco regulatório para oferta de cursos de graduação no formato de oferta a distância, que deverão ser implantados ao longo dos próximos anos.

Em todo o mundo, a educação superior enfrenta desafios, destacando-se a necessidade urgente de incorporar novas tecnologias nos processos de ensino e aprendizagem. Essa incorporação não deve ser meramente instrumental, mas deve fomentar um letramento digital inclusivo para todos os alunos, preparando-os para um ambiente cada vez mais complexo e mutável. No Cefet/RJ, isso implica em criar condições para que os alunos desenvolvam competências digitais que vão além do básico e os capacitem a utilizar tecnologias de forma crítica, criativa e ética.

Outro desafio significativo é a promoção do acesso e da permanência dos estudantes no ensino superior. As políticas de ensino do Cefet/RJ devem estar centradas na inclusão, criando mecanismos eficazes para reduzir a evasão escolar e oferecer suporte integral aos alunos, especialmente aqueles provenientes de grupos socioeconomicamente desfavorecidos.

A flexibilização curricular também se apresenta como uma necessidade incontornável no cenário atual. Os cursos de graduação do Cefet/RJ precisam ser estruturados de forma a permitir que os alunos personalizem sua trajetória acadêmica, favorecendo a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade como caminhos para uma formação mais enriquecedora e contextualizada.

O Cefet/RJ, como instituição que congrega Ensino Médio, Graduação e Pós-Graduação, é um *locus* ideal para ações integradas de verticalização e formação continuada. A articulação entre a graduação e a pós-graduação deve ser promovida com o objetivo de incentivar uma melhor integração entre ensino, pesquisa e extensão, coordenando ações que fortaleçam a relevância acadêmica e profissional dos cursos oferecidos e atraindo estudantes de graduação para a carreira científica.

Por outro lado, há a necessidade de ampliar iniciativas de verticalização da educação profissional e tecnológica. A integração curricular entre diferentes níveis e etapas de ensino, bem como iniciativas de aproveitamento de estudos e reconhecimento de saberes, são estratégias para promover oportunidades de continuidade nos estudos dos egressos, capacitando-os para enfrentar os desafios do mercado de trabalho.



A possibilidade de certificações intermediárias e micro certificações, também é importante para proporcionar uma formação mais dinâmica e adaptada às necessidades dos alunos. Essas certificações podem facilitar o reconhecimento de competências ao longo do curso, facilitando a inserção no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que incentivam a continuação dos estudos.

A efetiva implantação das políticas de ensino necessárias na instituição requer um foco especial na melhoria da acurácia das informações acadêmicas, elemento crucial tanto para os processos de tomada de decisão internos, quanto para atender às demandas dos órgãos de controle externos.

O Cefet/RJ deve investir na criação de regulamentos e infraestrutura de informações que permitam a automatização dos processos administrativos, a gestão por exceção e a implementação de Indicadores Chave de Desempenho adaptados à realidade organizacional. Isso envolve a implementação de sistemas eficientes de registro e controle, o treinamento adequado dos responsáveis pela inserção de dados e auditorias regulares para verificar a consistência e veracidade das informações.

Dentro dos processos de digitalização, o Decreto 9.235/2017 estabelece como diretriz para as instituições de ensino superior (IES): a conversão dos documentos acadêmicos para o meio digital. Essa medida visa garantir a integridade e autenticidade das informações contidas nos registros originais, conforme exigido pela legislação. No caso específico do Cefet/RJ, essa determinação implica em mobilizar recursos para o armazenamento seguro e confiável dos Trabalhos de Conclusão de Cursos, Dissertações e Teses. A transição para o meio digital não deve apenas otimizar a gestão desses documentos, mas também assegurar sua preservação ao longo do tempo, facilitando o acesso e a consulta por parte da comunidade acadêmica.

As políticas de ensino de graduação do Cefet/RJ para o período de 2025-2029 não apenas atenderão aos novos marcos regulatórios estabelecidos, mas também se comprometerão com a formação integral dos alunos, garantindo-lhes uma educação de excelência. Essa formação deverá ser adaptável, inclusiva e inovadora, preparando profissionais capacitados e cidadãos conscientes, prontos para contribuir com a sociedade de forma significativa e transformadora.

3.4.9. Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica

A formação de professores no Cefet/RJ está alinhada à legislação educacional brasileira, que reconhece a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996) afirma que a “educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996, p.11).

Nesse contexto, os professores e professoras ocupam uma posição central, pois têm a missão profissional de preparar os estudantes, durante a educação básica, para reconhecerem seus direitos e deveres, previstos constitucionalmente. Ao fazerem isso, os educadores garantem que os estudantes tenham a possibilidade de agir socialmente, buscando o bem comum, a igualdade e a justiça social, nos diferentes campos em que vierem a atuar, seja nas suas vivências em comunidade e família, seja na sua experiência com o mundo do trabalho.

Diante de um desafio de tamanha complexidade, propomos um processo de formação que privilegia o domínio de conhecimentos sobre o mundo de forma interdisciplinar e crítica, integrando conhecimentos de natureza social e científica. Essa abordagem evita a dicotomia entre teoria e prática, defendendo uma formação que articule esses elementos de maneira coesa e prática.

Formação inicial e continuada nas licenciaturas

A formação inicial do Cefet/RJ nas licenciaturas propõe a incorporação e valorização de conhecimentos oriundos de diversas vertentes que compõem a prática educacional do professor. Isso inclui os conhecimentos dos diferentes campos científicos e os de ordem pedagógica, articulados de tal forma a constituírem um domínio específico do saber, o conhecimento pedagógico do conteúdo (SCHULMAN, 1986). Esse conceito refere-se ao conjunto de conhecimentos que os educadores mobilizam em sala de aula, abrangendo o entendimento acerca dos estudantes, estratégias de avaliação e os propósitos educacionais que guiam o ensino.



Nossa formação não se baseia na racionalidade técnica, nem se pauta pela fragmentação do currículo presente no chamado “Modelo 3 + 1”. Esse modelo, amplamente utilizado no passado nas formações de licenciatura, divide o currículo em três anos de formação teórica e um ano de prática pedagógica, o que frequentemente resulta em uma desconexão entre teoria e prática. O Cefet/RJ busca evitar essa abordagem, propondo uma formação que articule teoria e prática desde o início, promovendo uma experiência de aprendizado mais integrada e contextualizada.

A Resolução CNE/CP No. 4, de 29 de maio de 2024, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, ressalta “o reconhecimento das instituições de Educação Básica como instituições formadoras indispensáveis à formação do licenciando e de seus profissionais como agentes fundamentais no processo de socialização profissional” (BRASIL, 2024, p. 3). O Cefet/RJ, fundamentando-se nesse princípio, busca articular seus processos de formação inicial e continuada, fortemente atrelados à extensão e a uma formação em diálogo com as escolas de educação básica, nas esferas municipal e estadual. Isso ocorre por meio do estágio supervisionado, da atual “curricularização da extensão”, prevista na Resolução CNE/CES No. 7, de 18 dezembro de 2018, e da execução de programas como o Pibid, além de programas de pós-graduação e projetos de extensão e pesquisa.

Tomamos como princípio fundamental o reconhecimento das escolas como espaços de produção de conhecimento e os professores da educação básica como agentes dessa produção de saberes sobre a docência. A articulação do Cefet/RJ com as escolas de educação básica, por meio de seus Cursos de Licenciatura, visa promover a formação inicial e continuada dos professores de ambas as instituições, estabelecendo uma ponte entre a universidade e a escola e promovendo diálogos horizontais.

Essa relação com as escolas se desenvolve em suas diferentes dimensões, com base na codocência, que busca integrar as ações dos atores sociais da escola e do Cefet/RJ em prol da formação de todos os envolvidos. A codocência é um processo formativo, no qual não há relação hierárquica de saberes entre os participantes, garantindo a todos oportunidades iguais de participação nos processos criados pelo grupo. Por meio da codocência, licenciandos, professores da escola e do Cefet/RJ atuam na formação dos estudantes da educação básica, ao mesmo tempo, em que se formam juntos no processo.

A valorização da carreira docente, o fortalecimento de conhecimentos e práticas específicas e a cooperação entre entidades governamentais são fundamentais para construir uma formação docente sólida e contemporânea. Com isso, temos intenção de possibilitar que os professores formados pelo Cefet/RJ estejam aptos a enfrentar os desafios do trabalho docente em um contexto de acentuada desigualdade social e educacional.

Além disso, consideramos que a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber são princípios que sustentam a prática educativa na formação de professores no Cefet/RJ, promovendo um ambiente de pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.

A pesquisa nas Licenciaturas

É comum encontrarmos representações sobre as licenciaturas e a formação de professores que posicionam esses profissionais como especialistas apenas no ensino. Com isso, há uma dissociação entre as atividades de ensino e as atividades de pesquisa e extensão.

A forma como se produz conhecimento em educação envolve relações com seres humanos e se aproxima de perspectivas de pesquisa ligadas às ciências humanas e sociais, ao mesmo tempo em que, no caso das licenciaturas em Física e Matemática, se aproxima de conhecimentos produzidos nessas áreas.

No desenvolvimento de suas pesquisas, os cursos de licenciatura do Cefet/RJ encaram os atores sociais das escolas como sujeitos e não como objetos da pesquisa. Dessa forma, se busca realizar pesquisas nas quais os professores sejam parceiros na investigação, aproximando suas práticas escolares das práticas de pesquisa.

Estratégias de acompanhamento de egressos (professores iniciantes) no âmbito das licenciaturas

Conforme estabelecido pela Resolução CODIR/Cefet-RJ n.º 51, de 02 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Política de Acompanhamento de Egressos em todos os níveis e modalidades de ensino oferecidos pelo Cefet/RJ, os cursos de licenciatura implementarão estratégias específicas para acompanhar o desenvolvimento profissional e acadêmico de seus egressos. Esse acompanhamento é essencial para avaliar a continuidade dos processos de formação de professores e formular estratégias futuras para essa área.



As estratégias de acompanhamento serão desenvolvidas em coadunação com as diretrizes da referida resolução e incluirão a utilização dos dados coletados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e da Comissão Local de Acompanhamento de Egressos.

O acompanhamento de egressos das licenciaturas tem como objetivos:

- obter informações sobre a inserção profissional dos egressos, permitindo uma avaliação das ações e da aplicabilidade dos conteúdos e metodologias utilizados durante o curso;
- utilizar os dados obtidos para revisões curriculares;
- oferecer suporte contínuo aos egressos, facilitando a formação continuada e a inserção em redes profissionais que possam contribuir para seu desenvolvimento na carreira docente;
- fortalecer as relações entre a instituição e suas redes de egressos, promovendo a construção de parcerias estratégicas para o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Novas Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas ao Ensino

No cenário educacional contemporâneo, as competências digitais emergem como elementos cruciais para a formação integral dos indivíduos e para a promoção da inclusão social. A transformação digital, acelerada pela disseminação das tecnologias da informação e comunicação (TIC), trouxe à tona a necessidade de preparar os estudantes não apenas para utilizar ferramentas tecnológicas, mas também para desenvolver habilidades críticas e analíticas que possam ser aplicadas em diversos contextos de aprendizagem e vida cotidiana.

A digitalização da educação se apresenta como uma força motriz para democratizar o acesso ao ensino superior e garantir a inclusão de diferentes grupos sociais. A adoção de ferramentas digitais permite melhorar a qualidade do ensino e otimizar estruturas de custos, além de canalizar recursos para áreas de maior impacto futuro. Dessa maneira, a digitalização atende a uma crescente demanda por educação acessível e de alta qualidade. A adoção de modelos híbridos de educação, que combinem o ensino presencial com ferramentas digitais, se configura como oportunidade de ampliação de acesso e flexibilização de currículos.

A alfabetização digital é um novo desafio para a inclusão no mundo do trabalho, pela necessidade de se integrar as competências digitais nos currículos edu-

cacionais desde os níveis básicos até o superior. Nesse sentido, a formação de professores em competências digitais é essencial, pois eles são os agentes diretos no desenvolvimento das capacidades tecnológicas dos estudantes. Boas práticas, conhecimentos e habilidades dos professores em utilizar tecnologias nos processos de ensino constituem fatores chave para a melhoria da inclusão digital na sociedade.

A relevância das competências digitais se intensificou durante a pandemia de COVID-19, que forçou sistemas educacionais a adotarem rapidamente o ensino remoto e híbrido. Este contexto realçou as disparidades existentes e evidenciou a necessidade de políticas públicas que garantam infraestrutura adequada e formação contínua para docentes e discentes, visando uma adaptação eficiente às novas dinâmicas pedagógicas.

Promover programas de capacitação contínua para professores é essencial para assegurar que eles desenvolvam as competências digitais necessárias para integrar tecnologias nas suas práticas pedagógicas. Essa formação deve abordar tanto o uso técnico das ferramentas digitais quanto as metodologias de ensino apropriadas para ambientes digitais.

Criar e disseminar recursos didáticos digitais é uma estratégia fundamental. Isso inclui a disponibilização de plataformas educacionais, software educativo, objetos reutilizáveis de aprendizagem e outros materiais digitais que possam ser integrados ao currículo. A Resolução CNE/CES 7/2018 que estabelece Diretrizes para Atividades de Extensão representa uma oportunidade interessante a ser explorada. A produção de materiais didáticos como resultado de atividades extensionistas pode ser muito útil para inserir Tecnologias no ambiente educacional da instituição.

O desenvolvimento de habilidades digitais promove a democratização do acesso à informação e ao conhecimento, aspectos que são fundamentais para o exercício pleno da cidadania. O letramento digital possibilita a participação ativa dos indivíduos na sociedade em rede, oferecendo novas oportunidades de aprendizado ao longo da vida e contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional. Portanto, torna-se imperativo que políticas educacionais e estratégias institucionais sejam continuamente aperfeiçoadas para incorporar as TIC de maneira equitativa e eficaz. A promoção de competências digitais não deve ser vista apenas como um objetivo educacional, mas como um compromisso social para reduzir desigualdades e favorecer o desenvolvimento sustentável na era da informação.



3.5. Educação a Distância (EaD)

A Educação a Distância (EaD) é um processo de ensino e aprendizagem que possui como características a separação quase permanente entre professor e aluno. A superação da distância em EaD é conseguida através de meios de comunicação, geralmente impressos ou digitais, que possibilitam a transmissão de conteúdos educativos e a interação entre as partes, mesmo que separadas pelo tempo e espaço. Além das interações mediadas tecnicamente, a EaD permite encontros periódicos presenciais para fins didáticos e de socialização, criando um ambiente flexível e acessível.

A história da EaD no Cefet/RJ começou em 1996, com a implementação de cursos de especialização à distância financiados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). No entanto, devido à descontinuidade nas políticas públicas, ocasionada por mudanças governamentais, novos avanços só ocorreram anos depois. O Cefet/RJ integra atualmente o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Consórcio Cederj, duas estratégias que ampliam significativamente a oferta de cursos. Hoje, a instituição oferece um Bacharelado em Engenharia de Produção e um curso de Tecnólogo em Gestão de Turismo no formato de oferta semipresencial.

As parcerias com a UAB e o Cederj são elementos fundamentais da estrutura de EaD no Cefet/RJ. O Sistema UAB, instituído pelo Decreto 5.800 de 2006, visa expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país, promovendo a EaD nas instituições públicas de ensino superior e apoiando a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Esse sistema propicia a articulação e a interação entre diferentes níveis

governamentais e instituições de ensino superior, para diminuir as desigualdades regionais no acesso à educação superior.

O Consórcio Cederj, criado em 2000, reúne um conjunto de instituições públicas, incluindo Cefet/RJ, UFRJ, UFF, UERJ, UNIRIO, entre outras, para oferecer cursos de graduação a distância de alta qualidade. O Cederj visa ampliar o acesso à educação superior no estado do Rio de Janeiro, com mais de 40 mil alunos matriculados em 18 cursos diferentes.

No Cefet/RJ, os dois cursos de graduação no formato de oferta semipresencial são destaque: o Bacharelado em Engenharia de Produção e o Tecnólogo em Gestão de Turismo. O curso de Engenharia de Produção visa democratizar o acesso ao ensino superior de qualidade, formando profissionais capazes de aplicar técnicas de planejamento, coordenação e controle de recursos humanos e materiais de maneira eficiente, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país. Este curso integra práticas presenciais obrigatórias, como laboratórios de Física, Química e Informática, seguindo as diretrizes curriculares nacionais e realizando provas presenciais em datas previamente agendadas. Além disso, o curso foi avaliado com nota máxima em exames do ENADE, destacando-se pela sua excelência e qualidade de ensino.

O curso de Tecnólogo em Gestão de Turismo se consolida pela sua abrangência e relevância no estado do Rio de Janeiro, oferecendo uma formação que abrange desde o nível técnico até a pós-graduação. Este curso reflete o compromisso do Cefet/RJ com a capacitação de profissionais nas áreas de turismo e gestão, bem como com a ampliação do acesso à educação superior em regiões com menos recursos educacionais.





3.6. Programas e Projetos de Ensino

O aperfeiçoamento do ensino em seus diferentes níveis, curso regular de educação profissional técnica de nível médio, articulada e subsequente ao nível médio, e de graduação, é proveniente de políticas norteadoras que corroboram com o processo de ensino-aprendizagem. Neste sentido, o Cefet/RJ promove programas e projetos que visam auxiliar o processo de aprendizagem, indo além da transmissão de conteúdo e da formação técnica ao trabalhar para o desenvolvimento de competências e habilidades requeridas de um cidadão e profissional crítico que esteja apto a atuar em prol do desenvolvimento da sociedade e da sustentabilidade, em consonância com a missão institucional.

O Cefet/RJ promove seus programas de ensino através da oferta do apoio humanizado ao processo de aprendizagem, destacando-se a monitoria e tutoria, e por meio de visitas técnicas que propiciam a complementação da formação profissional. Voltado para o desenvolvimento acadêmico interno, o Cefet/RJ oportuniza em seus projetos de ensino a atuação inter, multi e transdisciplinar em atividades supervisionadas que busca diversificação do processo de ensino-aprendizagem na organização e difusão do conhecimento.

Além dessas ações o Cefet/RJ visa incentivar, por meio de sua política, o programa de formação continuada dos docentes, a fim de capacitar e de manter o corpo docente atualizado para o desempenho das suas funções, de estabelecer parcerias com setor produtivo, garantindo a imersão dos discentes na sua atuação profissional através do estágio, e de promover o intercâmbio acadêmico que permite aos discentes a vivência de outras culturas e abordagens educacionais.

Em síntese, os programas e projetos de ensino são estratégias fundamentais para se garantir um ensino de qualidade e buscar a excelência, porém, requer aprimoramento constante para que sejam atendidos os anseios demandados pela área de atuação dos profissionais formados pelo Cefet/RJ. Desse modo, as políticas de ensino institucional a serem adotadas devem ser adaptáveis para que a educação inclusiva, de qualidade e equitativa possa ser promovida.

3.7. Inclusão e Políticas Afirmativas

O compromisso com uma educação verdadeiramente inclusiva parte do pressuposto de que todos os estudantes sejam capazes de desenvolver suas potencialidades, expectativas e trocas de experiências em espaços educativos plurais, que lhes possibilitem a aquisição de conhecimentos e a plena participação no ambiente educacional.

A crescente demanda em lidar com contextos educacionais cada vez mais diversos, inaugura novos desafios em busca de caminhos de atuação para adequar os processos de ensino a essa realidade. Isso implica a mobilização de diferentes meios de intervenção, para que todos, sem exceção, possam aprender e participar da vida da comunidade educativa. Essa reestruturação, com vistas à promoção de práticas inclusivas e de ambientes educacionais equitativos, para além de mudanças estruturais, leva em consideração, os componentes curriculares, as metodologias de ensino e a capacitação profissional.

Promover o respeito à diversidade e a valorização das diferentes formas de ser e aprender, por meio de ações institucionais, significa proporcionar aos estudantes Público da Educação Especial condições que permitam o acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão no Cefet/RJ e a efetivação dos seus direitos. Nesse sentido, os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napnes) desempenham um papel fundamental. Enquanto projeto de interesse institucional transversal, o Napne é um setor responsável por mediar as ações de educação inclusiva junto às diversas atividades educativas, visando combater as diferentes barreiras de aprendizagem e as formas de discriminação e exclusão.

Cabe destacar que se consideram pessoas com necessidades educacionais específicas todas aquelas cujas necessidades educacionais se originam em função de deficiências, de altas habilidades/superdotação, transtorno do espectro do autismo e outros transtornos de aprendizagem.



Todos os *campi* do Cefet/RJ possuem um núcleo de acessibilidade. Cada Napne encontra-se vinculado à Diretoria de seu respectivo *campus* e na sede Maracanã, o Napne está subordinado à Diren. Cada núcleo é responsável por desenvolver ações que promovam a inclusão educacional de pessoas com necessidades específicas, buscando viabilizar condições para o acesso, a permanência, a participação, a aprendizagem e a conclusão com aproveitamento, em todos os níveis e modalidades de ensino, contribuindo para a construção de uma educação verdadeiramente democrática, inclusiva e diversa. Os núcleos são, preferencialmente, compostos por equipe multidisciplinar, que acompanha os discentes com necessidades específicas, garantindo serviços de apoio especializados de acordo com suas individualidades.

A identificação de um estudante com necessidade específica pode ser feita no ato da matrícula ou ao longo do processo educacional. Seja pela entrega do laudo, seja através da observação de professores e outros profissionais envolvidos no processo pedagógico, realizando as ações e encaminhamentos pertinentes a cada caso. A adesão desses estudantes ao atendimento educacional especializado partirá da necessidade e assentimento de cada um e de seus responsáveis.

Não é obrigatória a comprovação da necessidade de atendimento dos estudantes pelo Napne por meio de laudo ou outra documentação, conforme estabelece a Nota Técnica O4 de 2014 do MEC/SECADI/DPEE, contanto que se reconheça uma real necessidade pedagógica. No entanto, a presença do laudo médico é de grande importância para que se trace, de maneira personalizada, estratégias pedagógicas pertinentes a cada caso. Da mesma forma, a presença do laudo médico é essencial para a conquista de uma série de direitos, levando em consideração as políticas públicas voltadas para estudantes que compõem a Educação Especial.

Um ambiente educacional multifacetado pressupõe ainda ações político-institucionais que não só refutem as mais diversas formas de preconceito, como corroborem pressupostos de uma educação antirracista e contra as mais diferentes formas de intolerâncias, contribuindo para o combate às desigualdades raciais, sociais e de gênero. A construção desse ambiente democrático que, para além de respeitar, valoriza as diferenças, perpassa por ações

educacionais de promoção de políticas afirmativas em sentidos ampliados, conforme preconizado em documentos recentes que normatizam a operacionalização destes procedimentos, caso das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004).

Para tanto, os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabis), presentes em todos os *campi* da instituição, são de suma importância institucional, em virtude de sua atuação interdisciplinar visando a implementação e o fortalecimento de uma educação antirracista e da Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais no Cefet/RJ. Além de atividades locais em cada *campus* institucional, as coordenações dos NEABIs reúnem-se periodicamente no Fórum dos Neabis (Forneabis), criado por Ato da Diren em julho de 2022, a fim de articularem ações que enfoquem a promoção de atitudes e produção de conhecimentos, no sentido de educar cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial do Brasil, valorizando não apenas a diversidade de identidades raciais, mas também buscando a garantia de direitos legais de cidadania para fortalecer o combate às diferentes formas de discriminação.

Através da estruturação de grupos de estudos com temáticas variadas em torno das relações étnico-raciais no Brasil, os Neabis promovem palestras, campanhas, participação em fóruns de debates, seminários e encontros *multicampi*, mostras e apresentações culturais sobre o protagonismo negro, quilombola e indígena na formação da sociedade brasileira, além de acompanhar a implementação das políticas públicas e legislações relativas à educação para diversidade e combate ao racismo no Cefet/RJ, garantindo um ambiente educacional diverso, inclusivo e equitativo.

Além das políticas afirmativas, as questões de gênero também são pensadas de forma integrada às políticas educacionais do Cefet/RJ, de modo a combater às desigualdades entre homens e mulheres, valorizando a presença feminina em ambientes acadêmicos e científicos historicamente dominados por homens. Seja através do currículo formal ou de projetos de extensão, discussões e rodas de conversa, a Diretoria de Ensino estimula ações com o objetivo de promover a igualdade de gênero e a valorização da presença feminina nos mais diversos ambientes institucionais.



3.8. Acesso, Permanência e Êxito

No que se refere ao acesso estudantil, tanto na Educação Profissional Técnica de Nível Médio quanto no Ensino Superior, em atendimento à Lei nº 14.723/23, que altera a Lei nº 12.711/12, há a destinação de vagas para o ingresso nos cursos ofertados pelo Cefet/RJ a estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas, bem como percentuais destinados aos estudantes com deficiência e que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.

Nos últimos anos, o governo federal inaugurou iniciativas de expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio e da educação superior em diversas modalidades de ensino. No entanto, a despeito dessa ampliação, nota-se a importância de se compreender os desafios em garantir a permanência e o sucesso da aprendizagem a todos os estudantes. Pensando na urgência dessa demanda social e institucional, o Cefet/RJ elabora continuamente um Plano Institucional Estratégico para a Permanência e Êxito dos Estudantes. Através desse documento são arquitetadas propostas de adequações ou modificações estruturais, pedagógicas, metodológicas, operacionais, buscando estratégias de atuação conjuntas que garantam não apenas a permanência dos estudantes, mas sua participação na comunidade educativa e seu sucesso acadêmico.

Além disso, a Política de Assistência Estudantil, implementada em 2019, também propõe um conjunto de normativas para a implementação de ações e projetos em busca da garantia de permanência e conclusão dos cursos por parte dos discentes. Baseada em uma investigação empírica sobre a demanda real e prioritária dos estudantes do Cefet/RJ, esse documento, procurou identificar estratégias de acompanhamento acadêmico em perspectiva interdisciplinar perpassando por aspectos de caráter pedagógico, psicológico e social, como forma de prever situações de retenção e evasão.

Dentre as ações direcionadas para esses objetivos, pode-se citar os programas assistenciais voltados para discentes com perfil socioeconômico prioritário. Entende-se por perfil prioritário aqueles estudantes cujos determinantes sociais externos à instituição somados às despesas de estudos no Cefet/RJ com alimentação, transporte, creche, moradia, material didático e outros fatores, possam comprometer sua permanência na instituição.

Estratégias de ingresso, permanência e êxito nos cursos de licenciatura

Apesar importância do trabalho dos professores, a carreira docente no Brasil segue desvalorizada e pouco reconhecida socialmente. Diante desse quadro desestimulante, a atração dos jovens pela profissão docente é baixa, resultando em um número reduzido de alunos ingressantes nas licenciaturas. Muitos desses estudantes já atuam no mercado de trabalho formal ou informal, optando por cursos noturnos ou pelos oferecidos no formato de oferta à distância (EaD). A formação desses alunos ingressantes também representa um desafio, tendo em conta que a nota de corte no Enem para o ingresso nas licenciaturas não é alta, em função da baixa concorrência.

No que diz respeito à permanência, o Cefet/RJ não possui uma política específica para as licenciaturas, mas a adota para o conjunto de cursos oferecidos, que engloba tanto a EPTNM como as graduações. Consoante aos preceitos legais estabelecidos na LDBEN, a instituição conta com um Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes. Sua elaboração foi feita mediante a participação de todos os *campi*, que organizaram comissões locais para discutir temas relacionados à avaliação, ao acompanhamento discente, à assistência estudantil, entre outros. Discutidos os temas, foram identificados os principais desafios relacionados a cada curso e foram propostas medidas para melhorar os índices de aprovação e conclusão.

No âmbito dos cursos de licenciatura oferecidos pela instituição, os principais problemas identificados quanto à permanência dos estudantes foram: formação básica advinda do nível de ensino anterior deficitária; insensibilidade e falta de interação do docente com os alunos e seus problemas e dificuldades; pouco interesse dos alunos nas aulas levando a grandes taxas de reprovação; pouco tempo para estudo extraclasse por parte do aluno devido ao trabalho desempenhado fora da instituição; dificuldade financeira; problemas na matriz curricular, que não propicia a integração entre os conteúdos do curso; falta de identificação com o curso e com a profissão docente; desvalorização da carreira docente; falta de conhecimento prévio sobre o curso escolhido.



Para mitigar esses problemas, foram propostas medidas de intervenção, com ênfase em estratégias de nivelamento; ampliação de recursos destinados à assistência estudantil, de modo a atender às diferentes áreas previstas no PNAES; desenvolvimento de estratégias de acompanhamento e orientação e aconselhamento permanente dos alunos; revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso; aperfeiçoamento da integração entre os conteúdos do curso por meio de diferentes estratégias, tais como: projetos integradores, palestras, semanas acadêmicas, etc.; desenvolvimento de estratégias de acompanhamento e orientação vocacional para alunos ingressantes; incentivo à participação dos estudantes em projetos, iniciação à docência, iniciação científica, extensão, monitoria, palestras, semanas acadêmicas, viagens para eventos, entre outros; promoção de encontros dos estudantes com a CADD para orientar sobre a escolha do melhor itinerário formativo.

Bolsas de Iniciação à Docência

Diante dos desafios relacionados à desvalorização da carreira docente e à formação dos estudantes ingressantes nos cursos de licenciatura, junto às iniciativas já listadas, junta-se a oferta de bolsas de iniciação à docência como uma estratégia significativa para promover a permanência e o êxito dos estudantes nos cursos de licenciatura.

O Cefet/RJ, em seu compromisso com a excelência na formação de professores, reconhece a importância crucial do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). Este programa, parte integrante da Política Nacional de Formação de Professores, contribui para a manutenção e o êxito dos estudantes nos cursos de licenciatura, bem como promove a formação continuada de nossos professores e das escolas parceiras. A relação que o Cefet/RJ estabelece com as escolas de educação básica por meio do PIBID promove transformações em ambos os contextos, reconhecidos como espaços de formação. Isso permite que os licenciandos construam, junto com os professores do Programa, intervenções didáticas que beneficiam o cotidiano escolar e a formação dos estudantes da educação básica.

Por meio do PIBID, o Cefet/RJ oferece a estudantes de licenciatura uma oportunidade de imersão no ambiente educacional das escolas públicas. Esse engajamento prático é apoiado por uma estrutura de bolsas financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ga-

rantindo que os participantes recebam suporte financeiro durante sua jornada inicial na docência, no caso dos licenciandos, ou continuada, no caso dos professores supervisores da educação básica e do Cefet/RJ.

As bolsas do PIBID são distribuídas nas seguintes modalidades:

- Bolsista de Iniciação à Docência, concedida aos licenciandos;
- Professor supervisor, para docentes das escolas públicas que orientam e supervisionam os bolsistas;
- Coordenador de Área e de Gestão de Projetos Educacionais, para professores do Cefet/RJ responsáveis pelo planejamento e execução das atividades do programa; e
- Coordenador Institucional, para o professor responsável pela coordenação e qualidade das atividades de iniciação à docência.

Esses incentivos financeiros, além de apoiar os alunos e professores envolvidos, desempenham um papel na manutenção e expansão das licenciaturas do Cefet/RJ. Eles permitem que os estudantes da instituição se dediquem, com menos preocupações financeiras, enquanto adquirem experiências valiosas que os fortalecerão ao longo de sua formação. Igualmente, os professores supervisores podem se dedicar a receber os bolsistas e acompanhá-los durante suas atividades nas escolas e no Cefet/RJ.

A inserção desse apoio ressalta o compromisso do Cefet/RJ com a formação de professores e demonstra o papel estratégico que o PIBID desempenha na manutenção e no fortalecimento dos programas de licenciatura, garantindo a formação de professores preparados para os desafios da sala de aula e comprometidos com uma educação de qualidade para todos.

Edital interno do Cefet para bolsas de Iniciação à Docência

Havendo disponibilidade orçamentaria, a criação de Bolsas de Iniciação à Docência, inspiradas nos recursos e moldes dos Projetos de Ensino que o Cefet/RJ vem concedendo, constitui uma medida importante para a institucionalização e a sustentação de uma política de formação de professores. Essas bolsas oferecem não apenas um incentivo financeiro, mas também se tornam um pilar central na estruturação de um ambiente acadêmico que valoriza a preparação qualificada dos futuros docentes.



Segundo o edital dos Projetos de Ensino, esses projetos são desenhados para “promover a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem” dos nossos licenciandos, alinhando-se, assim, com os objetivos do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), fortalecendo a relação entre teoria e prática educacional.

Institucionalizar Bolsas de Iniciação à Docência sob o mesmo escopo financeiro e de gestão dos Projetos de Ensino acarreta benefícios para a formação dos licenciandos. Com esse suporte financeiro, assegurado pelo Cefet/RJ, os estudantes podem se dedicar mais intensamente às atividades do curso. Além disso, ao se engajarem ativamente no ambiente das escolas públicas, como previsto no Pibid, os licenciandos do Cefet/RJ desenvolvem experiências que os preparam para enfrentar os desafios educacionais contemporâneos com competência e confiança. Essa imersão prática não apenas enriquece sua formação, mas também contribui para a melhoria da qualidade da educação nas instituições em que atuam.

3.9. Política de Extensão

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, estabelecido na Constituição Federal de 1988, orienta a atuação não só das atividades de extensão, mas de toda a instituição pública de ensino financiada pela sociedade. Nesse sentido, a política de extensão do Cefet/RJ entende a extensão, em consonância com o Plano Nacional de Extensão Universitária, como “o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. (...) Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.” (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2003: 4).

As ações de extensão devem priorizar os problemas identificados nas demandas sociais, promovendo uma integração em todos os níveis institucionais, com o objetivo de gerar desenvolvimento acadêmico, profissional e social para os envolvidos: docentes, técnicos administrativos, estudantes e comunidade. Com foco no público-alvo das ações de extensão e tendo os estudantes como protagonistas, imprimindo um novo rumo à universidade brasileira ao contribuir significativamente para a mudança da sociedade. O Cefet/RJ vem desenvolvendo, consolidando e fortalecendo experiências exitosas, entendendo esse tipo de realização acadêmica como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre a instituição e a sociedade.

Incluída essa atividade acadêmica nos objetivos institucionais, o Cefet/RJ, como instituição de ensino superior, vem desenvolvendo ações de Extensão desde o início da década de noventa. Signatário do Plano Nacional de Extensão Universitária e membro do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex), o Cefet/RJ tem exercido papel relevante na formulação de políticas de extensão. Além disso, é membro e fundador do Fórum de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Forproext), vinculado à Setec.

Em 2023, o Cefet/RJ, por meio da Resolução CEPE nº 1, destinou 10% da carga horária dos currículos de graduação à atuação dos estudantes em atividades de extensão, atendendo ao previsto no Plano Nacional de Educação e à Resolução CNE/CES nº 7/2018. Esse avanço consolida a importância da extensão, prevista no princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.



A Política Nacional de Extensão (2012) propõe a integração de estudantes de pós-graduação nas ações de extensão e a produção acadêmica a partir dos resultados dessas ações, seja em formato de teses, dissertações, artigos ou outros produtos culturais.

Uma outra iniciativa para integração entre pesquisa e extensão, fruto da atuação do Forproex no âmbito nacional é a criação Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação (PROEXT-PG), pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), um programa que visa contribuir para o fortalecimento das atividades de extensão no âmbito da pós-graduação, por meio de atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão realizadas em diálogo com diversos setores da sociedade, com vistas a subsidiar os gestores públicos na elaboração das políticas públicas que sejam socialmente relevantes, interdisciplinares e que contribuam para o desenvolvimento sustentável, a cidadania, a justiça, o fortalecimento da democracia, a participação social, a qualidade de vida e a redução de assimetrias no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

Pode-se afirmar também que as atividades de extensão desenvolvidas no Centro são peculiares, em virtude de sua origem e natureza no campo da educação tecnológica. Essa atuação se materializa em programas, projetos e cursos, produção tecnológica e publicação, utilizando recursos materiais e financeiros próprios.

A Política de Extensão do Cefet/RJ, em alinhamento com as diretrizes nacionais, é baseada em princípios como:

I. Interação dialógica: Interação entre a universidade e a sociedade deve ser marcada pela troca de saberes entre o conhecimento acadêmico e o popular, visando à produção de novos conhecimentos e à construção de uma sociedade mais justa e democrática.

II. Participação e democratização do conhecimento: Adoção de metodologias que incentivem a participação, valorizem o conhecimento acadêmico e não acadêmico e promovam a interculturalidade.

III. Impacto regional e transformação social: A extensão como meio de interação da instituição de ensino com outros setores, com a finalidade de promover transformações sociais, culturais e econômicas sustentáveis, adequadas à realidade brasileira.

IV. Impacto na formação dos estudantes: A atuação em extensão possibilita aos estudantes contato com questões contemporâneas, enriquecendo sua formação e reforçando os compromissos éticos e sociais da universidade.

V. Interdisciplinaridade e interprofissionalidade: Formação cidadã e técnica dos estudantes, favorecendo o contato com questões complexas e integrando a extensão ao currículo.

VI. Compromisso social da universidade pública: Realização de ações que expressem o compromisso social em áreas como comunicação, cultura, direitos humanos, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho.

Consoante à política e às diretrizes de ação da Diretoria de Extensão, estabelecidas pela Resolução CEPE 21/2016, que normatiza as atividades de Extensão do Cefet/RJ, as ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social como práxis educativa, favorecem o processo dialético teoria-prática e a interdisciplinaridade, princípios político-pedagógicos da educação tecnológica, além de se constituir em forte instrumento de política de inclusão social.

De modo geral, as ações de Extensão são executadas em alinhamento com as áreas temáticas definidas pelo Forproex como: Comunicação, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho, Direitos Humanos e Justiça e Cultura.

Oferecer atividades de divulgação da produção de conhecimento científico e acadêmico de servidoras/es, pesquisadoras/es e estudantes do Cefet/RJ, e de instituições parceiras, nas diversas áreas temáticas: 1. Comunicação; 2. Cultura; 3. Direitos Humanos e Justiça; 4. Educação; 5. Meio Ambiente; 6. Saúde; 7. Trabalho; 8. Tecnologia e Produção.



1. Comunicação: Comunicação social; mídia comunitária; comunicação escrita e eletrônica; produção e difusão de material educativo; televisão universitária; rádio universitária; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestoras/es de políticas públicas de comunicação social; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área.

2. Cultura: Desenvolvimento de cultura; cultura, memória e patrimônio; cultura e memória social; cultura e sociedade; folclore, artesanato e tradições culturais; produção cultural e artística na área de fotografia, cinema e vídeo; produção cultural e artística na área de música e dança; produção teatral e circense; rádio universitária; capacitação de gestoras/es de políticas públicas do setor cultural; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; cultura e memória social.

3. Direitos Humanos e Justiça: Assistência jurídica; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestoras/es de políticas públicas de direitos humanos; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; direitos de grupos sociais; organizações populares; questão agrária.

4. Educação: Educação básica; educação e cidadania; educação à distância; educação continuada; educação de jovens e adultos; educação especial; educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; incentivo à leitura; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestoras/es de políticas públicas de educação; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área.

5. Meio Ambiente: Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; desenvolvimento regional sustentável; aspectos de meio ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento urbano e do desenvolvimento rural; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestoras/es de políticas públicas de meio ambiente; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; educação ambiental; gestão de recursos naturais, sistemas integrados para bacias regionais.

6. Saúde: Promoção à saúde e qualidade de vida; atenção a grupos de pessoas com necessidades específicas; atenção integral à mulher; atenção integral à criança; atenção integral à saúde de adultos/as; atenção integral à terceira idade; atenção integral à/ao adolescente e à/ao jovem; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestoras/es de políticas públicas de saúde; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; desenvolvimento do sistema de saúde; saúde e segurança no trabalho; esporte, lazer e saúde; hospitais e clínicas universitárias; novas endemias e epidemias; saúde da família; uso e dependência de drogas.

7. Tecnologia e Produção: Transferência de tecnologias apropriadas; empreendedorismo; empresas juniores; inovação tecnológica; polos tecnológicos; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestoras/es de políticas públicas de ciência e tecnologia; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; direitos de propriedade e patentes.

8. Trabalho: Reforma agrária e trabalho rural; trabalho e inclusão social; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestoras/es de políticas públicas do trabalho; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; educação profissional; organizações populares para o trabalho; cooperativas populares; questão agrária; saúde e segurança no trabalho; trabalho infantil; turismo e oportunidades de trabalho.





Entendendo que as ações de Extensão produzem e disseminam saberes contextualizados, tornando-os acessíveis à população, o projeto pedagógico institucional, ao tratar dessa atividade acadêmica, certamente continuará a assinalar que:

- a instituição deve se constituir como sistema aberto à sociedade, sendo sensível a seus problemas em nível local, regional e nacional;
- a instituição deve participar de movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das condições de desigualdade e exclusão existentes no país;
- o desenvolvimento da ciência e da tecnologia só ganham sentido na perspectiva da promoção humana;
- a superação das desigualdades sociais e a atenção às necessidades da população exigem a democratização do saber e a formação de cidadãos-profissionais capazes de colocar, individual e coletivamente, o conhecimento científico-tecnológico adquirido a serviço do desenvolvimento político, econômico e social do espaço em que vivem e atuam.

No Cefet/RJ, a Diretoria de Extensão apoia o desenvolvimento das ações e projetos de extensão através dos editais de fomento com verba própria, o Programa de Bolsas de Extensão (PBEXT) e o Programa de Bolsas de Extensão para a área de Direitos Humanos (PBEXT-DH), e integrando os programas e projetos de Extensão ao plano pedagógico dos cursos de educação profissional técnica de nível médio, graduação e pós-graduação, em um processo de complementaridade curricular. Ao longo do ano é possível também a inscrição nas atividades de fluxo contínuo, que não possuem fomento. Existem também os programas de extensão, como as Empresas Juniores e os times Enactus do Cefet/RJ.

O momento que condensa essa atuação na instituição é a Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (Sepex), organizada em parceria com as outras diretorias acadêmicas, e acontece é uma das estratégias adotadas pelo Cefet/RJ para fortalecer a integração entre ensino, pesquisa e extensão. A Sepex é alinhada à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), promove a popularização e difusão da ciência; através de experiências educativas que possibilitam uma vivência criativa de princípios científicos e tecnológicos adquiridos em todos os níveis e modalidades de ensino, com foco na responsabilidade social, econômica, ambiental e no desenvolvimento sustentável, de acordo com as diretrizes do nosso Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O evento estimula o avanço da ciência e da tecnologia no Brasil e desperta o interesse dos jovens por profissões ligadas a essas áreas, além de evidenciar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como a base do conhecimento acadêmico, promovendo uma relação transformadora entre a Instituição de Ensino e a Sociedade. A Diretoria de Extensão é responsável pela Expotec, Exposup e Ciclo Multidisciplinar. A Diretoria de Ensino promove o Fórum de Ensino e a Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação organiza a Jornada Integrada de Pesquisa e Pós-Graduação (JIPP).

No âmbito da Diretoria de Extensão do Cefet/RJ, incluídas em sua responsabilidade, estão Incubadora de Empresas Tecnológicas (IETEC) e a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis (ITESS) com seus núcleos atuantes nos *Campi*.





3.10. Política de Cultura

Entende-se o conceito de Cultura como composta pelos elementos estruturantes de uma sociedade e a prática que baliza e justifica a vida acadêmica das instituições de ensino é o processo permanente de criação, produção, intercâmbio, pesquisa e valorização de conhecimentos, desta forma, não podendo ser compreendido o papel das instituições de ensino e saber dissociado de seu papel cultural.

A cultura está presente nos meios estudantis configurada em sua realidade vigente, e neles se estabelece e alimenta, reelabora, aprimora e busca novas soluções. Na permanente transformação pela qual passa o Brasil, América Latina e o mundo, novas demandas são necessárias visando à melhoria e aprimoramento do bem-estar comum, seja regional ou universal. As instituições de ensino devem estar conscientes de seu papel de imensa responsabilidade, engajando-se na formação humanista, com sujeitos transformadores.

O Cefet/RJ não possui entre seus cursos de graduação, sejam bacharelados ou licenciaturas, cursos em áreas específicas das Artes, como Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, mas possui poucas graduações que tem uma abrangência cultural bastante diversificada e algumas pós-graduações que têm a temática cultural como cerne de suas discussões. E no âmbito da educação básica também possuímos dois cursos: Eventos e Produção Cultural que são diretamente atravessados por questões culturais. Apesar de sua estrutura eminentemente composta com cursos nas áreas técnicas e tecnológicas, reconhece-se o Cefet/RJ enquanto instituição cultural.

Como prevê a Constituição Federal de 1988, no artigo 215, o Estado deve garantir “a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional”, apoiando e garantindo “a valorização e difusão das manifestações culturais”. No âmbito internacional, a cultura impõe-se como direito fundamental e extensivo a todos os cidadãos desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, formulada em 1948. A partir de então, fortalece-se gradativamente em consecutivos pactos estabelecidos entre os diversos Estados do mundo.

No Brasil, o Plano Nacional de Cultura reconhece como fundamental para o exercício da função do Estado na consolidação de políticas públicas para cultura, a relação com instituições de ensino (IEs) e de pesquisa. IEs são declaradas como fundamentais meios de produção e difusão de arte e cultura, sendo que uma das estratégias estabelecidas no PNC seria “atuar em conjunto com os órgãos de educação no desenvolvimento de atividades que insiram as artes no ensino regular como instrumento e tema de aprendizado, com a finalidade de estimular o olhar crítico e a expressão artístico-cultural do estudante”.

Nossa Política de Cultura estabelece que o Cefet/RJ produz, valoriza e divulga a produção cultural da comunidade interna e as mais variadas expressões, entendendo este processo como fundamental para a vida acadêmica. Apresenta um caráter educativo, emancipatório e autônomo, integrado à produção do conhecimento. E reconhece a presença transversal da cultura nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como na gestão institucional.

Temos no Cefet/RJ, o Núcleo de Arte e Cultura (NAC), formalizado em 2016, vinculado a Diretoria de Extensão (Direx), responsável pelas ações de cultura no Cefet/RJ de forma sistêmica. O NAC-Cefet/RJ tem por objetivo geral colaborar no desenvolvimento da política cultural dos *campi* do Cefet/RJ, baseando-se no reconhecimento da diversidade cultural e da multiplicidade de expressões culturais; possibilitando a democratização do acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural; promovendo a articulação entre os *campi* do Cefet/RJ e sua articulação com o poder público e com as entidades e organizações da sociedade civil com vistas à promoção da cidadania cultural. Propõe-se ainda a contribuir para a divulgação de programas, produtos, projetos e eventos especializados nas áreas de produção cultural, criação e arte, ampliando o acesso da comunidade do Cefet/RJ a manifestações culturais.



3.10.1. Eixos Conceituais

A Política de Cultura do Cefet/RJ será orientada pelos seguintes eixos conceituais:

I. Cultura e Formação

- a) liberdade de expressão, criação, fruição e circulação, baseada na autonomia intelectual, na ética e responsabilidade social;
- b) responsabilidade socioambiental e sustentabilidade;
- c) valorização da cultura também como instrumento do desenvolvimento sustentável e transformação social;

II. A Cultura como Direito e Diversidade Cultural

- a) respeito à diversidade cultural;
- b) respeito e promoção aos Direitos Humanos e aos Direitos Culturais;

III. Democracia Cultural

- a) direito de todos à arte e à cultura;
- b) direito à memória e às tradições, com estímulo à preservação do acervo local e das variadas regiões do país;
- c) democratização das instâncias de formulação das políticas culturais;

IV. Atuação em rede

- a) formulação e implementação de políticas culturais que contribuam com o acesso da comunidade interna e externa aos direitos culturais e com a promoção da cidadania;
- b) fortalecimento das institucionalidades já existentes (Direx, NAC, Coordenadoria de Artes, Neabis, Galeria Cubo de Vidro, Espaço Cultural Glauber Rocha etc.) e criação de novos espaços próprios para o fortalecimento das políticas culturais.

3.10.2. Objetivos

São objetivos da Política de Cultural do Cefet/RJ:

I. Fomentar a cultura de forma ampla.

II. Proteger e promover a diversidade cultural, reconhecendo a complexidade e abrangência das atividades e valores culturais em todos os territórios, ambientes e contextos populacionais.

III. Promover a possibilidade de acesso a manifestações culturais e artísticas dentro e fora do Cefet/RJ.

IV. Promover o intercâmbio cultural *intercampi* e com outras cidades do Brasil e do mundo, valorizando a cultura local.

V. Promover a atuação transversal da política de cultura com outros projetos políticos internos, bem como políticas públicas, como educação, turismo, meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico e direitos humanos, entre outras.

VI. Contribuir com o acesso à arte e à cultura.

VII. Estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional.

VIII. Proteger a memória e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial.

IX. Valorizar e difundir as criações artísticas e manifestações culturais.

X. Incentivar o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos.

XI. Encorajar a sustentabilidade socioambiental.

XII. Reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais.

XIII. Contribuir com a profissionalização e qualificação de agentes e gestores culturais.

XIV. Ampliar o intercâmbio da cultura e dos diálogos interculturais.



3.10.3. Ações

I. Organização (sentido sociológico) do campo cultural na instituição compreendendo a realização de pesquisa/mapeamento capaz de sistematizar dados e informações sobre:

- a) atores/fazedores culturais: perfis e características;
- b) manifestações, linguagens, técnicas;
- c) patrimônio cultural – material e imaterial;
- d) demandas e dificuldades: reconhecimento/institucionalização, infraestrutura, financiamento etc.;

II. Articulação institucional do Cefet/RJ:

- a) com organismos culturais públicos e privados que atuem nos mais diversos âmbitos e instâncias (locais, regionais, nacionais e internacionais);
- b) busca ativa de consórcios, fóruns, parcerias técnicas, editais etc.;

III. As ações de política cultural do Cefet/RJ devem ter atenção especial para a questão da diversidade cultural e dos marcadores sociais de diferença e exclusão:

- a) uso de uma concepção ampla de cultura, que vá além das linguagens artísticas;
- b) centralidade das ações afirmativas, étnica e socialmente referenciadas, contribuindo para reduzir as desigualdades sociais, de gênero, étnico-raciais;
- c) promover ações que desmascarem e enfrentem o preconceito e a discriminação aos grupos LGBTQIAPN+;
- d) promover acessibilidade cultural para pessoas com deficiência;

IV. Ações de fomento ao desenvolvimento cultural:

- a) abranger toda a cadeia cultural: criação, produção, fruição, circulação (dentro e fora do Cefet/RJ);
- b) criação de editais próprios para a cultura, promovendo o campo simbólico;
- c) atuar para que as expressões culturais transversalizem com as ações da extensão, do ensino e da pesquisa.

3.11. Políticas de Pós-graduação, Pesquisa, Inovação e Internacionalização

A Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação (DIPPG) é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de pesquisa, pós-graduação, inovação e internacionalização nos diferentes *campi* que compõem o Cefet/RJ.

As políticas de pós-graduação, pesquisa, inovação e internacionalização estão interligadas e os textos apresentados a seguir demonstram sua indissociabilidade com as demais temáticas tratadas neste PPI.

3.11.1. Política de Pós-graduação

O Departamento de Pós-graduação (DEPOG), criado em 2017, é o órgão responsável pela execução da política de pós-graduação, *stricto e lato sensu*, estabelecida pela DIPPG.

A gestão dos programas de pós-graduação *stricto sensu* é feita pelas coordenadorias dos programas, cujo coordenador é eleito pelos respectivos colegiados. Os programas atendem às diretrizes estabelecidas pela Capes e seguem o Regulamento Geral dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* do Cefet/RJ e as normas específicas de cada programa.

A gestão dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, por sua vez, é feita pela Coordenadoria Geral dos Cursos de Pós-graduação *lato sensu* (CGLAT), que tem por objetivo executar a política de pós-graduação estabelecida para esses cursos nacionalmente e no âmbito da Instituição. Os cursos *lato sensu* seguem regulamento próprio e, independente da CGLAT, cada curso tem um coordenador responsável. A aprovação dos cursos segue tramitação que envolve um edital anual para submissão de propostas.

Seguindo os mesmos princípios das atividades de pesquisa, o ensino de pós-graduação *stricto sensu* orienta-se pelo que preconizam as políticas públicas e se encontra alinhado com os objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG).



2024-2028), formando recursos humanos qualificados para atuar nos meios acadêmico, empresarial e governamental. No que tange à pós-graduação *lato sensu* busca-se atender a demandas da sociedade, em consonância com a vocação institucional e com a concepção de educação tecnológica defendida pela Instituição.

A integração da pesquisa e da pós-graduação com os diferentes níveis de ensino se dá primordialmente através dos projetos de pesquisa, dos grupos de pesquisa e dos diversos programas e cursos de pós-graduação existentes, dos quais participam docentes e discentes de todos os níveis.

Atualmente, o Cefet/RJ possui 10 programas de pós-graduação *stricto sensu*, que oferecem um total de 13 cursos, sendo 4 doutorados, 7 mestrados acadêmicos e 2 mestrados profissionais, com previsão de alcançar mais um doutorado profissional e um mestrado acadêmico até o final de 2024.

No tocante aos cursos de pós-graduação *lato sensu*, encontram-se em andamento 8 cursos, sendo 3 presenciais e 5 na modalidade de Ensino à Distância (EaD), 2 deles ofertados por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), todos gratuitos.

Assim, com o intuito de consolidar e ampliar a Pós-graduação no Cefet/RJ em atendimento às demandas nacionais, as **Políticas de Pós-graduação do Cefet/RJ** seguem os objetivos:

- I. ampliar a integração com outros níveis de ensino de modo a atrair e envolver discentes de outros cursos da instituição;
- II. incrementar os investimentos relacionados às atividades da pós-graduação buscando a captação de recursos internos e externos ao Cefet/RJ;
- III. fomentar a interação em redes de colaboração com outras instituições de ensino e pesquisa, empresas e governo;
- IV. zelar pelo estabelecimento de mecanismos que promovam a melhoria da qualidade dos programas e cursos de pós-graduação;
- V. estimular a visibilidade dos Programas e cursos de pós-graduação em nível nacional e internacional;

VI. promover ações voltadas para a internacionalização em consonância com o Plano de Internacionalização e o Projeto de Internacionalização da Pós-graduação do Cefet/RJ;

VII. estimular e apoiar as atividades e produção dos programas e cursos de pós-graduação que gerem impactos positivos para a academia, organizações públicas e privadas e para a sociedade;

VIII. ampliar e modernizar a infraestrutura física, administrativa e de laboratórios para atender à criação de novos programas e cursos de pós-graduação e ampliação dos programas e cursos existentes;

IX. expandir a pós-graduação com a criação de novos programas e cursos de pós-graduação, *stricto e lato sensu*;

X. identificar competências, estimular e apoiar o envolvimento de novos docentes em atividades de pós-graduação *stricto e lato sensu*;

XI. incentivar e apoiar as atividades de pesquisa e a produção intelectual em coautoria internacional dos docentes e discentes dos programas e cursos de pós-graduação *stricto sensu*;

XII. investir na capacitação de docentes para garantir a consolidação e a ampliação dos programas e cursos de pós-graduação;

XIII. investir na contratação de novos docentes com perfil para atuar nos programas e cursos de pós-graduação da instituição;

XIV. impulsionar o acompanhamento dos egressos dos programas e cursos de pós-graduação;

XV. criar e manter repositórios para a produção científica e de dados de pesquisa.

XVI. acompanhar os egressos na sua vida profissional para obter feedbacks relativos aos cursos realizados.

Com relação ao financiamento da Pós-graduação, além das bolsas disponibilizadas pela CAPES e pelo CNPq, o Cefet/RJ disponibiliza bolsas para alunos de mestrado e doutorado com recursos próprios.



3.11.2. Política de Pesquisa

O Cefet/RJ, compreendendo que a pesquisa é uma atividade indissociável do ensino e da extensão, incentivará a pesquisa científica e tecnológica com o objetivo de contribuir para o avanço técnico-científico do País, para a solução de problemas nas suas áreas de atuação e para o aperfeiçoamento do processo de formação e qualificação profissional.

As atividades de pesquisa são regulamentadas por normas estabelecidas pelo Departamento de Pesquisa (DEPEQ), subordinado à Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG), e aprovadas pelo Conselho de Pesquisa e Pós-graduação (COPEP).

O Departamento de Pesquisa (DEPEQ), vinculado à DIPPG, apresenta caráter sistêmico e tem como finalidade incentivar, sistematizar, cadastrar, gerir e avaliar a atividade de pesquisa realizada na Instituição em todos os níveis de ensino. As ações do Departamento se concretizam através da Coordenadoria de Pesquisa e Estudos Tecnológicos (COPET).

O desenvolvimento da pesquisa leva em consideração o caráter público do Cefet/RJ e a busca de articulação com os diferentes níveis de ensino e com a extensão em todos os *campi*. Essa atividade foi sendo construída, de forma gradativa e consistente, a partir das competências institucionais, inserindo-se nas políticas de pesquisa e desenvolvimento do país. Tem como orientação a sustentabilidade global, abrangendo as dimensões sociais, culturais, econômicas, ambientais e outras. Focaliza sua atuação no desenvolvimento local e regional, sem negligenciar as demandas da nação.

O amadurecimento e crescimento da pesquisa na Instituição vêm se refletindo no aumento significativo da quantidade de grupos de pesquisa, de projetos desenvolvidos com financiamento de órgãos de fomento, de bolsistas com produtividade em pesquisa, de parcerias com outras instituições nacionais e internacionais, bem como, no crescimento expressivo da produção intelectual dos docentes.

O projeto de Universidade deverá reafirmar a verticalização e a integração das atividades de ensino, pesquisa, inovação, internacionalização e extensão, potencializando o engajamento de docentes e discentes da Instituição em projetos institucionais de pesquisa.

Nesse sentido, as Políticas de Pesquisa e Inovação do Cefet/RJ devem ser estabelecidas de modo a apoiar e fomentar:

I. reforçar o papel da pesquisa como dimensão formativa, essencial à qualificação permanente da graduação, da pós-graduação e da extensão;

II. consolidar o Cefet/RJ como centro de excelência na produção e difusão do conhecimento;

III. ampliar e qualificar a presença do Cefet/RJ na sua região de abrangência e internacionalmente;

IV. a equidade institucional das atividades de pesquisa e inovação em todos os níveis de ensino;

V. a consolidação dos grupos existentes e criação de novos grupos de pesquisa;

VI. a expansão e modernização da infraestrutura de pesquisa;

VII. a expansão do quantitativo de docentes e discentes dos diversos níveis de ensino atuando em atividades de pesquisa;

VIII. a visibilidade externa das atividades de pesquisa e inovação;

IX. a internacionalização das atividades de pesquisa e inovação;

X. a captação de recursos externos através de órgãos de fomento;

XI. a interação em redes de colaboração com outras instituições de ensino, pesquisa e inovação, empresas e governos;

XII. a interação com a sociedade, promovendo a inovação, a produção do conhecimento e transferência das tecnologias geradas.

No final de 2024, existem 48 Grupos de Pesquisa do Cefet/RJ cadastrados no Diretório de Grupos do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), em diversas áreas do conhecimento, o que traduz a pluralidade de saberes que compõem a identidade institucional. É importante destacar que o Cefet/RJ agrega competências múltiplas, o que é consonante com sua vocação tecnológica que demanda visão e atuação interdisciplinares.



Além dos docentes e dos discentes da pós-graduação, os alunos das graduações e da EPTNM também são incentivados a se engajarem nas atividades de pesquisa. Para tanto, são oferecidas bolsas de Iniciação Científica e iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação, financiadas pelo CNPq e pelo Cefet/RJ, através dos programas PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), PIBIC-Af (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Ações Afirmativas) e PIBIC-EM (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio).

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica é um programa voltado para o desenvolvimento do pensamento científico, e de estímulo ao interesse pela pesquisa, dos estudantes de graduação e do ensino médio e técnico, denominados PIBIC e PIBIC-EM respectivamente.

Os Programas PIBIC e PIBIC-EM visam, ainda:

- I. Promover a formação de recursos humanos, preparando-os para a pesquisa e outras atividades profissionais;
- II. Incentivar pesquisadores produtivos a envolverem estudantes em suas atividades, incluindo pesquisa científica, tecnológica, profissional e artístico-cultural;
- III. Oferecer aos bolsistas a oportunidade de aprender técnicas e métodos de pesquisa, fomentando o desenvolvimento de pensamento científico e criatividade;
- IV. Facilitar uma maior integração entre o ensino médio e técnico, a graduação e a pós-graduação, promovendo uma cultura de pesquisa desde cedo;
- V. Preparar alunos para programas de pós-graduação, fornecendo-lhes habilidades e experiência necessárias para o sucesso acadêmico futuro;
- VI. Contribuir para a redução do tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação, proporcionando-lhes experiência prévia em pesquisa e preparando-os para uma transição mais suave para estudos avançados.

As orientações contidas nos editais de seleção de projetos de iniciação científica têm como base resoluções do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que estabelecem as normas gerais e específicas para as diversas modalidades de bolsas por quota no país.

Os recursos disponíveis para o Programa PIBIC e PIBIC-EM no Cefet/RJ são oriundos da própria Instituição e do CNPq.

Além disso, a instituição possui dois programas outros dois programas, PIBITI (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação), INOVA Cefet/RJ (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação), que serão mais detalhados na próxima seção.

Para o desenvolvimento de suas atividades, os docentes contam com laboratórios de pesquisa bem equipados, além da infraestrutura de apoio necessária. Nos últimos anos, a DIPPG tem direcionado a utilização de recursos financeiros oriundos da própria Instituição para o desenvolvimento de pesquisa e inovação considerando os eixos estratégicos definidos pelo Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação. Esses recursos são distribuídos mediante editais internos, disponibilizados pela DIPPG, por meio do DEPEQ, e baseados em indicadores de qualidade e produtividade buscando reduzir assimetrias internas nessa distribuição:

I. Edital de Fomento a Projetos de Pesquisa, de Desenvolvimento de Tecnologias e Inovações: tem a finalidade de estimular a realização de projetos de pesquisa básica e aplicada nas grandes áreas de conhecimento (Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras, Artes) e a promoção, popularização e divulgação da ciência, tecnologia e inovação;

II. Edital de Fomento aos Grupos de Pesquisa – GPESQ: tem a finalidade de estimular a realização de projetos de pesquisa básica e aplicada, desenvolvimento e inovação nas áreas de tecnologias.

Outros recursos financeiros são oriundos de órgãos de fomento como FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), CNPq, FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) e CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Relações de pesquisa e inovação interinstitucionais também vêm sendo apoiadas e estimuladas. Uma das vertentes, foram estabelecidos diversos acordos de cooperação, ou instrumentos congêneres, e parcerias com outras instituições nacionais e internacionais que, dentre outras ações, viabilizaram a presença de pesquisadores visitantes e de pesquisadores de pós-doutorado estrangeiros no Cefet/RJ, bem como programas de dupla diplomação/cotutela e mobilidade em inovação envolvendo discentes e docentes fortalecendo o processo de internacionalização.



3.11.3. Política de Inovação

Compete à Coordenadoria do Núcleo de Inovação Tecnológica – CONIT do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ, vinculado à Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação – DIPPG, gerir e promover a Política de Inovação Tecnológica. O CONIT tem como função gerir a política institucional de estímulo à inovação e outras formas de transferência de tecnologia. Sua missão consiste em estabelecer a proteção adequada das criações intelectuais, visando apoiar e assessorar a interação da Instituição com a sociedade, promovendo a inovação, a produção do conhecimento e a transferência das tecnologias geradas.

A Política de Inovação Tecnológica do Cefet/RJ visa estabelecer diretrizes e medidas de incentivo à pesquisa aplicada à inovação, extensão tecnológica, à gestão da propriedade intelectual, negociação e transferência de tecnologias, ao desenvolvimento de ambientes e atividades promotoras do empreendedorismo e dos negócios sociais e cooperados, com vistas à capacitação e à formação profissional e tecnológica, à inserção de egressos e ao alcance da autonomia tecnológica e desenvolvimento dos Arranjos Produtivos, Sociais e Culturais em nível estadual ou regional, nacional e internacional.

São objetivos da Política de Inovação Tecnológica do Cefet/RJ:

I. promover a cultura de gestão da propriedade intelectual e zelar pela adequada proteção das inovações geradas pela comunidade interna e externa (patentes, marcas, direitos autorais, transferência de tecnologia etc.);

II. definir as ações de inovação tecnológica nas esferas da ciência e da tecnologia, no Cefet/RJ, em alinhamento com os campos do saber;

III. promover a disseminação da inovação tecnológica, da cultura empreendedora e da propriedade intelectual, nos diferentes níveis de ensino, pesquisa e extensão;

IV. estabelecer diretrizes e regras quanto ao processo de inovação tecnológica, criação e transferência de tecnologias, licenciamento, produção, distribuição e exploração;

V. fomentar a inovação no Cefet/RJ, em âmbito científico e tecnológico, e o desenvolvimento de projetos de cooperação, visando à geração de produtos e processos inovadores;

VI. fomentar a criação, a expansão e viabilizar o acesso a ambientes de inovação por meio de incubadoras, empresas juniores e parques tecnológicos; startups, spin-off, aceleradoras, Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICT), entidades representativas dos setores público e privado e afins;

VII. fomentar e estabelecer parcerias e buscar financiamento junto a órgãos governamentais, empresas e outras instituições da sociedade, para o desenvolvimento da inovação;

VIII. regular o uso compartilhado de laboratórios, instrumentos, materiais e instalações, no âmbito do Cefet/RJ, por pesquisadores e instituições externas, em suporte à atividade de pesquisa científica e tecnológica interna ou externa;

IX. fomentar e regular a transferência de tecnologia e inventos, oriundos de pesquisa do Cefet/RJ, ao setor produtivo local, nacional ou estrangeiro;

X. realizar parcerias com empresas para projetos cooperados de pesquisa aplicada à inovação;

XI. apoiar, incentivar e promover a integração dos inventores independentes às atividades da Instituição e ao sistema produtivo; e

XII. dar apoio e incentivo aos pesquisadores através de mecanismos de estímulo à pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio de pesquisadores e atividades de ensino em temas correlacionados à inovação.

Constituem diretrizes gerais que nortearão os processos de pesquisa, inovação e extensão tecnológica no âmbito do Cefet/RJ:

I. apoiar e incentivar os pesquisadores através de mecanismos de estímulo à pesquisa, desenvolvimento e extensão voltados à inovação;

II. fortalecer a dinâmica de trabalho dos grupos ou núcleos de pesquisa, contribuindo para a integração de profissionais de diferentes áreas do conhecimento e diversos níveis de formação;



III. incentivar as formas de cooperação técnica por parte de pesquisadores do Cefet/RJ junto a outras ICTs, mediante a articulação de interesses e capacidades para a complementação das potencialidades entre as instituições, a comunidade científica, os setores público e privado, tais como: intercâmbio institucional, intercâmbio de atividades de empreendedorismo, desenvolvimento de projetos cooperados, entre outras;

IV. estabelecer um ambiente favorável à formação e capacitação de recursos humanos especializados em temas como: inovação, propriedade intelectual, transferência de tecnologia, empreendedorismo, entre outros;

V. apoiar, incentivar e buscar a integração dos inventores independentes às atividades da Instituição e ao sistema produtivo;

VI. promover a readequação e modernização continuada da infraestrutura física e laboratorial do Cefet/RJ para incentivo à PD&I;

VII. incentivar a inclusão, nos componentes curriculares nos cursos técnicos de nível médio e cursos superiores, de graduação e de pós-graduação do Cefet/RJ, de temas associados com esta política com ênfase em: proteção da propriedade intelectual, pesquisas de anterioridade em bases de patente, empreendedorismo e incubação de empresas;

VIII. promover, adequar e dar continuidade aos processos de formação e capacitação profissional, científica e tecnológica com vistas à construção de alternativas de inserção laboral para os egressos;

IX. promover atividades de Pesquisa, Extensão, Desenvolvimento e Inovação, de cunho científico e tecnológico, destinada ao desenvolvimento de tecnologias, produtos, serviços e/ou processos produtivos a serem aplicados como estratégias para o desenvolvimento e minimização das disparidades socioeconômicas e educacionais nos territórios de abrangência da Instituição;

X. incentivar a constituição de ambientes favoráveis a promoção do empreendedorismo, cooperativismo, inovação e transferência de tecnologias;

XI. estimular a realização de prospecção tecnológica sistematizada e contínua a fim de dinamizar a pesquisa aplicada e inovação no setor produtivo;

XII. potencializar a prospecção de novos projetos de PD&I na instituição, mediante fomento através de editais internos e externos à instituição ou de convênios e acordos de parceria com outras entidades públicas ou privadas, buscando atender as demandas da sociedade e setor produtivo;

XIII. buscar por oportunidades de negociação, socialização e comercialização de tecnologias resultantes de projetos de PD&I, por meio do licenciamento, transferência, cessão ou direito de uso junto ao setor produtivo;

XIV. promover a cooperação e interação entre Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação e entidades representativas dos setores público e privado;

XV. realizar parcerias com empresas privadas para projetos cooperados de pesquisa aplicada à inovação, utilizando-se ou não de mecanismo de incentivo fiscal;

XVI. estimular a atividade de pesquisa, extensão e inovação em cooperação com empresas incubadas, graduadas associadas e colaboradoras;

XVII. atrair, constituir e instalar novos centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas denominadas polos, parques tecnológicos e afins;

XVIII. utilizar ferramentas de mapeamento de potenciais regionais e prospecção tecnológica para apoio aos gestores na formulação do planejamento estratégico e nas tomadas de decisões anuais de alocação de recursos orçamentários, concentrando a destinação em áreas consideradas estratégicas ou prioritárias de pesquisa aplicada em âmbito institucional;

XIX. garantir a eficiência dos procedimentos de acompanhamento dos projetos de Pesquisa, Extensão e Inovação por meio da aplicação de conjunto de indicadores de avaliação da efetividade dos resultados obtidos para a gestão de PD&I de modo a aperfeiçoar processos e planejar metas;

XX. promover a extensão tecnológica e prestação de serviços técnicos especializados;

XXI. fomentar a gestão da propriedade intelectual e de transferência de tecnologia.



Dentre os atuais programas institucionais voltados para a inovação tecnológica, podem ser destacados:

I. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), que visa estimular os estudantes do Cefet/RJ ao desenvolvimento de inovações e transferência de novas tecnologias, com os seguintes objetivos:

- a) estimular uma política de iniciação em atividades de desenvolvimento tecnológico e inovação entre os professores e estudantes do Cefet/RJ;
- b) contribuir para a formação e inserção de estudantes em atividades de desenvolvimento tecnológico e inovação, criando, assim, recursos humanos com capacidade inovadora, através de técnicas e métodos de inovação e empreendedorismo;
- c) possibilitar maior interação do bolsista com atividades de desenvolvimento tecnológico e inovações, visando a utilização dos conteúdos aprendidos nos cursos ministrados pelo sistema Cefet/RJ.

II. Programa de Bolsas Iniciação à Inovação Tecnológica – INOVA, programa de fomento ao desenvolvimento de uma cultura de inovação e empreendedorismo tecnológico junto aos estudantes de Graduação e Ensino Médio Técnico do Cefet/RJ:

- a) contribuir para a criação de uma cultura de inovação entre os professores e estudantes do Cefet/RJ;
- b) criar um ecossistema de inovação que permita ações de colaboração entre os estudantes de todos os *campi* do Cefet/RJ por meio de palestras e oficinas coordenadas pela CONIT;
- c) contribuir para a formação de estudantes com capacidade de desenvolver projetos inovadores em todas as suas etapas através da aprendizagem de técnicas e métodos de inovação e empreendedorismo;
- d) aproximar o bolsista de problemas concretos visando a utilização dos conteúdos aprendidos nos cursos ministrados pelo sistema Cefet/RJ na solução desses problemas.

As orientações contidas nos editais de seleção das Bolsas do PIBIT e INOVA têm como base resoluções do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que estabelecem as normas gerais e específicas para as diversas modalidades de bolsas por quota no país.

Os recursos disponíveis para os Programas são oriundos da própria Instituição e do CNPq.

III. Programa de Mobilidade Internacional de Inovação e Empreendedorismo (PMIIE), que tem como objetivo principal estimular os estudantes do Cefet/RJ ao desenvolvimento de inovações, transferência de novas tecnologias e internacionalização junto ao Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

3.11.4. Política de Internacionalização

São diretrizes da Política Institucional de Internacionalização se baseiam nos princípios do respeito, da cooperação e da solidariedade, e incluem:

I. a promoção do diálogo intercultural e o respeito às identidades culturais;

II. o intercâmbio acadêmico e cultural como promotores do aprimoramento de estudantes, docentes e técnicos administrativos;

III. a promoção da solidariedade entre os países;

IV. a visão da internacionalização como estratégia para o desenvolvimento institucional;

V. a internacionalização como instrumento de valorização e integração das ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação;

VI. a contribuição para o desenvolvimento sustentável.

O objetivo geral desta Política é consolidar o Cefet/RJ como uma instituição de excelência acadêmica no cenário internacional e promover ações integração e cooperação global com vistas à produção do conhecimento, à plena formação dos estudantes e ao desenvolvimento sustentável.



São objetivos gerais da Política Institucional de Internacionalização:

- I. ampliar a cooperação do Cefet/RJ no cenário internacional;
- II. consolidar a reputação do ensino;
- III. consolidar a reputação da pesquisa;
- IV. promover a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, fundamental para as mudanças sociais e econômicas;
- V. assegurar o acolhimento digno de migrantes, inclusive refugiados e apátridas e promover a ampliação e diversificação cultural da comunidade internacional;
- VI. construir parcerias internacionais que visem ao atendimento da missão e da visão institucional;
- VII. incentivar a mobilidade acadêmica, com ênfase na democratização do acesso;
- VIII. apoiar a mobilidade internacional de docentes, técnicos administrativos e pesquisadores para fortalecer colaborações acadêmicas;
- IX. ampliar redes de pesquisa e incorporar boas práticas institucionais;
- X. estimular arranjos regionais de inovação com agentes locais e internacionais;
- XI. fomentar a internacionalização de ações de extensão e cultura;
- XII. engajar toda a comunidade acadêmica para o cumprimento dos objetivos desta política.

A Política de Internacionalização do Cefet/RJ contempla estudantes, servidores e a comunidade externa e está em consonância com as políticas de ensino, extensão, pós-graduação, pesquisa e inovação da instituição.

O planejamento da internacionalização no Cefet/RJ deverá ser apresentado no Plano Institucional de Internacionalização que deverá estabelecer objetivos e metas a serem alcançadas no curto, médio e longo prazo, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI). O Plano O acompanhamento do Plano Institucional de Internacionalização será realizado por Comissão Gestora designada pela Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação.

Cabe à Secretaria de Relações Internacionais, SRI, vinculada à Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, a execução da Política de Internacionalização.

Dentre os programas institucionais voltados para a área de internacionalização, podem ser destacados:

IV. Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), dando a oportunidade de estudantes de países em desenvolvimento, com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico, pudessem realizar seus estudos de graduação na Instituição;

V. Programa de dupla titulação e cotutela para alunos de graduação e pós-graduação do Cefet/RJ;

VI. Programa de professor visitante;

VII. Oferta de disciplinas em segundo idioma; e

VIII. Promoção produções intelectuais em coautoria internacional e com instituições não acadêmicas.





3.12. Política de Ações Afirmativas

As Ações Afirmativas se tornaram instrumentos fundamentais para a correção das desigualdades estruturais e garantia da igualdade de oportunidades aos grupos tradicionalmente marginalizados na sociedade brasileira. Expressas por meio de políticas públicas e, também, por iniciativas privadas, possuem por objetivo promover direitos, oportunidades, benefícios e recursos, aos segmentos sociais em recorrente situação de exclusão. Neste sentido, a abordagem de tais ações, a depender dos contextos, pode adquirir uma gama de recortes, a saber: étnico-racial; gênero e sexualidade; deficiência e necessidades especiais; perfil socioeconômico; região de origem; entre outros.

3.12.1. Dimensão étnico-racial

Definidas no Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), as ações afirmativas envolvem medidas especiais adotadas pelo Estado brasileiro, para promover a inclusão da população negra, combatendo o racismo estrutural e garantindo direitos econômicos, sociais e educacionais. Elas são concretizadas por meio de políticas públicas que visam corrigir as disparidades raciais em setores como educação, mercado de trabalho e representatividade política.

Essas políticas também se aplicam à luta dos povos indígenas e comunidades quilombolas, que, assim como a população negra em geral, enfrentam discriminação e exclusão social. A Constituição de 1988 reconhece os direitos desses grupos, e diversas legislações específicas, como as Leis 12.711/2012 e 14.723/2023, a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) e as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), reforçam o compromisso do Estado brasileiro em assegurar a justiça social para esses grupos mediante a reserva de vagas em concursos públicos e outras iniciativas de cunho afirmativo. Este é o caso do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 18, o qual coloca o combate ao racismo no centro dos esforços de desenvolvimento sustentável e do alcance da Agenda 2030, sendo liderado pela câmara temática da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) e pelo Ministério da Igualdade Racial. Essa iniciativa visa integrar a promoção da igualdade racial como eixo fundamental para o desenvolvimento inclusivo.

Em 2003, com a promulgação da Lei nº 10.639/03, houve uma alteração significativa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que passou a incluir, de forma obrigatória, o ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira” nos currículos escolares. Essa lei determinou que as escolas deveriam abordar temas como “a luta dos negros no Brasil”, além da “cultura negra brasileira” e a contribuição dos afro-brasileiros para a formação social, econômica e política do país. Neste contexto, a fim de assegurar o cumprimento da legislação supracitada e das legislações subsequentes, merecem destaque a realização das seguintes ações:

- a) em 2007, a criação de grupo de pesquisa “Afro-Brasileiros, Discurso, Estudos Literários e Culturais”, certificado no CNPq e coordenador pelo Prof. Dr. Roberto Borges;
- b) em 2008, a fundação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros o NEAB (assim denominado antes de receber o “I” de indígena devido à Lei nº 11.645/08) do *Campus* Maracanã. Posteriormente à criação do Núcleo do *Campus* Maracanã, são realizadas as seguintes implementações de NEABs em seus respectivos *campi*: Angra dos Reis (2015), Petrópolis (2021); Maria da Graça (2022); Nova Iguaçu, Itaguaí, Nova Friburgo e Valença (2023).
- c) no mesmo ano, a criação do projeto de pós-graduação lato sensu “Relações Étnico-Raciais e Educação: Uma Proposta de (Re)Construção do Imaginário Social”;
- d) em 2011, a oferta da primeira turma do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER), de caráter interdisciplinar e pioneiro em sua área de atuação;
- e) em 2022, a instituição da primeira Comissão de Heteroidentificação (CHET) do Cefet/RJ, responsável pela avaliação fenotípica e documental de candidatos às reservas de vagas em certames institucionais;
- f) Em 2022, o Fórum dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) do CEFET/RJ o FORNEABIs, é criado com o objetivo principal de reunir coordenadores(as) e vice coordenadores(as) dos NEABIs que atualmente estão instalados em todos os *campi* do sistema Cefet/RJ. É importante destacar que os NEABIs são núcleos propositivos e consultivos que estimulam, planejam, promovem e acompanham ações de Ensino, Pesquisa e Extensão com a finalidade de pro-



mover o debate sobre relações étnico-raciais na sociedade brasileira. Além disso, objetivam contribuir para a promoção da equidade racial, bem como assessorar na inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, nos termos da Lei nº 11.645/2008 e da Resolução CP/CNE nº 01/2004, fortalecendo os princípios da cidadania e da valorização da identidade étnico-racial, especialmente de negras(os), afrodescendentes e indígenas. Por fim, estes núcleos atuam como órgãos proponentes e consultivos nos assuntos referentes às diretrizes curriculares e políticas afirmativas no âmbito do Cefet/RJ e, de modo especial, à reserva de vagas para indígenas e Afro-Brasileiros (cotas raciais) nos processos seletivos e concursos públicos promovidos pela instituição em parceria com o Comitê de Políticas de Igualdade e Cotas Étnico-Raciais (CPICER).

Dada a necessidade de adequação à legislação federal vigente, em 2022, o Cefet/RJ iniciou a formulação de sua política institucional de ação afirmativa por meio da elaboração do regulamento para a implementação sistematizada de averiguação fenotípica (heteroidentificação). Neste momento, por meio da Portaria Cefet/RJ nº 390, de 13 de maio de 2022 foi instituída a primeira Comissão de Heteroidentificação (CHET) com o intuito de realizar o procedimento de validação da autodeclaração, também nomeado de procedimento de heteroidentificação. Esta comissão tem por objetivo a validação dos documentos e a verificação de forma exclusiva do caráter fenotípico de candidatos que se autodeclararam negros (pretos ou pardos) e que foram aprovados em vestibulares, seleções públicas ou concursos públicos, realizados pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) e análise dos documentos específicos redigidos e assinados pela liderança local, no caso dos Povos Originários e Comunidades Quilombolas ou reconhecidos por instituições públicas responsáveis.

No ano seguinte, a Portaria Cefet/RJ nº 425, de 11 de abril de 2023 instituiu o Comitê de Políticas de Igualdade e Cotas Étnico-Raciais do Cefet/RJ, CPICER, que visa implementar uma política de promoção da igualdade racial, reduzindo as desigualdades raciais no ambiente escolar, com ênfase nas populações negra, indígenas e quilombolas, mediante as ações afirmativas a realização de ações exequíveis a longo, médio e curto prazos, com reconhecimento das demandas mais imediatas, bem como das áreas de atuação prioritária. O CPICER está vinculado à Direção-geral e tem:

- a) implementar uma política institucional que promova a igualdade racial no ambiente escolar;
- b) elaborar, analisar e revisar a resolução de funcionamento e instâncias das Comissões de Heteroidentificação; e
- c) capacitar servidores e corpo discente na temática da igualdade racial.

3.12.2. Dimensão gênero e sexualidade

A inclusão na educação é essencial para promover a diversidade nos sistemas de ensino e formação profissional. Uma abordagem educacional inclusiva amplia as perspectivas de empregabilidade para indivíduos de grupos historicamente desfavorecidos e fortalece o desenvolvimento econômico e social, contribuindo para a construção de sociedades mais resilientes e comunidades mais coesas.

Para atingirmos a equidade de gênero, precisamos da lente interseccional. É crucial reconhecer que os indivíduos enfrentam múltiplos marcadores sociais de diferença, como gênero, sexualidade, capacidades, etnia, raça, classe e a maternidade. As relações de poder associadas a esses marcadores se entrelaçam, moldando desafios específicos que precisam ser abordados. Por exemplo, a maternidade frequentemente impõe barreiras adicionais ao acesso e à permanência na educação e no mercado de trabalho, exigindo políticas de suporte específicas, horários flexíveis e ambientes acolhedores para mães e gestantes.

Compreender essas interseções nos permite adotar políticas mais inclusivas e práticas eficazes, promovendo um ambiente educacional seguro e acolhedor para todas as pessoas. Essa abordagem assegura equidade de oportunidades, capacitando os indivíduos a adquirirem os conhecimentos e habilidades necessários para enfrentar os desafios de um mercado de trabalho em constante transformação.

No que diz respeito ao gênero, o Cefet/RJ, uma instituição reconhecida por sua excelência tecnológica, deve priorizar ações que promovam a equidade e a inclusão de grupos LGBTQIA+, mulheres e mães em áreas como STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática). Particularmente, é imprescindível intensificar o incentivo à participação de meninas e mulheres nessas áreas, combatendo estereótipos que restringem suas escolhas e desenvolvendo estratégias para reduzir a lacuna de gênero em carreiras tecnológicas.



Além disso, é necessário um esforço contínuo para dismantelar outras formas de preconceitos sociais, criando espaços educativos que celebrem a diversidade e que sejam sensíveis às necessidades específicas de estudantes em diferentes contextos, como mães e gestantes. Isso garantirá que todos os estudantes, independentemente de gênero, orientação sexual, raça, classe, etnia, capacidades ou condições parentais, possam alcançar seu máximo potencial. Um ambiente mais inclusivo e igualitário não apenas beneficia os indivíduos, mas também promove a inovação e o progresso coletivo, fortalecendo a sociedade como um todo.

3.12.3. Dimensão acompanhamento para pessoas com necessidades específicas

Aspectos relativos à acessibilidade, em âmbito público e privado, suscitaram uma série de questionamentos, dúvidas e amplas discussões sobre a educação inclusiva no Brasil e no mundo, especialmente nas últimas décadas. Essa temática trouxe à tona a necessidade urgente de promoção de uma política educacional equitativa, inclusiva e de qualidade ao longo da vida para todos os estudantes e níveis de ensino.

Apesar de uma história de segregação, a sociedade brasileira vem avançando nas discussões sobre os direitos políticos das pessoas com deficiência. Na realidade, desde a promulgação da Constituição de 1988 houve muitos ganhos na luta pela acessibilidade e inclusão, em diversas áreas de atenção, dentre elas o campo da educação. Conferências e documentos internacionais, também organizados nas últimas décadas, ajudaram a impulsionar ações voltadas para esse tema, uma vez que conclamavam os países a atuarem dentro dos princípios da educação inclusiva, privilegiando sempre a rede regular de ensino.

Quando se fala em inclusão e acessibilidade educacional, a concretização dessa realidade demanda atitudes e ações que englobam toda a comunidade escolar, desde gestores, docentes, técnicos, famílias, discentes, com ou sem deficiência. Da mesma forma, é preciso considerar os componentes curriculares, as metodologias de ensino e a capacitação profissional. Para tanto o Cefet/RJ vem atuando através dos NAPNES (Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas), visando a promoção de atitudes, projetos, eventos, políticas educacionais, que favoreçam a eliminação das barreiras à plena participação e aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais específicas.

A origem dos NAPNES remonta ao ano 2000, quando ocorreu a criação do Programa TECNEP (Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais), que, pela primeira vez, apresentou as orientações gerais para a criação dos núcleos de acessibilidade na Rede de Educação Profissional. No Cefet/RJ o NAPNE foi criado no ano de 2004 e reestruturado em 2022, em virtude da recente ação do MEC de remanejar funções gratificadas para garantir o funcionamento dos Núcleos. Apesar dos mais de 20 anos de institucionalização, os núcleos ainda carecem de ações concretas e contínuas, bem como de infraestrutura que garanta, não só a conscientização sobre a importância de uma educação inclusiva e equitativa, mas também a real participação e o sucesso dos estudantes público da educação especial no processo de aprendizagem.

Como afirmado no item 3.4, todos os *campi* do Cefet/RJ possuem um núcleo de acessibilidade. Cada núcleo é responsável por desenvolver ações que promovam a inclusão educacional de pessoas com necessidades específicas, buscando viabilizar condições para o acesso, a permanência, a participação, a aprendizagem e a conclusão com aproveitamento, em todos os níveis e modalidades de ensino, contribuindo para a construção de uma educação verdadeiramente democrática, inclusiva e diversa. Cabe destacar que recentemente houve a aprovação do Regulamento interno dos NAPNES pela Resolução CONEN Nº02/2024, onde encontramos os principais objetivos e ordenamentos que regem os núcleos no Cefet/RJ. De maneira geral, podemos destacar como funções gerais dos NAPNES:

- incentivar, mediar e facilitar os processos de inclusão educacional e profissionalizante de pessoas com necessidades educacionais específicas na instituição;
- auxiliar na identificação dos alunos público-alvo da Educação Especial nos seus respectivos *campi*;
- acompanhar o desempenho acadêmico dos estudantes com deficiência e/ou necessidades específicas propondo ações que visem a eliminação de barreira à aprendizagem, juntamente com outros setores da instituição;
- assessorar os docentes na adequação da metodologia de ensino, de avaliações bem como no uso de tecnologia assistiva;
- difundir a cultura de inclusão no âmbito do Cefet/RJ, contribuindo para as políticas de inclusão educacional da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica;



- acompanhar a execução de políticas de acesso, permanência e saída exitosa dos alunos que compõem o público da Educação Especial;
- mediar ações de parcerias internas e externas com vistas ao desenvolvimento de ações inclusivas;
- promover capacitações relacionadas à inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas;

De forma a consolidar as atividades em andamento e projetar o futuro, é preciso considerar que a criação de uma unidade administrativa dedicada às questões afirmativas e assistência estudantil em uma instituição federal de ensino urge como uma medida fundamental para promover a equidade e a inclusão. Este foi o caso, por exemplo, do caminho levado à cabo por outras instituições federais que reconheceram a importância de incluir estruturas específicas para lidar com as questões que envolvem as ações afirmativas no organograma institucional. Neste sentido, podemos citar a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a qual criou a Superintendência-Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade (SGAADA); o Instituto Federal da Bahia (IFBA), com sua Diretoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e sua Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Equidade.

Uma repartição específica também é crucial para a implementação e monitoramento das bancas de heteroidentificação, as quais têm o papel de validar a autodeclaração de candidatos que se identificam como negros, pardos ou indígenas por intermédio de avaliação fenotípica. A criação de procedimentos claros e padronizados, supervisionados por uma unidade administrativa, assegura a transparência e a credibilidade desse processo. Isso é especialmente relevante em um contexto em que a autoidentificação é uma das principais portas de entrada para a inclusão desses grupos na educação superior.

Finalmente, a criação de uma estrutura específica para tratar de questões étnico-raciais possibilita uma abordagem integrada e multidisciplinar, envolvendo diferentes setores da instituição. Essa articulação é vital para o desenvolvimento de ações que promovam não apenas a inclusão, mas também a permanência e o aproveitamento acadêmico satisfatório desses estudantes. Desta forma, o Cefet/RJ ratifica o seu posicionamento como um agente transformador, comprometido com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, contribuindo para o combate ao racismo e à discriminação em todas as suas formas.

3.13. Política de Assistência Estudantil

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) alavancou uma série de transformações historicamente reivindicadas pela população brasileira. A criação de novos cenários sociais, culturais e políticos, pautados na democracia, na cidadania e nos direitos humanos foram anunciados pela nova Carta Magna, em seu artigo 6º., que reconheceu os direitos sociais como a base para a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual. Da mesma maneira, no âmbito da educação, reconheceu a urgência em se garantir igualdade de condições de acesso e permanência na escola, a todos os brasileiros.

À educação foi atribuído o papel de pilar da cidadania e de promoção de uma cultura pautada nos direitos humanos, aspecto que implicou em grandes desafios para todos os segmentos e modalidades do sistema público de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96, de 23 de dezembro de 1996 – LDB 9394/96), ratificou essa nova conjuntura, ao se pautar na universalização do atendimento educacional e confirmar os princípios de democratização do acesso, permanência, gestão democrática e qualidade social.

Nessa esteira de transformações do cenário educativo nacional, várias propostas e políticas foram edificadas como alicerces e diretrizes para a construção de uma escola mais inclusiva, acolhedora da diversidade e promotora da cidadania. O Brasil atravessou os anos iniciais do século 21 com taxas 98% de crianças matriculadas no Ensino Fundamental. Porém, só o acesso se revelou insuficiente para que as crianças permanecessem, tivessem êxito na aprendizagem, e conseguissem realizar todo o percurso da educação básica. Foram necessárias políticas curriculares, políticas de alimentação; políticas de saúde; políticas de formação de professores; políticas de transporte; políticas de distribuição de uniforme e de materiais didáticos que contribuíssem para consolidar uma trajetória exitosa dos estudantes. Neste sentido, ficou claro que a garantia do acesso e de um percurso escolar com aprendizagem real e de qualidade, depende de um conjunto de políticas públicas capazes de transformar concretamente a realidade de exclusão vivida pela grande maioria das crianças e jovens brasileiros.



Em resposta a essa situação, na segunda década do século 21 foram criadas duas potentes políticas de incidência no universo da educação pública federal, para os segmentos do ensino médio e da graduação: o Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil, PNAE)¹ e a Lei nº 12.711/2012 (também conhecida como a Lei de Cotas)². Foi nesse contexto que as políticas de acesso e de permanência começaram ser articuladas no sentido de favorecer o ingresso, a aprendizagem e o êxito de todos os estudantes. Os objetivos são, não apenas garantir a escolarização a um público cada vez mais ampliado e diversificado à comunidade educativa, mas principalmente alargar as condições de permanência de todos os estudantes nas instituições de ensino, por meio de estratégias diferenciadas de acompanhamento da trajetória acadêmica, que contemplam as dimensões materiais, pedagógicas, psicológicas, sociais e culturais (simbólicas).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAE), prevê que sejam desenvolvidas ações nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A Política de Assistência Estudantil do Cefet/RJ (Resolução nº 55, de 13 de dezembro de 2019), alinhada ao Programa Nacional (Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010), se norteia pelas seguintes diretrizes:

I. defesa em favor da justiça social e dos direitos humanos e eliminação de todas as formas de preconceitos e/ou discriminação por questões de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física ou mental;

II. preservação e difusão dos valores éticos de liberdade, igualdade e democracia;

III. desenvolvimento de acompanhamento acadêmico, compreendendo ações de caráter pedagógico, psicológico e social numa perspectiva interdisciplinar;

IV. compreensão da Assistência Estudantil enquanto uma ação multiprofissional e interdisciplinar, de forma que atenda a todos os eixos propostos pelo PNAES em seu decreto 7234/2010;

V. apoio aos estudos e pesquisas sobre questões relativas à Assistência Estudantil.

No Cefet/RJ as iniciativas de Assistência Estudantil se intensificaram e ganharam materialidade ao longo desse período, principalmente por meio da oferta de:

I. auxílios de transferência de renda a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, nas modalidades Programa de Auxílio ao Estudante (PAE); Programa de Auxílio ao Estudante com Deficiência (PAED); e Programa Bolsa Permanência (PBP) destinado a estudantes indígenas e quilombolas matriculados em cursos presenciais;

II. alimentação e construção de restaurantes – com o propósito de atender às necessidades nutricionais dos estudantes, contribuindo para o rendimento escolar, a permanência na instituição e a formação de práticas alimentares saudáveis.

Cabe destacar que, durante a pandemia do covid-19, o Sistema Cefet/RJ manteve os atendimentos da Assistência Estudantil diversificando as ações: atuou no eixo alimentação escolar com a oferta de cestas básicas aos estudantes com o perfil socioeconômico prioritário; e fortaleceu os mecanismos de inclusão digital, concedendo chips; concedendo valores para a aquisição de aparelhos informáticos e contratação de planos de pacote de dados com a finalidade de acesso aos conteúdos didáticos e às aulas que aconteceram no formato online.

A aprovação recente da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Lei nº 14.914/2024, traz novidades e desafios para os contextos das Instituições Federais de Educação Superior (IFES); em linhas gerais a Lei:

- reafirma a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- anuncia a possibilidade de alcance das ações e políticas, para o público com o perfil socioeconômico prioritário, estudantes do nível de pós-graduação (mestrado e doutorado);
- define novos parâmetros para a delimitação da situação de vulnerabilidade socioeconômica (do público a ser atendido), observado o limite de renda bruta familiar mensal *per capita* de até 1 salário-mínimo (e não mais 1,5 salário-mínimo);



- impõe, mas não limita, a articulação dos diferentes programas, ações e recursos já desenvolvidos/disponibilizados pelo governo federal;
- estabelece o Sistema Nacional de Informações e de Controle dos programas e das ações da PNAES, demandando a comunicação de todas as informações referentes à implementação, à execução e à avaliação das ações da PNAES no Sistema Nacional de Informações e de Controle.

Cientes da diversidade de ações desenvolvidas no universo do Cefet/RJ, e, seguindo as diretrizes da Lei nº 14.914/2024, se faz importante iniciativas cada vez mais articuladas, de forma a potencializar a permanência e o êxito de nossos estudantes. Assistência Estudantil e Ações Afirmativas, se tornam, assim, como duas faces da mesma moeda: políticas que, articuladas visam promover o acesso, a permanência e o êxito de estudantes pertencentes a segmentos historicamente excluídos. É importante destacar que, no ambiente da educação escolar é imprescindível, mas não suficiente, a criação de condições materiais de sustento (alimentação, renda, materiais didáticos, uniformes...); neste sentido entende-se que a criação de condições simbólicas (currículo crítico identitário; reconhecimento e respeito pela diversidade; criação e manutenção de espaços inclusivos e de trocas; valorização de subjetividades; promoção da saúde mental) compõe a base do êxito acadêmico.

Participação em Fóruns de Políticas

A instituição participa de diferentes fóruns, tanto internos quanto extra institucionais, que desempenham papel fundamental no fortalecimento das políticas públicas e educacionais. Essas instâncias de diálogo permitem a construção democrática de diretrizes e práticas, favorecendo a participação ativa de diversos atores institucionais e a ampliação das discussões sobre demandas e necessidades coletivas. Nos fóruns, busca-se também a politização e a coletivização de questões essenciais, como aquelas relacionadas à assistência estudantil, não apenas permitindo a identificação de tendências emergentes (a partir de outras particularidades), mas também a promoção de um ambiente de construção coletiva e fortalecimento das políticas institucionais.

Entre os fóruns extra institucionais, destacam-se o Fórum de Políticas Estudantis, criado em agosto de 2024, no âmbito do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

(Conif); o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), no âmbito da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e o Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação dos Profissionais da Educação Básica do Estado do Rio de Janeiro. Esse órgão colegiado de caráter consultivo, propositivo, deliberativo e de assessoramento, tem como finalidade organizar, em regime de colaboração entre a União, Estado e Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais da Educação Básica para as redes públicas da educação básica, de acordo com o Decreto Federal nº 8.752, de 09 de maio de 2016, e o Decreto Estadual nº 46.317, de 24 de maio de 2018.

O Conif reúne representantes de dezenas de instituições federais, incluindo-se os Cefets e o Colégio Pedro II, e promove discussões sobre políticas de formação profissional e tecnológica, além de defender a educação pública de qualidade. Já o Fonaprace, criado em 1987, integra pró-reitores e gestores de assuntos comunitários e estudantis das instituições públicas de ensino superior (incluindo-se os Cefets), propondo diretrizes para ações estudantis e acadêmicas, além de atuar na assessoria ao Andifes na defesa da educação pública gratuita e de qualidade.

Internamente, o Fórum de Assistência Estudantil está em processo de formação e formalização na instituição, com uma representação integrada por servidores e discentes, de todos os *campi* do Cefet/RJ, num esforço inédito pela integração com agentes institucionais que têm como objeto de trabalho áreas que integram a noção ampliada de Assistência Estudantil – com os NEABIs, NAPNEs, setores pedagógicos de saúde, alimentação etc. Esse fórum tem como objetivo acompanhar e discutir a implementação da Política de Assistência Estudantil, garantindo que as demandas de assistência sejam ouvidas e representadas. Vinculado ao tema, destaca-se ainda que, em 2024, o fórum conquistou uma cadeira no Conex, com representantes da Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), reforçando o compromisso da instituição com o desenvolvimento de uma política de assistência inclusiva e participativa.



Desafios

- pleitear e acompanhar a atualização, a implementação e a consolidação da Política de Assistência Estudantil do Cefet/RJ, especialmente a aprovação de resoluções complementares e especialmente à criação de uma Diretoria ou Departamento dedicado às questões afirmativas e assistência estudantil, enquanto pressuposto básico para sua concretização;
- atualizar critérios e metodologias para o acompanhamento social dos estudantes nos programas de assistência estudantil;
- monitorar os ajustes orçamentários necessários para as demandas de assistência estudantil;
- analisar e propor ações à gestão para implementar os programas previstos na Nova PNAES (Lei 14.914/2024);
- acompanhar e aprovar uma Política Institucional de Recursos humanos e infraestruturais capaz de aproximar, progressivamente, as ações exercidas àquelas requisitadas pelas regulamentações – internas e externas – vigentes;
- articular, institucionalizar e disseminar as ações, ainda muito dispersas e espontâneas, que dialogam com a permanência e noção ampliada de Assistência Estudantil.

Isso demanda conhecer e articular cada vez mais os projetos e as ações institucionais em prol do desenvolvimento de todos os estudantes (políticas universais), mas, principalmente daqueles em situação de vulnerabilidade social, que demandam algum tipo de atendimento mais focado para atingir o sucesso em sua vida acadêmica.



4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA





4.1. Natureza e número dos cursos	168
4.1.1. Tipos de curso e oferta do Cefet/RJ	168
4.1.2. Número de cursos	168
4.1.3. Natureza e formas de ofertas dos cursos no Cefet/RJ	169
4.1.3.1. Cursos Técnicos	169
4.1.3.2. Cursos de Graduação	172
4.1.3.3. Cursos de Pós-graduação	174
4.2. Reservas de vagas	175
4.3. Projetos pedagógicos dos cursos	176
4.3.1. Elementos constitutivos dos projetos pedagógicos de cursos (PPC)	176
4.4. Acompanhamento de egressos	179
4.5. Mobilidade acadêmica	180



Desde a sua origem, o Cefet/RJ, teve vários objetivos na sua missão educacional. Hoje, a atuação educacional do Cefet/RJ está bem instituída e oferta uma variedade de cursos que vão do nível técnico ao doutorado, além de se a oferecer atividades de pesquisa e de extensão, passando pelos três pilares fundamentais que sustentam e orientam as Instituições de Ensino Superior.

Neste capítulo são apresentados os principais elementos que compõem a organização didático pedagógica do Cefet/RJ, como a natureza e número de seus cursos; regulamentação didático-pedagógica, reserva de vagas, dentre outros elementos essenciais para a estruturação das atividades acadêmicas da instituição.

4.1. Natureza e número dos cursos

4.1.1. Tipos de curso e oferta do Cefet/RJ

O Cefet/RJ se destaca em sua atuação, ofertando cursos desde a Ensino Técnico até a Pós-graduação.

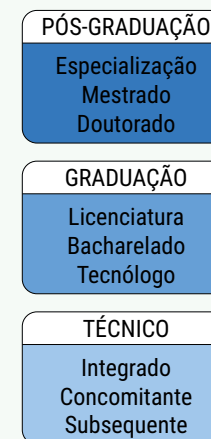
Com relação aos cursos técnicos, a instituição oferta cursos em diversas modalidades: **integrada ao ensino médio, concomitante e subsequente**. Essa variedade garante que os alunos encontrem a opção ideal para seus objetivos profissionais, seja cursando simultaneamente o ensino médio e a formação técnica ou iniciando a formação técnica após a conclusão do ensino médio.

No âmbito da educação superior, o Cefet/RJ complementa a formação técnica com cursos de **graduação**, abrangendo as modalidades de **Tecnologia, Bacharelado e Licenciatura**. O Cefet/RJ oferece cursos de **pós-graduação lato sensu e stricto sensu**, ampliando as oportunidades de atualização profissional e aprofundamento em áreas específicas do conhecimento. Dessa forma, a instituição apresenta uma organização ideal para ações integradas de **verticalização e formação continuada**.

Ao reafirmar o caráter pluricurricular da Instituição e sua articulação às necessidades e demandas sociais mais amplas, o Cefet/RJ se consolida como referência em ensino de qualidade, preparando profissionais para os desafios do mercado de trabalho e para o desenvolvimento da sociedade.

A figura 11 apresenta os tipos de curso e as formas de oferta que o Cefet/RJ oferece para a comunidade.

Figura 11. Tipos de curso e formas de oferta



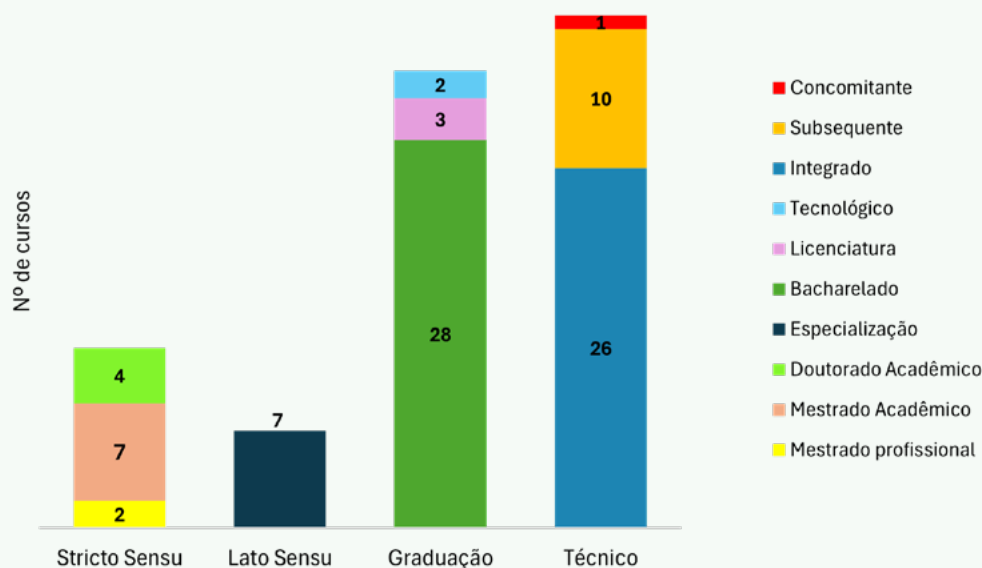
Fonte: Elaboração própria, 2024.

4.1.2. Número de cursos

No ano de 2025, a instituição possui 90 (noventa) cursos, distribuídos conforme apresentado no Gráfico 1. Ao todo, são ofertados 37 (trinta e sete) cursos técnicos, sendo 26 (vinte e seis) cursos ofertados na modalidade integrada, 10 (dez) na modalidade subsequente e 1 (um) na modalidade concomitante; 33 (trinta e três) cursos de graduação, sendo 3 (três) cursos de licenciatura, 28 (vinte e oito) cursos de bacharelado, 2 (dois) cursos superiores de tecnologia; 7 (sete) cursos de especialização; 7 (sete) cursos de mestrado acadêmico; 2 (dois) cursos de mestrado profissional e 4 (quatro) cursos de doutorado.



Gráfico 1. Quantitativo de cursos do Cefet/RJ em março de 2025



Fonte: DIREN; DIPPG, 2025.

4.1.3. Natureza e formas de ofertas dos cursos no Cefet/RJ

A Instituição está empenhada em oferecer à sociedade uma formação profissional de excelência, abrangendo amplo conhecimento científico, tecnológico, social e humano. Isso é alcançado por meio de um compromisso contínuo com o aprimoramento da infraestrutura, o desenvolvimento do corpo docente, a promoção de projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão, além da estimulação da produção científica e da inovação.

Abaixo, encontram-se detalhadas as finalidades e características dos currículos em vários níveis de oferta: Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio, Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio, Cursos Superiores de Tecnologia, Cursos de Graduação em Licenciatura, Cursos de Graduação em Bacharelado e Cursos de Pós-Graduação.

4.1.3.1. Cursos Técnicos

No Cefet/RJ, o ingresso nos cursos é realizado por meio de um processo seletivo anual, que classifica os candidatos com base em provas que abrangem as áreas de conhecimento da base nacional comum dos currículos do ensino fundamental, conforme estabelecido em edital específico. Além disso, os cursos são estruturados respeitando os eixos tecnológicos, a carga horária e o perfil profissional do egresso, conforme definido no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO

Os cursos técnicos desenvolvidos no formato integrado ao Ensino Médio pertencem ao nível da Educação Básica e estão compreendidos na modalidade de educacional denominada Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Em decorrência dessa dupla vinculação, os currículos desses cursos devem pautar-se pelas diretrizes curriculares definidas tanto para a EPT quanto para o Ensino Médio. Dessa forma, estão orientados pela [Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro 2021](#), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a EPT, pela [Resolução CNE/CEB nº 2, de 13 de novembro de 2024](#), que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, pela [Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020](#), que aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de cursos Técnicos (CNCT) com uma estrutura curricular baseada nos eixos tecnológicos e pela [Portaria MEC nº 733, de 16 de setembro de 2021](#), que institui o Programa Itinerários Formativos.

Os currículos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio têm como princípio fundamental a formação integral do profissional, integrando tanto a formação geral quanto a formação profissional. Partem do entendimento de que a educação é uma prática social transformadora e que o papel da Instituição é proporcionar uma educação que una conhecimentos científicos, tecnológicos e humanistas, formando cidadãos críticos, reflexivos, tecnicamente competentes e engajados nas transformações sociais, políticas e culturais, aptos a se integrarem satisfatoriamente ao mercado de trabalho. São cursos de matrícula única, destinados exclusivamente a quem já concluiu o ensino fundamental, e estão articulados à última etapa da Educação Básica.



Com as alterações na LDB, [Lei nº 9.394/96](#), inscritas pela [Lei nº 14.945/2024](#), as cargas horárias de cursos de Educação profissional técnica de nível médio na forma integrada não se alteram, podendo ser mantida as cargas horárias já praticadas na Rede Federal, quais sejam: os mínimos de 3.000, 3.100 e 3.200 horas, a depender da carga horária da formação profissional prevista no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT). Nesse sentido, são avaliadas as possibilidades e limitações das matrizes curriculares, ajustando-as de maneira a facilitar o diálogo efetivo entre as disciplinas de formação geral e técnica, com níveis adequados de interdisciplinaridade. A matriz curricular dos cursos, buscam estabelecer uma carga horária semanal que não sobrecarregue os estudantes, garantindo assim uma formação integral de qualidade.

No Cefet/RJ, os cursos técnicos integrados ao ensino médio são ofertados em oito *campi*, conforme descrito no quadro 3.

Quadro 3. Cursos técnicos na modalidade integrado ofertados pelo Cefet/RJ

Eixo	Curso	campus
Ambiente e Saúde	Enfermagem	Nova Iguaçu
	Meteorologia	Maracanã
Controle e Processos industriais	Automação Industrial	Itaguaí
		Maria da Graça
		Nova Iguaçu
	Eletrônica	Maracanã
	Eletrotécnica	Maracanã
	Manutenção Automotiva	Maria da Graça
	Mecânica	Maracanã
Itaguaí		
Gestão e Negócios	Administração	Maracanã
		Nova Friburgo
Informação e Comunicação	Informática	Maracanã
		Nova Iguaçu
		Nova Friburgo
	Telecomunicações	Maracanã
		Nova Iguaçu
		Petrópolis
Infraestrutura	Edificações	Maracanã
	Estradas	Maracanã
Produção Alimentícia	Alimentos	Valença
Produção Industrial	Química	Valença
Segurança	Segurança do Trabalho	Maracanã
		Maria da Graça
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Eventos	Maracanã
Produção Cultural e Design	Produção Cultural	Maria da Graça

Fonte: DIREN, 2025.



CURSOS TÉCNICOS CONCOMITANTES AO ENSINO MÉDIO

Os cursos técnicos de nível médio, na modalidade concomitante, são também organizados com base nos eixos tecnológicos estabelecidos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), cuja aprovação se deu pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020, que aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT).

Os cursos técnicos concomitantes ao ensino médio têm como objetivo complementar a formação técnica dos estudantes que estão cursando o Ensino Médio. Nesse caso, a matrícula é separada entre o curso técnico e o ensino médio. A concomitância pode ocorrer na mesma instituição, onde o aluno frequenta o ensino médio em um turno e o curso técnico em outro. Também é possível ocorrer em instituições diferentes, aproveitando-se das oportunidades educacionais disponíveis, inclusive através de convênios ou acordos de intercomplementaridade.

Atualmente, o Cefet/RJ possui apenas um curso técnico concomitante, ofertado no *campus* Angra dos Reis, conforme observado no quadro 4.

Quadro 4. Cursos técnicos na modalidade concomitante ofertados pelo Cefet/RJ

Eixo	Curso	<i>campus</i>
Controle e Processos industriais	Mecânica	Angra

Fonte: DIREN, 2025.

CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES AO ENSINO MÉDIO

Os cursos técnicos de nível médio, abrangendo a modalidade subsequente, são organizados com base na concepção de eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). Tal catálogo foi aprovado pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020, que aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT).

Esses cursos são destinados a estudantes que já concluíram o ensino médio ou equivalente. A organização curricular dos cursos técnicos de nível médio, na modalidade subsequente, visa proporcionar a construção de

conhecimentos técnico-científicos e socioeconômicos necessários para o desempenho da atividade laboral correspondente à habilitação profissional. Os currículos desses cursos oferecem condições para o desenvolvimento do pensamento investigativo e crítico em relação aos processos produtivos e à organização do trabalho, por meio dos conteúdos abordados em seus componentes curriculares.

A estruturação desses cursos segue as diretrizes estabelecidas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, incluindo os eixos tecnológicos, o perfil profissional do egresso e a carga horária mínima, que varia entre 800, 1.000 ou 1.200 horas, dependendo da especificidade do curso. Atualmente, os cursos técnicos subsequentes ao ensino médio são ofertados em três *campi*, conforme quadro 5.

Quadro 5. Cursos técnicos na modalidade subsequente ofertados pelo Cefet/RJ

Eixo	Curso	<i>campus</i>
Controle e Processos industriais	Eletrônica	Maracanã
	Eletrotécnica	Maracanã
	Mecânica	Maracanã
	Energias Renováveis	Maria da Graça
Gestão e Negócios	Administração	Maracanã
Informação e Comunicação	Telecomunicações	Maracanã
Infraestrutura	Edificações	Maracanã
	Logística	Itaguaí
Segurança	Segurança do Trabalho	Maracanã
		Maria da Graça

Fonte: DIREN, 2024.

Para saber mais sobre os cursos técnicos ofertados pelo Cefet/RJ acesse a [página da instituição](#).





4.1.3.2. Cursos de Graduação

CURSOS SUPERIOR DE TECNOLOGIA

Seguindo as diretrizes da [Resolução CNE/CP nº01/2021](#), que estabelece as bases para os cursos superiores de tecnologia, a educação profissional de nível tecnológico busca integrar-se de forma holística às diversas esferas do conhecimento, incluindo a prática laboral, a pesquisa científica e a inovação tecnológica. Seu objetivo primordial é capacitar os indivíduos com habilidades profissionais essenciais para sua inserção em áreas onde a tecnologia desempenha um papel fundamental.

Nesse cenário, os cursos superiores de tecnologia visam atender às demandas dos estudantes, do mercado de trabalho e da sociedade em geral, adotando uma perspectiva crítica em relação aos processos produtivos e alinhando-se às políticas de desenvolvimento sustentável do país, tendo como referência o [Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia](#) (CNST), aprovado pela [Portaria nº 514/2024](#).

Tais cursos, caracterizados por sua brevidade – com duração mínima de dois anos – são destinados a alunos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, sendo reconhecidos como cursos de graduação. Os profissionais formados têm a oportunidade de avançar em sua formação acadêmica através de cursos de pós-graduação, buscando especialização (*lato sensu*), mestrado ou doutorado (*stricto sensu*).

Atualmente, a instituição oferece um curso de tecnologia, Tecnologia em Gestão de Turismo, no *campus* Nova Friburgo e em diversos polos EaD no estado do Rio de Janeiro por meio do Consórcio Cederj, conforme Quadro 6.

Quadro 6. Cursos superiores de Tecnologia ofertados pelo Cefet/RJ

Curso	Duração	campus	Implantação	Modalidade	CC	Enade	CPC
Gestão de Turismo	6 sem	-	2012.1	Semipresencial	4(2022)	---	---
	6 sem	Nova Friburgo	2008.2	Presencial	4(2018)	---	---

Fonte: DIREN, 2024.

CURSOS DE LICENCIATURA

Conforme estabelecido pela [Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024](#), que define sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura), a formação de profissionais do magistério deve garantir uma base comum nacional, fundamentada na concepção de educação como um processo emancipatório e permanente. Além disso, é essencial reconhecer a especificidade do trabalho docente, que se manifesta nas práxis, como a interseção entre teoria e prática, e pela necessidade de assegurar a socialização profissional inicial dos licenciandos, considerando às múltiplas realidades e contextos sociais em que estão inseridas as instituições de Educação Básica, suas diversificadas formas de organização e as características, necessidades e singularidades dos estudantes.

Os currículos dos cursos de licenciatura devem abarcar, entre outros aspectos, conteúdos específicos da área de conhecimento ou interdisciplinares, bem como seus fundamentos e metodologias, além de conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, políticas públicas e gestão educacional. Esses conteúdos devem ser integrados de forma a promover a simultaneidade entre teoria e prática.

Atualmente, o Cefet/RJ oferece três cursos de Licenciatura distribuídos em dois *campi*, conforme Quadro 7.

Quadro 7. Cursos de Licenciatura ofertados pelo Cefet/RJ

Curso	Duração	campus	Implantação	Modalidade	CC	Enade	CPC
Física	9 sem	Nova Friburgo	2008.2	Presencial	3(2014)	4(2021)	4(2021)
	9 sem	Petrópolis	2008.2	Presencial	4(2014)	2(2021)	3(2021)
Matemática	8 sem	Petrópolis	2020.1	Presencial	4(2024)	---	---

Fonte: DIREN, 2024.



CURSOS DE BACHARELADO

Os cursos de bacharelado são regidos por diretrizes curriculares específicas, estabelecidas por meio de Resoluções aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. Essas diretrizes abrangem os componentes curriculares, a estrutura do curso, o perfil almejado do graduando, os conteúdos e atividades presentes no processo de formação dos alunos, entre outros aspectos.

Nos cursos de Bacharelado oferecidos pelo Cefet/RJ as propostas curriculares são como trilhas que conduzem os estudantes a uma formação profissional sólida, capacitando-os para inovar no desenvolvimento de tecnologias, capacitando-os para inovar no desenvolvimento de tecnologias. Estimula-se os bacharéis a se destacarem na identificação e resolução de desafios, considerando não apenas os aspectos técnicos, mas também os contextos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, sempre pautados por uma visão ética e humanística, em sintonia com as necessidades da sociedade.

Atualmente o Cefet/RJ oferece vinte e oito cursos de Bacharelado em oito *campi*, conforme quadro 8.

Quadro 8. Cursos de bacharelado ofertados pelo Cefet/RJ

Curso	Duração	<i>campus</i>	Implantação	Modalidade	CC	Enade	CPC
Administração	8 sem	Maracanã	1998.1	Presencial	---	5(2022)	4(2022)
	8 sem	Valença	2015.1	Presencial	4(2018)	3(2022)	4(2018)
Ciência da Computação	8 sem	Maracanã	2012.2	Presencial	4(2016)	3(2021)	4(2021)
Engenharia Ambiental	10 sem	Maracanã	2016.2	Presencial	5(2022)	---	---
Engenharia Civil	10 sem	Maracanã	2007.2	Presencial	4(2012)	5(2019)	4(2019)
Engenharia de Alimentos	10 sem	Valença	2014.1	Presencial	5(2019)	4(2019)	4(2019)
Engenharia de Computação	10 sem	Petrópolis	2014.1	Presencial	4(2019)	4(2019)	4(2019)
Engenharia de Controle e Automação	10 sem	Maracanã	2005.2	Presencial	4(2012)	3(2019)	3(2019)
	10 sem	Nova Iguaçu	2004.2	Presencial	4(2012)	3(2019)	4(2019)
Engenharia de Produção	10 sem	Maracanã	1998.1	Presencial	---	4(2019)	4(2019)
	10 sem	Nova Iguaçu	2005.2	Presencial	4(2008)	4(2019)	4(2019)
	10 sem	Itaguaí	2015.1	Presencial	5(2023)	5(2019)	5(2019)
	10 sem	-	2015.1	Semipresencial	5(2022)	5(2019)	5(2019)
Engenharia de Telecomunicações	10 sem	Maracanã	1979.1	Presencial	---	3(2017)	3(2017)
Engenharia Elétrica	10 sem	Maracanã	1979.1	Presencial	3(2014)	3(2019)	3(2019)
	10 sem	Nova Friburgo	2015.2	Presencial	4(2019)	3(2019)	4(2019)
	10 sem	Angra dos Reis	2016.1	Presencial	4(2022)	---	---
Engenharia Eletrônica	10 sem	Maracanã	1979.1	Presencial	4(2014)	3(2017)	3(2017)
Engenharia Mecânica	10 sem	Maracanã	1979.1	Presencial	4(2014)	4(2019)	3(2019)
	10 sem	Itaguaí	2010.2	Presencial	4(2016)	4(2019)	3(2019)
	10 sem	Angra dos Reis	2013.2	Presencial	3(2017)	4(2019)	4(2019)
	10 sem	Nova Iguaçu	2014.1	Presencial	4(2018)	4(2019)	3(2019)
Engenharia Metalúrgica	10 sem	Angra dos Reis	2015.1	Presencial	5(2020)	---	---
Física	8 sem	Maracanã	2018.2	Presencial	3(2023)	---	---
Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	8 sem	Maracanã	2014.1	Presencial	5(2024)	---	---
Sistemas de Informação	8 sem	Nova Friburgo	2014.1	Presencial	4(2017)	5(2021)	4(2021)
	9 sem	Maria da Graça	2018.2	Presencial	4(2022)	---	---
Turismo	8 sem	Petrópolis	2015.1	Presencial	4(2018)	4(2022)	4(2022)



Para saber mais sobre os cursos de Graduação ofertados pelo Cefet/RJ acesse a [página da instituição](#).



4.1.3.3. Cursos de Pós-graduação

Os programas *stricto sensu*, como mestrado e doutorado, no Cefet/RJ, são regidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), [Lei nº 9.394/1996](#). Essa lei define as normas gerais da educação brasileira e, no seu Art. 44, III, estabelece os requisitos para a oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, como a exigência de diploma de graduação e a seleção dos alunos por meio de edital.

Além da LDB, os programas *stricto sensu* do Cefet/RJ também estão sujeitos às normas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão do Ministério da Educação responsável pela avaliação e regulação da pós-graduação no Brasil. A CAPES define critérios para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos, além de avaliar a qualidade dos programas por meio de avaliações periódicas.

Já os cursos de especialização *lato sensu*, são regulamentados pela [Resolução CNE/CES nº 1/2007](#). Essa resolução define as diretrizes para a oferta de cursos de especialização, como a carga horária mínima (360 horas) e a titulação final (certificado).

É importante ressaltar que os cursos de especialização *lato sensu* não precisam de autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento pela CAPES. No entanto, devem atender às exigências da [Resolução CNE/CES nº 1/2007](#) e às normas da instituição de ensino que os oferece.

O quadro 9 a seguir apresenta os cursos de pós-graduação em nível de especialização, mestrado, mestrado profissional e doutorado ofertados atualmente pelo Cefet/RJ.

Quadro 9. Programas de pós-graduação *stricto sensu* ofertados pelo Cefet/RJ

campus	Programa	Cursos	Conceito
Maracanã	Ciência da Computação – PPCIC	Mestrado acadêmico	3
	Ciência, Tecnologia e Educação – PPCTE	Mestrado acadêmico	6
		Doutorado acadêmico	
	Engenharia Elétrica – PPEEL	Mestrado acadêmico	3
	Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais – PPEMM	Mestrado acadêmico	4
		Doutorado acadêmico	
	Relações Étnico-Raciais – PPRER	Mestrado acadêmico	4
		Doutorado acadêmico	
Nova Iguaçu	Engenharia de Produção e Sistemas – PPPRO	Mestrado acadêmico	4
		Doutorado acadêmico	
	Instrumentação e Óptica Aplicada – PPGIO	Doutorado acadêmico	4
EaD	Filosofia e Ensino – PPFEN	Mestrado Profissional	4
	Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos – PPDSP	Mestrado acadêmico	3
	Energia e Sociedade – PPGES	Mestrado profissional	-

Fonte: DIPPG; Plataforma Sucupira, 2025.

É importante ressaltar que o reconhecimento da CAPES à proposta do PPGES como inovadora representa um marco significativo, sendo a primeira iniciativa aprovada pela CAPES nessa modalidade. Isso evidencia o pioneirismo e a excelência acadêmica do Cefet/RJ na busca por soluções educacionais avançadas e adaptáveis às demandas contemporâneas.

Para saber mais acesse a página dos [Programas de Pós-graduação stricto sensu do Cefet/RJ](#).



Quadro 10. Cursos de Pós-graduação *lato sensu* ofertados pelo Cefet/RJ (desde 2015)

<i>campus</i>	Curso	Situação	Último edital de seleção
EaD	Educação Musical e Tecnologia	Ativo	2024
Maracanã	Patrimônio Cultural		2024
Petrópolis	Práticas, Linguagens e Ensino na Educação Básica		2023
EaD	Relações Étnico-Raciais e Educação (RERED)		2023
EaD	Sociedade, Linguagem e Relações Internacionais		2024
Valença	Temas e Perspectivas Contemporâneas em Educação e Ensino		2024
EaD	Hidrogênio Baixo Carbono		2024
Angra dos Reis	Processos Industriais	Finalizado	2019
EaD	Educação Tecnológica		2018
Valença	Ciência e Tecnologia Cervejeira		2017
Nova Iguaçu	Mecatrônica		2016
Maracanã	Educação, Tecnologia e suas relações		2018
Angra dos Reis	Engenharia Mecânica		2017
Petrópolis	Matemática Computacional Aplicada		2015
Nova Friburgo	Modelagem Matemática na Educação		2015
Maracanã	Ensino de Línguas Adicionais		2016

Fonte: DIPPG, 2025.

Para saber mais acesse a página da [Coordenação de cursos Pós-graduação lato sensu do Cefet/RJ](#).



Para acessar os editais de seleção dos cursos do Cefet/RJ acesse a [página de concurso da instituição](#).



4.2. Reservas de vagas

O Cefet/RJ cumpre as legislações federais vigentes relacionadas aos processos seletivos para ingresso em seus cursos. Atualmente, conforme estabelecido pela [Lei nº 12.711/ 2012](#), alterada pela [Lei nº 14.723/ 2023](#), os processos seletivos para os cursos da educação profissional técnica de nível médio, de graduação e de pós-graduação no Cefet/RJ estão em conformidade com o disposto na referida legislação.

Para os **cursos de graduação**, essa lei determina a reserva de 50% das vagas por curso para candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas ou em escolas comunitárias que atuam no âmbito da educação do campo conveniadas com o poder público, sendo metade dessas vagas garantidas para aqueles com renda familiar igual ou inferior a 1 salário-mínimo *per capita*. Além disso, são assegurados percentuais para pretos, pardos, indígenas e quilombolas e pessoas com deficiência, utilizando-se dados do último censo demográfico do IBGE para o estado Rio de Janeiro.

Já para os **cursos técnicos**, a reserva é de no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas, para os processos seletivos de cursos técnicos, sendo metade dessas vagas garantidas para aqueles com renda familiar igual ou inferior a 1 salário-mínimo *per capita*, além dos percentuais para pretos, pardos, indígenas e quilombolas e pessoas com deficiência.

Com relação aos **cursos de pós-graduação**, conforme disposto no art 7º-B da referida lei, as instituições federais de ensino superior, no âmbito de sua autonomia e observada a importância da diversidade para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, devem promover políticas de ações afirmativas para inclusão de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação *stricto sensu*. Atualmente, o Cefet/RJ oferece reserva de vagas tanto nos editais para seleção de discentes dos programas de pós-graduação *stricto sensu* quanto nos editais de seleção dos cursos de pós-graduação *lato sensu*.



4.3. Projetos pedagógicos dos cursos

O Cefet/RJ fundamenta sua identidade institucional na diversidade de práticas e oferta de cursos em todos os seus *campi*, por meio da elaboração, aprovação e consolidação dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC). Estabelecer diretrizes curriculares é crucial para assegurar uma formação sólida do cidadão trabalhador em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional.

Todos os cursos técnicos e de graduação do Cefet/RJ possuem um Projeto Pedagógico que é o documento que expressa a identidade de cada curso. Os PPCs representam instrumentos de gestão escolar que definem princípios, diretrizes, estrutura curricular, ementas de disciplinas, bibliografia, infraestrutura básica e outras informações pertinentes ao perfil desejado dos concluintes do curso. Nas Instituições Federais de Ensino Superior, esses projetos baseiam-se nas diretrizes curriculares nacionais e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC), assim como nas políticas e ações descritas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de cada instituição, incluindo o Projeto Pedagógico Institucional (PPI). O Cefet/RJ desenvolveu seu estilo pedagógico próprio, alinhado com seu PDI e PPI.

As propostas apresentadas neste projeto demonstram preocupação com a qualidade do ensino para atender às mudanças contínuas do mercado de trabalho, a formação de um profissional generalista, a necessidade de desenvolver novas habilidades, valorizar as atividades externas e adaptar o conteúdo programático às novas realidades.

4.3.1. Elementos constitutivos dos projetos pedagógicos de cursos (PPC)

Nos projetos educacionais do Cefet/RJ, a configuração dos cursos é meteticulosamente delineada, alinhando-se à dinâmica do mercado correspondente, mediante eixos tecnológicos essenciais e em consonância com as demandas socioculturais e econômicas. Sob essa perspectiva, a gestão curricular privilegia a interdisciplinaridade e contextualização, impulsionada por uma prática educativa coletiva e planejada.

As Diretrizes Curriculares Nacionais delineiam a estrutura dos Planos de Curso Técnico, definindo parâmetros incontornáveis. No entanto, na formulação dos Planos Integrados, preconiza-se uma abordagem que valorize a Filosofia, Sociologia, Arte e Educação Física como pilares fundamentais para a formação de um cidadão crítico e criativo. A Educação Ambiental, por sua vez, é concebida como um elemento transversal, integrando-se organicamente ao processo educativo.

No contexto da Educação Técnica de Nível Médio, os Planos de Cursos são estruturados contemplando elementos essenciais como:

1. **Identificação do curso**
2. **Apresentação**
3. **Instituição:** histórico, inserção regional, filosofia, princípios, missão e objetivos e gestão acadêmica.
4. **Organização do curso:** Concepção do Curso – justificativa e pertinência do curso, projeto pedagógico, objetivos do curso, perfil do egresso e competências, habilidades e atividades desenvolvidas; Dados do Curso – formas de ingresso, horário de funcionamento e estrutura organizacional; Estrutura Curricular – organização curricular, prática profissional, grade curricular e ementas e programas das disciplinas; e, Procedimentos Didáticos e Metodológicos.
5. **Sistemas de avaliação:** avaliação dos processos de ensino-aprendizagem e avaliação do projeto do curso.
6. **Recursos do curso:** corpo docente, instalações gerais, instalações específicas, biblioteca e corpo discente – programas de atendimento ao discente e atividades estudantis suplementares.
7. **Referências bibliográficas**
8. **Anexos**





No âmbito da Educação Superior, a estruturação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos é uma tarefa que demanda uma abordagem abrangente e minuciosa, abarcando diversos elementos essenciais para uma formação de qualidade, conforme exposto abaixo:

1. **Identificação do curso**
2. **Apresentação**
3. **Instituição:** histórico, inserção regional, filosofia, princípios, missão e objetivos e gestão acadêmica.
4. **Organização do curso:** Concepção do Curso – justificativa e pertinência do curso, projeto pedagógico, objetivos do curso, perfil do egresso e competências, habilidades e atividades desenvolvidas; Dados do Curso – formas de ingresso, horário de funcionamento e estrutura organizacional; Estrutura Curricular – organização curricular, estágio supervisionado, trabalho de conclusão de curso, atividades complementares, atividade de extensão, grade curricular, ementas e programas das disciplinas; e, Procedimentos Didáticos e Metodológicos.
5. **Sistemas de avaliação:** avaliação dos processos de ensino-aprendizagem e avaliação do projeto do curso.
6. **Recursos do curso:** corpo docente – núcleo docente estruturante e coordenação do curso; instalações gerais; instalações específicas; biblioteca; e, corpo discente – programas de atendimento ao discente e atividades estudantis suplementares.
7. **Referências bibliográficas**
8. **Anexos**

Na elaboração desses projetos, é primordial considerar as especificidades de cada área. Nas licenciaturas, por exemplo, é fundamental inserir a **Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)** como disciplina obrigatória, conforme estipulado pelo [Decreto nº 5.626/2005](#). Para os demais cursos, a oferta de Libras como disciplina optativa é uma recomendação que visa promover a inclusão e a acessibilidade. Em todos os cursos, são temas de conteúdos obrigatórios: **Educação das Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e Educação em Direitos Humanos**.

Além disso, é imprescindível que os Projetos Pedagógicos incorporem as diretrizes da [Lei nº 9.795/1999](#), que estabelece a **Educação Ambiental** como um componente essencial e constante da formação educacional. Esse enfoque ambiental não apenas promove a conscientização ecológica, mas também prepara os estudantes para enfrentar os desafios socioambientais contemporâneos.

No que diz respeito à organização temporal dos cursos, é estabelecido um tempo mínimo e máximo de integralização, conforme resolução específica. Essa delimitação busca otimizar o processo de formação, garantindo uma trajetória acadêmica eficiente e alinhada com as exigências do mercado de trabalho.

Cada *campus* tem a prerrogativa de definir a duração de seus cursos em termos de hora/aula, desde que cumpram a carga horária mínima estipulada pelas Diretrizes Curriculares, expressa sempre em hora/relógio (60 minutos). Essa flexibilidade permite uma adaptação mais precisa às demandas específicas de cada instituição, sem comprometer a qualidade do ensino oferecido.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares (AC) constituem-se na **participação dos alunos em atividades diversas que podem ou não se relacionar diretamente com o seu curso, sempre em conformidade com as previsões do Projeto Pedagógico do Curso (PPC)**. Consideram-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para cada curso, bem como as definições de critérios, aproveitamento e equivalência de carga horária dessas atividades.

As Atividades complementares são obrigatórias para os cursos que possuem orientações nas Diretrizes Curriculares e não obrigatórias para os cursos que não possuem Diretrizes Curriculares ou para os cursos cujas diretrizes não preveem a obrigatoriedade de atividades complementares.



PROJETO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Projeto Final é uma etapa obrigatória nos cursos de graduação do Cefet/RJ e de grande importância para o processo de formação profissional, onde os conhecimentos adquiridos ao longo de todo o curso são utilizados para a elaboração de trabalhos orientados para temas de relevância tecnológica, social e econômica. Cabe destacar que o Projeto Final representa também uma oportunidade de se exercitar questões relacionadas ao trabalho em grupo, à pesquisa, ao cumprimento de prazos, à ética e à responsabilidade profissional.

Dessa forma, o Projeto Final deve ser considerado com a seriedade que lhe cabe e sua execução deve seguir rigorosamente os procedimentos especificados nesta norma. O Projeto Final é o coroamento de todo o trabalho realizado em cada curso de graduação e, portanto, se constitui num instrumento fundamental na avaliação dos conhecimentos adquiridos.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, é uma importante etapa na formação dos educandos em diversos níveis de ensino, conforme preconiza a legislação educacional brasileira, [Lei nº 11.788/2008](#). Seja no âmbito da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, como estabelecido pela [Resolução CEPE/Cefet/RJ nº 15/2023](#) ou nos cursos de graduação do Cefet/RJ, o estágio desempenha um papel fundamental na preparação dos estudantes para o mercado de trabalho e para a vida cidadã.

De acordo com as normativas vigentes, o estágio pode ser obrigatório ou não-obrigatório, dependendo das diretrizes curriculares de cada curso e das características específicas da modalidade de ensino. No entanto, em ambos os casos, sua realização é essencial para o desenvolvimento de competências profissionais e para a contextualização curricular, contribuindo para uma formação mais completa dos educandos.

No contexto da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o estágio profissional supervisionado é uma atividade obrigatória, destinada aos estudantes regularmente matriculados no Cefet/RJ. Para obter a diplomação como técnico em nível médio, o aluno deve cumprir uma série de procedi-

mentos, incluindo a elaboração e entrega do Plano de Estágio Profissional Supervisionado e do Relatório de Estágio, conforme estabelecido pela Divisão de Integração Empresarial (DIEMP).

Por outro lado, nos cursos de graduação do Cefet/RJ, o estágio supervisionado é disciplina obrigatória, integrante do Currículo Pleno dos Cursos de Graduação da referida Instituição, segundo disposições [da Lei nº 11.788/2008](#), que revogou a Lei nº 6.494/1977, e da [Resolução CEPE/Cefet/RJ nº 19, de 21 de novembro de 2024](#). Sua realização ocorre em empresas ou instituições credenciadas, proporcionando aos alunos experiências práticas na área de formação. A matrícula nessa disciplina segue as regras estabelecidas pelo Setor de Estágio Supervisionado da graduação, garantindo que o estágio seja realizado de acordo com as normativas legais e curriculares.

Independentemente do nível de ensino, a duração mínima do estágio é definida pela estrutura curricular de cada curso, devendo atender às legislações pertinentes. Além disso, é fundamental que os alunos cumpram as datas previstas para o estágio, comunicando qualquer eventualidade aos responsáveis pela disciplina e ao Professor Orientador, sob pena de perderem o direito à conclusão do estágio naquele semestre letivo.

Assim, tanto na Educação Profissional Técnica de Nível Médio quanto nos cursos de graduação, o estágio supervisionado desempenha um papel relevante na formação acadêmica e profissional dos estudantes, preparando-os para os desafios do mercado de trabalho e para uma atuação cidadã responsável.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Em conformidade com as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, os cursos de ensino superior implementam o estabelecido no art. 4º da [Resolução CES/CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018](#), que exige 10% da carga horária do curso em extensão universitária, para que o discente receba o título de bacharel em engenharia. A forma de cumprimento dessas horas é determinada pela [Resolução CEPE/Cefet/RJ nº 01/2023, de 16 de março de 2023](#), que aprova as [diretrizes para a curricularização da extensão no ensino superior do Cefet/RJ](#).



Seguindo o disposto no art. 4º da referida resolução, as atividades reconhecidas de extensão universitária no Cefet/RJ se apresentam na forma de Programas, Projetos, Cursos, Eventos e Prestação de Serviços, com suas cargas horárias contabilizadas no curso conforme estabelecido no art. 5º do mesmo anexo, sob a forma de disciplinas com carga explícita de extensão, componente curricular extensionista e atividades de curta duração.

As disciplinas com carga explícita de extensão têm a carga horária indicada na ementa da disciplina, que só será contabilizada na carga horária de extensão quando, além da comprovação da atividade de extensão, o discente atinge o desempenho necessário para a aprovação na parte exclusiva de ensino da disciplina, relativa às cargas horárias de atividades teóricas e práticas.

As componentes curriculares extensionistas são cumpridas pelos discentes por meio dos programas e projetos de extensão regularmente registrados pela Diretoria de Extensão, com a participação dos discentes individualmente registrada e comprovada por certificados emitidos pela referida diretoria.

Destaca-se que há uma prioridade pelo protagonismo estudantil, buscando envolver ativamente os alunos nas atividades de extensão, incentivando a interação entre a comunidade acadêmica e a sociedade, proporcionando o contato do discente com as questões contemporâneas presentes no contexto social.

Os limites de carga horária por aluno e por semestre para as atividades de extensão são regulados por resolução do Conselho do Departamento de Educação Superior (CONDEP) e visam regular a convivência harmoniosa entre os pilares de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Para mais informações
acesse a [página de documentos norteadores dos cursos técnicos e de graduação](#) e a [página de normas, regulamentos e procedimentos da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação](#).



4.4. Acompanhamento de egressos

A [Resolução CODIR/Cefet-RJ nº 51, de 02 de dezembro de 2022](#), estabelece a [Política de Acompanhamento de Egressos](#) nos diversos cursos oferecidos pelo Cefet/RJ, abrangendo todas as suas modalidades e níveis de ensino.

No âmbito desta política, considera-se egresso tanto o aluno concluinte quanto o diplomado em cursos técnicos, de graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu*. A definição do perfil do egresso é pautada pelo Projeto Pedagógico de Curso (PPC) ou pelos documentos de Avaliação de Proposta de Cursos Novos (APCN), levando em conta o perfil profissional desejado e as competências necessárias para sua atuação no mercado de trabalho.

A Política de Acompanhamento de Egressos visa a conhecer o percurso profissional e acadêmico dos ex-alunos, identificando oportunidades e desafios encontrados após a conclusão de seus estudos. Entre seus objetivos destacam-se o estabelecimento de comunicação eficaz com os egressos, a construção de indicadores para alinhar os cursos às demandas do mercado, a promoção de ações que incentivem a participação dos egressos na vida institucional e a divulgação de informações relevantes para o desenvolvimento profissional contínuo.

As ações previstas nesta política incluem a realização de pesquisas junto aos egressos, encontros promovidos pelos *campi*, e o compartilhamento de informações através de canais institucionais. As pesquisas abordam aspectos como formação acadêmica, continuidade dos estudos, inserção no mercado de trabalho e percepção sobre a qualidade dos serviços oferecidos pela instituição.

Para garantir a efetividade dessas ações, foram estabelecidas comissões centrais e locais de acompanhamento de egressos, compostas por servidores de diferentes áreas da instituição. A coleta e o tratamento dos dados pessoais dos egressos seguem as diretrizes estabelecidas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), respeitando a privacidade e a confidencialidade das informações.

Por fim, cabe ressaltar que esta política representa um importante instrumento para fortalecer o vínculo entre o Cefet/RJ e seus egressos, promovendo uma relação de parceria e colaboração mútua na busca pela excelência acadêmica e profissional.



4.5. Mobilidade acadêmica

Considerando a importância de proporcionar aos estudantes de graduação oportunidades de enriquecimento acadêmico, o Cefet/RJ adota medidas para promover a mobilidade acadêmica dos alunos, permitindo intercâmbios tanto dentro quanto fora da instituição, conforme estabelecido no manual do aluno da Instituição.

Para participar da mobilidade interna entre cursos de graduação, os alunos devem atender a certos critérios, incluindo um coeficiente de rendimento acumulado mínimo e a conclusão satisfatória das disciplinas até o terceiro período, além de cumprir pré-requisitos específicos das disciplinas desejadas. Há também limitações quanto ao número de disciplinas que podem ser cursadas fora do *campus* de origem e restrições quanto a disciplinas específicas, como Projeto Final I e II e Estágio Supervisionado.

Além da mobilidade interna, o Cefet/RJ participa do Programa de Mobilidade Acadêmica da Andifes, que permite o intercâmbio de estudantes entre instituições federais de ensino superior. Este programa possibilita aos alunos cursarem disciplinas em outras instituições por até um ano, sem caracterizar transferência de vínculo entre as IFES. Os pré-requisitos para participar incluem a conclusão satisfatória das disciplinas do primeiro ano do curso e um limite máximo de uma reprovação por período letivo.

Tanto a mobilidade interna quanto o Programa de Mobilidade Acadêmica visam enriquecer a formação dos alunos, oferecendo-lhes oportunidades de experiências acadêmicas diversas e contribuindo para a integralização curricular e flexibilização da formação acadêmica.

Há também o Plano Institucional de Internacionalização que representa um importante instrumento no Cefet/RJ, guiando as estratégias de internacionalização alinhadas com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Este plano estabelece diretrizes, objetivos e metas a serem alcançados em diferentes prazos, moldando o caminho para a expansão das relações internacionais da instituição.

Dentro desse contexto, a mobilidade acadêmica, tanto para dentro quanto para fora, desempenha um papel crucial. A “mobilidade *out*” destina-se a estudantes e servidores do Cefet/RJ interessados em participar de programas em instituições estrangeiras com as quais a instituição mantém acordos de cooperação. Além dos editais internos, a “mobilidade *out*” engloba programas de intercâmbio e dupla diplomação para estudantes, enquanto para docentes e servidores, inclui oportunidades de capacitação ou missões no exterior, como os editais de “professores visitantes” e projetos colaborativos.

Por outro lado, a “mobilidade *in*” é voltada para estudantes e pesquisadores estrangeiros vinculados a instituições parceiras do Cefet/RJ. Essa iniciativa proporciona a oportunidade para que esses indivíduos contribuam com suas experiências e conhecimentos, enriquecendo o ambiente acadêmico da instituição.

Dessa forma, a internacionalização no Cefet/RJ se estende além das fronteiras físicas, promovendo a troca de experiências, conhecimentos e culturas entre seus membros e parceiros internacionais, enriquecendo assim o ambiente acadêmico e científico da instituição.



5. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD) NO CEFET/RJ



5.1. Parcerias na educação a distância	184
5.1.1. Sistema UAB	184
5.1.2. Consórcio Cederj	184
5.2. Graduação	186
5.2.1. Bacharelado em Engenharia de Produção a Distância	186
5.2.2. Tecnologia em Gestão de Turismo	188
5.2.3. Abrangência geográfica, relação de polos e capacidade de atendimento ao público dos cursos de graduação a distância	190
5.2.4. Estrutura física, tecnológica e de pessoal dos cursos de graduação a distância	191
5.3. Pós-graduação	193
5.3.1. Lato Sensu	193
5.3.1.1. Especialização em Relações Étnico-Raciais	193
5.3.1.2. Especialização em Patrimônio Cultural	194
5.3.1.3. Especialização em Hidrogênio Baixo Carbono	194
5.3.1.4. Especialização em Sociedade, Linguagem e Relações Internacionais	195
5.3.1.5. Educação Musical e Tecnologia	195
5.3.2. Stricto Sensu	196
5.3.3. Abrangência geográfica, relação de polos regionais CEDERJ/UAB e capacidade de atendimento ao público	197
5.3.4. Estrutura física, tecnológica e de pessoal	197



A educação a distância (EaD), conforme definida por Desmond Keegan e demais autores da literatura especializada há vários anos¹, é caracterizada pela separação física entre professor e aluno, diferenciando-se do ensino presencial. Na EaD, a comunicação entre professores e alunos é mediada por meios técnicos, geralmente impressos ou digitais, que permitem a transmissão de conteúdos educativos e a interação entre as partes, mesmo que estejam separadas pelo tempo e pelo espaço. Esse formato de oferta exige planejamento e organização educacional, o que garante sistematização e qualidade no processo formativo. No entanto, tal planejamento não implica em rigidez, sendo possível realizar adaptações nos conteúdos e nas atividades propostas, de acordo com as características dos estudantes de cada turma, assim como ocorre no ensino presencial.

Além disso, a EaD inclui a possibilidade de encontros periódicos e ou ocasionais para fins didáticos e de socialização. A comunicação de mão-dupla é um aspecto crucial, permitindo que os alunos participem ativamente do processo educacional. Dessa forma, a EaD proporciona um ambiente de aprendizagem flexível e acessível, sem a necessidade de presença física, mas com o suporte de um ambiente virtual de aprendizagem e acesso à internet.

A Educação a distância é um processo de ensino e aprendizagem, síncrono ou assíncrono, realizado por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação, no qual o estudante e o docente ou outro responsável pela atividade formativa estejam em lugares ou tempos diversos. Esta definição está presente no [Decreto nº 12.456/2025](#), , que regulamenta o art. 80 da [Lei nº 9.394/96](#) (LDB).

O marco histórico da educação a distância no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) deu-se em 1996, com o curso a distância de especialização em Didática Aplicada à Educação Tecnológica, financiado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). O curso foi avaliado com êxito na formação dos alunos e foi recomendada sua expansão. Entretanto, ocorreu descontinuidade na política pública decorrente da mudança de governo.

Em 2005, o Cefet/RJ passa a se inserir no rol de universidades públicas que aderiram à recente política pública denominada Universidade Aberta do Brasil (UAB). Por meio do programa UAB, o Cefet/RJ ofereceu o curso de Pós-graduação *lato sensu* em Educação Tecnológica em quatro edições entre os anos de 2010 e 2018.

Em 2011, o Cefet/RJ celebra Acordo de Cooperação Técnica com a Fundação Cecierj, Programa desenvolvido pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro, se tornando, assim, uma Instituição partícipe do Consórcio Cederj, que reúne Instituições públicas de Ensino Superior do estado do Rio de Janeiro. Nesse âmbito, em 2012, o Cefet/RJ passa a ofertar o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo e, a partir de 2015, o Bacharelado em Engenharia de Produção, ambos no formato de oferta semipresencial por meio do Consórcio Cederj.

¹ Keegan, D. (1996). *Foundations of Distance Education*. London: Routledge.





5.1. Parcerias na educação a distância

5.1.1. Sistema UAB

O Sistema UAB foi instituído pelo [Decreto nº 5.800/2006](#), para “o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País”. Fomenta a educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de educação a distância em localidades estratégicas.

Assim, o sistema UAB propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as instituições públicas de ensino superior. Dentre os principais objetivos do sistema UAB pode-se destacar: oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento; ampliar o acesso à educação superior pública; reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País e estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância. Assim, funciona como um eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos.

Recentemente, a CAPES/UAB lançou o edital nº 25/2023 para o fomento de 29.250 novas vagas em cursos do tipo bacharelado e tecnológico e 105.250 vagas em cursos de especialização *lato sensu* formato de oferta EaD nas instituições públicas de ensino superior integrantes do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). O Cefet/RJ foi contemplado para o fomento de 600 vagas distribuídas entre dois cursos de graduação e dois cursos de pós-graduação *lato sensu*: 120 vagas para o Bacharelado em Engenharia de Produção, 180 vagas para o Tecnólogo em Gestão de Turismo, 150 para a especialização em Patrimônio Cultural e 150 vagas para a especialização em Hidrogênio Baixo Carbono.



5.1.2. Consórcio Cederj

O conceito de consórcio educacional refere-se a uma parceria entre diversas instituições educacionais ou entidades similares que se unem de forma colaborativa para fornecer instruções e outros serviços aos estudantes. Esses arranjos colaborativos visam alavancar recursos e expertise combinados das instituições afiliadas para oferecer uma gama mais ampla de cursos e produtos educacionais. Dentre as vantagens apontadas pela literatura para a organização consorciada da educação a distância, destaca-se a redução de custos fixos, o compartilhamento de expertises, o fortalecimento da qualidade e a promoção de maior variedade de opções educacionais aos estudantes².

O Consórcio Cederj, criado no ano 2000, é uma iniciativa que visa ampliar o acesso à educação superior no estado do Rio de Janeiro, através do ensino semipresencial. Envolve um conjunto de instituições públicas cuja composição atual conta com Cefet/RJ, FAETEC, IFF, IFRJ, UENF, UERJ, UEZO, UFF, UFRJ, UFRRJ e UNIRIO, atuando em colaboração com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Atualmente, são mais de 40 mil alunos matriculados em 18 cursos de graduação semipresencial ofertados pelas instituições participantes do consórcio. Dessa forma, como uma das instituições participantes do Consórcio Cederj, o Cefet/RJ reafirma seu compromisso com a ampliação dos cursos de educação superior em todo o estado do Rio de Janeiro.

Desde sua criação, o Cederj tem sido considerado um caso bem-sucedido de ampliação do campo da educação a distância no Brasil, contribuindo para a formação inicial de professores em serviço e oferecendo cursos em áreas diversas como Administração, Administração Pública, Biologia e Turismo³. Este consórcio começou suas atividades com um foco marcante na formação docente, mas ao longo dos anos expandiu substancialmente sua atuação tanto em termos de cursos ofertados quanto no número de polos de apoio presencial e de alunos atendidos.



² Beaudoin, M. F. (2009). Consortia – a viable model and medium for distance education in developing countries? *Open Learning: The Journal of Open, Distance and e-Learning*, 24, 113-126. doi:10.1080/02680510902879437

³ Assumpção, G. d., Castro, A. d., & Chrispino, Á. (2018). Políticas Públicas em Educação Superior a Distância – Um estudo sobre a experiência do Consórcio Cederj. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 26, 445-470. doi:10.1590/s0104-403620180026000938



Cabe ressaltar que desde o primeiro edital lançado pela Universidade Aberta do Brasil, o Cederj teve seus projetos de cursos e polos aprovados, garantindo o financiamento federal adicional para suas iniciativas, o que permitiu, por exemplo, o pagamento de bolsas de tutoria a distância e presencial nos Polos, além da aquisição de materiais essenciais, incluindo de laboratório, para a manutenção dos cursos.

A estrutura organizacional do Cederj envolve um Núcleo Gestor que coordena suas atividades e diversos conselhos que tomam decisões estratégicas e acadêmicas, sendo presididos pelo presidente da Fundação Cecierj, instituição à qual o Cederj está vinculado. A Fundação Cecierj, ligada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio de Janeiro, é responsável pela estrutura administrativa dos cursos, desde a publicação de editais de seleção e logística de aplicação de avaliação presencial dos alunos até a gestão dos tutores e a produção de material didático. Esta coordenação, que articula os apoios federal e estadual, aliada à qualidade da educação ofertada pelas Instituições de Ensino que compõem o Consórcio, tem permitido ao Cederj ser reconhecido como uma experiência exitosa em educação a distância.

O Consórcio Cederj é o responsável pela publicação semestral de edital tanto para vestibular, quanto para seleção de bolsistas para coordenação de curso e de disciplinas, produção de material didático, coordenação pedagógica, tutorias presenciais e a distância, entre outras. Para concorrer aos editais, os coordenadores de curso e disciplina deverão ser obrigatoriamente servidores públicos de uma das instituições conveniadas do Consórcio Cederj. O pagamento das bolsas é fornecido pela Fundação Cecierj, responsável pelas atividades administrativas do Consórcio Cederj.

No âmbito do Consórcio Cederj, cabe à Fundação Cecierj, em conjunto com as IES, a responsabilidade pelos seguintes tópicos:

- produção de material didático em colaboração com os docentes das IES consorciadas;
- administração do ingresso e da vida acadêmica dos alunos;
- administração do tráfego do material didático entre alunos e docentes;
- administração do processo de avaliação presencial dos alunos;

- seleção, capacitação e avaliação dos mediadores (tutores), em estreita colaboração com os coordenadores de área/cursos;
- organização da avaliação institucional permanente do Cederj.
- Já às IES consorciadas, cabe toda a responsabilidade acadêmica dos cursos, envolvendo:
 - a elaboração do projeto pedagógico dos cursos;
 - a elaboração dos conteúdos para o material didático e o acompanhamento de sua produção;
 - a preparação e correção das provas;
 - o acompanhamento da equipe das disciplinas na IES;
 - o acompanhamento do processo de ensino/aprendizagem dos alunos;
 - o acompanhamento junto à Fundação Cecierj do processo de ingresso aos cursos;
- participar da seleção e fazer a capacitação e o apoio pedagógico dos mediadores sob a coordenação dos docentes;
- fornecer os diplomas de graduação e pós-graduação;
- participar da avaliação institucional em colaboração com a Fundação Cecierj.

Ao implementar a educação a distância, o Consórcio Cederj permite o acesso ao ensino daqueles que vêm sendo excluídos do processo educacional superior público por morarem longe das universidades ou por indisponibilidade de tempo nos horários tradicionais de aula. Os cursos de graduação a distância permitem que o aluno estude no local e horário de sua preferência, seguindo um cronograma. Para isso, ele conta com material didático especialmente elaborado, além do apoio de tutoria presencial, nos próprios polos, e tutoria a distância. Não há aulas presenciais diárias, mas algumas disciplinas exigem um número mínimo de presença no polo para a execução das aulas práticas de laboratório, trabalho de campo, trabalhos em grupo, além dos estágios curriculares obrigatórios.

Dessa forma, a participação do Cefet/RJ no Consórcio Cederj demonstra o comprometimento da instituição com a interiorização e com o acesso ao ensino superior por todos.

5.2. Graduação

Atualmente, o Cefet/RJ oferece dois cursos semipresenciais ofertados no âmbito do Consórcio Cederj, sendo eles: Bacharelado em Engenharia de Produção e Tecnologia em Gestão de Turismo.

Em ambos os cursos, a cada semestre, são realizadas duas avaliações a distância (AD1 e AD2) e duas avaliações presenciais (AP1 e AP2) por disciplina, por período: as avaliações a distância são realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), intitulada de Plataforma Cederj, e têm peso de 20% da nota em cada etapa; as avaliações presenciais têm peso de 80%, mediante provas aplicadas nos diversos Polos de origem da matrícula do estudante. Após essas quatro avaliações, caso o aluno não consiga alcançar a média final 6,0, ou tenha faltado a alguma avaliação presencial, terá direito a uma outra chance de aprovação, através de nova avaliação presencial global (AP3), na qual deverá alcançar o mínimo de 5,0 para aprovação. Os projetos finais são desenvolvidos dando prioridade para o estudo de um problema prático na área de cada curso.

Cumpramos destacar o excelente resultado das avaliações de reconhecimento de curso EaD realizadas pelo MEC no ano de 2022, em que ambos os cursos obtiveram conceito máximo, conceito 5, comprovando os esforços da instituição para promover a educação de qualidade e para a mudança da realidade socioeconômica das localidades em que atua.

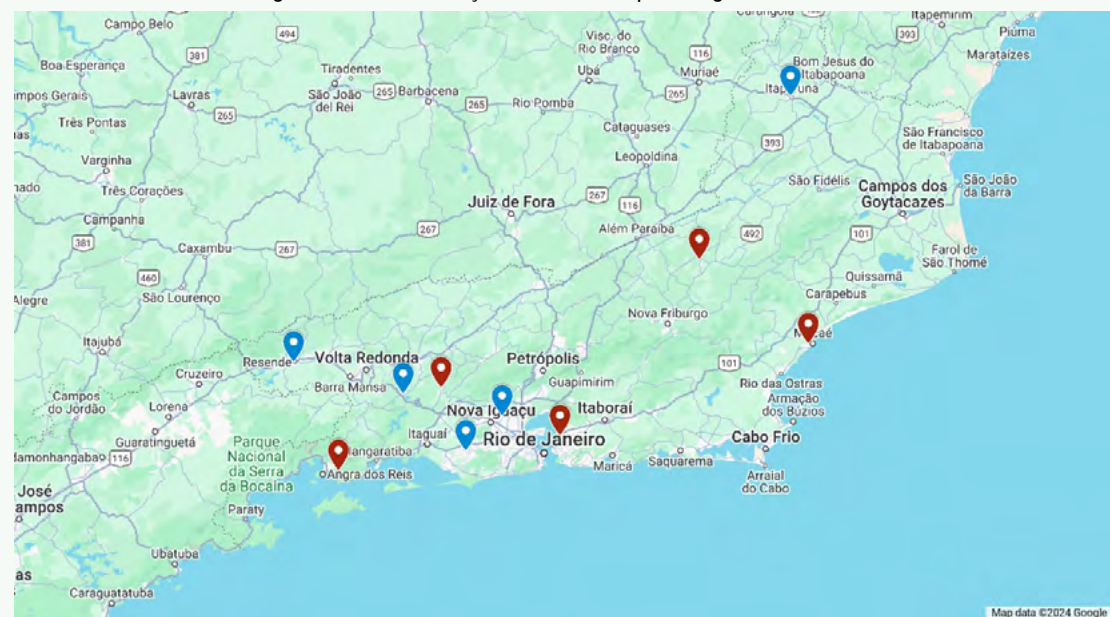
5.2.1. Bacharelado em Engenharia de Produção

Para atender à demanda pela formação superior de engenheiros de produção no estado do Rio de Janeiro, incluindo seus mais distantes municípios, os departamentos de Engenharia de Produção do Cefet/RJ e da UFF na Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda ofertam o curso semipresencial de Engenharia de Produção, como forma de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade. O principal objetivo do curso semipresencial de Engenharia de Produção é democratizar o acesso ao ensino superior de qualidade. A intenção é formar engenheiros de produção que sejam capazes de aplicar técnicas e conhecimentos em planejamento, coordenação e controle de recursos humanos e materiais de maneira

eficiente, além de preparar os alunos para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país.

O perfil do egresso desse curso é de um profissional versátil, com habilidades para atuar em diversas fases e setores do processo produtivo. Um engenheiro de produção formado por esta parceria será capaz de realizar diagnósticos, desenvolver e implementar soluções inovadoras, sempre com foco na eficiência e na sustentabilidade. Isso inclui também a capacidade de trabalhar em equipe, comunicar-se eficazmente, e estar sempre atualizado com as novas tecnologias e metodologias da área. Desta forma, o curso não só prepara o profissional tecnicamente, mas também enfatiza a importância de uma formação ética e socialmente responsável.

Figura 12. Localização dos polos do Cederj no curso semipresencial de Engenharia de Produção (em azul os polos ligados ao Cefet/RJ)

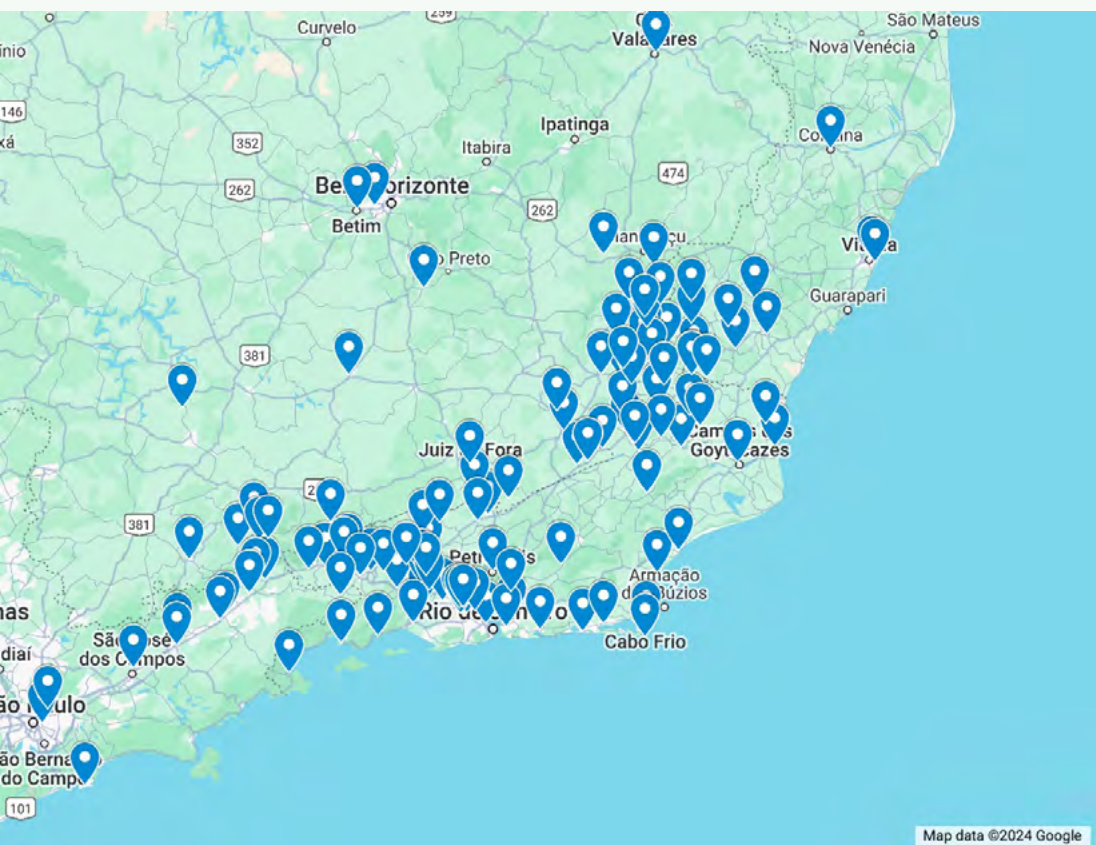


Fonte: Fundação Cecierj, 2024.



O suporte do Cederj é determinante para a operacionalização do curso e sua efetiva interiorização no estado do Rio de Janeiro (Figuras 12 e 13). O consórcio Cederj inclui várias universidades públicas que, em conjunto, promovem a democratização do ensino superior público na região. A Fundação Cecierj também desempenha um papel crucial na gestão e manutenção dos cursos, incluindo a infraestrutura necessária, materiais didáticos e o suporte técnico. Este modelo de consórcio permite uma integração entre diversas instituições, otimização de recursos e ampliação do alcance da educação a distância.

Figura 13. Municípios com alunos do curso semipresencial de Engenharia de Produção do CEFERJ, matriculados no Cefet/RJ

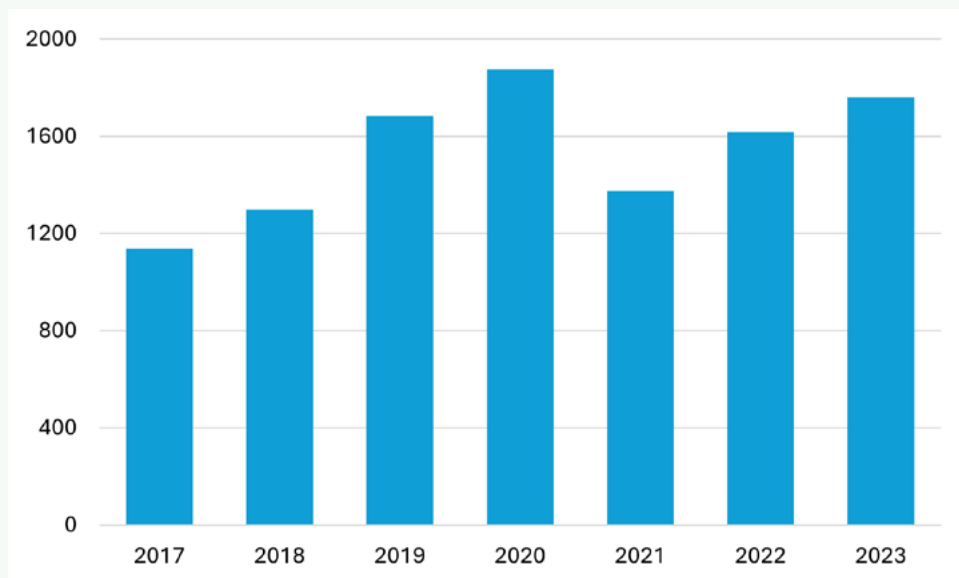


Fonte: Fundação Cecierj, 2024.

O curso semipresencial de Engenharia de Produção possui atividades presenciais que são obrigatórias e que estão estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, como as práticas de laboratório de Física, Química e Informática, cumprindo o disposto no Parecer CNE/CES nº 1/2019, homologado em 22 de abril de 2019, que estabelece as diretrizes curriculares dos cursos de Engenharia. Nas outras disciplinas de conteúdos básicos e específicos, são previstas atividades práticas (avaliativas ou não), que são colocadas na Plataforma Cederj. Nesse caso, os professores têm autonomia para definir quais conteúdos precisam dessas atividades práticas. São realizadas, em datas previamente agendadas, as atividades presenciais obrigatórias e todas as provas presenciais, as quais, em sua maioria, ocorrem aos sábados e domingos. As atividades de Estágio Supervisionado dos alunos do curso são presenciais, obrigatórias e são realizadas em unidades conveniadas, atendendo normas e critérios estabelecidos pelas coordenações de estágio do Cefet/RJ e da UFF. Os polos do Cederj onde o Cefet/RJ e a UFF ofertam o curso de engenharia de produção apresentam características específicas que garantem a qualidade do ensino semipresencial. Os polos contam com bibliotecas, laboratórios e locais de apoio presencial, onde os alunos podem resolver dúvidas e utilizar recursos adicionais para seus estudos. Essas características asseguram que os alunos tenham uma experiência educacional completa, mesmo não estando fisicamente presentes nas sedes das Universidades. O curso semipresencial de Engenharia de Produção do Cefet/RJ destaca-se como uma das graduações com maior número de alunos na instituição, mantendo uma média superior a 1500 estudantes nos últimos anos. Este elevado número de matrículas reflete a relevância do curso, que atrai um grande contingente de alunos interessados em obter uma formação sólida e abrangente na área de Engenharia de Produção, aproveitando a flexibilidade e acessibilidade proporcionadas pelo ensino a distância (Gráfico 2).



Gráfico 2. Matrículas totais no curso semipresencial de Engenharia de Produção no Cefet/RJ



Fonte: PNP, 2024.

O curso semipresencial de Engenharia de Produção do Cefet/RJ, oferecido no âmbito do Consórcio CEDERJ, foi avaliado pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) pela primeira vez em 2019. Nesta avaliação, o curso alcançou a Nota Máxima (5) na Prova, no Conceito Preliminar de Curso (CPC) e no Índice de Diferença de Desempenho (IDD). Este feito é inédito na história da educação em engenharia no Brasil, destacando a excelência do curso e a qualidade do ensino oferecido. Este fato fez com que o curso representasse mais de 16% do Conceito Médio de Graduação (CMG) do Cefet/RJ, parte mais importante do Índice Geral de Cursos da instituição no período 2019-2022⁴.

⁴ Vale ressaltar que no ano de 2020 não houve o cálculo do IGC.

5.2.2. Tecnologia em Gestão de Turismo

Os estudos na área do Turismo pertencem à grande área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas⁵. O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo encontra-se vinculado ao Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (MEC, 2010; 2014) e é ofertado no formato semipresencial, no âmbito da participação do Cefet/RJ como Instituição de Ensino Superior partícipe do Consórcio Cederj.

Tendo iniciado em 2012, o curso oferta 250 vagas semestrais distribuídas, atualmente, em 07 (sete) polos regionais vinculados ao Consórcio Cederj situados no estado do Rio de Janeiro: Capital (Rocinha) e nos municípios de Duque de Caxias, Mangaratiba, Miguel Pereira, Niterói, Nova Iguaçu e Rio das Ostras.

O curso foi pensado como resposta às demandas e necessidades de formação profissional qualificada no setor de turismo considerando o contexto nacional, visando, igualmente, atender a demandas locais e regionais dos territórios nos quais se encontra inserido, uma vez que o turismo é identificado como atividade associada à chamada vocação regional do estado do Rio de Janeiro (SEBRAE, 2010). Com base nessas premissas, a equipe docente proponente do Plano Acadêmico do Curso (2011), realizou pesquisas bibliográficas e documentais tendo como foco a articulação dos Arranjos Produtivos Locais – APL do estado do Rio de Janeiro com os Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Nacional (MTUR, 2008). Como resultado, foram identificados, inicialmente, 05 municípios prioritários para a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Cefet/RJ, no formato de oferta semipresencial, cuja oferta inicia no ano de 2012: Capital (Rocinha), Duque de Caxias, Miguel Pereira, Niterói e Nova Iguaçu. A partir de 2023, essa oferta foi ampliada para englobar os municípios de Mangaratiba e Rio das Ostras, perfazendo um total de 07 municípios atendidos.

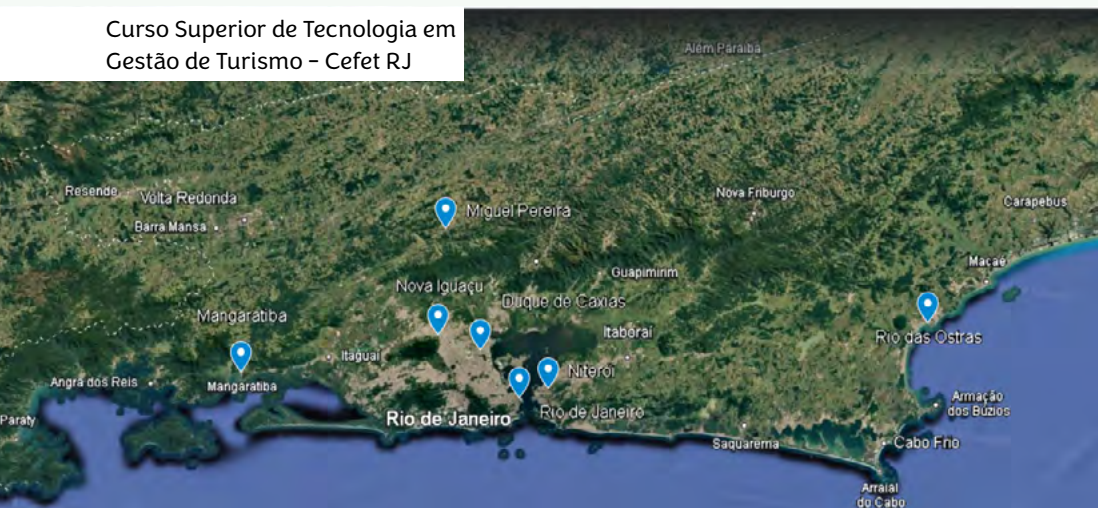
⁵ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2024). Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br>



Desta forma, a oferta do Curso nos municípios vem sendo elaborada contínua e estrategicamente para atender a diferentes Regiões Turísticas do estado do Rio de Janeiro, uma vez que esta se constitui em uma importante diretriz para o planejamento e a gestão do turismo e, ainda, para a elaboração e aplicação de políticas públicas do setor. O Curso, atualmente, atende às seguintes Regiões Turísticas do estado: Metropolitana (Rio de Janeiro e Niterói); Baixada Verde (Duque de Caxias e Nova Iguaçu); Vale do Café (Miguel Pereira); Costa Verde (Mangaratiba) e Costa do Sol (Rio das Ostras), como apresentado a seguir.

Figura 14. Oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo por município, nos Polos CEDERJ: Capital (Polo Rocinha); Duque de Caxias; Mangaratiba; Miguel Pereira; Niterói; Nova Iguaçu e Rio das Ostras

Curso Superior de Tecnologia em
Gestão de Turismo – Cefet RJ



Fonte: Fundação Cecierj, 2024.

Os parâmetros apresentados no *Índice de Competitividade do Turismo Nacional* (BRASIL, 2015), elaborado pelo Ministério do Turismo, reafirmam a posição privilegiada da cidade e do estado do Rio de Janeiro no mercado turístico brasileiro. Esse documento considera variáveis que permitem a verificação das capacidades de captação, recepção, hospitalidade e oferta de serviços turísticos e de infraestrutura, entre outras características que se encontram direta e/ou indiretamente relacionadas ao desenvolvimento turístico nacional. Além da posição histórica enquanto centro de poder nacional e polo irra-

diador de cultura, cabe ressaltar o fato de o Rio de Janeiro ter sediado importantes megaeventos nos últimos anos, com destaque para a Jornada Mundial da Juventude, em 2013, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, o que contribuiu significativamente para a consolidação da cidade no mercado turístico nacional e internacional, fato que vem se consolidando, mais recentemente, na chamada retomada turística pós-pandêmica da COVID-19, ainda em curso.

Com a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo semipresencial, o Cefet/RJ se consolida como a Instituição de Ensino que mais oferta cursos da área do Turismo no estado do Rio de Janeiro, abrangendo uma verticalização de ensino na área desde o Curso Técnico, Graduação Tecnológica e Bacharelado até a Pós-graduação. Da mesma forma, o Cefet/RJ se constitui na Instituição de maior abrangência e capilaridade na oferta de Ensino do Turismo no estado do Rio de Janeiro pois, além dos municípios vinculados ao Curso, citados anteriormente, a Instituição oferta, desde 2008, os Cursos de Bacharelado em Turismo e de Tecnologia em Gestão de Turismo, presencialmente, nos municípios de Petrópolis e Nova Friburgo, respectivamente.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo semipresencial, tem como objetivo geral formar Tecnólogo(a) em Gestão de Turismo apto a desenvolver ações de planejamento, organização, operação e avaliação de produtos e serviços constitutivos do eixo tecnológico de turismo, hospitalidade e lazer em sua área de atuação. Este profissional dispõe de um amplo leque de possibilidades de atuação, que abrange os segmentos de planejamento e gestão do turismo, operadoras e agências de viagem emissivas e receptivas, organização de eventos, gestão de meios de hospedagem e de equipamentos culturais, transportes, lazer e recreação, estudos de segmentação de mercado, bem como o desenvolvimento do empreendedorismo e da pesquisa científica, entre outros.

Tendo como base as diretrizes do Catálogo Nacional de Cursos Superiores, o perfil profissional do egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo contempla o seguinte escopo:



Diagnostica o potencial de destinos e produtos turísticos; cria e implanta roteiros turísticos; planeja e gerencia atividades relacionadas aos distintos segmentos de mercado do turismo; articula os diferentes agentes locais, regionais e internacionais da área; administra e opera atividades em agências de turismo e transportadoras turísticas; gerencia e executa procedimentos em meios de hospedagem, restaurantes e eventos; vistoria, avalia e emite parecer técnico em sua área de formação (BRASIL, 2016, p. 153).

Por sua vez, o Cefet/RJ expressa, em seu Plano Pedagógico Institucional 2020 – 2024 (publicado em 2018), a filosofia orientadora pela qual tem se pautado e vem se reconhecendo enquanto instituição educacional: um espaço público de formação humana, científica e tecnológica que tem como direcionamentos específicos o compromisso social, o aperfeiçoamento institucional contínuo e a excelência acadêmica.

Desta forma, o perfil do egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Cefet/RJ tende a se constituir em um amálgama que contempla as orientações do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do Ministério da Educação, mas também incorpora a marca identitária desta Instituição, hoje centenária, e em constante evolução.

Sendo assim, o egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Cefet/RJ é um profissional que dispõe de uma formação humanista voltada para sua capacitação para dinamizar o potencial transformador do fenômeno do turismo – social, econômico, cultural, ambiental e político – e para seu planejamento e gestão pública e privada a partir do desenvolvimento de conhecimentos técnicos específicos sobre o sistema turístico e a multidimensionalidade do macroambiente no qual este se insere em âmbito local, regional e global.

5.2.3 Abrangência geográfica, relação de polos e capacidade de atendimento ao público dos cursos de graduação semipresenciais

O curso de Engenharia de Produção é ofertado nos polos de Belford Roxo, Campo Grande (no município do Rio de Janeiro), Itaperuna, Barra do Piraí e Resende. Já o curso de Tecnologia em Gestão de Turismo é ofertado nos polos da capital (Rocinha) e nos municípios de Duque de Caxias, Mangaratiba, Miguel Pereira, Niterói, Nova Iguaçu e Rio das Ostras.

Nas tabelas 1 e 2 são apresentadas as ofertas de vagas semestrais por curso e polo.

Tabela 1. Polos que ofertam o curso semipresencial Bacharelado em Engenharia de Produção

POLOS REGIONAIS	LOCALIZAÇÃO	VAGAS SEMESTRAIS
Belford Roxo	Município de Belford Roxo	40
Campo Grande	Município do Rio de Janeiro	40
Itaperuna	Município de Itaperuna	40
Piraí	Município de Barra do Piraí	40
Resende	Município de Resende	40

Fonte: Fundação Cecierj, 2024.

Tabela 2. Polos que ofertam o curso semipresencial Tecnologia em Gestão de Turismo

POLOS REGIONAIS	LOCALIZAÇÃO	VAGAS SEMESTRAIS
Duque de Caxias	Município de Duque de Caxias	40
Mangaratiba	Município de Mangaratiba	20
Miguel Pereira	Município de Miguel Pereira	25
Niterói	Município de Niterói	50
Nova Iguaçu	Município de Nova Iguaçu	50
Rio das Ostras	Município de Rio das Ostras	25
Rocinha	Município do Rio de Janeiro	40

Fonte: Fundação Cecierj, 2024.



5.2.4. Estrutura física, tecnológica e de pessoal dos cursos de graduação semipresenciais

A disponibilização da infraestrutura física e tecnológica dos polos é de responsabilidade da Fundação Cecierj, que geralmente ocorre por meio de parcerias com as prefeituras dos municípios onde estão instalados os polos. Ainda com relação à infraestrutura, o consórcio prevê que os polos apresentem laboratórios próprios, utilizados para ministrar as disciplinas específicas do curso em que há a obrigatoriedade de aulas práticas.

Corpo docente e de tutores

A contratação de coordenadores de disciplinas e tutores que atuam nos cursos de Tecnologia em Gestão de Turismo e de Bacharelado em Engenharia de Produção é feita pela Fundação Cecierj, por meio de edital público, conforme acordo pactuado entre as instituições integrantes do Consórcio Cederj, como anteriormente mencionado.

As atividades de tutoria a distância e presencial são exercidas sob a supervisão de um coordenador de tutoria, função ocupada por professores do Cefet/RJ e, no curso de Engenharia de Produção, também por professores da UFF. Os tutores dos cursos acompanham e apoiam os estudantes ao longo do curso e realizam os atendimentos nos polos (tutor presencial) ou de forma online (tutor a distância). Todos recebem formação em EaD antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso são ofertadas atualizações periódicas.

Para ambos os cursos, os tutores a distância trabalham diretamente na plataforma de ensino, ajudando os professores coordenadores na correção e vistas de prova, assim como no esclarecimento de dúvidas que são postadas ou que, de forma direta, são enviadas à tutoria a distância pela sala de tutoria.

As disciplinas dos períodos iniciais contam com tutores presenciais que atuam diretamente nos polos, em geral até à metade do Curso e em função da quantidade de alunos inscritos na disciplina. Acima do quinto período, a figura do tutor presencial será mantida naquelas disciplinas em que se justifique porque dinamizam atividades práticas ou em disciplinas que tenham características específicas como as disciplinas de projeto final.

Quanto à capacitação, no âmbito do Consórcio Cederj, o programa de capacitação se divide em dois grupos: o relativo aos aspectos inerentes ao curso/disciplina e aquele relativo à EaD e às ferramentas utilizadas no âmbito do Consórcio. O primeiro é de responsabilidade da IES consorciada responsável pela oferta do curso/disciplina e o segundo, da Fundação Cecierj.

Atualmente os tutores presenciais e a distância participam de duas capacitações obrigatórias ofertadas pelo Consórcio Cederj:

- Tutoria na plataforma Moodle (CPTM): formação que visa ambientar e instrumentalizar o tutor no uso da Plataforma Moodle;
- Formação EaD com ênfase na tutoria Cederj.

Informações adicionais sobre a composição atual do corpo de tutores dos cursos de graduação, incluindo número de tutores presenciais e a distância e sua formação acadêmica estão disponíveis no capítulo 7 deste documento.

Recursos didáticos

A produção do material didático é feita por professores conteudistas que são especialistas na área, contando com a coordenação do Cederj. O aluno recebe semestralmente material didático referente a cada disciplina de forma online (algumas disciplinas também possuem módulos impressos).

O recurso tecnológico central utilizado para interação com os alunos é gerido pela Cecierj: a plataforma Moodle Cederj disponibiliza diversos recursos como uma sala de aula administrada pelo professor da disciplina na qual o conteúdo das disciplinas é disponibilizado, além de possuir ferramentas como fóruns, chats, videotutoriais, entre outros. A plataforma ainda disponibiliza uma área de secretaria acadêmica com informações sobre o curso, horários de tutorias, calendário acadêmicos, entre outros. O acesso à plataforma está disponível aos alunos, professores e tutores.

Os alunos dos cursos possuem livre acesso às bibliotecas do sistema de Bibliotecas do Cefet/RJ e a outros recursos disponibilizados aos alunos dos cursos presenciais, como o e-mail institucional (Outlook) e outras ferramentas da Microsoft como a plataforma Teams, One Drive e pacote Office 365 for students.



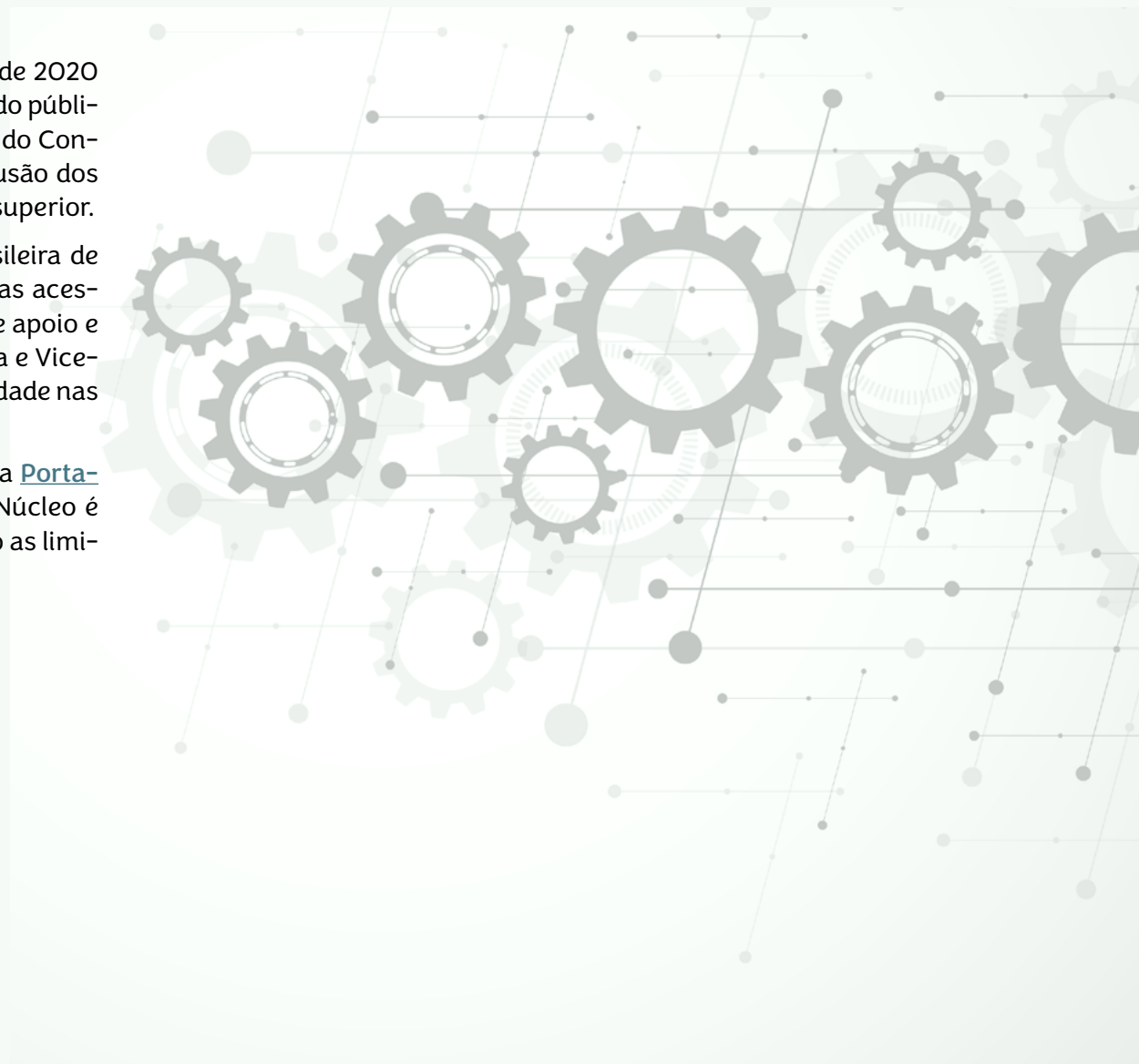
Acessibilidade



O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) foi criado em janeiro de 2020 com o objetivo de promover políticas e ações que efetivem a inclusão do público interno e externo da Fundação Cecierj, especialmente dos alunos do Consórcio Cederj, buscando garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE) no nível superior.

Consoante com a [Lei nº 13.146/2015](#), conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão, o NAI pesquisa e coordena a produção de materiais e provas acessíveis, organiza as ações de acompanhamento pedagógico, tutoria de apoio e se articula com os entes da Vice-presidência de Educação a Distância e Vice-presidência Científica para a implementação da política de acessibilidade nas relações de ensino, pesquisa, extensão e divulgação científica.

O NAI foi reconhecido institucionalmente através da publicação da [Portaria Cecierj nº 586, de 05 de dezembro de 2022](#). A perspectiva do Núcleo é contemplar toda a diversidade do público da Fundação, considerando as limitações e potencialidades de cada indivíduo.





5.3. Pós-graduação

Por meio do programa UAB, em 2010, o Cefet/RJ ofereceu sua primeira especialização a distância, o curso de Pós-graduação *lato sensu* em Educação Tecnológica. No estado no Rio de Janeiro, o curso foi ofertado por meio de um convênio entre a UAB, o Cefet/RJ e o Consórcio Cederj. Ao longo de suas quatro edições, em 2010, 2012, 2017 e 2018, foram ofertadas 730 vagas que atingiram 12 municípios do nosso estado. Além disso por meio do convênio com a UAB, o curso atingiu as localidades de Paraisópolis, Parque Bristol e Villa Formosa, regiões de áreas de vulnerabilidade social do município de São Paulo.

Atualmente, o Cefet/RJ conta com a aprovação de cinco especializações em Relações Étnico-Raciais; Patrimônio Cultural; Hidrogênio Baixo Carbono; Educação, Sociedade, Linguagem e Relações Internacionais; e Educação Musical e Tecnologia no formato de oferta EaD e de um Mestrado Profissional em Energia e Sociedade, primeiro reconhecido pela CAPES no formato de oferta EaD.



5.3.1. *Lato Sensu*

5.3.1.1. Especialização em Relações Étnico-Raciais

A proposta deste curso de Pós-graduação *lato sensu* surge da necessidade urgente de integrar de forma efetiva a temática “História e Cultura Afro-Brasileira” nos currículos das Redes de Ensino, conforme estabelecido pela [Lei nº 10.639/2003](#). Esta legislação representa um marco na promoção da inclusão e no combate ao racismo estrutural ao exigir o ensino desses conteúdos nas escolas, porém, sua implementação plena ainda é um desafio.

O curso se propõe a preencher essa lacuna através de uma abordagem interdisciplinar, conectando áreas como Estudos da Linguagem, Literatura, História, Educação e Artes. Ao fomentar debates e reflexões profundas, visa destacar a contribuição fundamental dos povos negros para a formação da identidade cultural brasileira. A colaboração com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e com o Programa de Pós-graduação *stricto sensu* (mestrado) em Relações Étnico-Raciais (PPRER) garante um espaço contínuo para discussões e leituras críticas, além de fortalecer a formação de professores capacitados nessa área crucial.

No contexto específico do Cefet/RJ e da região, a implementação deste curso é crucial. A falta de iniciativas similares no estado do Rio de Janeiro sublinha a importância deste programa para a consolidação das políticas afirmativas locais. Além de ampliar o conhecimento sobre as culturas africanas e afro-brasileiras, o curso irá expandir as discussões sobre questões étnico-raciais, beneficiando toda a comunidade educativa e contribuindo para a reconstrução de uma imagem positiva das heranças africanas.

Em síntese, o referido curso não apenas atende a uma exigência legal, mas também representa um passo significativo na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao valorizar e disseminar conhecimentos sobre as culturas afro-brasileiras, pretende-se fortalecer os pilares de uma democracia inclusiva, respeitosa da diversidade e comprometida com a eliminação de desigualdades e preconceitos arraigados.



5.3.1.2. Especialização em Patrimônio Cultural

O ensino de Cultura e Patrimônio no Cefet/RJ é integrado em disciplinas do Ensino Médio, Técnico e Graduação, com uma abordagem crucial para a formação profissional em Turismo. A instituição se destaca como a principal no estado do Rio de Janeiro na oferta de cursos de graduação em Turismo, com 660 vagas anuais em seus diversos *campi* e polos. Dada a relevância e a extensão da oferta nessa área, o Cefet/RJ vê a necessidade de um curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Patrimônio Cultural para aprofundar os estudos e pesquisas sobre o Patrimônio Cultural Brasileiro. Este curso visa qualificar profissionais em áreas como história, memória social, artes visuais, arquitetura, filosofia, psicossociologia, turismo e gestão do patrimônio nacional, além de complementar a formação de professores em educação patrimonial. A iniciativa também permitirá fortalecer parcerias com instituições como UFRJ, UERJ e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O Rio de Janeiro é reconhecido por seu papel significativo no contexto do Patrimônio Cultural, com a cidade tendo recebido o título de Patrimônio Mundial da UNESCO em 2012. O estado abriga 231 bens protegidos pelo IPHAN, como o Cais do Valongo, recentemente reconhecido pela UNESCO como um importante local da memória afro-brasileira. Atualmente, a oferta de cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* em Patrimônio Cultural na cidade é limitada, com a maioria sendo a distância e em instituições privadas.

O público-alvo inclui portadores de diploma superior, com preferência para graduados em Licenciaturas, Turismo, Artes Visuais, História, Produção Cultural, Arquitetura, Filosofia, Geografia, Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, Relações Internacionais e áreas afins, bem como profissionais do setor privado, público e do terceiro setor.

A previsão é de que as primeiras turmas do curso sejam iniciadas em 2025 com a oferta de 150 vagas.

5.3.1.3. Especialização em Hidrogênio Baixo Carbono

O curso de Especialização em Hidrogênio Baixo Carbono surge como uma resposta crucial aos desafios contemporâneos no campo energético e ambiental. Em um contexto global onde a transição para fontes energéticas sustentáveis é imperativa, as energias renováveis e o hidrogênio de baixo carbono despontam como pilares fundamentais para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e reduzir as emissões de gases de efeito estufa, sobretudo no setor de transportes.

A necessidade deste curso é amplamente justificada pela urgência em qualificar profissionais capazes de atender à crescente demanda por tecnologias limpas e inovadoras. A matriz energética mundial está em transformação, e o curso visa capacitar engenheiros e profissionais afins para liderar pesquisas, desenvolver tecnologias e implementar soluções práticas relacionadas ao hidrogênio de baixo carbono.

Ao promover a interação entre academia, indústria e comunidade científica, o curso não apenas fortalece as bases teóricas e práticas dos participantes, mas também fomenta parcerias estratégicas que impulsionam o avanço científico e tecnológico na área. A colaboração estabelecida com a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) sublinha o compromisso com a formação de profissionais capacitados e com a disseminação de conhecimento de alto nível.

Para o Cefet/RJ e para a região Sudeste do Brasil, o curso representa um diferencial significativo. A alta demanda por especialistas em energias renováveis e hidrogênio de baixo carbono na indústria e em instituições de pesquisa torna este programa não apenas relevante, mas essencial para o desenvolvimento econômico e sustentável da região. A articulação com o Cederj amplia o alcance do curso, permitindo que seja oferecido de maneira acessível e descentralizada, beneficiando um número maior de profissionais e ampliando o impacto positivo nas políticas públicas e ambientais locais.

Em suma, o curso de Especialização em Hidrogênio Baixo Carbono não só responde às demandas urgentes por inovação e sustentabilidade no setor energético, mas também fortalece o compromisso do Cefet/RJ em ser um agente catalisador de mudanças positivas, contribuindo para uma economia mais limpa e para um futuro ambientalmente responsável.

A previsão é de que as primeiras turmas do curso sejam iniciadas em 2025 com a oferta de 150 vagas.



5.3.1.4. Especialização em Sociedade, Linguagem e Relações Internacionais

O curso de pós-graduação *lato sensu* Sociedade, Linguagem e Relações Internacionais apresenta-se como uma proposta disposta a construir um espaço de discussão acerca das íntimas relações entre linguagem e questões sociais relevantes ao cenário internacional contemporâneo. Justifica-se a proposição do curso, primeiramente, pela sua contribuição para o debate social contemporâneo sobre o âmbito internacional a partir de uma lente linguístico/discursiva. Nesse sentido, a proposta sintoniza-se com a perspectiva da virada linguística/discursiva anunciada por algumas leituras dos estudos sociais, isto é, a percepção de que a linguagem/o discurso é elemento central para a compreensão das dinâmicas da vida social. Pensado dessa forma, o projeto dá continuidade, no âmbito da pós-graduação, ao trabalho já desenvolvido no Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, curso oferecido pelo Cefet/RJ desde 2014. Esse dado ratifica a importância da verticalização do ensino na instituição. Por fim, ressalta-se a carência da oferta, em âmbito nacional, de cursos gratuitos para um público-alvo diverso que possibilite uma discussão contemporânea acerca das relações entre linguagem e questões sociais internacionais.

Esta proposta de curso de pós-graduação *lato sensu* é a primeira iniciativa do Departamento de Línguas Estrangeiras Aplicadas do Cefet/RJ, no âmbito da pós-graduação, que engloba seus docentes quase em totalidade. Tal composição reflete o exercício de aprimoramento da interdisciplinaridade construída pelo departamento no Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais. Soma-se a isso a continuidade do rico estabelecimento de pontes com docentes de outros departamentos e *campi*. A atuação na pós-graduação favorece maior diálogo entre docentes de diferentes áreas de formação – a saber Letras, Direito, Relações Internacionais, Educação, Ciências Sociais e Turismo – e fortalece as ações da instituição relacionadas à grande área das ciências humanas e sociais. A oferta do curso a distância, ao mesmo tempo que possibilita o alcance de discentes oriundos de diferentes localidades do país, possibilita fortalecer ações educacionais construídas no âmbito da região Sudeste.

Além disso, compreende-se que a aprovação do curso abre caminho para, a longo prazo, construir o primeiro programa de pós-graduação do Brasil que estabeleça uma conexão mais evidente com a formação em Línguas Estrangeiras Aplicadas, o que será uma ação de suma importância não somente para a instituição, como para a educação em nível superior no contexto nacional. A previsão é de que as primeiras turmas do curso sejam iniciadas em 2025 com a oferta de 35 vagas.

5.3.1.5. Educação Musical e Tecnologia

O curso tem por objetivo aprofundar conhecimentos em educação musical e tecnologia aplicada à música. Além da reflexão teórica culminar na monografia de TCC, o aluno também será incentivado a criar um produto educacional através de material audiovisual voltado para a música como elemento principal de um projeto educacional.

O campo da tecnologia produziu importantes realizações no passado recente como a popularização das tecnologias imersivas (Realidade Aumentada e Realidade Mista), a plataformação de serviços e instituições, a proliferação de artefatos culturais digitais produzidos e distribuídos através de redes sociais, *blogs*, *websites*, plataformas, assim como o desenvolvimento de sistemas de inteligência artificial cada vez mais aprimorados. A educação tem ampliado esforços para incorporar as inovações que emergem da intensa dinâmica que caracteriza o campo da tecnologia. A educação a distância (EaD), as metodologias ativas e os cursos de STEAM (do inglês *Science, Technology, Engineering, Arts, Mathematics*) são algumas das iniciativas criadas para incorporar os benefícios que emergiram nos últimos anos.

No âmbito da música, o lançamento do *software* Napster (1999) e da loja virtual iTunes (2001) causaram um forte impacto na economia da cultura e até de outros setores produtivos. Desde então, surgiram os *sites* de *streaming* e as transmissões ao vivo em *sites* especializados. O advento de *softwares* e aplicativos de produção musical e a criação de produtos multimídia transformaram as formas de desenvolver e expressar o conteúdo musical. Tais transformações produziram mudanças não só na vida dos professores de Música, mas em todos os que dependem da música para ensinar sua arte. Professores de Dança, de Teatro, de Cinema e até de Artes visuais passaram a utilizar os recursos de produção musical mais recentes. Nesse sentido, verifica-se a necessidade de ampliar os espaços de ensino e produção de conhecimento que envolvam o uso de tecnologias inerentes ao campo musical.

A pós-graduação em Educação Musical e Tecnologia irá realizar atividades individuais e/ou coletivas com abordagem crítica e analítica, valorizando interfaces com outras linguagens artísticas e interdisciplinaridade, integrada à tecnologia e educação musical, respeitando as diversidades e incentivando as



pesquisas individuais dos alunos. A metodologia inclui aulas *online* síncronas e assíncronas, com aulas práticas e/ou expositivas conjugadas a atividades de debate e reflexão a partir de leituras específicas, vídeos e materiais multimídia. Será proposto que os alunos criem um produto final multimídia que envolva elementos visuais e musicais para utilização em um contexto educativo, seja na prática docente envolvendo a realidade de cada aluno, seja como exercício. Além do produto educacional, a monografia como trabalho de conclusão de curso (TCC) será uma ferramenta para exercitar a escrita acadêmica e o desenvolvimento de um pensamento crítico voltado à educação musical. Os discentes não serão selecionados apenas pelo pré-requisito de Licenciatura em Música, mas também nas linguagens Dança, Artes visuais e Teatro, bacharelado nas diversas linguagens artísticas, além de serem admitidos outros cursos superiores. Dessa forma, se busca maior integração nas linguagens artísticas e interdisciplinaridade sem perder o foco nos pressupostos da educação musical, o que inclui aspectos técnicos e tecnológicos.

As disciplinas com foco em tecnologia foram pensadas integrando imagem e som, tendo a participação de professores de Dança e Teatro para auxiliar nessa construção multimídia, além de professores da área da música e educação. As disciplinas com foco em educação foram pensadas levando em conta o atual contexto educacional, incluindo a reflexão sobre o processo tecnológico atual. Ao final do curso, espera-se que o aluno seja capaz de refletir sobre o processo de educação musical e tecnologia atual, direcionando o que foi aprendido ao longo do curso à criação de um produto audiovisual educacional e a justificar suas decisões teóricas preferencialmente criando uma monografia de conclusão de curso. A previsão é de que as primeiras turmas do curso sejam iniciadas em 2025 com a oferta de 10 vagas.

5.3.2. *Stricto Sensu*

Em resposta à crescente demanda por profissionais na área de energias renováveis, a instituição criou o Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Energia e Sociedade (PPGES), ofertando o mestrado em energia e sociedade, o primeiro mestrado profissional EaD do Brasil aprovado pela CAPES. Este programa tem como objetivo formar profissionais qualificados para a transição energética, capazes de contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e econômico da sociedade, especialmente no setor energético, através de projetos e programas inovadores.

A criação do mestrado profissional em Energia e Sociedade no Cefet/RJ atende à crescente demanda por profissionais qualificados no setor energético, com ênfase na transição energética e no desenvolvimento de novas competências. A iniciativa, idealizada por um grupo multidisciplinar de docentes, reflete a necessidade identificada no mercado de trabalho. O Cefet/RJ, comprometido com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dedica 10,5% de suas publicações científicas às áreas de ciências ambientais e energia, destacando-se globalmente.

A proposta é fortalecida pela expertise dos docentes, uma vez que um terço do corpo docente permanente possui experiência relevante em Energia e Sociedade e participação em programas de pós-graduação voltados para sustentabilidade e eficiência energética. Com uma sólida trajetória em cursos a distância e presenciais, o Cefet/RJ está plenamente capacitado para oferecer o mestrado profissional EaD, potencializando a formação de profissionais para enfrentar os desafios do setor energético.

O Cefet/RJ disponibiliza uma infraestrutura laboratorial abrangente para o PPGES, com espaços dedicados para pesquisa e desenvolvimento em diversos polos. O Polo Itaguaí, com laboratórios como o de Simulação e o IFMaker, e o Polo Maracanã, com laboratórios de informática avançados, são exemplos da capacidade da instituição. Além disso, o PPGES conta com parcerias estratégicas, como com a Eletrobras Eletronuclear, que oferece infraestrutura para atividades de pesquisa.



A linha de pesquisa “Energia Limpa e Meio Ambiente” do PPGES enfoca estudos técnicos, econômicos e ambientais baseados em economia circular, analisando ciclos de vida e custos de carbono em cadeias produtivas de energia renovável. Projetos nessa linha incluem “Biorrefinarias baseadas em resíduos” e “Uso de biocombustíveis e hidrogênio renovável no transporte”. A linha “Gestão e Desenvolvimento Social” abrange métodos e técnicas para decisões sustentáveis, com projetos como “Estratégias Computacionais para Tomada de Decisão” e “Transporte e Desenvolvimento Sustentável”, buscando integrar conhecimentos ambientais e desenvolver estratégias para sociedades sustentáveis.

5.3.3. Abrangência geográfica, relação de polos regionais UAB e capacidade de atendimento ao público dos cursos de pós-graduação

O curso de Especialização em Patrimônio Cultural é ofertado nos polos de Angra dos Reis, Miguel Pereira, Nova Iguaçu, Paracambi e Rio de Janeiro (São Conrado). Já o curso de Especialização em Hidrogênio Baixo Carbono é ofertado nos polos da capital (São Conrado) e nos municípios de Angra dos Reis, Belford Roxo, Macaé e Resende.

Nas tabelas 3 e 4 são apresentadas as ofertas de vagas semestrais por curso e polo.

Tabela 3. Polos que ofertam o curso de EaD de Especialização em Patrimônio Cultural

POLOS REGIONAIS	LOCALIZAÇÃO	VAGAS
Angra dos Reis	Município de Angra dos Reis	50 vagas
Miguel Pereira	Município de Miguel Pereira	50 vagas
Nova Iguaçu	Município de Nova Iguaçu	50 vagas
Paracambi	Município de Paracambi	50 vagas
São Conrado	Município do Rio de Janeiro	50 vagas

Fonte: DIPPG, 2024

Tabela 4. Polos que ofertam o curso de EaD de Especialização em Hidrogênio Baixo Carbono

POLOS REGIONAIS	LOCALIZAÇÃO	VAGAS
Angra dos Reis	Município de Angra dos Reis	50 vagas
Belford Roxo	Município de Belford Roxo	50 vagas
Macaé	Município de Macaé	50 vagas
Resende	Município de Resende	50 vagas
São Conrado	Município do Rio de Janeiro	50 vagas

Fonte: DIPPG, 2024

5.3.4. Estrutura física, tecnológica e de pessoal dos cursos de pós-graduação

Os cursos de pós-graduação possuem uma estrutura robusta em termos de infraestrutura física, tecnológica e de pessoal.

Estrutura Física

Infraestrutura administrativa exclusiva para cada programa. Doze salas para docentes, cinco salas para alunos, ambas equipadas com recursos audiovisuais como projetores multimídia e computadores. Auditórios utilizados para eventos, seminários e defesas de dissertação ou tese e espaços de Convivência com áreas comuns onde os estudantes podem interagir e realizar atividades extracurriculares. Laboratórios para pesquisa, respeitando os critérios estabelecidos para cursos oferecidos no formato de oferta EaD. A Instituição oferece diversos laboratórios associados às linhas de pesquisa da proposta. Nesse contexto, para essas atividades presenciais, o PPGES possibilita o acesso aos docentes e discentes, apresentando a infraestrutura a seguir:

Polo Itaguaí: Os laboratórios do Polo Itaguaí serão compartilhados com o curso de Engenharia Mecânica de Itaguaí, oferecido no turno da noite. Embora os laboratórios possuam capacidade para 20 alunos, a Instituição habitualmente trabalha com turmas de 15 alunos no máximo e, quando necessário, divide as turmas. Os alunos de pós-graduação poderão utilizar os laboratórios listados sobretudo nos turnos da manhã e da tarde. É possível também a uti-



lização no turno da noite em horários agendados. Laboratório de Simulação (40.06 m2): O Laboratório de Simulação (LabSIM) disponibiliza uma infraestrutura destinada ao desenvolvimento de pesquisas e projetos de docentes e discentes do *campus* de Itaguaí. Contendo uma disponibilidade de computadores com *softwares* específicos para o desenvolvimento de projetos, em um ambiente adequado para estudos. *Softwares* Disponíveis: Bizagi Modeler; AutoCAD 2016; Gretl; IBM ILOG; JetBrains PyCharm community; ANSYS 19 R3; SOLIDWORKS 2018; Python; entre outros. Laboratório IFMaker (40.06 m2): O Laboratório IFMaker consiste em um espaço que contém um conjunto de ferramentas/equipamentos industriais para a prototipagem rápida e os respectivos pacotes computacionais para a programação e criação de modelos para fabricação de projetos, que servem como suporte ao desenvolvimento da aprendizagem e à inovação. O laboratório possui, dentre outros equipamentos, impressoras 3D de pequeno e médio porte, máquina CNC laser, Scanner 3D etc. Os docentes e discentes do PPGES poderão ter acesso ainda a outros laboratórios, tais como: Laboratório de Sistemas Térmicos (40.06 m2), Laboratório de Microscopia (40.06 m2), Laboratório de Metalografia e Tratamentos Térmicos (40.06 m2), Laboratório de Ensaio de Materiais (40.06 m2), Laboratório de Soldagem (40.06 m2), Laboratório de Metrologia (40.06 m2), Laboratório de Usinagem (57.18 m2). De forma adicional, tem-se 2 laboratórios de informática que ficam à disposição a todos os interessados e possuem 20 computadores dedicados, com *softwares* específicos, para utilização em diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão, com acesso à internet, com velocidade de 100MB. Os computadores possuem amplo acesso via *web* à base de dados de periódicos especializados disponibilizados pela CAPES.

Polo Maracanã: A Sede, com ampla experiência em EaD, possui 10GB de velocidade de internet. Laboratórios: Os docentes e discentes do PPGES terão acesso a 2 laboratórios de informática do *campus* Maracanã (70 m2), cada um deles com 40 computadores, todos com acesso à internet. Esses espaços poderão ser utilizados para atividades de pesquisa e ensino, juntamente com outros cursos do *campus*. O Cefet/RJ conta, hoje, com um sistema de rede de fibra óptica. Além dessa rede interna, a Instituição tem acesso à Internet e a serviços de correio eletrônico, que são disponibilizados aos docentes e aos discentes, em atendimento a demandas de natureza acadêmica. Nesse ponto, é importante

ressaltar a possibilidade de realizar pesquisas *online*. O *link* de comunicação via Internet do Cefet/RJ é de 1 Gbps. Os docentes e discentes do PPGES poderão ter acesso ainda a outros laboratórios, tais como: Laboratório de Controle e Automação (LACEA) (90 m2); Laboratórios virtuais. Adicionalmente, o PPGES prevê parceria com o setor empresarial, especificamente com a Eletrobras Eletronuclear para o desenvolvimento das atividades de pesquisas.

Estrutura Tecnológica

Redes de Computadores e plataformas virtuais: Uso de plataformas como Teams e Moodle para apoio às disciplinas, oferecendo ferramentas para envio de tarefas, fóruns de discussão e acesso a materiais didáticos.

Bases de Dados: Acesso a diversas bases de dados científicas e técnicas para pesquisa acadêmica.

Estrutura de Pessoal

Corpo Docente: Composto por professores altamente qualificados, a maioria com mestrado e doutorado. Os docentes são especialistas em suas áreas de atuação e muitos são envolvidos em projetos de pesquisa e extensão.

Técnicos e Administrativos: O apoio técnico é fundamental para o funcionamento dos laboratórios e outros recursos tecnológicos. Há também equipe administrativa dedicada ao suporte dos alunos e à gestão dos programas de pós-graduação.

Orientadores e Coordenadores: Cada curso de pós-graduação tem um coordenador responsável pela gestão do programa e orientadores para auxiliar os alunos no desenvolvimento de suas dissertações ou teses.

Pesquisadores: Além dos docentes, há pesquisadores vinculados a projetos de pesquisa que colaboram com as atividades de ensino e desenvolvimento tecnológico.

Essa estrutura permite que o Cefet/RJ ofereça cursos de pós-graduação de alta qualidade, com foco no desenvolvimento acadêmico, científico e tecnológico dos alunos.

6. PLANO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS



6.1. Oferta total do Cefet/RJ	201
6.2. Projeção da oferta de cursos e vagas por campus	204



Conforme estabelece o [Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025](#), que altera o [Decreto nº 9.235/2017, art. 21, inciso III](#), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das instituições de ensino superior deve conter o plano de oferta de cursos e vagas. No âmbito do Cefet/RJ, que oferta cursos presenciais na sede Maracanã e em seus sete *campi* distribuídos pelo estado do Rio de Janeiro, além de cursos de graduação a distância em parceria com o consórcio Cecierj/Cederj, cursos de pós-graduação *lato sensu* por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e cursos de pós-graduação *stricto sensu* vinculados aos programas de mestrado e doutorado, este plano orienta a distribuição planejada e equilibrada de cursos e vagas, alinhada às demandas sociais, regionais e setoriais, bem como à sustentabilidade acadêmica, administrativa e financeira da instituição.

6.1. Oferta total do Cefet/RJ

A Tabela 5 apresenta a oferta dos cursos e o respectivo número de vagas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), na sede Maracanã e nos demais *campi* do Cefet/RJ, referentes ao ano de 2024.

Tabela 5: Oferta de cursos e vagas em 2024 – Cursos Técnicos Subsequentes, Integrados e Concomitantes ao Ensino Médio

Tipo de curso	Curso	Vagas ofertadas em edital							
		Campus							
		ANG	ITA	MAR	M. GRA	N. FRIB	N. IGUA	PET	VAL
Técnico Subsequente	Administração	-	-	80	-	-	-	-	-
Técnico Subsequente	Edificações	-	-	80	-	-	-	-	-
Técnico Subsequente	Eletrônica	-	-	80	-	-	-	-	-
Técnico Subsequente	Eletrotécnica	-	-	80	-	-	-	-	-
Técnico Subsequente	Energias Renováveis	-	-	-	60	-	-	-	-
Técnico Subsequente	Logística	-	80	-	-	-	-	-	-
Técnico Subsequente	Mecânica	-	-	80	-	-	-	-	-
Técnico Subsequente	Segurança do Trabalho	-	-	80	80	-	-	-	-
Técnico Subsequente	Telecomunicações	-	-	80	-	-	-	-	-
Técnico Integrado	Administração	-	-	32	-	20	-	-	-
Técnico Integrado	Alimentos	-	-	-	-	-	-	-	30
Técnico Integrado	Automação Industrial	-	-	-	30	-	40	-	-
Técnico Integrado	Edificações	-	-	64	-	-	-	-	-
Técnico Integrado	Eletrônica	-	-	64	-	-	-	-	-
Técnico Integrado	Eletrotécnica	-	-	64	-	-	-	-	-
Técnico Integrado	Enfermagem	-	-	-	-	-	40	-	-
Técnico Integrado	Estradas	-	-	32	-	-	-	-	-
Técnico Integrado	Eventos	-	-	32	-	-	-	-	-
Técnico Integrado	Informática	-	-	64	-	20	40	-	-
Técnico Integrado	Manutenção Automotiva	-	-	-	30	-	-	-	-
Técnico Integrado	Mecânica	-	80	64	-	-	-	-	-
Técnico Integrado	Meteorologia	-	-	32	-	-	-	-	-
Técnico Integrado	Química	-	-	-	-	-	-	-	30
Técnico Integrado	Segurança do Trabalho	-	-	32	30	-	-	-	-
Técnico Integrado	Telecomunicações	-	-	32	-	-	40	36	-
Técnico Concomitante	Mecânica	80	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DIREN, 2024



A Tabela 6 mostra a oferta de cursos de ensino superior, classificados em bacharelado, licenciatura e tecnologia, snos formatos de oferta presencial e semipresencial, na sede Maracanã e nos *campi* do Cefet/RJ, assim como o respectivo número de vagas para o ano de 2024.

Tabela 6: Oferta de cursos e vagas em 2024 – Cursos de Ensino Superior

Tipo de curso	Curso	Vagas ofertadas em edital							
		Campus							
		ANG	ITA	MAR	M. GRA	N. FRIB	N. IGUA	PET	VAL
Bacharelado	Administração	-	-	100	-	-	-	-	70
Bacharelado	Ciência da Computação	-	-	80	-	-	-	-	-
Bacharelado	Engenharia Ambiental	-	-	80	-	-	-	-	-
Bacharelado	Engenharia Civil	-	-	80	-	-	-	-	-
Bacharelado	Engenharia de Alimentos	-	-	-	-	-	-	-	50
Bacharelado	Engenharia de Computação	-	-	-	-	-	-	70	-
Bacharelado	Engenharia de Controle e Automação	-	-	40	-	-	80	-	-
Bacharelado	Engenharia de Produção	-	80	100	-	-	80	-	-
Bacharelado	Engenharia de Produção (semipresencial)	-	-	400	-	-	-	-	-
Bacharelado	Engenharia de Telecomunicações	-	-	40	-	-	-	-	-
Bacharelado	Engenharia Elétrica	50	-	40	-	60	-	-	-
Bacharelado	Engenharia Eletrônica	-	-	40	-	-	-	-	-
Bacharelado	Engenharia Mecânica	70	80	100	-	-	80	-	-
Bacharelado	Engenharia Metalúrgica	50	-	-	-	-	-	-	-
Bacharelado	Física	-	-	20	-	-	-	-	-
Licenciatura	Física	-	-	-	-	80	-	60	-
Tecnologia	Gestão de Turismo	-	-	-	-	80	-	-	-
Tecnologia	Gestão de Turismo (semipresencial))	-	-	500	-	-	-	-	-
Bacharelado	Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	-	-	40	-	-	-	-	-
Licenciatura	Matemática	-	-	-	-	-	-	60	-
Bacharelado	Sistemas de Informação	-	-	-	60	80	-	-	-
Bacharelado	Turismo	-	-	-	-	-	-	80	-

Fonte: DIREN, 2024.

Tabela 7 descreve a oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* na sede Maracanã e suas respectivas vagas para o ano de 2024, assim como as vagas do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos, no *campus* Nova Iguaçu, e da pós-graduação *lato sensu* ofertada no *campus* Valença.

Tabela 7: Oferta de cursos e vagas em 2024 – Cursos de Pós-graduação

Tipo de curso	Curso	Vagas ofertadas em edital							
		Campus							
		ANG	ITA	MAR	M. GRA	N. FRIB	N. IGUA	PET	VAL
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	Doutorado em Ciência, Tecnologia e Educação	-	-	12	-	-	-	-	-
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas	-	-	49	-	-	-	-	-
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	Doutorado em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais	-	-	30	-	-	-	-	-
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	Doutorado em Instrumentação e Óptica Aplicada	-	-	25	-	-	-	-	-
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	Mestrado em Ciência da Computação	-	-	40	-	-	-	-	-
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação	-	-	18	-	-	-	-	-
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos	-	-	-	-	-	20	-	-
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas	-	-	44	-	-	-	-	-
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	Mestrado em Engenharia Elétrica	-	-	14	-	-	-	-	-
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	Mestrado em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais	-	-	40	-	-	-	-	-
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	Mestrado em Filosofia e Ensino	-	-	15	-	-	-	-	-
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	Mestrado em Relações Étnico-Raciais	-	-	29	-	-	-	-	-
Pós-Graduação <i>lato sensu</i>	Patrimônio Cultural	-	-	30	-	-	-	-	-
Pós-Graduação <i>lato sensu</i>	Práticas, Linguagens e Ensino na Educação Básica	-	-	-	-	-	-	40	-
Pós-Graduação <i>lato sensu</i>	Relações Étnico-Raciais e Educação	-	-	40	-	-	-	-	-
Pós-Graduação <i>lato sensu</i>	Sociedade, Linguagem e Relações Internacionais	-	-	35	-	-	-	-	-
Pós-Graduação <i>lato sensu</i>	Temas e Perspectivas Contemporâneas em Educação e Ensino	-	-	-	-	-	-	-	25

Fonte: DIPPG, 2024.



6.2. Projeção da oferta de cursos e vagas por *campus*

Este tópico apresenta a projeção da oferta de cursos e vagas para o período de 2025 a 2029, abrangendo tanto a sede Maracanã quanto os *campi* do Cefet/RJ. A Tabela 8 apresenta a projeção de oferta de vagas para o *campus* de Angra dos Reis.

Tabela 8: Projeção da oferta de cursos e vagas – *campus* Angra dos Reis

Tipo de curso	Curso	Projeção de oferta de vagas				
		2025	2026	2027	2028	2029
Técnico Concomitante	Mecânica	80	80	80	80	80
Bacharelado	Engenharia Elétrica	50	50	50	50	50
Bacharelado	Engenharia Mecânica	70	70	70	70	70
Bacharelado	Engenharia Metalúrgica	50	50	50	50	50

Fonte: DIREN, 2024.

A Tabela 9 sintetiza as vagas ofertadas no *campus* Itaguaí. Destaca-se, para o ano de 2025, a abertura do curso Técnico em Automação Industrial, na modalidade Integrado ao Ensino Médio, com a oferta de 10 vagas, passando a disponibilizar 40 vagas nos anos seguintes. Ressalta-se, ainda, o encerramento, em 2026, da oferta do curso Técnico em Logística na modalidade subsequente e a implantação do referido curso na modalidade Técnico Integrado ao Ensino Médio, com a oferta de 40 vagas.

Tabela 9: Projeção da oferta de cursos e vagas – *campus* Itaguaí

Tipo de curso	Curso	Projeção de oferta de vagas				
		2025	2026	2027	2028	2029
Técnico Subsequente	Logística	80	-	-	-	-
Técnico Integrado	Automação Industrial	10	40	40	40	40
Técnico Integrado	Logística	-	40	40	40	40
Técnico Integrado	Mecânica	80	40	40	40	40
Bacharelado	Engenharia de Produção	80	80	80	80	80
Bacharelado	Engenharia Mecânica	80	80	80	80	80

Fonte: DIREN, 2024.



A Tabela 10 resume a projeção da oferta de vagas para os cursos do *campus* Maracanã no período de vigência deste PDI, contemplando a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), os cursos de graduação e os de pós-graduação. Em 2025, destaca-se a abertura do Mestrado em Energia e Sociedade, o primeiro mestrado da instituição ofertado no formato de oferta a distância (EaD). O curso tem como objetivo oferecer uma formação interdisciplinar voltada para os desafios contemporâneos das transformações energéticas e seus impactos nas dimensões sociais, ambientais e econômicas. A proposta surge como resposta à crescente demanda por profissionais qualificados para atuar em um contexto de transição energética e desenvolvimento sustentável, com ênfase na produção, distribuição e consumo de energia.

Tabela 10: Projeção da oferta de cursos e vagas – *campus* Maracanã

Tipo de curso	Curso	Projeção de oferta de vagas				
		2025	2026	2027	2028	2029
Técnico Subsequente	Administração	80	80	80	80	80
Técnico Subsequente	Edificações	80	80	80	80	80
Técnico Subsequente	Eletrônica	80	80	80	80	80
Técnico Subsequente	Eletrotécnica	80	80	80	80	80
Técnico Subsequente	Mecânica	80	80	80	80	80
Técnico Subsequente	Segurança do Trabalho	80	80	80	80	80
Técnico Subsequente	Telecomunicações	80	80	80	80	80
Técnico Integrado	Administração	32	32	32	32	32
Técnico Integrado	Edificações	64	64	64	64	64
Técnico Integrado	Eletrônica	64	64	64	64	64
Técnico Integrado	Eletrotécnica	64	64	64	64	64
Técnico Integrado	Estradas	32	32	32	32	32
Técnico Integrado	Eventos	32	32	32	32	32
Técnico Integrado	Informática	64	64	64	64	64
Técnico Integrado	Mecânica	64	64	64	64	64
Técnico Integrado	Meteorologia	32	32	32	32	32
Técnico Integrado	Segurança do Trabalho	32	32	32	32	32

Tipo de curso	Curso	Projeção de oferta de vagas				
		2025	2026	2027	2028	2029
Técnico Integrado	Telecomunicações	32	32	32	32	32
Bacharelado	Administração	100	100	100	100	100
Bacharelado	Ciência da Computação	80	80	80	80	80
Bacharelado	Engenharia Ambiental	80	80	80	80	80
Bacharelado	Engenharia Civil	80	80	80	80	80
Bacharelado	Engenharia de Controle e Automação	40	40	40	40	40
Bacharelado	Engenharia de Produção	100	100	100	100	100
Bacharelado	Engenharia de Produção (semipresencial)	400	400	400	400	400
Bacharelado	Engenharia de Telecomunicações	40	40	40	40	40
Bacharelado	Engenharia Elétrica	40	40	40	40	40
Bacharelado	Engenharia Eletrônica	40	40	40	40	40
Bacharelado	Engenharia Mecânica	100	100	100	100	100
Bacharelado	Física	20	20	20	20	20
Tecnologia	Gestão de Turismo (semipresencial)	500	500	500	500	500
Bacharelado	Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	40	40	40	40	40
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	Doutorado em Ciência, Tecnologia e Educação	13	13	13	13	13
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas	49	49	49	49	49
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	Doutorado em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais	30	30	30	30	30
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	Doutorado em Filosofia e Ensino	-	10	10	10	10



Tipo de curso	Curso	Projeção de oferta de vagas				
		2025	2026	2027	2028	2029
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	Doutorado em Instrumentação e Óptica Aplicada	35	35	35	35	35
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	Mestrado em Ciência da Computação	40	40	40	40	40
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação	12	12	12	12	12
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	Mestrado em Energia e Sociedade	20	20	20	20	20
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas	44	44	44	44	44
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	Mestrado em Engenharia Elétrica	20	20	20	20	20
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	Mestrado em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais	40	40	40	40	40
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	Mestrado em Filosofia e Ensino	18	18	18	18	18
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	Mestrado em Relações Étnico-Raciais	39	39	39	39	39
Pós-Graduação <i>lato sensu</i>	Educação Musical e Tecnologia	10	10	10	10	10
Pós-Graduação <i>lato sensu</i>	Hidrogênio de Baixo Carbono (a distância via UAB)	150	150	150	150	150
Pós-Graduação <i>lato sensu</i>	Patrimônio Cultural	30	30	30	30	30
Pós-Graduação <i>lato sensu</i>	Relações Étnico-Raciais e Educação	40	40	40	40	40
Pós-Graduação <i>lato sensu</i>	Sociedade, Linguagem e Relações Internacionais	35	35	35	35	35

Fonte: DIREN, DIPPG, 2024.

A Tabela 11 relaciona a oferta de vagas dos cursos técnicos, nas modalidades subsequente e integrado, bem como do curso de bacharelado em Sistemas de Informação do *campus* de Maria da Graça.

Tabela 11: Projeção da oferta de cursos e vagas – *campus* Maria da Graça

Tipo de curso	Curso	Projeção de oferta de vagas				
		2025	2026	2027	2028	2029
Técnico Subsequente	Energias Renováveis	60	60	60	60	60
Técnico Subsequente	Segurança do Trabalho	80	80	80	80	80
Técnico Integrado	Automação Industrial	30	30	30	30	30
Técnico Integrado	Manutenção Automotiva	30	30	30	30	30
Técnico Integrado	Produção Cultural	30	30	30	30	30
Técnico Integrado	Segurança do Trabalho	30	30	30	30	30
Bacharelado	Sistemas de Informação	60	60	60	60	60

Fonte: DIREN, 2024.



A Tabela 12 detalha a oferta de vagas do *campus* Nova Friburgo, abrangendo os cursos técnicos integrados em Administração e Informática, bem como os cursos de graduação em Engenharia Elétrica, Física, Gestão de Turismo e Sistemas de Informação.

Tabela 12: Projeção da oferta de cursos e vagas – *campus* Nova Friburgo

Tipo de curso	Curso	Projeção de oferta de vagas				
		2025	2026	2027	2028	2029
Técnico Integrado	Administração	20	20	20	20	20
Técnico Integrado	Informática	20	20	20	20	20
Bacharelado	Engenharia Elétrica	60	60	60	60	60
Licenciatura	Física	80	80	80	80	80
Tecnologia	Gestão de Turismo	80	80	80	80	80
Bacharelado	Sistemas de Informa- ção	80	80	80	80	80

Fonte: DIREN, 2024.

A Tabela 13 indica a oferta de vagas do *campus* Nova Iguaçu, contemplando os cursos técnicos integrados, os cursos de bacharelado e o curso de mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos.

Tabela 13: Projeção da oferta de cursos e vagas – *campus* Nova Iguaçu

Tipo de curso	Curso	Projeção de oferta de vagas				
		2025	2026	2027	2028	2029
Técnico Integrado	Automação Industrial	40	40	40	40	40
Técnico Integrado	Enfermagem	40	40	40	40	40
Técnico Integrado	Informática	40	40	40	40	40
Técnico Integrado	Telecomunicações	40	40	40	40	40
Bacharelado	Engenharia de Controle e Automação	80	80	80	80	80
Bacharelado	Engenharia de Produção	80	80	80	80	80
Bacharelado	Engenharia Mecânica	80	80	80	80	80
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos	40	40	40	40	40

Fonte: DIREN, DIPPG, 2024.

A Tabela 14 mostra a oferta de vagas do *campus* Petrópolis, incluindo o curso técnico integrado em Telecomunicações, os cursos de graduação com bacharelado em Engenharia de Computação e Turismo, além das licenciaturas em Física e Matemática.

Tabela 14: Projeção da oferta de cursos e vagas – *campus* Petrópolis

Tipo de curso	Curso	Projeção de oferta de vagas				
		2025	2026	2027	2028	2029
Técnico Integrado	Telecomunicações	36	36	36	36	36
Bacharelado	Engenharia de Computação	70	70	70	70	70
Licenciatura	Física	60	60	60	60	60
Licenciatura	Matemática	60	60	60	60	60
Bacharelado	Turismo	80	80	80	80	80
Pós-Graduação <i>lato sensu</i>	Práticas, Linguagens e Ensino na Educação Básica	40	40	40	40	40

Fonte: DIREN, DIPPG, 2024.

A Tabela 15 apresenta a oferta de vagas do *campus* Valença, que engloba os cursos técnicos integrados em Alimentos e Química, os cursos de graduação com bacharelado em Administração e Engenharia de Alimentos, além da pós-graduação *lato sensu* em Temas e Perspectivas Contemporâneas em Educação e Ensino.

Tabela 15: Projeção da oferta de cursos e vagas – *campus* Valença

Tipo de curso	Curso	Projeção de oferta de vagas				
		2025	2026	2027	2028	2029
Técnico Integrado	Alimentos	30	30	30	30	30
Técnico Integrado	Química	30	30	30	30	30
Bacharelado	Administração	70	70	70	70	70
Bacharelado	Engenharia de Alimentos	50	50	50	50	50
Pós-Graduação <i>lato sensu</i>	Temas e Perspectivas Contemporâneas em Educação e Ensino	25	25	25	25	25
Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	Mestrado em Perspectivas Contemporâneas em Ensino	–	30	30	30	30

Fonte: DIREN, DIPPG, 2024.

Para o período de 2025 a 2029, projeta-se um crescimento de 40% na oferta de novos cursos de pós-graduação no Cefet/RJ, sendo 10% na modalidade *stricto sensu* e 30% na modalidade *lato sensu*. Essa expansão visa atender às demandas espontâneas e/ou induzidas (temas estratégicos nacionais) nas áreas de ciência, tecnologia e engenharia, além de contribuir para a formação continuada de profissionais, em consonância com a vocação institucional e com as necessidades estratégicas do desenvolvimento nacional e regional.

No caso dos cursos *stricto sensu*, a criação de novos cursos depende de processo seletivo (edital) específico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que conduz avaliação de entrada dos referidos cursos, conforme disciplina a [Portaria CAPES nº 173, de 5 de setembro de 2023](#), com base em demandas que podem ser consideradas induzidas ou espontâneas, sendo o próximo previsto para o ano de 2025. Já os cursos de pós-graduação *lato sensu* seguem um fluxo interno de aprovação institucional, que inclui a submissão da proposta de novo curso pelos proponentes e a análise documental pela Coordenadoria Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* (CGLAT), a aprovação pelo Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP), a apreciação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e, por fim, a autorização para execução pelo Conselho Diretor (CODIR).

Cabe salientar que, em qualquer nível de ensino, o Cefet/RJ apresenta um processo maduro e compreensivo que é avaliado por diversas instâncias da comunidade. Ou seja, outros casos poderão ser considerados através do processo de criação de curso, com a devida justificativa, o qual é referendado pelos conselhos pertinentes e gestão.



7. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL



7.1. Política de Organização e de Gestão de Pessoal	211
7.2. Perfil dos servidores	212
7.3. Corpo Docente	212
7.3.1. Composição	212
7.3.2. Plano de Carreira	213
7.3.3. Procedimentos para recomposição do quadro	214
7.4. Corpo técnico administrativo	214
7.4.1. Composição	214
7.4.2. Plano de Carreira	215
7.4.3. Procedimentos para recomposição de quadro	215
7.5. Corpo de tutores EaD	215
7.5.1. Seleção	215
7.5.2. Composição	216
7.5.3. Procedimentos para capacitação	216
7.6. Desenvolvimento de Pessoas	217
7.6.1. Avaliação de Desempenho	217
7.7. Qualidade de Vida	218
7.7.1. Programa de Gestão e Desempenho	218



7.1. Política de Organização e de Gestão de Pessoal

A Gestão de Pessoas na administração pública visa estabelecer políticas específicas alinhadas com a missão e valores institucionais. Essas políticas orientam a formulação de diretrizes estratégicas para valorizar pessoal e profissionalmente os servidores.

Investir em melhores condições de trabalho, capacitação e qualidade de vida é crucial, pois os servidores são essenciais para o desenvolvimento organizacional. Isso não apenas melhora o serviço ao cidadão, mas também garante o uso eficiente dos recursos. Na Rede de Educação Profissional e Tecnológica, a Gestão de Pessoas promove iniciativas para aprimorar competências e oferecer serviços de qualidade à sociedade.

No entanto, uma gestão eficaz vai além da implementação de políticas operacionais, envolvendo o alinhamento das expectativas organizacionais e dos colaboradores para melhorar o desempenho institucional a curto e longo prazo, exigindo ações de planejamento, supervisão, execução e avaliação da Política de Gestão de Pessoas que sejam fundamentadas nos seguintes valores:

- Ética profissional;
- Respeito à individualidade e à diversidade humana;
- Competência técnica;
- Responsabilidade social;
- Excelência no atendimento;
- Comprometimento institucional;
- Comunicação eficiente;
- Qualidade de vida no trabalho;
- Colaboração e trabalho em equipe.

A gestão de pessoas segue as seguintes diretrizes para o desenvolvimento de suas ações:

I – alinhamento da gestão de pessoas com o planejamento estratégico do Cefet/RJ;

II – promoção de práticas de gestão que incentivem o engajamento, a produtividade, a excelência no atendimento, além de fomentar a responsabilidade social e a conduta ética;

III – gestão das informações pessoais e profissionais dos servidores, garantindo transparência e respeitando a confidencialidade;

IV – reconhecimento dos servidores como fundamentais para o desenvolvimento organizacional, com foco em um atendimento humanizado, inclusivo e igualitário;

V – estímulo aos servidores do Departamento de Gestão de Pessoas (DGP) para que, por meio de suas ações, contribuam para a excelência no atendimento, comunicação eficaz e qualidade de vida no trabalho;

VI – incentivo à responsabilidade compartilhada por todos da organização, visando a criação de um ambiente de trabalho respeitoso, cooperativo e solidário;

VII – fomento à troca de ideias e sugestões pelos servidores para impulsionar o desenvolvimento institucional;

VIII – fortalecimento do capital intelectual da instituição, promovendo o desenvolvimento contínuo e profissional da força de trabalho.



7.2. Perfil dos servidores

O Cefet/RJ possui um quadro de servidores diversificado e qualificado, fundamental para o pleno funcionamento da instituição. Compreendendo membros do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, que engloba as carreiras de Magistério Superior e de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, e membros do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino.

A carreira dos técnico-administrativo detém em sua composição servidores de diferentes níveis educacionais e desempenha um papel fundamental no bom funcionamento da Instituição, distribuídos entre a sede Maracanã e os demais *campi*.

A admissão para esses cargos é realizada por concurso público, considerando o modelo de dimensionamento previsto na [Portaria MEC nº 713, de 08 de setembro de 2021](#), a qual estabeleceu as diretrizes para organização de toda Rede Federal, definindo para o Cefet/RJ 840 (oitocentos e quarenta) vagas para professores(as) do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e 625 (seiscentos e vinte e cinco) vagas para Técnicos(as)-administrativos(as) em Educação (TAE), exceto para os cargos de Magistério Superior, não contemplado pelo dimensionamento.

Atualmente (ano de 2024), a instituição possui uma força de trabalho composta por 1.494 (mil quatrocentos e noventa e quatro) servidores(as) cadastrados(as) no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), dentre efetivos(as), nomeados(as) em cargo de comissão e professores(as) substitutos(as) e temporários(as), distribuídos(as) entre os 8 (oito) *campi*. Esse número é majoritariamente proveniente da admissão mediante concursos públicos para os cargos efetivos, nos termos da [Lei nº 8.112/1990](#), da [Lei nº 12.772/2012](#) e do [Decreto nº 9.739/2019](#), e processos seletivos simplificados em conformidade com a [Lei nº 8.745/1993](#), e com o [Decreto nº 8.260/2014](#). Há ainda 25 (vinte e cinco) servidores do quadro permanente do Cefet/RJ em exercício em outros órgãos e instituições, em conformidade com a [Lei nº 8.112/1990](#) e com os regulamentos específicos.

Recentemente, o Cefet/RJ implementou o Programa de Gestão e Desempenho (PGD), conforme a Portaria Cefet/RJ nº 1.350/2024, tendo sido publicada a [Instrução Normativa Conjunta SEGES-SGPRT/MGI nº 24, de 28 de julho de 2023](#) para orientar sua execução, visando promover uma gestão mais eficiente e focada em resultados.

7.3. Corpo Docente

7.3.1. Composição

O corpo docente do Cefet/RJ é composto por membros do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, que abrange as carreiras de Magistério Superior e de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, nos termos da [Lei nº 12.772/2012](#). Em novembro de 2024, o perfil do quadro docente permanente institucional era distribuído conforme tabelas 6, 7 e 8.

Tabela 6. Informações sobre perfil do corpo docente por titulação e carreira

Carreira / Titulação	Mag. Superior		Mag. EBTT		Total	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Doutorado	68	88,31	439	55,43	507	58,34
Mestrado	8	10,39	323	40,78	331	38,09
Especialização/ Aperfeiçoamento	0	0	26	3,28	26	2,99
Graduação	1	1,30	4	0,51	5	0,58
Total	77	100	792	100	869	100

Fonte: DW, extração em 18/12/2024.

Tabela 7. Informações sobre o perfil do corpo docente por regime de trabalho e carreira

Carreira / Regime de trabalho	Magistério Superior		EBTT		Total	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Dedicação exclusiva	74	96,10	763	96,34	837	96,32
40 horas (tempo integral)	3	3,90	8	1,01	11	1,26
20 horas (tempo parcial)	0	0	21	2,65	21	2,42
Total	77	100	792	100	869	100

Fonte: DW, extração em 18/12/2024.

Tabela 8. Informações sobre o perfil do corpo docente por *campus* de lotação e carreira

Carreira /campus de lotação	Magistério Superior		EBTT		Total	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
<i>campus</i> Angra dos Reis	0	0	50	6,31	50	5,75
<i>campus</i> Itaguaí	0	0	64	8,08	64	7,36
<i>campus</i> Maracanã	65	84,42	365	46,09	430	49,48
<i>campus</i> Maria da Graça	0	0	50	6,31	50	5,75
<i>campus</i> Nova Friburgo	0	0	67	8,46	67	7,71
<i>campus</i> Nova Iguaçu	10	12,99	87	10,99	97	11,17
<i>campus</i> Petrópolis	2	2,59	64	8,08	66	7,59
<i>campus</i> Valença	0	0	45	5,68	45	5,19
Total	77	100	792	100	869	100

Fonte: DW, extração em 18/12/2024.

Considerando a composição do corpo docente, são observadas as exigências de formação, titulação e regime de trabalho equivalentes às instituições universitárias. Reitera-se o compromisso com os princípios de verticalização do ensino e integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando proporcionar suporte às diferentes modalidades educacionais por meio da competência docente residente.

7.3.2. Plano de Carreira

O Plano de Carreira Docente foi oficializado pela referida [Lei nº 12.772/2012](#), unificando os antigos Planos de Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, e do Magistério Superior, mantendo os regimes de trabalho de tempo parcial, tempo integral e dedicação exclusiva. Além disso, a lei estabeleceu que o progresso nas Carreiras de Magistério Federal seria realizado através de progressão funcional e promoção.

A progressão implica na mudança do docente para o próximo nível de remuneração dentro de uma mesma classe, após 24 meses de serviço efetivo em cada nível e aprovação em avaliação de desempenho. Por sua vez, a promoção é a mudança do docente de uma classe para a próxima, após 24 meses de serviço efetivo no último nível de cada classe anterior e cumprimento de condições adicionais específicas para determinadas classes.

No Cefet/RJ, a avaliação de desempenho para progressão e promoção funcional dos docentes é regulamentada pela [Resolução CEPE/Cefet/RJ nº 02/2022](#). Além disso, o Plano de Carreira Docente também inclui o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), direito previsto para a carreira do Magistério Federal de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, conforme estabelecido pelo art. 18 da [Lei nº 12.772/2012](#).

O RSC possibilita a atribuição de Retribuição de Titulação equivalente à especialização, mestrado e doutorado, mesmo sem a posse formal do título correspondente. A equivalência do RSC com a titulação ocorre em três níveis, a saber, conforme a formação acadêmica e experiência profissional do docente:

1. diploma de graduação somado ao RSC-I equivale à titulação de especialização;
2. diploma de pós-graduação *lato sensu* somado ao RSC-II equivale a mestrado; e
3. diploma de mestrado somado ao RSC-III equivale a doutorado.

Os procedimentos e normas gerais para a concessão do RSC são estabelecidos pela [Resolução nº 1/2014, do Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e Competências \(CPRSC\)](#), instituído pelo MEC. No Cefet/RJ, o processo de Reconhecimento de Saberes e Competências foi regulamentado pela [Resolução CODIR/Cefet/RJ nº 11/2014](#), revisada e substituída pela [Resolução CODIR/Cefet/RJ nº 39/2015](#).



7.3.3. Procedimentos para recomposição do quadro

No Cefet/RJ, os procedimentos relativos à contratação de professores substitutos são regidos pela [Lei nº 8.745/1993](#) e suas alterações.

Conforme as normas legais, a contratação de professores substitutos destina-se a suprir, de maneira temporária e excepcional, a falta de docentes efetivos do quadro do Cefet/RJ, sendo permitida em situações como vacância, licenças por diversos motivos, afastamentos para estudo, missões no exterior, entre outros casos específicos.

A legislação determina que o número de professores substitutos não ultrapasse 20% do total de professores efetivos do quadro. Para a seleção desses substitutos, são realizados processos seletivos simplificados, de acordo com a demanda institucional.

O período de atuação dos professores substitutos está condicionado ao término do afastamento do professor efetivo, sendo que seus contratos não podem exceder 24 meses. Quanto ao regime de trabalho, os professores substitutos podem atuar em carga horária de 20 ou 40 horas semanais.

A recomposição do quadro de professores efetivos da carreira de Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) é feita por meio de Concurso Público, seguindo as normas vigentes, e está sujeita à existência de vagas disponíveis no banco de equivalência de acordo com o [Decreto nº 8.260/2014](#). Este banco engloba professores efetivos da carreira EBTT, substitutos e visitantes, permitindo a realização de Concursos Públicos e contratações de professores substitutos de acordo com as necessidades e disponibilidade orçamentária da instituição.

No ano de 2023, o Cefet/RJ realizou concurso público para provimento de 81 cargos de Professor efetivo da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). A posse dos novos servidores ocorreu em 25 de janeiro de 2024.

7.4. Corpo técnico administrativo

7.4.1. Composição

A admissão nos cargos técnico-administrativos é feita no padrão inicial do primeiro nível de capacitação correspondente ao respectivo nível de classificação, mediante concurso público, nos termos da [Lei 11.01/2005](#). A exigência de escolaridade para cada nível de classificação é estritamente seguida, conforme determinado por lei.

Os servidores estão distribuídos na sede Maracanã, que concentra a maior parte dos servidores da instituição, e nos *campi* Angra dos Reis, Itaguaí, Maria da Graça, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis e Valença.

A tabela 19 apresenta o quantitativo de servidores técnico administrativos por *campus* de lotação e nível de classificação em novembro de 2024.

Tabela 19. Quantitativo de servidores por *campus* de lotação e nível

Lotação/Nível	Técnicos Administrativos ¹		
	C	D	E
<i>campus</i> Angra dos Reis	2	13	14
<i>campus</i> Itaguaí	12	16	12
<i>campus</i> Maracanã	34	172	134
<i>campus</i> Maria da Graça	8	15	14
<i>campus</i> Nova Friburgo	5	16	15
<i>campus</i> Nova Iguaçu	7	24	14
<i>campus</i> Petrópolis	3	13	14
<i>campus</i> Valença	12	12	12
TOTAL	83	281	229

¹ Incluem-se os servidores cedidos para outros órgãos/instituições (23), e excluem-se aqueles em exercício descentralizado no Cefet/RJ (2), nomeado para cargo comissionado no Cefet/RJ (1), cedido para ocupar cargo comissionado no Cefet/RJ (1), colaboração técnica (03), movimentado para compor força de trabalho no Cefet/RJ (2).

Fonte: DW, extração em 18/12/2024.



7.4.2. Plano de Carreira

A [Lei nº 11.091/2005](#) criou a Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE).

O [Decreto nº 8.260/2014](#), estabelece a lotação dos cargos dos níveis de classificação “C”, “D” e “E” do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) e cria o Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação – QRSTA para delimitar o número de vagas a serem disponibilizadas considerando o modelo de dimensionamento.

7.4.3. Procedimentos para recomposição de quadro

A recomposição do quadro de técnico-administrativos ocorre por meio de Concurso Público, seguindo as normas vigentes. Essa recomposição está sujeita à existência de códigos de vagas disponíveis no Quadro de Referência (QRTAEs), conforme o [Decreto nº 8.260/2014](#).

O QRTAEs abrange os cargos ocupados e vagos, sinalizando as necessidades e a disponibilidade orçamentária da instituição. Ele delimita o número de vagas autorizadas, concedendo autonomia às instituições para gerenciar a força de trabalho interna dentro dos limites estabelecidos. Assim, não é necessária uma autorização específica para a reposição dos cargos vagos de Servidores Técnico-Administrativos em Educação por meio de concurso público.

Essa possibilidade de reposição é válida em casos de exoneração, vacância ou redistribuição. Além disso, havendo uma lista de Concurso Público válida, é viável nomear o próximo candidato do concurso por aproveitamento.

No ano de 2024, a Instituição realizou concurso público para provimento de 92 cargos efetivos para a Carreira dos cargos Técnico-administrativos em Educação (TAEs). A posse dos novos servidores ocorreu no dia 10 de outubro de 2024.

7.5. Corpo de tutores EaD

7.5.1. Seleção

A seleção de tutores no Consórcio Cederj é um processo essencial para garantir a qualidade do ensino a distância oferecido pelas instituições parceiras. O Cederj, formado por universidades públicas do estado do Rio de Janeiro, busca profissionais com qualificação adequada para atuar como tutores presenciais e a distância nos cursos de graduação. Considerando como referência os alunos, os tutores presenciais atuam presencialmente nos polos em que o curso é ofertado, fisicamente próximos aos alunos, enquanto os tutores a distância atuam nas universidades, em contato com os alunos principalmente através do ambiente virtual de aprendizagem (Plataforma Cederj).

Os requisitos para se candidatar à tutoria variam de acordo com a modalidade da tutoria (presencial ou a distância), mas geralmente incluem formação acadêmica compatível com a disciplina a ser ministrada, experiência docente e habilidades em tecnologia educacional. O processo de seleção pode envolver análise de currículo e provas de conhecimentos específicos.

Os editais de seleção são publicados anualmente, e são direcionados à formação de cadastro de reserva, para seleção de tutores presenciais e a distância para receberem bolsa Cederj ou UAB. Os editais são divulgados online no site da Fundação CECIERJ: <https://www.cecierj.edu.br/consorcio-cederj/trabalhe-conosco/tutoria/>.





7.5.2. Composição

Atualmente os cursos do Cefet/RJ contam com a seguinte composição em seu quadro de tutores.

Tabela 20. Composição do quadro de tutores dos cursos de graduação semipresencial do Cefet/RJ

Curso	Nº de tutores a distância				Nº de tutores presenciais			
	Graduado	Especialista	Mestre	Doutor	Graduado	Especialista	Mestre	Doutor
Bacharelado em Engenharia de Produção	0	6	4	2	0	2	8	5
Tecnólogo em Gestão de Turismo	2	8	7	4	7	17	12	5

Fonte: Diretoria de tutoria, Cederj, 2025.

7.5.3. Procedimentos para capacitação

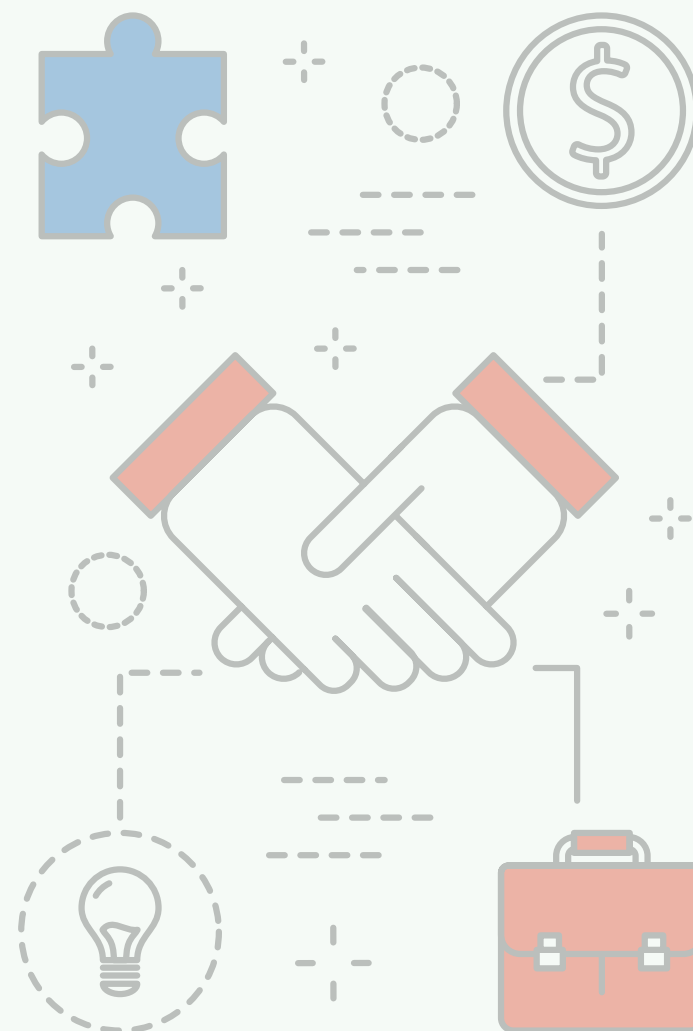
Uma vez selecionados, os tutores passam por um programa de capacitação que abrange aspectos pedagógicos e tecnológicos, visando prepará-los para as demandas do ensino a distância.

Atualmente, existe a obrigatoriedade de realização de dois cursos de formação:

- Formação para utilização da plataforma do Cederj (baseada em Moodle)
- Formação para a atuação como tutor (presencial ou a distância)

A atuação dos tutores é acompanhada e avaliada regularmente pelo Cederj, com relatórios e atestos de frequência mensais preenchidos pelos Coordenadores de Disciplina e pelas Direções de Polo, garantindo o atendimento aos requisitos de qualidade do curso. Além disso, os tutores devem preencher anualmente um relatório de atividade que é avaliado (e validado) pelo coordenador de tutoria.

A carga horária total de exercício de cada tutor não deverá exceder 40 (quarenta) horas semanais e pode ser distribuída pela atuação em diferentes disciplinas relacionadas, em frações de 10h.





7.6. Desenvolvimento de Pessoas

A Divisão de Capacitação e Desenvolvimento (DICAP), do Departamento de Gestão de Pessoas é responsável pela implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), instituída pelo [Decreto nº 9.991/2019](#), que regulamenta aspectos da [Lei nº 8.112/1990](#), incluindo afastamentos e o planejamento anual das necessidades de desenvolvimento dos servidores públicos por meio do Plano de Desenvolvimento de Pessoal (PDP).

O PDP é um planejamento anual que identifica as necessidades de desenvolvimento de pessoas na instituição e define a forma de atendê-las. As unidades organizacionais de lotação indicam as necessidades, que são cadastradas no Portal do Sistema de Pessoal Civil (SIPEC) para análise e aprovação. A DICAP analisa o plano, classifica as necessidades e indica as formas de atendimento. A Direção-Geral acolhe e autoriza o plano antes de submetê-lo ao SIPEC para as orientações e manifestações técnicas. Com a aprovação final, as ações de desenvolvimento podem ser executadas.

A execução das ações, como cursos e eventos, pode ser promovida pelo Cefet/RJ ou por outras instituições, com ou sem custo e afastamento de servidores, desde que atendam às necessidades previstas no PDP. Após a participação dos servidores, a ação deve ser registrada e avaliada para compor o Relatório de Execução do PDP, a ser enviado ao SIPEC, incluindo informações orçamentárias e institucionais.

A [Resolução CODIR/Cefet/RJ nº 66, de 20 de outubro de 2023](#), tem por propósito promover a capacitação e qualificação do corpo docente do Cefet/RJ, com base na missão da instituição, que visa fornecer uma educação integral e reflexiva. O documento busca garantir que os professores estejam qualificados para cumprir essa missão, observando as necessidades registradas no PDP.

A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) tem a função de assessoramento no que tange à formulação e acompanhamento da política de pessoal docente, incluindo a avaliação de estágio probatório, de desempenho para progressão, e afastamento para capacitação, o que a habilita para participar dos processos que tratam de desenvolvimento.

Paralelamente, em relação aos servidores técnico-administrativos, a [Resolução CODIR/Cefet/RJ nº 52, de 08 de novembro de 2019](#), que aprovou o Regulamento de Capacitação e Qualificação dos Servidores Técnico-Administrativos, versa sobre a capacitação e qualificação desta categoria profissional com o objetivo de estabelecer diretrizes básicas para procedimentos sistemáticos de capacitação e desenvolvimento, visando a melhoria do desempenho no trabalho e a constante busca por qualificação profissional.

A Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS/PCCTAE) também desempenha um papel crucial na análise e fiscalização do plano anual de capacitação, além de avaliar licenças e afastamentos dos servidores para capacitação.

Em suma, os regulamentos supramencionados visam proporcionar um ambiente propício ao desenvolvimento pessoal, profissional e social dos docentes e técnico-administrativos, alinhado aos objetivos institucionais do Cefet/RJ.

7.6.1. Avaliação de Desempenho

A Avaliação de Desempenho (AD) consiste em um processo contínuo e sistemático de análise e avaliação do desempenho das atividades técnicas e administrativas desenvolvidas no Cefet/RJ. A Avaliação é obrigatória para todos os servidores técnico-administrativos e Docentes.

A Divisão de Capacitação e Desenvolvimento (DICAP) é o setor responsável por acompanhar e implementar as normas relativas às avaliações dos servidores técnico-administrativos, cujo instrumento interno norteador é o Regulamento de Avaliação dos Servidores Técnico-administrativos aprovado pela [Resolução CODIR/Cefet/RJ nº 37/2022](#) e alterado com anuência da [Resolução CODIR/Cefet/RJ nº 27/2023](#) que institui a avaliação de desempenho para os servidores técnico-administrativos.

No que se refere à avaliação de desempenho para fins de progressão e promoção funcional docentes, compete à CPPD prestar assessoramento e acompanhamento da execução da política de pessoal docente, conforme disposto no inciso IV, Art. 26, da [Lei nº 12.772/2012](#).



7.7. Qualidade de Vida

O Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT) está amparado pela [Lei nº 14.681/2023](#), pela [Lei nº 8.112/1990](#), e pelo [Decreto nº 7.602/2011](#), além de outras normativas relevantes que orientam as práticas de qualidade de vida no trabalho no setor público.

No Cefet/RJ, o Programa está sendo desenvolvido e constitui um dos objetivos presentes no Planejamento Estratégico deste PDI. O Programa de Qualidade de Vida tem por objetivo criar um ambiente de trabalho que promova o bem-estar, a saúde integral e o reconhecimento dos servidores, ajustando as condições de trabalho às necessidades dos trabalhadores e fortalecendo o vínculo entre vida pessoal e profissional, sem que a produtividade seja o foco principal.

Os princípios gerais baseiam-se em:

- Garantia dos direitos e deveres institucionais, da gestão em seus diferentes níveis e organização;
- Valorização e reconhecimento dos trabalhadores em ações que visem seu desenvolvimento pessoal e profissional;
- Transversalidade das ações considerando a natureza e características multiprofissionais e a pluralidade de fatores que compõem a qualidade de vida no trabalho;
- Incentivo à participação dos trabalhadores nas ações desenvolvidas durante sua jornada de trabalho.

7.7.1. Programa de Gestão e Desempenho

O Programa de Gestão do Cefet/RJ representa uma abordagem orientada para resultados, na qual a instituição direciona suas atividades de maneira estratégica, empregando planejamento e monitoramento através de planos de trabalho. A instituição, seguindo diretrizes estabelecidas pela Portaria Cefet/RJ nº 939, de 21 de outubro de 2021, criou uma Comissão encarregada de elaborar a regulamentação e os procedimentos gerais para sua implantação. Este processo foi guiado pela [Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020](#), da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, juntamente com o [Decreto nº 11.072/2022](#).

A implementação do Programa de Gestão e Desempenho, acompanhada por uma equipe do Ministério da Economia, foi realizada como parte das ações previstas no plano de ação do Cefet/RJ para o Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (TransformaGov).

Após estudos realizados pela Comissão responsável, o Cefet/RJ implementou o Programa de Gestão e Desempenho – PGD na instituição, conforme estabelecido pelas Portarias Cefet/RJ nº 1.027, de 27 de setembro de 2022, e nº 1.102, de 18 de outubro de 2022.

À época, o Cefet/RJ detinha em seu quadro efetivo 569 servidores técnico-administrativos, dos quais 563 aderiram ao Programa de Gestão e Desempenho até 31 de dezembro de 2024.

Para garantir o acompanhamento e o controle das metas e dos resultados dos planos de trabalho dos servidores, em conformidade com o art. 26 da [Instrução Normativa SGP/SEDGG nº 65, de 30 de julho de 2020](#), o Cefet/RJ optou pelo uso do módulo sistema SUAP, desenvolvido pelo Instituto Federal Goiano. Essa escolha baseou-se não apenas na familiaridade da instituição com o sistema para gerenciamento de processos eletrônicos, mas também na previsão de sua utilização futura em outros módulos, como ensino, pesquisa e extensão.

Em dezembro de 2022, o então Ministério da Economia, publicou a [Instrução Normativa SGP-SEGES/SEDGG/ME nº 89, de 13 de dezembro de 2022](#), que dentre outras medidas, revogou a Instrução Normativa SGP/SEDGG nº 65, de 30 de julho de 2020.



O Órgão Central, sabedor da necessidade de estabelecer novas regras para o Programa de Gestão e Desempenho, publicou, no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2023, a [Instrução Normativa Conjunta SEGES-SGPRT/MGI nº 24, de 28 de julho de 2023](#). Essa normativa estabelece orientações específicas relacionadas à implementação e à execução do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) na instituição, bem como define o prazo de 15 (quinze) meses para que os órgãos e entidades possam adequar o seu Programa de Gestão e Desempenho, contado a partir da publicação da instrução normativa conjunta.

Ainda nessa linha de pensamento, a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), divulgou a [Instrução Normativa Conjunta SGP-SRT-SEGES/MGI nº 52, de 21 de dezembro de 2023](#), na qual definiu regras relativas à operacionalidade do novo PGD, intitulado pelo MGI (PGD 2.0).

Em 1º de novembro de 2024, por meio do Boletim de Gestão de Pessoas (BGP) foi publicada a [Portaria Cefet/RJ nº 1.350, de 1º de novembro de 2024](#), instituindo o Programa com suas novas regras.

Dessa forma, os servidores e a gestão podem contar com diretrizes claras e atualizadas para orientar suas entregas no âmbito do programa, voltadas para uma governança mais eficiente e orientada para os resultados.

A tabela 21 apresenta o quantitativo de servidores técnico-administrativos participantes do PGD 2.0 por *campus* de lotação em setembro de 2025. Foram considerados os servidores com a situação de Ativo Permanente - O1

Tabela 21. Quantitativo de servidores participantes do PGD 2.0 por *campus* de lotação

Lotação	Servidores técnico-administrativos		
	Total	PGD	% em PGD
<i>campus</i> Angra dos Reis	30	26	86,7%
<i>campus</i> Itaguaí	33	31	93,9%
<i>campus</i> Maracanã	340	294	86,5%
<i>campus</i> Maria da Graça	35	23	65,7%
<i>campus</i> Nova Friburgo	36	35	97,2%
<i>campus</i> Nova Iguaçu	42	36	85,7%
<i>campus</i> Petrópolis	27	24	88,9%
<i>campus</i> Valença	28	26	92,9%
Total	571	495	86,7%

Fonte: SUAP, 2025.

Para saber mais, acesse a [página sobre o Programa de Gestão do Cefet/RJ](#).





8. Projeto de acervo acadêmico em meio digital



8.1. Diagnóstico institucional	222
8.2. Definição das diretrizes para a gestão do acervo acadêmico institucional	222
8.2.1. Requisitos mínimos	222
8.2.2. Equipe responsável	223
8.3. Plano de implantação	223



8.1 Diagnóstico institucional

O presente capítulo trata do planejamento da implantação do acervo acadêmico no formato Digital no âmbito do Cefet/RJ.

O processo de construção gradativa do acervo acadêmico em formato digital busca atender a legislação em vigor, tais quais destacamos:

- A [Constituição Federal](#) – incisos XXXIII do art. 5º e II do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216;
- A Lei de Arquivos – artigos 1º e 3º da [Lei nº 8.159/1991](#);
- A Lei de Acesso à Informação – incisos II, III, IV e V do art. 3º e seu próprio caput da [Lei nº 12.527/2014](#);
- O [Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017](#), onde se destacam os artigos 21 e 104;
- A [Portaria MEC nº 315, de 04 de abril de 2018](#), artigos 45 a 48, que dispõem sobre prazos, objetivos e características do sistema de gerenciamento do acervo digital; e
- A [Portaria MEC nº 360, de 18 de maio de 2022](#), que dispõe sobre a conversão do acervo acadêmico para o meio digital e altera a Portaria MEC nº 315, de 04 de abril de 2018.

8.2 Definição das diretrizes para a gestão do acervo acadêmico institucional

Conforme estabelecido no art. 3º da [Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991](#), considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

Os documentos do acervo acadêmico digital do Cefet/RJ estão relacionados ao conjunto de documentos produzidos e recebidos em função das atividades referentes à vida acadêmica dos estudantes e àqueles necessários para comprovar seus estudos. Esses documentos serão definidos conforme o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo (Portaria AN/MJ nº 92/2011) relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

O modo de conversão e de preservação dos documentos deve garantir a confiabilidade, autenticidade, integridade e durabilidade de todas as informações dos processos e documentos arquivísticos, tanto aos nato-digitais quanto àqueles em suporte de papel.

Tais exigências criam a necessidade de desenvolvimento de uma nova solução para atender o início do processo que compõe a captura, indexação e tratamento de arquivos digitais. Atualmente, os softwares utilizados para digitalização no Cefet/RJ não atendem essas condições.

8.2.1 Requisitos mínimos

O art. 46 da Portaria MEC nº 315/2018 definiu as características mínimas dos sistemas especializados de gerenciamento de documentos eletrônicos, a saber:

- I. capacidade de utilizar e gerenciar base de dados adequada para a preservação do acervo acadêmico digital;
- II. forma de indexação que permita a pronta recuperação do acervo acadêmico digital;



III. método de reprodução do acervo acadêmico digital que garanta a sua segurança e preservação; e

IV. utilização de certificação digital padrão ICP-Brasil.

O sistema especializado de gerenciamento de documentos eletrônicos deve atender aos requisitos definidos na Portaria MEC nº 315/2018, e possuir uma gestão integrada que permita o gerenciamento de fluxos de trabalho de publicação, captura automática de informações contidas no sistema de informação da instituição, bem como a consolidação e apresentação de dados e conteúdo oriundos de localidades e aplicativos/sistemas diversos.

Além disso, deve ser capaz de gerenciar todo o ciclo de vida do documento, possibilitando atribuir metadados e a criação de regras de gestão, com criação de fluxos de trabalho e ações automatizadas totalmente parametrizáveis. Ademais, o sistema deve permitir também a classificação automática de documentos, o controle de versão e ter flexibilidade nas formas e possibilidades de apresentação.

8.2.2 Equipe responsável

O Cefet/RJ constituirá um Comitê Gestor para tratar das ações relativas ao Acervo Acadêmico Digital, a fim de atender ao disposto na Portaria MEC nº 315, de 04 de abril de 2018, Art. 45:

II - A IES deverá constituir comitê gestor para elaborar, implementar e acompanhar a política de segurança da informação relativa ao acervo acadêmico, conforme definido nesta Portaria, no Marco Legal da Educação Superior e, de maneira subsidiária, em suas normas institucionais.

O Comitê Gestor do Acervo Acadêmico Digital deverá ser constituído preferencialmente por membros qualificados para atuar no acervo acadêmico, servidores dos setores de registro acadêmico e de tecnologia da informação e membros do Comitê Gestor de Segurança e Tecnologia da Informação - GSTI.

8.3 Plano de implantação

Como primeira etapa de implantação, deverá ser elaborada uma Política de Gestão de Documentos Acadêmicos, que dentre outros itens, deverá, obrigatoriamente prever, uma política de segurança relativa ao acervo acadêmico digital, para garantir a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos documentos.

Uma vez que diversos aspectos de segurança relacionados a sistemas especializados de gerenciamento de documentos eletrônicos são necessários, a saber:

I. restrição do acesso de usuários aos diferentes tipos de documentos, em função do perfil;

II. garantia da imposição do fluxo de publicação estabelecido, em que somente pessoas autorizadas tenham permissão para editar e aprovar os documentos que serão digitalizados;

III. auditoria dos acessos de pessoas a informações, bem como de todo o processo de publicação;

IV. segurança e integridade dos repositórios de dados com backups automatizados; e

V. segurança nos acessos externos aos dados.

No âmbito do Cefet/RJ, será de responsabilidade do Comitê Gestor do Acervo Acadêmico Digital a Política de Gestão do Acervo Acadêmico. Essa política deverá ser aprovada e homologada pelo Conselho Diretor.

O cronograma de ações para o Acervo Acadêmico Digital deverá ser ajustado a partir da disponibilização de uma solução tecnológica para toda a rede federal de ensino superior, conforme discutido em fóruns do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), seguindo a previsão anual indicada a seguir.



Quadro 11. Cronograma de ações para o Acervo Acadêmico Digital

ETAPAS/ANO	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
Instituir o Comitê Gestor do Acervo Acadêmico	X				
Aprovar a Política de Gestão de Documentos Acadêmicos do Cefet/RJ	X	X			
Iniciar projeto piloto de gestão documental em formato digital e aplicação em ao menos um <i>campus</i>	X	X			
Iniciar o projeto de digitalização do acervo acadêmico dos alunos ativos – com vínculo no Cefet/RJ	X	X			
Implantar o processo de gestão documental em formato digital para todos os cursos do Cefet/RJ		X	X	X	X
Implantar processo de repositório digital confiável (RDC-Arq)		X	X	X	X
Iniciar o projeto de digitalização do acervo acadêmico dos alunos inativos – encerrado o vínculo no Cefet/RJ			X	X	X

Fonte: Elaboração própria, 2025.



9. INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS



9.1. Infraestrutura física do Cefet/RJ	227
9.1.1. Diagnóstico sobre o conjunto elementar de infraestrutura nos campi	228
9.1.2. Diagnóstico sobre as condições de acessibilidade nos campi	230
9.2. Estrutura de Laboratórios	235
9.2.1. Adesão à Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa – MCTI	235
9.2.2. Infraestrutura dos laboratórios ligados aos Programas de Pós-graduação	236
9.2.3. Infraestrutura dos laboratórios dos cursos de graduação e técnico	238
9.3. Bibliotecas	257
9.3.1. Estrutura Física	258
9.3.2. Acervo	262
9.3.2.1. Quantitativo de acervo por biblioteca	262
9.3.2.2. Planejamento de atualização e ampliação do acervo acadêmico	264
9.3.2.3. Projeto de Repositório Institucional	265
9.3.3. Serviços	265
9.4. Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	267
9.4.1. Estrutura administrativa e de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação TIC no Cefet/RJ	267
9.4.2. Serviços e sistemas	268
9.4.3. Diagnóstico de Infraestrutura Tecnológica	271



Considerando as variáveis dos investimentos necessários, o Cefet/RJ propõe diretrizes para aprimorar sua infraestrutura física, alinhadas com suas características, objetivos legais e propósitos institucionais. Essas diretrizes são delineadas com base na análise da equipe técnica composta por engenheiros e arquitetos, com suporte da comissão temática correspondente a este capítulo, além da consulta a documentos de referência, incluindo:

- [Lei nº 10.861/2004](#), que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e estipula os requisitos de infraestrutura física para cursos de graduação;
- [Decreto nº 5.296/2004](#), que regulamenta as [Leis nº 10.048/2000](#) e [nº 10.098/2000](#), priorizando o atendimento a grupos específicos e estabelecendo normas para acessibilidade;
- [Decreto nº 5.773/2006](#), que define, em seu artigo 16, item VII, os padrões de infraestrutura física para as instalações acadêmicas; e
- [Decreto nº 9.235/2017](#), cujo conteúdo complementa o arcabouço normativo relacionado.

Este capítulo aborda quatro áreas principais: Infraestrutura Física, Laboratórios, Bibliotecas e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação.

9.1. Infraestrutura física do Cefet/RJ

O Cefet/RJ atua na tríade ensino, pesquisa e extensão e visa contribuir para a formação de profissionais bem preparados para o desenvolvimento econômico e social de mesorregiões do estado do Rio de Janeiro. Desde a expansão da rede federal de ensino técnico e tecnológico, a instituição conta com o *campus* sede, no bairro Maracanã, e mais sete *campi*, um em Maria da Graça, também no Rio de Janeiro, além de outros nos municípios de Angra dos Reis, Itaguaí, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis e Valença. A dimensão da estrutura dos *campi* está detalhada no Quadro 12:

Quadro 12: Quadro de áreas dos *campi* do Cefet/RJ

CAMPUS	ÁREA DO TERRENO (M²)	ÁREA CONSTRUÍDA (M²)	OBRAS EM ANDAMENTO 2024 (M²)
Angra dos Reis	12.476,00	2.731,35	-
Itaguaí	8.114,36	4.520,88	-
Maracanã	37.756,00	37.170,73	1.896,12
Maria da Graça	7.212,96	6.359,95	-
Nova Friburgo	27.791,00	6.967,24	-
Nova Iguaçu	64.700,00	7.512,05	-
Petrópolis	4.972,00	3.855,43	65,00
Valença	3.852,00	2.864,93	-
TOTAL	166.874,32	71.982,56	1.961,12

Fonte: Direções dos *campi*, 2024.

As ações relacionadas à infraestrutura física do Cefet/RJ, tais como: projetos que abranjam a ampliação e melhoria das instalações prediais dos *campi* que o compõem, a gestão das condições de transporte em serviço, da segurança patrimonial, da limpeza e dos serviços de apoio, nos quais se incluem, por exemplo, mudanças nos ambientes externos, são coordenadas, planejadas e executadas pela Prefeitura do Cefet/RJ.



9.1.1. Diagnóstico sobre o conjunto elementar de infraestrutura nos *campi*

Para elaborar o diagnóstico da estrutura física atual de todas os *campi* do Cefet/RJ e subsidiar a definição das prioridades de investimento em infraestrutura, foi realizado um levantamento detalhado. Este levantamento utilizou uma planilha de diagnóstico que foi preenchida pela gestão de cada *campi*, onde os ambientes existentes foram avaliados segundo o critério de “atendimento às necessidades”. Cada ambiente foi classificado em uma escala: Inexistente, Insuficiente, Suficiente, Pleno e Excelente.

Os quadros 13, 14 e 15 apresentam uma síntese do diagnóstico de infraestrutura dos *campi* e das unidades acadêmicas e administrativas:

Quadro 13: Diagnóstico da infraestrutura, quanto ao atendimento às necessidades das unidades acadêmicas e administrativas

ESPAÇOS	CAMPUS							
	ANG	ITA	MAR	M. GRA	N. FRIB	N. IGUA	PET	VAL
AMBIENTES PEDAGÓGICOS								
Salas de aula com capacidade para 40 alunos	7	11	114	10	10	31	2	2
Laboratórios temáticos	16	24	132	24	10	44	15	8
Sala para as coordenadorias de área, nível ou curso	1	2	28	6	1	3	5	1
Sala de professores	3	1	16	0	1	2	5	1
Sala para o NAPNE	1	1	1	0	0	1	1	0
Espaço para atendimento reservado a alunos, pais e professores	1	1	3	2	1	1	2	0

ESPAÇOS	CAMPUS							
	ANG	ITA	MAR	M. GRA	N. FRIB	N. IGUA	PET	VAL
AMBIENTES ADMINISTRATIVOS								
Sala para Registro Acadêmico	1	2	1	1	1	1	1	1
Salas administrativas	13	3	90	7	7	4	32	4
Sala reservada para a Direção-geral ou do <i>campus</i>	1	2	6	1	1	1	1	1
Recepção e /ou Protocolo	0	1	2	2	0	0	2	0
Sala própria ou adaptada para reuniões	1	1	4	2	1	1	1	1
AMBIENTES COLETIVOS								
Auditório	1	1	6	2	1	3	1	1
Biblioteca	1	1	1	1	1	1	1	1
Banheiro	13	8	76	8	8	26	20	4
AMBIENTES DE CONVIVÊNCIA								
Espaço para lanchonete /cantina	1	0	1	1	1	1	0	1
Restaurante / refeitório estudantil	1	0	1	1	0	1*	0	1
Micródrômo / Espaço com computadores	0	1	1	0	1	1	1	3
Espaço para Grêmio Estudantil e Centro Acadêmico	1	2	2	1	5	2	3	0
Sala de convivência para servidores	0	1	2	0	0	2	1	0



ESPAÇOS	CAMPUS							
	ANG	ITA	MAR	M. GRA	N. FRIB	N. IGUA	PET	VAL
ÁREAS ESPORTIVAS								
Quadra poliesportiva coberta com vestiário	0	1	1	1	1	1	0	0
Quadra poliesportiva coberta sem vestiário	0	0	1	0	0	0	0	0
Quadra poliesportiva descoberta	1	0	0	0	0	0	0	0

*Obs.: O Restaurante estudantil ainda se encontra em processo de licitação.

Fonte: Direções dos campi, 2024.

Quadro 14: Diagnóstico da infraestrutura, quanto ao atendimento às necessidades das áreas comuns e outros ambientes

ESPAÇOS	CAMPUS							
	ANG	ITA	MAR	M. GRA	N. FRIB	N. IGUA	PET	VAL
ÁREAS COMUNS E OUTROS AMBIENTES								
Depósito de materiais / movimentação de patrimônio	1	1	2	1	1	1	1	2
Almoxarifado	1	1	2	1	1	1	1	1
Guarita/Portaria	1	1	2	3	1	1	0	1
Bicicletário	1	1	1	0	1	2	1	0
Garagem coberta para veículos oficiais	0	1	1	0	1	0	0	0
Espaços e instalações para servidores terceirizados	1	7	3	4	4	4	2	1
Copa/espço para alimentação dos servidores	1	1	16	2	1	1	3	1

ESPAÇOS	CAMPUS							
	ANG	ITA	MAR	M. GRA	N. FRIB	N. IGUA	PET	VAL
ÁREAS COMUNS E OUTROS AMBIENTES								
Banheiro destinado ao uso exclusivo de servidores	6	2	18	7	1	5	3	2

Fonte: Direções dos campi, 2024.

Quadro 15: Diagnóstico da infraestrutura, quanto ao atendimento às necessidades das áreas de inclusão

ESPAÇOS	CAMPUS							
	ANG	ITA	MAR	M. GRA	N. FRIB	N. IGUA	PET	VAL
ÁREAS COMUNS E OUTROS AMBIENTES								
Sala de acolhimento destinado a oferecer apoio às crianças enquanto seus pais estão em atividade acadêmica	0	0	1	0	0	0	0	0
Sala para amamentação	0	0	0	0	0	0	0	0
Fraldários	0	0	1	0	0	0	1	0
Sala com recursos multifuncionais	0	0	0	1	1	0	1	0

Fonte: Direções dos campi, 2024.

LEGENDAS		
Pleno ou Excelente: AZUL	Suficiente: VERDE	Inexistente ou Insuficiente: LARANJA
ANG – Angra dos Reis	M. GRA – Maria da Graça	PET – Petrópolis
ITA – Itaguaí	N. FRIB – Nova Friburgo	VAL – Valença
MAR – Maracanã	N. IGUA – Nova Iguaçu	



9.1.2. Diagnóstico sobre as condições de acessibilidade nos *campi*

A fim de promover as condições de acessibilidade física e a construção de um ambiente de trabalho e estudo inclusivo, respeitoso, solidário e colaborativo, o Cefet/RJ tem executado obras e reformas nos últimos anos. Foi realizado, ainda, diagnóstico das condições de acessibilidade da Instituição e será elaborado um plano de acessibilidade, para cada um dos *campi*, com previsão de conclusão até dezembro de 2029. As metas dos planos serão estabelecidas após a construção dos documentos.

Quanto às ações realizadas e em constante execução, podem ser citadas: instalação e manutenção de calçadas e rampas de acesso; instalação e manutenção de piso tátil; disponibilização de mais vagas em estacionamentos para pessoas com deficiência e idosos; disponibilização de banheiros adaptados; instalação de fraldários em banheiros; manutenção dos banheiros para pessoas com deficiência.

Quanto às obras realizadas durante a vigência do PDI 2020-2024, destacam-se: readequação de espaço e demais serviços destinados ao fornecimento e instalação de elevadores e plataforma elevatória para acessibilidade de pessoas com deficiência – PcD nos *campi* Maria da Graça e Maracanã; pavimentação de trecho do terreno do *campus* Valença; obra de pavimentação do pátio da calçada e melhoria do acesso ao *campus* Itaguaí.

O Cefet/RJ busca viabilizar a eliminação de barreiras arquitetônicas e a promoção da acessibilidade física nos *campi*. Tendo em vista que a acessibilidade não se restringe ao aspecto físico, mas inclui também as comunicações e as atitudes, são desenvolvidas ações que visam à permanência e diplomação dos estudantes com deficiência, como acompanhamento acadêmico e realização de cursos e palestras para as comunidades interna e externa.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), enquanto projeto de interesse institucional transversal, é um setor responsável por mediar as ações de educação inclusiva junto às atividades de ensino, pesquisa e extensão no Cefet/RJ. O NAPNE também desenvolve projetos de extensão como o Cine NAPNE (*campus* Maracanã), que contempla a exi-

bição de filmes, curtas-metragens e/ou episódios de séries que focalizem as pessoas com deficiência, assim como a inclusão educacional e social delas; a parceria com o Projeto Olhos Meus (*campus* Nova Friburgo) para formação de letores e promoção da inclusão de PcD visual; e o projeto Educação Inclusiva em Foco (*campus* Nova Iguaçu), que busca contribuir para a conscientização da comunidade acadêmica local sobre a importância da educação inclusiva.

No ano de 2024, o Cefet/RJ avançou significativamente na ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em todo o sistema, consolidando um marco importante no suporte à inclusão e ao desenvolvimento acadêmico dos estudantes. Na sede Maracanã, foi contratada uma equipe composta por quatro profissionais de AEE e dois intérpretes de Libras, garantindo um atendimento mais abrangente e eficaz para os alunos com necessidades específicas.

O Programa Institucional de Bolsa de Facilitadores de Aprendizagem do Cefet/RJ, criado em 2023, tem por finalidade fomentar o apoio e o acompanhamento a estudantes da Instituição com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, transtorno de espectro autista, altas habilidades/superdotação, além de transtornos de aprendizagem no que se refere a execução de suas atividades pedagógicas e a interação com o professor por meio de Facilitadores de Aprendizagem.

Para realização do diagnóstico das condições de acessibilidade física dos *campi* do Cefet/RJ, foi utilizado como instrumento um *checklist* em formato de planilha com perguntas a respeito de diversos tópicos relativos aos diferentes espaços das unidades escolares. O diagnóstico é composto por perguntas objetivas, com opções de resposta “sim”, “não” e “não necessita”. As respostas afirmativas atestam a acessibilidade do item indagado.

Os Quadros 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23 indicam o resultado do levantamento de diagnóstico e trazem um panorama geral da situação de acessibilidade espacial em cada *campus* do Cefet/RJ.



Quadro 16: Diagnóstico da infraestrutura, quanto às condições de acessibilidade
do *campus* Angra dos Reis

Nome/Identificação do Prédio	Prédio 1	Prédio 2	Prédio 3	Prédio 4	Prédio 5
	BLOCO A	BLOCO B	BLOCO C	BLOCO D	BLOCO E
Banheiros e lavabos acessíveis?	Não	Não	Sim	Sim	Não
Bebedouros acessíveis?	Não	Não	Sim	Não	Sim
Entrada / saída com vão livre acessível para a circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida?	Não	Não	Não	Não	Não
Espaço para atendimento acessível?	Não	Não	Não	Não	Não
Mobiliário acessível?	Não	Não	Não	Não	Não
Rampa de acesso com corrimão?	Não necessita	Não necessita	Não necessita	Não necessita	Não necessita
Sinalização tátil?	Não	Não	Não	Não	Não
Sinalização sonora?	Não	Não	Não	Não	Não
Sinalização visual?	Não	Não	Não	Não	Não
Ambientes acessíveis para a movimentação / deslocamento / circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida?	Não	Não	Não	Não	Não
Equipamento eletromecânico (elevadores, esteiras rolantes, entre outros)?	Não	Não	Não	Não	Não
Iluminação adequada?	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: Direção de Angra dos Reis, 2024.

Quadro 17: Diagnóstico da infraestrutura, quanto às condições de acessibilidade
do *campus* Itaguaí

Nome/Identificação do Prédio	Prédio 1	Prédio 2	Prédio 3	Prédio 4
	Principal (Blocos A, B, C com Auditório)	Anexo (Entre B e C) - Lab. De Projetos Estudantis e Lab. Pneumática	Quadra e Vestiários	Guarita
Banheiros e lavabos acessíveis?	Sim	Sim	Não	Não necessita
Bebedouros acessíveis?	Sim	Sim	Não	Não necessita
Entrada / saída com vão livre acessível para a circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida?	Sim	Sim	Sim	Não necessita
Espaço para atendimento acessível?	Sim	Sim	Sim	Não necessita
Mobiliário acessível?	Sim	Sim	Não	Não necessita
Rampa de acesso com corrimão?	Sim	Sim	Sim	Não necessita
Sinalização tátil?	Não	Não	Sim	Não
Sinalização sonora?	Não	Não	Não	Não
Sinalização visual?	Não	Não	Não	Não
Ambientes acessíveis para a movimentação / deslocamento / circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida?	Sim	Sim	Sim	Não necessita
Equipamento eletromecânico (elevadores, esteiras rolantes, entre outros)?	Não	Não	Não necessita	Não necessita
Iluminação adequada?	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Direção de Itaguaí, 2024.

Quadro 18: Diagnóstico da infraestrutura, quanto às condições de acessibilidade do *campus* Maracanã

Nome/ Identificação do Prédio	Prédio 1	Prédio 2	Prédio 3	Prédio 4	Prédio 5	Prédio 6	Prédio 7	Prédio 8	Prédio 9	Prédio 10	Prédio 11	Prédio 12	Prédio 13	Prédio 14	Prédio 15	Prédio 16
	Bloco A	Bloco B	Bloco C	Bloco D	Bloco E	Bloco F	Bloco G	Bloco H	Bloco I	Bloco J	Bloco L	Pavilhões	Grêmio	Quios- que	Restaurante estudantil	Quadra Coberta
Banheiros e lavabos acessíveis?	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não necessita	Não necessita	Sim	Sim
Bebedouros acessíveis?	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não necessita	Não necessita	Sim	Não
Entrada / saída com vão livre acessível para a circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida?	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Espaço para atendimento acessível?	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Mobiliário acessível?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Rampa de acesso com corrimão?	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não necessita	Sim	Sim	Não necessita
Sinalização tátil?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sinalização sonora?	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Sinalização visual?	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Ambientes acessíveis para a movimentação / deslocamento / circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Equipamento eletromecânico (elevadores, esteiras rolantes, entre outros)?	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não necessita	Não necessita	Não necessita	Não necessita
Iluminação adequada?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Prefeitura Maracanã, 2024.



Quadro 19: Diagnóstico da infraestrutura, quanto às condições de acessibilidade
do *campus* Maria da Graça

Nome/Identificação do Prédio	Prédio 1	Prédio 2	Prédio 3	Prédio 4	Prédio 5	Prédio 6
	Bloco A	Bloco F	Bloco G	Bloco H	Bloco I	Bloco J
Banheiros e lavabos acessíveis?	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não
Bebedouros acessíveis?	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Entrada / saída com vão livre acessível para a circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida?	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Espaço para atendimento acessível?	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Mobiliário acessível?	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Rampa de acesso com corrimão?	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Sinalização tátil?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Sinalização sonora?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Sinalização visual?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Ambientes acessíveis para a movimentação / deslocamento / circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida?	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Equipamento eletromecânico (elevadores, esteiras rolantes, entre outros)?	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Iluminação adequada?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Direção de Maria da Graça, 2024.

Quadro 20: Diagnóstico da infraestrutura, quanto às condições de acessibilidade
do *campus* Nova Friburgo

Nome/Identificação do Prédio	Prédio 1	Prédio 2	Prédio 3	Prédio 4
	Bloco A	Bloco B (Biblioteca)	Bloco C (Auditório)	Bloco CIEP
Banheiros e lavabos acessíveis?	Sim	Sim	Sim	Não
Bebedouros acessíveis?	Não	Não	Não	Não
Entrada / saída com vão livre acessível para a circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida?	Não	Sim	Sim	Não
Espaço para atendimento acessível?	Não	Não	Sim	Não
Mobiliário acessível?	Não	Não	Não	Não
Rampa de acesso com corrimão?	Não	Não	Não	Não
Sinalização tátil?	Não	Não	Não	Não
Sinalização sonora?	Não	Não	Não	Não
Sinalização visual?	Sim	Sim	Não	Sim
Ambientes acessíveis para a movimentação / deslocamento / circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida?	Não	Não	Sim	Não
Equipamento eletromecânico (elevadores, esteiras rolantes, entre outros)?	Não	Sim	Sim	Não
Iluminação adequada?	Sim	Sim	Sim	Não

Fonte: Direção de Nova Friburgo, 2024.



Quadro 21: Diagnóstico da infraestrutura, quanto às condições de acessibilidade do *campus* Nova Iguaçu

Nome/Identificação do Prédio	Prédio 1	Prédio 2	Prédio 3	Prédio 4
	BLOCO A	BLOCO B	BLOCO C	BLOCO D
Banheiros e lavabos acessíveis?	Sim	Sim	Sim	Sim
Bebedouros acessíveis?	Não	Não	Não	Sim
Entrada / saída com vão livre acessível para a circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida?	Não	Não	Não	Não
Espaço para atendimento acessível?	Não	Não	Não	Não
Mobiliário acessível?	Não	Não	Não	Não
Rampa de acesso com corrimão?	Não	Sim	Não	Sim
Sinalização tátil?	Não	Não	Não	Não
Sinalização sonora?	Não	Não	Não	Não
Sinalização visual?	Não	Não	Não	Sim
Ambientes acessíveis para a movimentação / deslocamento / circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida?	Não	Sim	Não	Sim
Equipamento eletromecânico (elevadores, esteiras rolantes, entre outros)?	Não	Não	Não	Sim
Iluminação adequada?	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Direção de Nova Iguaçu, 2024.

Quadro 22: Diagnóstico da infraestrutura, quanto às condições de acessibilidade do *campus* Petrópolis

Nome/Identificação do Prédio	Prédio 1	Prédio 2	Prédio 3	Prédio 4
	Bloco A e Anexo A	Bloco B	Bloco C (Biblioteca)	Blocos D e E
Banheiros e lavabos acessíveis?	Não	Sim	Sim	Não
Bebedouros acessíveis?	Sim	Sim	Sim	Sim
Entrada / saída com vão livre acessível para a circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida?	Sim	Sim	Sim	Sim
Espaço para atendimento acessível?	Sim	Sim	Sim	Sim
Mobiliário acessível?	Sim	Não	Sim	Não
Rampa de acesso com corrimão?	Não	Não	Sim	Não
Sinalização tátil?	Não	Não	Não	Não
Sinalização sonora?	Não	Não	Não	Não
Sinalização visual?	Sim	Sim	Sim	Sim
Ambientes acessíveis para a movimentação / deslocamento / circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida?	Sim	Sim	Sim	Sim
Equipamento eletromecânico (elevadores, esteiras rolantes, entre outros)?	Sim	Sim	Sim	Sim
Iluminação adequada?	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Direção de Petrópolis, 2024.



Quadro 23: Diagnóstico da infraestrutura, quanto às condições de acessibilidade do *campus* Valença

Nome/Identificação do Prédio	Prédio 1	Prédio 2	Prédio 3	Prédio 4	Prédio 5	Prédio 6
	Bloco Antigo	Bloco Novo	Bloco Secretaria + Refeitório	Pátio Coberto	Guarita de vigilância	Pátio externo
Banheiros e lavabos acessíveis?	Sim	Sim	Sim	Não necessita	Não necessita	Não necessita
Bebedouros acessíveis?	Sim	Sim	Não necessita	Não necessita	Não necessita	Não necessita
Entrada / saída com vão livre acessível para a circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida?	Sim	Sim	Sim	Sim	Não necessita	Não necessita
Espaço para atendimento acessível?	Não	Não	Não	Não	Não necessita	Não necessita
Mobiliário acessível?	Não	Não	Não	Não	Não necessita	Não necessita
Rampa de acesso com corrimão?	Não	Não	Não	Não necessita	Não necessita	Não necessita
Sinalização tátil?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Sinalização sonora?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Sinalização visual?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Ambientes acessíveis para a movimentação / deslocamento / circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida?	Sim	Sim	Sim	Sim	Não necessita	Sim
Equipamento eletromecânico (elevadores, esteiras rolantes, entre outros)?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Iluminação adequada?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Direção de Valença, 2024.

9.2. Estrutura de Laboratórios

9.2.1. Adesão à Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa – MCTI



**Plataforma Nacional
de Infraestrutura de Pesquisa MCTI**

Em 2022, o Cefet/RJ realizou adesão à [Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa – MCTI \(PNIPE\)](#), que tem por objetivo mapear e reunir, de maneira sistemática, informações sobre a infraestrutura de pesquisa nas Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) no país, possibilitando o acesso da comunidade científica/tecnológica e de empresas às instalações laboratoriais e aos equipamentos de pesquisa existentes e promovendo seu uso compartilhado.

O cadastro dos laboratórios é realizado por seu coordenador e validado pela DIPPG.

Em junho de 2025, o Cefet/RJ conta com 24 laboratórios cadastrados na referida plataforma.

Para saber mais sobre os laboratórios cadastrados consulte a [página do PNIPE](#).





9.2.2. Infraestrutura dos laboratórios ligados aos Programas de Pós-graduação

A DIPPG dispõe de um total de 13 laboratórios destinados às suas atividades de Ensino e Pesquisa cujos responsáveis constam na Instrução de Serviço: [Instrução de serviço 1/2025 - DIPPG/CEFET/RJ](#).

No Quadro 24 é apresentada a relação destes laboratórios e seus respectivos *links*, onde uma descrição mais detalhada da estrutura e das atividades relacionadas a cada um pode ser encontrada. Cumpre destacar que alguns desses laboratórios atendem não somente aos Programas de Pós-graduação, mas também apoiam atividades dos cursos de graduação e as atividades de iniciação científica da instituição.

Quadro 24. Laboratórios dos Programas de Pós-graduação

Nº	Nome	Objetivo	Programas atendidos
1	Laboratório de Controle e Automação (LACEA)	Desenvolver pesquisas nas áreas de automação Industrial e de processos, instrumentação eletrônica aplicada, sistemas robóticos e inteligentes, e de sistemas de controle.	PPEEL
2	Laboratório de Física Experimental e Aplicada (LaFEA)	Realizar pesquisas físicas de caráter experimental e o desenvolvimento de técnicas de instrumentação científica.	PPEEL PPGIO PPEMM
3	Laboratório de Fotônica (LAFOT)	Desenvolver pesquisas na área de fotônica que envolvem a geração, emissão, transmissão, modulação, processamento de sinais, amplificação e detecção da luz	PPEEL PPGIO
4	Laboratório de Processamento de Sinais e Instrumentação (LAPSI)	Laboratório dedicado à pesquisa e ao desenvolvimento de sistemas e técnicas aplicadas de Instrumentação Inteligente, com ênfase em soluções baseadas em Inteligência Computacional.	PPEEL
5	Laboratório de Instrumentação e Ultrassom (LINUS)	Projetar e fabricar transdutores de ultrassom, realizar processamento de sinais e imagens durante os processos de caracterização de materiais e processos e ensaios não-destrutivos.	PPEMM PPEEL
6	Laboratório de Sistemas e Estruturas Inteligentes (LASEI)	Laboratório destinado ao estudo do comportamento dinâmico de sistemas mecânicos com materiais inteligentes, como atuadores/absorvedores de vibrações com ligas com memória de forma (SMA) e dispositivos piezelétricos para geração de energia limpa.	PPEMM
7	Laboratório de Compósitos e Adesivos (LADES)	Laboratório utilizado para ensaios mecânicos destrutivos, ensaios metalográficos e caracterização de microestrutura dos materiais	PPEMM
8	Laboratório de Materiais (LAMAT)	O laboratório conta com equipamentos para ensaios mecânicos destrutivos, ensaios metalográficos e caracterização de microestrutura dos materiais.	PPEMM
9	Laboratório de Pesquisa em Usinagem (LABUS)	O laboratório conta com máquinas de usinagem e transdutores para medição de grandezas força, temperatura e deslocamento em processos de usinagem.	PPEMM
10	Laboratório de Soldagem (LASOL)	Laboratório destinado ao estudo de processos de soldagem e aplicações de ligas para revestimento.	PPEM
11	Núcleo de Atividades e Pesquisa em Ensino de Física (NAPEF)	Laboratório destinado à investigação sobre formação de professores de física e realização de projetos de extensão e ensino, como por exemplo, o PIBID.	PPCTE
12	Laboratório de Divulgação Científica e Ensino de Ciências (LABDEC)	Laboratório destinado à investigação e produção de materiais na área da divulgação científica e ensino de ciências.	PPCTE



Nº	Nome	Objetivo	Programas atendidos
13	Laboratório de Mobilidade Urbana e Ciência de Dados (MOBLAB)	Desenvolver pesquisas aplicadas e soluções que otimizem o planejamento, a operação e a gestão dos sistemas de transporte principalmente no município do Rio de Janeiro. Foca na análise avançada e mineração de dados, aplicando técnicas de inteligência artificial e aprendizado de máquina para identificar padrões de deslocamento, prever demandas e otimizar rotas e horários dos serviços públicos de transporte. Utiliza algoritmos preditivos para antecipar congestionamentos e desenvolver respostas em tempo real, além de sistemas de recomendação para melhorar a distribuição de recursos. O laboratório busca integrar diferentes modos de transporte público, aperfeiçoar a infraestrutura existente, implementar soluções de IoT para monitoramento contínuo dos fluxos urbanos, e propor políticas públicas baseadas em evidências derivadas de análises de big data que promovam a sustentabilidade e a inclusão. Atua como ponte entre academia, poder público e sociedade civil, oferecendo suporte técnico-científico para a tomada de decisões e formação de recursos humanos especializados em mobilidade urbana e ciência de dados, com ênfase na melhoria contínua dos serviços públicos de transporte para todos os cidadãos fluminenses.	PPRO

Fonte: DIPPG, fevereiro de 2025.



9.2.3. Infraestrutura dos laboratórios dos cursos de graduação e técnico

Nos quadros 25 a 33 são apresentados os nomes, objetivos, cursos atendidos e a capacidade (número de pessoas) dos laboratórios de cada um dos *campi* do Cefet/RJ.

Quadro 25. Laboratórios do *campus* Angra dos Reis

Nº	Nome e Local	Objetivo	Cursos atendidos	Capacidade (pessoas)
1	Laboratório de Química Bloco D – Sala 6	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia Elétrica	15
2	Laboratório de Física Bloco E – Sala 9	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia Mecânica	25
3	Laboratório de Informática Bloco D – Sala 3	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia Metalúrgica	30
4	Laboratório de Circuitos Elétricos e Eletrônicos Bloco E – Sala 5	Ensino, Pesquisa e Extensão	Técnico em Mecânica	25
5	Laboratório de Máquinas Elétricas e Acionamentos Bloco E – Sala 1	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia Elétrica	15
6	Laboratório de Sistemas de Energia Elétrica Bloco E – Sala 10	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia Elétrica	16
7	Laboratório de Bioenergia e Meio Ambiente Bloco C	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia Elétrica	10
8	Laboratório de Robótica Bloco C – Sala 3	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia Mecânica	15
9	Laboratório de Processos de Fabricação (Usinagem) Bloco B	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia Mecânica	20
10	Laboratório de Ensaios Mecânicos Bloco C – Sala 2	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia Metalúrgica	15
11	Laboratório de Vibrações e Acionamentos Mecânicos Bloco C – Sala 3	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia Mecânica	15
12	Laboratório de Tratamentos Térmicos e Metalografia Bloco D – Sala 5	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia Metalúrgica	15
13	Laboratório de Termociências Bloco E – Sala 7	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia Mecânica	15
14	Laboratório de Metrologia Bloco E – Sala 9	Ensino	Engenharia Mecânica	25
15	Laboratório de Sistemas Fluidomecânicos Bloco E – Sala 11	Ensino, Pesquisa e Extensão	Técnico em Mecânica	20
16	Laboratório de Processos de Fabricação: Soldagem Bloco B	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia Mecânica	20
17	Laboratório de Corrosão Bloco E – Sala 8	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia Metalúrgica	15
18	Laboratório de Tecnologia Mineral e Ambiental Bloco E – Sala 2	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia Metalúrgica	15
19	Laboratório de Caracterização de Materiais Bloco E – Sala 3	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia Metalúrgica	10

Fonte: *campus* Angra dos Reis, 2025.



Quadro 26. Laboratórios do *campus* Itaguaí

Nº	Nome e Local	Objetivo	Cursos atendidos	Capacidade (pessoas)
1	Laboratório de Informática I (Labin 1) Bloco B - 2º andar	Ensino	Técnico em Mecânica Técnico em Automação Industrial Técnico em Logística Engenharia Mecânica Engenharia de Produção	40
2	Laboratório de Informática II (Labin 2) Bloco B - 2º andar	Ensino		30
3	Laboratório de Simulação (LabSim) Bloco B - 2º andar	Ensino, pesquisa e extensão		24
4	Laboratório de Projetos (LabPro) Bloco A - 2º andar	Ensino, pesquisa e extensão	Engenharia Mecânica Engenharia de Produção	20
5	Laboratório de Operações Logísticas (LabLog) Bloco C - 2º andar	Ensino, pesquisa e extensão	Técnico em Logística Engenharia Mecânica Engenharia de Produção	20
6	Laboratório de Eletroeletrônica (LabEI) Bloco B - 2º andar	Ensino, pesquisa e extensão	Técnico em Mecânica Técnico em Automação Industrial Técnico em Logística Engenharia Mecânica Engenharia de Produção	20
7	Laboratório de Química (LabQ) Bloco B - 1º andar	Ensino e extensão		15
8	Laboratório de Física (LabFis) Bloco B - 1º andar	Ensino e extensão		20
9	Laboratório de Usinagem (LabUs) Bloco C - 1º andar	Ensino, pesquisa e extensão		10
10	Laboratório de Desenho (LaDes) Bloco A - 2º andar	Ensino		30
11	Laboratório de Soldagem (LabSol) Bloco B - 1º andar	Ensino, pesquisa e extensão		15
12	Laboratório de Metrologia e Manutenção Mecânica (Lab3M) Bloco B - 2º andar	Ensino e extensão		20
13	Laboratório de Hidráulica e Pneumática (LabHP) Bloco C - 2º andar	Ensino		20
14	Laboratório de Microscopia e Microsistemas (LabMicro) Bloco B - 1º andar	Extensão e pesquisa		15
15	Laboratório de Segurança do Trabalho (LabST) Bloco A - 1º andar	Ensino e extensão		5
16	Laboratório de Análise Estrutural, Vibrações e Acústica (LAEV) Bloco B - 1º andar	Extensão e pesquisa		10
17	Laboratório de Sistemas Térmicos (LabSit) Bloco B - 1º andar	Extensão e pesquisa		15



Nº	Nome e Local	Objetivo	Cursos atendidos	Capacidade (pessoas)
18	Laboratório de Metalografia e Tratamentos Térmicos (LabMTT) Bloco C - 1º andar	Ensino, pesquisa e extensão	Engenharia Mecânica Engenharia de Produção	15
19	Laboratório de Ensaaios de Materiais (LEM) Bloco C - 1º andar	Ensino, pesquisa e extensão	Técnico em Mecânica Técnico em Automação Industrial Técnico em Logística Engenharia Mecânica Engenharia de Produção	15
20	Laboratório de Projetos Estudantis (LaProEt) Bloco C - 1º andar	Extensão e pesquisa		15
21	Laboratório Maker (LMCI) Bloco A - 1º andar	Ensino, pesquisa e extensão		20

Fonte: *campus* Itaguaí, 2025.

Quadro 27. Laboratórios do *campus* Maracanã

Nº	Nome e Local	Objetivo	Cursos atendidos	Capacidade (pessoas)
1	Laboratório de Computação Sala E-313	Ensino e Pesquisa	Administração Engenharia de Produção	45
2	Coordenadoria de Laboratórios de Comando numérico assistido por computador (COLAN) Sala E-312A	Ensino, Pesquisa e Extensão	Administração Engenharia de Controle e Automação	10
3	Coordenadoria de Laboratórios de Análise Numérica (COLAN) Sala E-308	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia de Produção Engenharia Eletrônica Engenharia Mecânica	28
4	Coordenadoria de Laboratórios de Análise Numérica (COLAN) Sala E-318	Ensino, Pesquisa e Extensão	Administração Engenharia de Controle e Automação Engenharia Eletrônica Engenharia Mecânica	28
5	Coordenadoria de Laboratórios de Análise Numérica (COLAN/LACAD) Sala E-310B	Ensino, Pesquisa e Extensão	Administração Engenharia de Produção Engenharia Mecânica	24
6	Coordenadoria de Laboratórios de Análise Numérica (COLAN/ LACAE) Sala E-312B	Ensino, Pesquisa e Extensão	Administração Engenharia de Controle e Automação Engenharia de Produção Engenharia Eletrônica Engenharia Mecânica	20
7	Coordenadoria de Laboratórios de Análise Numérica (COLAN) Laboratório de Computação (LABCOMP) Sala E-306	Ensino, Pesquisa e Extensão	Administração Engenharia Ambiental Engenharia de Controle e Automação Engenharia de Produção Engenharia de Telecomunicações Engenharia Elétrica Engenharia Eletrônica Engenharia Mecânica	40
8	Coordenadoria de Laboratórios de Análise Numérica (COLAN/LACAV) Sala E-314A	Ensino, Pesquisa e Extensão	Administração Engenharia de Controle e Automação Engenharia de Produção Engenharia Mecânica	28
9	Coordenadoria de Laboratórios de Análise Numérica (COLAN/LACAM) Sala E-316B	Ensino, Pesquisa e Extensão	Administração Engenharia de Produção Engenharia Mecânica	08



Nº	Nome e Local	Objetivo	Cursos atendidos	Capacidade (pessoas)
10	Coordenadoria de Laboratórios de Análise Numérica (COLAN/ LAETI) Sala E-310A	Ensino, Pesquisa e Extensão	Administração Engenharia de Produção Engenharia Mecânica	06
11	Laboratório do Quiosque de Informática Jardim	Ensino, Pesquisa e Extensão	Administração Ciência da Computação Engenharia Ambiental Engenharia de Controle e Automação Engenharia Eletrônica Engenharia Mecânica Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	20
12	Laboratório 1 Pavilhão 1	Ensino e Pesquisa	Ciência da Computação	18
13	Laboratório 2 Pavilhão 1	Ensino e Pesquisa	Ciência da Computação	18
14	Laboratório 3 Pavilhão 1	Ensino e Pesquisa	Ciência da Computação	18
15	Laboratório 4 Pavilhão 1	Ensino e Pesquisa	Ciência da Computação	18
16	Laboratório 5 Pavilhão 1	Ensino e Pesquisa	Ciência da Computação	18
17	Laboratório 6 Pavilhão 1	Ensino e Pesquisa	Ciência da Computação	18
18	Laboratório de Pesquisa Pavilhão 1	Ensino e Pesquisa	Ciência da Computação	-
19	Laboratório de Química Sala A-320	Ensino e Pesquisa	Engenharia Ambiental Engenharia de Controle e Automação Engenharia de Produção Engenharia Eletrônica Engenharia Mecânica	25
20	Laboratório de Software Laboratório nº1 Pavilhão 1	Ensino e Pesquisa	Engenharia Ambiental	40
21	Laboratório de Física Sala E-311	Ensino e Pesquisa	Engenharia Ambiental Engenharia de Controle e Automação Engenharia de Produção Engenharia de Telecomunicações Engenharia Elétrica Engenharia Eletrônica Engenharia Mecânica	24
22	Laboratório de Mecânica dos Fluidos (LAMEF) Laboratório nº 5 Bloco D - Térreo	Ensino	Engenharia Ambiental Engenharia de Controle e Automação Engenharia de Produção Engenharia Eletrônica Engenharia Mecânica	15



Nº	Nome e Local	Objetivo	Cursos atendidos	Capacidade (pessoas)
23	Laboratório de Gestão Ambiental Sala D-213	Ensino	Engenharia Ambiental	12
24	Laboratório de Eletrônica A (LAELT-A) Sala E-211	Ensino	Engenharia de Controle e Automação Engenharia de Telecomunicações Engenharia Elétrica Engenharia Eletrônica	32
25	Laboratório de Eletrônica B (LAELT-B) Sala E-212	Ensino		16
26	Laboratório de Computação e Redes (LACER) Sala E-202	Ensino		14
27	Laboratório de Processos Industriais (LAPRO) Sala E-201	Ensino e Pesquisa	Engenharia de Controle e Automação Engenharia de Telecomunicações Engenharia Eletrônica	-
28	Laboratório de Acionamento de Máquinas Elétricas Pavilhão 6	Ensino	Engenharia de Controle e Automação Engenharia Eletrônica	12
29	Laboratório de Máquinas Elétricas Pavilhão 6	Ensino		12
30	Laboratório de Projeto Final Sala E-213	Ensino	Engenharia de Controle e Automação Engenharia de Telecomunicações Engenharia Eletrônica	16
31	Laboratório de Telecomunicações (LATEL) Sala E-215	Ensino		12
32	Laboratório de Fotônica (LAFOT) Sala E-206	Ensino e Pesquisa	Engenharia de Controle e Automação Engenharia de Telecomunicações Engenharia Eletrônica Física	12
33	Laboratório de Processamento de Sinais e Instrumentação (LAPSI) Sala E-205	Ensino e Pesquisa	Engenharia de Controle e Automação Engenharia de Telecomunicações Engenharia Eletrônica	12
34	Laboratório de Transmissão Digital e Comunicações Eletrônicas (LATEC) Sala E-204	Ensino e Pesquisa		12
35	Laboratório de Controle e Automação (LACEA) Sala E-207	Ensino e Pesquisa	Engenharia de Controle e Automação Engenharia de Telecomunicações Engenharia Elétrica Engenharia Eletrônica	12
36	Laboratório de Torneamento (LABTM) Pavilhão 4 - Sala 117	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia de Produção Engenharia Mecânica	10
37	Laboratório de Ajustagem (LABAJ) Pavilhão 4 - Sala 119	Ensino, Pesquisa e Extensão		10
38	Laboratório de Fresagem (LABFE) Pavilhão 5 - Salas 106, 107 e 110	Ensino, Pesquisa e Extensão		10
39	Laboratório de Retífica (LABRE) Pavilhão 5 - Sala 111	Ensino, Pesquisa e Extensão		10
40	Laboratório de Automação em Usinagem (LABAU) Pavilhão 5 - Sala 105	Ensino		12
41	Laboratório de Eletricidade Industrial (LABEI) Pavilhão 5 - Salas 108 e 109	Ensino		20
42	Laboratório de Informática e Tecnologia da Informação (LABINF) Sala E-313	Ensino e Pesquisa	Engenharia de Produção Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	40



Nº	Nome e Local	Objetivo	Cursos atendidos	Capacidade (pessoas)
43	Laboratório de Métodos de Suporte à Decisão (LABDEC) Sala L-24	Ensino e Pesquisa	Engenharia de Produção	15
44	Laboratório de Pesquisa e Desenvolvimento de Modelos (LPDMO) Sala E-514	Ensino e Pesquisa		15
45	Sala de Desenho Sala E-308A	Ensino	Engenharia de Telecomunicações	25
46	Sala de Desenho Sala E-318A	Ensino		25
47	Laboratório de Simulação (Sistemas de Potência) Laboratório 2.4 Pavilhão 6	Ensino	Engenharia Elétrica	12
48	Laboratório de Medidas e Instrumentação (Acionamento de Máquinas Elétricas) Laboratório 1.3 Pavilhão 6	Ensino		12
49	Laboratório de Máquinas Elétricas Laboratório 1.2 Pavilhão 6	Ensino		12
50	Laboratório de Alta Tensão Laboratório 1.4 Pavilhão 6	Ensino		20
51	Laboratório de Aplicação de Eletrônica de Potência (LAEP) Laboratório 1.1 Pavilhão 6	Ensino		20
52	Laboratório de Materiais (LAMAT) Pavilhão 3 – Salas 7, 8, 9, 10 e 11	Ensino e Pesquisa	Engenharia Mecânica	10
53	Laboratório de Metrologia Dimensional (LAMDI) Pavilhão 3 – Salas 4 e 5	Ensino, Pesquisa e Extensão		Sala 4 – 13 Sala 5 – 12
54	Laboratório de Metalografia e Tratamentos Térmicos (LABTT) Pavilhão 5 – Sala 112	Ensino		10
55	Laboratório de Processo de Soldagem (LASOL) Laboratório nº 1 Bloco D– Térreo	Ensino e Pesquisa		10
56	Laboratório de Transferência de Calor (LABTC) Laboratório nº 6 Bloco D – Térreo	Ensino e Pesquisa		20
57	Laboratório de Usinagem (LABUS) Laboratório nº 3 Bloco D – Térreo	Ensino, Pesquisa e Extensão		10
58	Laboratório de Meteorologia (LABME) Sala de Instrumentação Bloco A – 3º andar (Torre)	Ensino		40
59	Laboratório de Sistemas Fluidomecânicos (LABSF) Pavilhão 5 – Sala M4	Ensino		15
60	Laboratório de Refrigeração e Motores de Combustão Interna (LAREM) Pavilhão 5 – Sala M3	Ensino		15
61	Laboratório de Análise do Acoplamento Termomecânico de Materiais (LACTM) Laboratório nº 4 Bloco D– Térreo	Ensino e Pesquisa		5
62	Laboratório de Compósitos e Adesivos (LADES) Laboratório nº 7 Bloco D– Térreo	Ensino e Pesquisa		10
63	Laboratório de Física Experimental e Aplicada (LaFEA) Bloco D – salas 119 A, B e C	Ensino e Pesquisa	Física	6
64	Laboratório de Mecânica e Termodinâmica Sala E-309	Ensino		6
65	Laboratório de Eletromagnetismo e Ondas Sala E-311	Ensino		6
66	Laboratório de Línguas Estrangeiras Sala C-209	Ensino	Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	40
67	Laboratório de Cultura, Linguagem e Patrimônio Latino-Americanos (LaCLiP) Sala D-302	Ensino		40
68	Laboratório de Línguas Estrangeiras e Tradução Sala C-211	Ensino		30

Fonte: *campus* Maracanã, 2025.



Quadro 28. Laboratórios do *campus* Maria da Graça

Nº	Nome e Local	Objetivo	Cursos atendidos	Capacidade (pessoas)
1	Laboratório de Redes Pavilhão 4 – Sala J-105	Ensino	Sistemas de Informação	30
2	Laboratório de Redes Industrial Pavilhão 4 – Sala J-106	Ensino		30
3	Laboratório de Software Pavilhão 4 – Sala J-107	Ensino		30
4	Laboratório de Hardware Pavilhão 4 – Sala J-108	Ensino		30
5	Laboratório de Elétrica Pavilhão 4 – Sala J-109	Ensino		-
6	Laboratório de Eletrônica (LAEL) Pavilhão 4 – Sala J-105	Ensino, Pesquisa e Extensão		-
7	Laboratório de Automação e Controle Pavilhão 4 – Sala 112	Ensino		30

Fonte: *campus* Maria da Graça, 2025.

Quadro 29. Laboratórios do *campus* Nova Friburgo

Nº	Nome e Local	Objetivo	Cursos atendidos	Capacidade (pessoas)
1	Laboratório de Informática I Bloco A – 2º andar	Ensino	Sistemas de Informação	28
2	Laboratório de Informática II Bloco A – 2º andar	Ensino	Sistemas de Informação, Engenharia Elétrica	24
3	Laboratório de Informática III Bloco A – 2º andar	Ensino	Sistemas de Informação	20
4	Laboratório de Informática IV Bloco B – 1º andar	Ensino	Sistemas de Informação, Engenharia Elétrica	20
5	Laboratório de Informática V Bloco A – 2º andar	Ensino		40
6	Laboratório de Informática VI Bloco A – 2º andar	Ensino	Sistemas de Informação	20
7	Laboratório de Máquinas Elétricas (LABENG1) Sala A-112	Ensino e Extensão	Engenharia Elétrica	15
8	Laboratório de Instalações Elétricas (LABENG2) Sala A-112	Ensino e Extensão		15
9	Laboratório de Controle e Automação (LABENG3) Sala A2-15	Ensino e Extensão		13
10	Laboratório de Circuitos Elétricos e Eletrônicos (LABENG4) Sala A-214	Ensino		5
11	Laboratório de Sistemas Eletrônicos e de Energia (LABENG5) Sala A-203	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia Elétrica, Ensino Médio	10
12	Laboratório de Química Sala C-202	Ensino, Pesquisa e Extensão		15
13	Laboratório de Mecânica, Fluidos e Física Térmica (LABFIS2) Sala A-111	Ensino	Licenciatura em Física, Engenharia Elétrica	10
14	Laboratório de Eletromagnetismo e Física Moderna (LABFIS1) Sala A-108	Ensino		10
15	Laboratório de TICS Aplicadas ao Ensino de Física	Ensino, Pesquisa e Extensão	Licenciatura em Física	12
16	Laboratório de Novos Espaços Educacionais (Frii9lab) Sala C-305	Pesquisa		20
17	Laboratório de Turismo Sala C-215	Ensino	Tecnologia em Gestão de Turismo	22

Fonte: *campus* Nova Friburgo, 2025.



Quadro 30. Laboratórios do *campus* Nova Iguaçu

Nº	Nome e Local	Objetivo	Cursos atendidos	Capacidade (pessoas)
1	Laboratório de Automação Industrial I Sala A-216	Ensino	Engenharia de Controle e Automação Técnico em Automação Industrial Engenharia Mecânica	20
2	Laboratório de Automação Industrial II Sala A-319	Ensino		20
3	Laboratório de CAE/CAD/CAM Sala A-220	Ensino	Engenharia de Controle e Automação Engenharia Mecânica	70
4	Laboratório de Processamento de Alto Desempenho Bloco A	Pesquisa	Engenharia de Controle e Automação Engenharia Mecânica Técnico em Informática Técnico em Telecomunicações	-
6	Laboratório de Desenho Sala D-306	Ensino	Engenharia de Controle e Automação Engenharia de Produção Engenharia Mecânica Técnico em Automação Industrial	40
7	Laboratório de Ensaaios Mecânicos Sala A-305	Ensino	Engenharia Mecânica	15
8	Laboratório de Física I Sala A-315	Ensino	Engenharia de Controle e Automação Engenharia Mecânica Engenharia de Produção	20
9	Laboratório de Física II Sala A-317	Ensino		20
10	Laboratório de Hidráulica e Pneumática Sala A-210	Ensino	Engenharia de Controle e Automação Engenharia Mecânica	12
11	Laboratório de Software I Sala C-201	Ensino	Engenharia de Controle e Automação Engenharia de Produção Técnico em Informática	40
12	Laboratório de Software II Sala C-301	Ensino	Técnico em Informática Técnico em Automação Industrial Engenharia de Controle e Automação Técnico em Automação Industrial Engenharia Mecânica	40
13	Laboratório de Software III Sala C-303	Ensino	Engenharia de Controle e Automação Engenharia de Produção Engenharia Mecânica Técnico em Informática	40
14	Laboratório de Metalografia e Tratamentos Térmicos Sala A-303	Ensino	Engenharia de Controle e Automação Engenharia de Produção Engenharia Mecânica	20



Nº	Nome e Local	Objetivo	Cursos atendidos	Capacidade (pessoas)
15	Laboratório de Metrologia Sala A-214	Ensino	Engenharia de Controle e Automação Técnico em Automação Industrial Engenharia Mecânica	20
16	Laboratório de Processamento de Sinais Sala A-204	Ensino	Engenharia de Controle e Automação Engenharia Mecânica	10
17	Laboratório de Química/Biologia Sala B-310	Ensino		40
18	Laboratório de Redes Sala A-212	Ensino	Engenharia de Controle e Automação Engenharia de Produção Engenharia Mecânica Técnico em Telecomunicações Técnico em Automação Industrial	30
19	Laboratório de Controle Bloco A	Ensino	Engenharia de Controle e Automação Engenharia Mecânica	18
20	Laboratório de Mecatrônica e Sistemas Flexíveis Sala A-202	Ensino		20
21	Laboratório de Fenômeno de Transporte Sala A-208	Ensino	Engenharia de Controle e Automação Engenharia de Produção Engenharia Mecânica	12
22	Laboratório de Usinagem Sala A-222	Ensino	Engenharia de Controle e Automação Engenharia Mecânica	20
23	Laboratórios de Idiomas I Sala C-101	Ensino	Técnico em Telecomunicações Técnico em Informática Técnico em Enfermagem Técnico em Automação Industrial	22
24	Laboratórios de Idiomas II Sala C-103	Ensino		18
25	Laboratório de Processamento de Soldagem Sala A-218	Ensino	Engenharia de Controle e Automação Engenharia de Produção Engenharia Mecânica	20
26	Laboratório de Eletrônica Sala A-313	Ensino	Técnico em Telecomunicações Técnico em Automação Industrial Engenharia de Controle e Automação	18
27	Laboratório de Elétrica I Sala A-319	Ensino	Engenharia de Controle e Automação Técnico em Automação Industrial Engenharia Mecânica	16
28	Laboratório de Elétrica II Sala A-321	Ensino	Engenharia de Controle e Automação	20
29	Laboratório de Máquinas e Energias Renováveis Bloco A	Ensino	Engenharia de Produção Engenharia de Controle e Automação	20
30	Laboratório de Sistemas Automotivos e Máquinas Rotativas Sala A-307	Ensino	Engenharia Mecânica Engenharia de Controle e Automação	15



Nº	Nome e Local	Objetivo	Cursos atendidos	Capacidade (pessoas)
31	Laboratório de Transmissão de Dados Sala A-309	Ensino	Técnico em Telecomunicações	16
32	Laboratório de Telecomunicações Sala A-311	Ensino	Técnico em Telecomunicações Técnico em Automação Industrial Engenharia Mecânica Engenharia de Produção Engenharia de Controle e Automação	20
33	Laboratório de Matemática Sala B-313	Ensino	Técnico em Telecomunicações	24
34	Laboratório de Artes (LABORART) Bloco C	Ensino	Técnico em Informática Técnico em Enfermagem Técnico em Automação Industrial	15
35	Laboratório de Pesquisa em Ensino de Ciências Bloco C	Pesquisa	Técnico em Telecomunicações Técnico em Informática Técnico em Enfermagem Técnico em Automação Industrial Licenciatura em Física Licenciatura em Biologia Pós-Graduação	10
36	Laboratório de Computação Aplicada Sala C-307	Ensino	Técnico em Informática	26
37	Laboratório de Práticas de Enfermagem Sala D-201	Ensino	Técnico em Enfermagem	20
38	Laboratório de Práticas de Enfermagem Sala D-203	Ensino		20
39	Laboratório de Práticas de Enfermagem Sala D-303	Ensino		20
40	Laboratório de Anatomia Bloco D	Ensino		20
41	Núcleo de Pesquisa em Mecatrônica Bloco A	Pesquisa	Engenharia de Controle e Automação Engenharia Mecânica Técnico em Telecomunicações Técnico em Informática	78
42	Núcleo de Empreendedorismo e Tecnologias Sociais Sala B-111	Pesquisa	Engenharia de Produção Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos	7
43	Núcleo de Ensino, Gestão e Tecnologias Sala B-315	Pesquisa	Engenharia de Produção Engenharia de Controle e Automação Engenharia Mecânica Mestrado	36
44	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Engenharia de Produção Sala C-311	Pesquisa	Engenharia de Produção Engenharia de Controle e Automação Engenharia Mecânica	20



Nº	Nome e Local	Objetivo	Cursos atendidos	Capacidade (pessoas)
45	Núcleo de Pesquisa em Ciências Aplicadas Sala C-309	Pesquisa	Engenharia de Controle e Automação	8
46	Espaço Co-Working Sala B-106	Pesquisa	Engenharia de Produção Engenharia Mecânica Técnico em Telecomunicações Técnico em Informática Técnico em Enfermagem Técnico em Automação Industrial	15
47	Sala Multimídia Sala D-206	Ensino	Técnico em Telecomunicações Técnico em Informática Técnico em Enfermagem Técnico em Automação Industrial	30

Fonte: *campus* Nova Iguaçu, 2025.



Quadro 31. Laboratórios do *campus* Petrópolis

Nº	Nome e Local	Objetivo	Cursos atendidos	Capacidade (pessoas)
1	Laboratório de Programação Sala 202	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia de Computação Licenciatura em Física Licenciatura em Matemática	30
2	Laboratório de Eletrônica Sala 208	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia de Computação Telecomunicações Integrado	16
3	Laboratório de Arquitetura Sala 205	Ensino	Engenharia de Computação	30
4	Laboratório de Telecomunicações Sala 126	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia de Computação Telecomunicações Integrado	20
5	Laboratório de Redes Sala 203	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia de Computação	25
6	Laboratório de Mecânica e Física Térmica Sala 124	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia de Computação Licenciatura em Física Licenciatura em Matemática	20
7	Laboratório de Ondulatória, Óptica e Física Moderna Sala 123	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia de Computação Licenciatura em Física	25
8	Laboratório de Química Sala 125	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia de Computação Licenciatura em Física Licenciatura em Matemática	30
9	Laboratório de Eletromagnetismo Sala 122	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia de Computação Licenciatura em Física	20
10	Laboratório de Física Aplicada Sala 111	Ensino, Pesquisa e Extensão	Licenciatura em Física	15
11	Laboratório de Coworking e Pesquisa Sala 211	Ensino, Pesquisa e Extensão	Telecomunicações Integrado	14
12	Laboratório de Ensino e Pesquisa em Turismo Sala 210	Ensino, Pesquisa e Extensão	Turismo	-
13	Laboratório de Produção Cultural e Práticas Extensionistas Sala 107	Ensino, Pesquisa e Extensão		-
14	Laboratório de Línguas Sala 209	Ensino, Pesquisa e Extensão		-
15	Laboratórios de Práticas Docentes Salas 115 e 116	Ensino, Pesquisa e Extensão	Licenciatura em Física Licenciatura em Matemática	15 (cada sala)

Fonte: *campus* Petrópolis, 2025.

Quadro 32. Laboratórios do *campus* Valença

Nº	Nome e Local	Objetivo	Cursos atendidos	Capacidade (pessoas)
1	Laboratório de Informática Bloco A – 1º andar	Ensino, Pesquisa e Extensão	Administração Engenharia de Alimentos Técnico Integrado em Química Técnico Integrado em Alimentos	36
2	Laboratório de Química Bloco A – 2º andar	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia de Alimentos Técnico Integrado em Química Técnico Integrado em Alimentos	25
3	Laboratório de Análise Sensorial e Desenvolvimento Produtos Bloco A – 1º andar	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia de Alimentos Técnico Integrado em Alimentos Técnico Integrado em Química Bacharelado em Administração	20
4	Laboratório de Física e Engenharias Bloco B – 1º andar	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia de Alimentos Técnico Integrado em Química Técnico Integrado em Alimentos	20
5	Laboratório de Microbiologia de Alimentos Bloco A – 1º andar	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia de Alimentos Técnico Integrado em Alimentos	15
6	Laboratório de Físico-Química de Alimentos Bloco A – 1º andar	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia de Alimentos Técnico Integrado em Química Técnico Integrado em Alimentos	25
7	Laboratório de Tecnologia de Bebidas e Bioengenharia	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia de Alimentos Técnico Integrado em Alimentos	15
8	Laboratório de Produtos de Origem Vegetal Bloco A – 1º andar	Ensino, Pesquisa e Extensão	Engenharia de Alimentos Técnico Integrado em Química Técnico Integrado em Alimentos	25
9	Laboratório de Produtos de Origem Animal Bloco B – 1º andar	Ensino, Pesquisa e Extensão		25
10	Laboratório de Pesquisas e Práticas de Ensino em Humanidades – Lapenseh Bloco C – 1º andar	Ensino, Pesquisa e Extensão	Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio Pós-Graduação Lato Sensu em Temas e Perspectivas Contemporâneas em Educação e Ensino Mestrado em Perspectivas Contemporâneas em Ensino	20

Fonte: *campus* Valença, 2025.



Quadro 33. Laboratórios dos cursos médio/técnicos do *campus* Maracanã

Laboratório da Coordenação de Química (COQUI)				
Nº	Nome e Local	Objetivo	Cursos atendidos	Capacidade (pessoas)
1	Laboratório de Química Sala A-302	Ensino, Pesquisa e Extensão	Todos os cursos EPTNM Engenharia de Produção, Telecomunicações, Civil, Eletrônica, Elétrica, Automação, Mecânica e Engenharia ambiental	40
Laboratórios da Coordenação do Curso Técnico de Mecânica (COORDMEC)				
Nº	Nome e Local	Objetivo	Cursos atendidos	Capacidade (pessoas)
2	Laboratório de Eletricidade Industrial	Ensino e Extensão	Técnico de Mecânica Integrado Técnico de Mecânica Subsequente	10
3	Laboratório de Usinagem Fresamento	Ensino e Extensão		10
4	Laboratório de Automação da Usinagem	Ensino e Extensão		20
5	Laboratório de Automação Industrial	Ensino	Técnico de Mecânica Integrado Técnico de Mecânica Subsequente Projeto de Ensino 2024-2025: coordenado por Sylvio Magrani; docentes: Hetor mendes, Carlos Traussa, Gilvania Terto. Visitas de escolas – projetos Cefet	10: para aulas práticas 20: reuniões conjuntas de pesquisa e ensino teórico
6	Laboratório de Fundição	Ensino e Extensão	Técnico de Mecânica Integrado Técnico de Mecânica Subsequente – noite	15
7	Laboratório de Máquinas Especiais Eletroerosão	Ensino	Técnico de Mecânica Integrado Técnico de Mecânica Subsequente	10
8	Laboratório de Metrologia	Ensino		15
9	Laboratório de Ensaios Mecânicos	Ensino e Extensão		10
10	Laboratório de Soldagem	Ensino		20
11	Laboratório CAD/CAM	Ensino		15
12	Laboratório de Retífica	Ensino	Técnico de Mecânica Integrado Técnico de Mecânica Subsequente Graduação	10
13	Laboratório de Tratamentos Térmicos	Ensino	Técnico de Mecânica Integrado Técnico de Mecânica Subsequente Graduação	12
14	Laboratório de Manutenção Industrial	Ensino e Extensão	Técnico de Mecânica Integrado Técnico de Mecânica Subsequente	10 para aulas práticas e 15 para aulas expositivas



15	Laboratório de Sistemas Fluido Mecânicos	Ensino e Extensão	Técnico de Mecânica Integrado	8
16	Espaço Maker Pellerano	Extensão	Técnico de Mecânica Subsequente	8
17	Laboratório de Usinagem Torneamento	Ensino e Extensão	Técnico de Mecânica Engenharia Mecânica	15
18	Laboratório de Desenho	Ensino	Técnico de Mecânica Integrado	20
19	Laboratório de Motores e Refrigeração	Ensino e Extensão	Técnico de Mecânica Subsequente	8
Laboratórios do Curso Técnico de Meteorologia (COLABMET)				
Nº	Nome e Local	Objetivo	Cursos atendidos	Capacidade (pessoas)
20	Laboratórios do Curso Técnico de Meteorologia (COLABMET)	Ensino, Pesquisa e Extensão	Meteorologia	30
Laboratórios da Coordenação do Curso Técnico de Telecomunicações (COORDTEL)				
Nº	Nome e Local	Objetivo	Cursos atendidos	Capacidade (pessoas)
21	Laboratório de Fibras Ópticas	Ensino e Extensão	Técnico de Telecomunicações Integrado ao Ensino Médio Técnico de Telecomunicações Subsequente ao Ensino Médio Cursos de Extensão	20
22	Laboratório de Cabeamento Estruturado e Redes de Computadores	Ensino e Extensão		20
23	Laboratório de Redes Avançadas	Ensino e Extensão		20
24	Laboratório de Informática	Ensino e Extensão	Técnico de Telecomunicações Integrado ao Ensino Médio Técnico de Telecomunicações Subsequente ao Ensino Médio Outros Cursos Técnicos Eng. Ambiental Cursos de Extensão	20
25	Laboratório Maker de IoT	Ensino e Extensão	Técnico de Telecomunicações Integrado ao Ensino Médio Técnico de Telecomunicações Subsequente ao Ensino Médio Cursos de Extensão	20
26	Laboratório de Eletricidade e Eletrônica	Ensino e Extensão		20
27	Laboratório de Antenas	Ensino e Extensão		20
28	Laboratório de TV Digital e Streaming	Ensino e Extensão		20
Laboratórios da Coordenação de Curso Técnico de Segurança do Trabalho (COORDSEG)				
Nº	Nome e Local	Objetivo	Cursos atendidos	Capacidade (pessoas)
29	Informática	Ensino, Pesquisa, Extensão e Estágio	Segurança do Trabalho; Matemática	22
30	Higiene do Trabalho e Elétrica	Ensino	Segurança do Trabalho; Curso da NR 10 (projeto de Ensino)	22



31	Saúde e Primeiros Socorros	Ensino e Extensão	Segurança do Trabalho; Curso da NR-10 (projeto de ensino) Defesa Civil (futuro)	25
32	EPI/EPC	Ensino	Segurança do Trabalho; Mecânica Administração (graduação)	25
33	Prevenção e combate a Incêndio e Explosão	Ensino e Extensão	Segurança do Trabalho; Mecânica Defesa Civil (futuro) Administração (graduação) Curso da NR 10 (projeto de Ensino) Prevencionista (projeto de extensão)	22
Laboratórios da Coordenação do Curso Técnico de Eletrotécnica (COORDEL)				
Nº	Nome e Local	Objetivo	Cursos atendidos	Capacidade (pessoas)
34	Laboratório de Eletrônica Laboratório 2.3 Pavilhão 6 –Sala P6-203	Ensino	Eletrotécnica	12
35	Laboratório de Simulação Laboratório 2.4 Pavilhão 6 – Sala P6-204	Ensino e Extensão		12
36	Laboratório de Simulação Laboratório 2.5 Pavilhão 6 – Sala P6-205	Ensino e Extensão		12
37	Laboratório de Acionamentos Laboratório 2.6 Pavilhão 6 – Sala P6-206	Ensino	Eletrotécnica Engenharia de Controle e Automação	12
38	Laboratório de Fontes de Energia Laboratório 2.7 Pavilhão 6 – Sala P6-207	Ensino e Extensão	Eletrotécnica	10
39	Laboratório de Máquinas Elétricas Laboratório 1.2 Pavilhão 6 – Sala P6-102	Ensino	Eletrotécnica Engenharia Elétrica	12
40	Laboratório de Medidas Elétrica Laboratório 1.3 Pavilhão 6 – Sala P6-103	Ensino	Eletrotécnica Engenharia Elétrica	12
41	Laboratório de Alta Tensão Laboratórios 1.4 e 1.5 Pavilhão 6 – Salas P6-104 e P6-105	Ensino		12
42	Laboratório de Eletrônica de Potência Laboratório 1.6 Pavilhão 6 – Sala P6-106	Ensino		12



43	Laboratório de Instalações Elétricas Laboratório 1.7 Pavilhão 6 – Sala P6-107	Ensino	Eletrotécnica	12
44	Laboratório de Instalações Elétricas de Baixa Tensão Laboratório 1.8 Pavilhão 6 – Sala P6-108	Ensino		16
45	Laboratório de Acionamentos Elétricos Laboratório 1.9 Pavilhão 6 – Sala P6-109	Ensino	Eletrotécnica Engenharia Mecânica	12
46	Laboratório de Máquinas Sala B-213	Ensino e Extensão	Eletrotécnica	12
47	Laboratório de Projetos Laboratório 1.0 Pavilhão 6 –Sala P6-1.0	Extensão	Eletrotécnica	6
Laboratórios da Coordenação do Curso Técnico de Eletrônica (COORDELT)				
Nº	Nome e Local	Objetivo	Cursos atendidos	Capacidade (pessoas)
48	Setor de Circuito Impresso	Ensino e Extensão	Técnico de Eletrônica (Integrado e Subsequente)	12
49	Setor de Montagem 1	Ensino e Extensão		18
50	Setor de Montagem 2	Ensino e Extensão		12
51	Setores de Medidas 1	Ensino e Extensão		15
52	Setores de Medidas 2	Ensino e Extensão		15
53	Setores de Medidas 3	Ensino e Extensão		15
54	Setor de Redes e Multimídia	Ensino e Extensão		15
55	Setor de Hardware	Ensino e Extensão		18
56	Setor de Projetos	Pesquisa e Extensão		10
57	Setor de Software	Ensino e Extensão		18
58	Setor de Telecomunicações	Ensino e Extensão		12
Laboratórios da Coordenação do Curso Técnico de Informática (COORDINFO)				
Nº	Nome e Local	Objetivo	Cursos atendidos	Capacidade (pessoas)
59	Laboratório de Informática Pavilhão 1 – Sala PI-101	Ensino e Extensão	Técnico de Informática Integrado Bacharelado em Ciência da Computação Eng. Produção Eng. Telecomunicações	40
60	Laboratório de Informática Pavilhão 1 – Sala PI-102	Ensino e Extensão	Técnico de Informática Integrado Bacharelado em Ciência da Computação Eng. Elétrica	40



61	Laboratório de Informática Pavilhão 1 – Sala P1-103	Ensino e Extensão	Técnico de Informática Integrado Bacharelado em Ciência da Computação Eng. Produção Eng. Ambiental	40
62	Laboratório de Informática Pavilhão 1 – Sala P1-104	Ensino e Extensão	Técnico de Informática Integrado Bacharelado em Ciência da Computação Eng. Eletrônica Eng. Mecânica Eng. Automação Física Eng. Civil	40
63	Laboratório de Informática Pavilhão 1 – Sala P1-201	Ensino e Extensão	Bacharelado em Ciência da Computação Eng. Eletrônica Eng. Elétrica Física	30
64	Laboratório de Pesquisa (PPCIC) Pavilhão 1 – Sala P1-106	Pesquisa e Extensão	Mestrado em Ciência da Computação Técnico de Informática Integrado Bacharelado em Ciência da Computação	20
65	Laboratório de Pesquisa (PPCIC) Pavilhão 1 – Sala P1-202	Ensino, Pesquisa e Extensão	Mestrado em Ciência da Computação Técnico de Informática Integrado Bacharelado em Ciência da Computação	20
Laboratórios da Coordenação do Curso Técnico de Construção Civil				
Nº	Nome e Local	Objetivo	Cursos atendidos	Capacidade (pessoas)
66	Pavilhão 2 – Sala P-224	Ensino	Técnico em Edificações Técnico em Estradas	18
67	Pavilhão 2 – Sala P-225	Ensino		20
Laboratórios da Coordenação do Curso Técnico de Administração e Eventos				
Nº	Nome e Local	Objetivo	Cursos atendidos	Capacidade (pessoas)
68	Sala B-209	Ensino	Técnico em Administração Técnico em Eventos	23

Fonte: DEMET, 2025.



9.3. Bibliotecas



Angra dos Reis



Itaguaí



Maria da Graça



Maracanã



Nova Friburgo



Nova Iguaçu



Petrópolis



Valença



O Sistema de Bibliotecas do Cefet/RJ foi estabelecido pela Portaria nº 420, de 27 de agosto de 2007 e, atualmente, é composto pela Biblioteca Central, no Maracanã, subordinada à Direção Geral, com equipe de 8 bibliotecários-documentalistas, e pelas bibliotecas dos *campi* de Angra dos Reis, Maria da Graça, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis e Valença, com equipe de 2 bibliotecários-documentalistas cada, e de Itaguaí, com 1 bibliotecária-documentalista, vinculadas às respectivas Gerências Acadêmicas.

As bibliotecas do Cefet/RJ têm como objetivo facilitar o acesso à informação e promover sua disseminação, colaborando na produção do conhecimento e apoiando as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Nos próximos subcapítulos, serão detalhadas as informações sobre a estrutura física, o acervo e os serviços oferecidos pelas bibliotecas dos *campi*.

9.3.1. Estrutura Física

A infraestrutura do Sistema de Bibliotecas deve atender às necessidades institucionais, oferecendo espaços individuais e coletivos para estudos e recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo. Todas as bibliotecas contam com estações individuais e coletivas para estudo, variando em quantidade e tamanho em função do tamanho de cada *campus* e o número de usuários que atende. Os espaços têm acesso à internet Wi-fi e são climatizados, com iluminação em LED.

As bibliotecas dos *campi* são interligadas, permitindo o compartilhamento das obras via sistema de bibliotecas, denominado Sophia, que permite a verificação online e em tempo real de todas as atividades de empréstimo, devolução, estatísticas, registro catalográfico, consulta ao acervo, cadastro de usuários, reserva de materiais, nada consta, cobrança, entre outros. O catálogo pode ser acessado pelos usuários via Internet, por meio do site do Cefet/RJ ou diretamente em uma das bibliotecas. Além disso, as bibliotecas possuem antena com sistema antifurto e tecnologia eletromagnética e câmera de segurança no espaço onde se localizam as mesmas. A infraestrutura básica do Sistema de Bibliotecas pode ser conferida na Tabela 22.

Tabela 22: Infraestrutura básica das bibliotecas

CAMPUS	ANG	ITA	MAR	M. GRA	N. FRIB	N. IGUA	PET	VAL
Área total da biblioteca (m²)	144,71	153,49	1.390,00	96,43	450,00	360,00	240,00	93,35
Quantitativo de assentos	82	50	57	10	102	45	95	19
Quantitativo de banheiros	0	0	4	0	2	0	3	0
Quantitativo de bebedouros	0	0	1	0	2	0	1	0
Quantitativo de cabine/espço individual de estudo	24	8	5	9	30	10	20	15
Quantitativo de sala de estudo em grupo	2	1	2	0	4	0	2	1
Quantitativo de mesa de estudo em grupo	10	10	24	0	10	0	8	4
Quantitativo de guarda volumes	56	50	64	12	64	72	30	36
Quantitativo de computadores para pesquisa	7	5	3	1	8	4	25	12
Quantitativo de sala de processamento técnico	1	1	1	1	1	1	1	1
Quantitativo de sistema de segurança antifurto	0	1	1	1	0	1	1	1
Quantitativo de computador para uso administrativo	2	4	11	4	5	6	5	3
Quantitativo de impressora	1	1	2	2	1	1	2	1
Quantitativo de impressora para emissão de cupom	0	2	4	2	2	3	3	1
Quantitativo de terminais de consulta	0	1	3	1	8	1	2	7
Quantitativo de escaninho	0	4	0	5	0	0	30	0
Quantitativo de extintores de incêndio	3	1	6	1	4	0	10	3

Fonte: Sistema de Bibliotecas do Cefet/RJ, 2024.

LEGENDAS		
Pleno ou Excelente: AZUL	Suficiente: VERDE	Inexistente ou Insuficiente: LARANJA
ANG – Angra dos Reis	M. GRA – Maria da Graça	PET – Petrópolis
ITA – Itaguaí	N. FRIB – Nova Friburgo	VAL – Valença
MAR – Maracanã	N. IGUA – Nova Iguaçu	



Ademais, o Sistema de Bibliotecas do Cefet/RJ deve fornecer acessibilidade e condições para atendimento educacional especializado, a fim de promover o desenvolvimento de estratégias de aprendizagem para alunos com alguma deficiência ou redução de mobilidade, garantindo sua inclusão, permanência e desenvolvimento no meio acadêmico e social e na utilização do espaço da própria biblioteca.

Como exemplo, a Biblioteca Central possui, em suas dependências, um espaço de atendimento às necessidades de tais alunos, em parceria com o Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). O local conta ainda com um computador equipado com software de tecnologia assistiva para pessoas com deficiência visual, pequeno acervo em braille e uma mesa para atividades em geral. O Quadro 34 apresenta informações sobre as atuais condições de acessibilidade das bibliotecas dos *campi*.

LEGENDAS		
ANG	M. GRA	PET
Angra dos Reis	Maria da Graça	Petrópolis
ITA	N. FRIB	VAL
Itaguaí	Nova Friburgo	Valença
MAR	N. IGUA	
Maracanã	Nova Iguaçu	

Quadro 34: Condições de acessibilidade das bibliotecas

CAMPUS	ANG	ITA	MAR	M. GRA	N. FRIB	N. IGUA	PET	VAL
Banheiros e lavabos acessíveis?	Não	Não necessita	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Bebedouros acessíveis?	Não	Não necessita	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Entrada / saída com vão livre acessível para a circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida?	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Espaço para atendimento acessível?	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Mobiliário acessível?	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Rampa de acesso com corrimão?	Não	Não necessita	Não	Sim	Não necessita	Não	Sim	Não
Sinalização tátil?	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Sinalização sonora?	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não necessita	Não
Sinalização visual?	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não
Ambientes acessíveis para a movimentação / deslocamento / circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida?	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Equipamento eletromecânico (elevadores, esteiras rolantes, entre outros)?	Não	Não necessita	Sim	Não	Não necessita	Não	Sim	Não
Serviços de impressão em braille?	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Leitores de tela para pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão) e teclado virtual?	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
Sítios, plataformas e programas acessíveis para que pessoas com deficiência naveguem e utilizem os serviços oferecidos com autonomia?	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não
Acervo em formato acessível para pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão)?	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
Disponibiliza atendimento em Língua Brasileira de Sinais (Libras)?	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
A biblioteca possui iluminação adequada?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Sistema de Bibliotecas do Cefet/RJ, 2024.



Para atender plenamente os estudantes, além do acervo, é necessária uma estrutura mínima de pessoal para garantir o funcionamento contínuo durante o período letivo. Os horários de atendimento das bibliotecas são ajustados para cobrir todos os turnos de funcionamento de cada *campus*, conforme a Quadro 35.

Quadro 35: Horário de funcionamento e quadro de funcionários das bibliotecas

CAMPUS	ANG	ITA	MAR	M. GRA	N. FRIB	N. IGUA	PET	VAL
Horário de funcionamento	8h às 18h	9h às 21h	9h às 21h	9h às 18h	9h às 21h	9h às 20h	9h às 21h	9h às 18h
Quantitativo de bibliotecário	2	0	7	2	2	2	2	2
Quantitativo de auxiliar de biblioteca	0	1	0	1	0	0	0	1
Quantitativo de auxiliar em administração	0	0	0	0	0	1	0	0
Quantitativo de assistente administrativo	0	2	1	1	2	1	2	0
Quantitativo de terceirizado	1	0	2	0	0	0	1	0
Quantitativo de outros (servidores efetivos)	0	1	2	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Bibliotecas do Cefet/RJ, 2025.

LEGENDAS

ANG – Angra dos Reis
ITA – Itaguaí
MAR – Maracanã

M. GRA – Maria da Graça
N. FRIB – Nova Friburgo
N. IGUA – Nova Iguaçu

PET – Petrópolis
VAL – Valença



9.3.2. Acervo

As bibliotecas dos *campi* do Cefet/RJ são interligadas pelo sistema Sophia, que facilita o compartilhamento de obras e permite a verificação online e em tempo real de todas as atividades relacionadas ao acervo. Esse sistema oferece diversas funcionalidades, como empréstimo, devolução, estatísticas, registro catalográfico, consulta ao acervo, cadastro de usuários, reserva de materiais, entre outras. O catálogo está acessível via internet, tanto pelo site do Cefet/RJ quanto diretamente em uma das bibliotecas, garantindo praticidade e eficiência no acesso à informação.

Atendendo ao público interno e às comunidades nas quais estão inseridas, atualmente, as bibliotecas contam com um acervo de mais de 79 mil exemplares de livros (material permanente), periódicos, folhetos, obras de referência, CD-ROMs, DVDs, normas e trabalhos acadêmicos (trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações e teses).

9.3.2.1. Quantitativo de acervo por biblioteca

O acervo físico das bibliotecas do Cefet/RJ é composto principalmente por obras de referência, literárias e pelas bibliografias presentes nos projetos pedagógicos dos cursos ofertados por cada *campus*. Além de exemplares de periódicos físicos, as bibliotecas oferecem acesso ao Portal de Periódicos da CAPES. Cada biblioteca deve disponibilizar toda a bibliografia básica e complementar dos cursos ofertados, atendendo às exigências do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) para cursos superiores.

A seguir, é apresentado o detalhamento quantitativo do acervo de cada biblioteca do Cefet/RJ, destacando a adequação dos recursos às necessidades acadêmicas.

Quadro 36: Quantitativo do acervo das bibliotecas e recursos oferecidos

CAMPUS	ANG	ITA	MAR	M. GRA	N. FRIB	N. IGUA	PET	VAL
Quantitativo de Títulos de livros impressos	1.043	1.597	10.231	1.150	2.789	4.068	1.136	1.887
Quantitativo de títulos de livros eletrônicos	Biblioteca Virtual Pearson	Biblioteca Virtual Pearson	Biblioteca Virtual Pearson	Biblioteca Virtual Pearson	Biblioteca Virtual Pearson	Biblioteca Virtual Pearson	184 + Biblioteca Virtual Pearson	Biblioteca Virtual Pearson
Quantitativo de Títulos de periódicos impressos	10	24	0	0	0	0	0	89
Quantitativo de Títulos de periódicos eletrônicos	Portal de Periódicos CAPES	Portal de Periódicos CAPES	Portal de Periódicos CAPES	Portal de Periódicos CAPES	Portal de Periódicos CAPES	Portal de Periódicos CAPES	Portal de Periódicos CAPES	Portal de Periódicos CAPES
Quantitativo de Títulos de outros materiais	121	308	2.258	53	473	922	258	352
Participante do Portal de Periódicos CAPES?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Assinante outra base de dados?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Utiliza ferramenta de busca integrada?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Repositório Institucional	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Possui catálogo online de serviço público?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Existe uma política de aquisição e atualização do acervo aprovada pelo NDE?	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
A base de dados da biblioteca está atualizada?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Possui a bibliografia básica e complementar indicada nos projetos pedagógicos dos cursos?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não*	Sim
A biblioteca acompanha as mudanças nas matrizes curriculares dos cursos?	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Possui catálogos disponíveis para o público? (que siga regras de catalogação sugeridas pelo MEC)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Oferece serviços pela internet?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Utiliza redes sociais?	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim

*Obs.: Depois da tragédia de 2022, a bibliografia está sendo disponibilizada aos poucos.

Fonte: Sistema de Bibliotecas do Cefet/RJ, 2024.

LEGENDAS

ANG – Angra dos Reis
ITA – Itaguaí
MAR – Maracanã

M. GRA – Maria da Graça
N. FRIB – Nova Friburgo
N. IGUA – Nova Iguaçu

PET – Petrópolis
VAL – Valença



9.3.2.2. Planejamento de atualização e ampliação do acervo acadêmico

O Sistema de Bibliotecas do Cefet/RJ mantém uma política contínua de aquisição de materiais bibliográficos, realizada por meio de compras e doações, de acordo com os regulamentos específicos de cada *campus*. O objetivo é manter o acervo atualizado, alinhado às recomendações do Ministério da Educação (MEC) para os currículos dos cursos oferecidos, assegurando assim a relevância pedagógica dos recursos disponíveis. Cada biblioteca segue suas políticas individuais de desenvolvimento de coleções, onde são estabelecidos critérios tanto qualitativos quanto quantitativos para a seleção de materiais, visando otimizar os recursos disponíveis e planejar a expansão do acervo conforme previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024.

A atualização do acervo é uma responsabilidade conjunta dos centros de custo do Cefet/RJ, das coordenações de cursos e das bibliotecas dos *campi*, que colaboram na aquisição de materiais bibliográficos para atender às demandas dos cursos de ensino médio técnico, graduação e pós-graduação. Recursos adicionais para atualização do acervo podem ser obtidos por meio de agências de fomento que apoiam pesquisas através de projetos específicos. As solicitações de compra de livros são reunidas em conjunto pela biblioteca, pela Diretoria de Ensino (DIREN) e pela Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG), levando em consideração as atualizações nos Planos Pedagógicos de Cursos, a implementação de novos cursos e as demandas dos colegiados.

Outra forma de enriquecimento do acervo é por meio de doações, desde que os materiais doados estejam em boas condições físicas e sejam relevantes para o acervo da biblioteca. As doações são avaliadas com base em critérios como pertinência, atualidade e estado de conservação. A Comissão de Assuntos Sistêmicos do Sistema de Bibliotecas trabalha continuamente no planejamento de orientações para subsidiar as atualizações dos Planos Pedagógicos de Cursos e na preparação de relatórios de adequação do Núcleo Docente Estruturante (NDE), visando manter o acervo atualizado e equilibrado entre materiais impressos e assinaturas de bases de e-books, além de garantir a infraestrutura tecnológica necessária para os serviços oferecidos.

Tabela 23: Projeção de evolução do acervo bibliográfico no período de 2025 a 2029 por *campus*

	ATUAL		PROJETO DE AMPLIAÇÃO			
Sede Maracanã	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Títulos	10.300	10.815	11.356	11.924	12.520	13.146
Exemplares	26.807	28.148	29.556	31.034	32.586	34.215
Periódicos	0	0	0	0	0	0
Angra dos Reis	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Títulos	1.043	1.053	1.074	1.106	1.139	1.173
Exemplares	3.231	3.263	3.328	3.428	3.531	3.637
Periódicos	10	10	10	10	10	10
Itaguaí	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Títulos	1.597	1.612	1.645	1.694	1.745	1.797
Exemplares	5.251	5.408	5.733	6.249	6.811	7.424
Periódicos	24	24	24	24	24	24
Maria da Graça	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Títulos	1.112	1.150	1.168	1.180	1.200	1.215
Exemplares	3.186	3.207	3.270	3.282	3.302	3.317
Periódicos	0	0	0	0	0	0
Nova Friburgo	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Títulos	2.860	2.945	3.034	3.125	3.218	3.315
Exemplares	9.782	9.879	9.978	10.078	10.179	10.280
Periódicos	0	0	0	0	0	0
Nova Iguaçu	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Títulos	3.959	4.157	4.323	4.495	4.630	4.770
Exemplares	15.393	15.700	16.032	16.376	16.646	16.926
Periódicos	0	0	0	0	0	0
Petrópolis	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Títulos	1.136	1.192	1.252	1.327	1.420	1.519
Exemplares	2.526	2.652	2.784	2.952	3.158	3.379
Periódicos	0	0	0	0	0	0
Valença	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Títulos	1.969	1.988	2.028	2.069	2.110	2.173
Exemplares	4.386	4.429	4.518	4.608	4.701	4.842
Periódicos	89	90	91	93	95	98

Fonte: Sistema de Bibliotecas do Cefet/RJ, 2024.



9.3.2.3. Projeto de Repositório Institucional

O repositório institucional do Cefet/RJ será implementado através de um processo gradativo, contemplando eventualmente toda a produção técnica, científica e acadêmica da instituição. Esta iniciativa estratégica tem como objetivo a coleta sistemática, o tratamento especializado e a divulgação eficiente do material intelectual, potencializando de maneira expressiva a visibilidade e o alcance dos conteúdos que serão depositados no sistema. A etapa inicial de implantação abrange uma série de procedimentos estruturais fundamentais, começando pela elaboração da especificação do serviço, documentação técnica e normativas, seguida pela instalação e configuração da plataforma especializada nos servidores institucionais e pela definição da arquitetura organizacional de comunidades e coleções implementadas na plataforma. Este modelo será aplicado de forma abrangente em todos os cursos oferecidos pelo Cefet/RJ, com especial atenção à documentação e preservação dos diversos trabalhos acadêmicos, incluindo trabalhos de conclusão de curso de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas no âmbito da instituição.

A complexa estruturação técnica e operacional do repositório compreende a definição e padronização dos metadados específicos para cada categoria e tipologia documental, o estabelecimento de políticas institucionais de funcionamento que contemplem e respeitem as particularidades de cada tipo de documento e os direitos autorais envolvidos, além de treinamento de equipe operacional. Será conduzido um levantamento quantitativo dos trabalhos acadêmicos disponíveis em formato digital, acompanhado por uma série de treinamentos especializados destinados a capacitar a equipe técnica na criação dos metadados, bem como nas técnicas avançadas de indexação dos documentos, assegurando assim a máxima qualidade, confiabilidade e recuperabilidade do material disponibilizado na plataforma.

O fluxo processual de submissão e incorporação dos conteúdos será meticulosamente definido e documentado, incluindo a elaboração dos termos de autorização e de declaração de distribuição não exclusiva, documentos essenciais para a publicação legal e segura dos diversos materiais acadêmicos no repositório institucional do Cefet/RJ. Após a implementação, as atividades de inserção dos documentos e seus respectivos metadados descritivos serão realizadas periodicamente para o acompanhamento sistemático e avaliação contínua das atividades desenvolvidas pela equipe envolvida na execução do projeto. Como etapa conclusiva desta fase inicial, será realizada uma avaliação das dificuldades encontradas. A implementação completa deste repositório representa um passo decisivo e fundamental no processo de transformação digital do Cefet/RJ, contribuindo significativamente para consolidar a instituição como uma entidade educacional completamente digitalizada, alinhada com as mais modernas tendências tecnológicas e acadêmicas do século XXI.

9.3.3. Serviços

Empréstimo e consulta ao acervo



O acesso ao material bibliográfico é aberto a toda comunidade e o empréstimo é permitido aos discentes e servidores do Cefet/RJ, à comunidade externa é permitido somente a consulta local. A Biblioteca está automatizada com o software Sophia Biblioteca que permite o cadastro de usuário e materiais bibliográficos, relatórios estatísticos e gerenciais, gerenciamento de aquisições, consulta on-line ao acervo, renovações, reservas, histórico de circulações, entre outras funcionalidades necessárias para o gerenciamento do acervo.

O sistema de Bibliotecas do Cefet/RJ oferece ainda modalidades especiais de empréstimo como empréstimo domiciliar e especial e empréstimo entre bibliotecas.

Acesse o [catálogo online do sistema de Bibliotecas do Cefet/RJ](#).





Biblioteca Virtual



O Cefet/RJ, em cumprimento às metas do PDI 2020-2024, assinou a base de dados de livros eletrônicos Pearson Education, disponibilizando mais de 16 mil e-books gratuitos à comunidade acadêmica. O serviço está disponível para estudantes e servidores da instituição, com acesso pelo site registro.cefet-rj.br ou pelo site plataforma.bvirtual.com.br.

Normalização bibliográfica e elaboração de ficha catalográfica

As bibliotecas oferecem orientação para normalização bibliográfica, além de elaborarem as fichas catalográficas dos diversos documentos produzidos na instituição. Os prazos e procedimentos são estabelecidos pelas bibliotecas de cada *campus*.

Emissão de Nada Consta

Em caso de formatura, trancamento de matrícula ou desligamento da instituição, a Certidão negativa de débitos (nada consta) da Biblioteca é um item obrigatório. A emissão do nada consta pode ser realizada diretamente pelo sistema Sophia ou solicitando diretamente a uma das bibliotecas. Saiba como solicitar este serviço por meio [deste manual](#).

Para saber mais sobre esses serviços acesse a página da biblioteca de seu *campus* por meio da [página do Sistema de Bibliotecas do Cefet/RJ](#).

Portal de Periódicos CAPES



Toda comunidade acadêmica do Cefet/RJ, servidores e discentes, tem acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, que oferece mais de 38.000 títulos com texto completo, 134 bases referenciais de diversas áreas do conhecimento, 11 bases dedicadas a patentes, além de livros, enciclopédias, obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

Acesse o [portal de periódicos da CAPES](#).

Target gedweb



A Target Gedweb é uma base de dados com mais de 500 mil documentos, composto por Normas ABNT NBR/NM, Documentos Regulatórios de agências federais, Diários Oficiais da União, dos Estados e Municípios, Regulamentos Técnicos do INMETRO, procedimentos do Ministério da Saúde e muito mais.

Saiba como [acessar a Target gedweb](#).

As Bibliotecas têm buscado identificar as necessidades informacionais dos usuários no que tange ao suporte em atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, aprimorando os serviços de forma inovadora garantindo acesso e disseminação da informação a partir de diferentes serviços prestados e através de diversos suportes.



9.4. Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

9.4.1. Estrutura administrativa e de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação TIC no Cefet/RJ

O Departamento de Tecnologia da Informação (DTINF), subordinado à Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES), é responsável pelo planejamento, execução e acompanhamento das ações de tecnologia da informação no *campus* Maracanã (sede) do Cefet/RJ. Dentre as principais competências do DTINF destacam-se:

- prover e gerir serviços de TIC, por meio do apoio operacional e coordenação do processo de utilização dos recursos de hardware, software, redes de dados e voz;
- planejar, coordenar e controlar as atividades relacionadas à Tecnologia da Informação no Cefet/RJ, efetuadas diretamente pelo Departamento, ou por meio da contratação de serviços de terceiros, dentro de padrões, projetos e processos previamente descritos e alinhados estrategicamente com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- coordenar e participar da elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) e suas revisões, em conjunto com os demais *campi* do Cefet/RJ;
- planejar o desenvolvimento de tecnologia de captação e disseminação de informações, com vistas ao aperfeiçoamento dos sistemas de informações do Cefet/RJ, bem como a infraestrutura física e lógica (dados);
- participar da elaboração e acompanhamento do orçamento inerente às rubricas que digam respeito às atividades de TIC no âmbito do Cefet/RJ;
- prestar apoio técnico aos demais *campi* do Cefet/RJ na implantação de sistemas de informação, inclusive propondo normas de utilização dos recursos computacionais; e
- propor à área de gestão de pessoas o plano anual de trabalho, treinamento, desenvolvimento e educação dos funcionários de TIC e acompanhar a sua execução.

Nos demais *campi*, a equipe de TI é lotada no Setor de Informática (SINFO), que é subordinado às Gerências Administrativas de cada *campus*. As SINFOS atual no provimento de serviços de TIC, compreendendo atividades como elaboração de estudos e implantação de projetos; manutenção e configuração de servidores, switches e roteadores; instalação, gerenciamento e manutenção da rede de dados; configuração do firewall e demais serviços de rede; manutenção e suporte de computadores; manutenção e suporte de impressoras; configuração de central telefônica e instalação de ramais; especificações de equipamentos de TIC, controle de qualidade dos materiais recebidos e processos de compras.

Em sua estrutura organizacional, o Cefet/RJ conta com dois comitês de apoio na tomada de decisões na área de TIC:

- Comitê de Governança, Desenvolvimento Digital, Riscos e Controles (CG-DDRC). O CGDDRC é o órgão colegiado permanente de natureza deliberativa, de caráter estratégico e normativo, que tem como finalidade estabelecer políticas, diretrizes e a adoção de medidas para a sistematização de práticas relacionadas à governança, desenvolvimento digital, gestão de riscos e controles internos no âmbito do Cefet/RJ; e
- Comitê Gestor de Segurança e Tecnologia da Informação (CGSTI) – órgão colegiado, de caráter permanente, de natureza consultiva e propositiva; e deliberativa exclusivamente sobre as normas internas de segurança da informação, e tem a finalidade de colaborar nas políticas e ações do Cefet/RJ na área de Segurança e Tecnologia da Informação.

A seguir é explicitada uma tabela que contém a relação do número de servidores por cargos desta área em cada *campus* do Cefet/RJ.

Tabela 24: Quantitativo de funcionários – DTINF e SINFOS

CAMPUS	ANG	ITA	MAR (DTINF)	M. GRA	N. FRIB	N. IGUA	PET	VAL
Quantitativo de analistas de TI	0	0	5	0	0	0	0	0
Quantitativo de técnicos de TI	2	2	11	1	3	3	2	2
Quantitativo de tecnólogos de TI	0	0	5	0	0	0	0	0
Quantitativo de técnicos de laboratório / TIC	0	0	3	1	0	1	0	0
Assistente em Administração	0	0	4	0	1	2	0	0
Quantitativo de funcionários de outros cargos fora da área de TI	0	0	3	0	1	0	0	0
Total	2	2	31	2	5	6	2	2

Fonte: SUAP, 2025.

LEGENDAS		
ANG – Angra dos Reis	M. GRA – Maria da Graça	PET – Petrópolis
ITA – Itaguaí	N. FRIB – Nova Friburgo	VAL – Valença
MAR – Maracanã	N. IGUA – Nova Iguaçu	

9.4.2. Serviços e sistemas

As soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação desenvolvidas/mantidas pelo Cefet/RJ estão alinhadas com as necessidades de TIC constantes no planejamento do órgão e de TIC, formalizadas no Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (PCTIC), de acordo com o que dispõe a [Instrução Normativa nº 31, de 23 de março de 2021](#). Tais recursos são essenciais para garantir a viabilidade das atividades administrativas e acadêmicas.

Atualmente, o Cefet/RJ oferece cerca de 47 serviços, dentre os quais podemos destacar os listados a seguir.

Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP



Projeto de código aberto idealizado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), implementado no Cefet/RJ desde 2022 para a criação, tramitação e acompanhamento de documentos e processos no formato eletrônico. O sistema permite ainda realizar ações como compartilhar e solicitar assinaturas em documentos, solicitar revisão e anexar páginas a processos, entre outras. Atualmente, além do módulo de Documentos/Processos, são utilizados os módulos de Pesquisa, Programa de Gestão 2.0 e algumas funcionalidades do módulo de Gestão de Pessoas, como a homologação da folha de ponto.



Sistema de Informações para o Ensino – SIE



O sistema acadêmico adotado pela instituição é o Sistema de Informações para o Ensino (SIE) que é mantido com suporte da empresa AVMB. O sistema permite a gestão de recursos humanos e do Registro Acadêmico (cadastrando disciplinas, cursos, docentes, currículos, discentes, entre outros).

Sophia – Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas



Sistema para automação, gerenciamento e empréstimos de coleções e acervos bibliográficos que disponibiliza na web pesquisa do acervo disponível nas bibliotecas do instituto. Além da pesquisa do acervo, reserva e renovação de empréstimo, também é possível realizar emissão de certidão de nada consta por meio do [Sophia](#).

SGC- Sistema de Gestão de Concursos

É uma ferramenta eletrônica, desenvolvida pelo IFRN, que auxilia na organização e promoção de concursos públicos. Atualmente, é utilizada pelo Cefet/RJ para gestão de concursos para servidores e para ingresso de alunos. O sistema pode ser acessado pelo link <https://processoseletivo.cefet-rj.br/>.

Registro Cefet/RJ

O [Sistema de Registro](#) é um sistema web de gestão da identidade digital dos servidores e alunos do Cefet/RJ para acesso aos sistemas de informação institucionais. Através do uso desta ferramenta, é possível visualizar e editar o e-mail pessoal, redefinir a senha, acessar o e-mail institucional e acessar os sistemas cujas permissões contemplem seu usuário ou grupo a que pertence. O serviço deve ser usado para fins estritamente institucionais, sendo respeitada a [Política de Segurança da Informação e da Comunicação do Cefet/RJ](#). Podem solicitar o serviço: servidores docentes e técnico-administrativos e alunos do Cefet/RJ.

Sistema de chamados

O [sistema de chamados](#) é uma plataforma de atendimento que centraliza as solicitações, esclarecimentos, reclamações e registros de problemas relacionados aos produtos e serviços da instituição. A cada solicitação é atribuído um número de chamado que pode ser usado para acompanhar o progresso do atendimento. A troca de mensagens entre solicitante e o responsável pelo serviço é realizada por meio do sistema e notificações são encaminhadas por e-mail.

Federação CAFe



A Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) é um programa mantido e disponibilizado pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) que reúne instituições de ensino e pesquisa brasileiras. Através da CAFe, um usuário mantém todas as suas informações na instituição de origem e pode acessar serviços oferecidos pelas instituições que participam da federação. No caso do Cefet/RJ, os usuários podem acessar a comunidade utilizando o CPF e senha de acesso ao Registro Cefet/RJ.



Microsoft Office

Com o contrato da *Microsoft*, além do e-mail institucional, alunos e servidores tiveram direito a todos aplicativos e serviços do pacote *Office 365*. Atualmente, uma das principais ferramentas utilizadas para a comunicação institucional e nas atividades de ensino é o *Microsoft Teams*. No mais, há outros recursos amplamente utilizados pela comunidade acadêmica, como *Onedrive* que possibilita o compartilhamento de arquivos e o *Microsoft Stream*, que possibilita a publicação de vídeoaulas.

Portal institucional

[Página institucional](#) que provê informações gerais sobre a instituição, cursos, notícias e links para acesso a serviços/sistemas institucionais.

Eduroam



O eduroam (education roaming) é um serviço de acesso sem fio seguro, desenvolvido para a comunidade internacional de educação e pesquisa. Permite aos estudantes, docentes, investigadores e colaboradores institucionais, o acesso seguro à internet através do seu login institucional em qualquer entidade participante no eduroam. As tecnologias usadas na rede eduroam são seguras e garantem a privacidade dos dados do usuário, o que significa que o eduroam não utiliza mecanismos de autenticação baseados em portais web e que o usuário não tem a necessidade de inserir seu usuário e senha em formulários online inseguros. Com o eduroam, você se conecta à rede Wi-Fi da instituição ou de qualquer localidade do mundo, desde que haja pontos de acesso.

Biblioteca Virtual

Em 2022, Cefet/RJ fez a aquisição da Biblioteca Virtual junto a editora Pearson e, com isso, passou a oferecer gratuitamente aos estudantes, por meio eletrônico, um vasto catálogo de livros de conteúdos administrados em diversas disciplinas pelos docentes. O acesso pode ser feito de duas formas: pelo site registro.cefet-rj.br, após fazer o *login*, clicar no botão “Biblioteca Virtual Pearson”; ou pelo site plataforma.bvirtual.com.br, em que o *login* será o e-mail institucional e a senha deverá ser redefinida no primeiro acesso, clicando em “Esqueci minha senha”.

Portal Integra



A Rede Integra é composta por Instituições de Ciência e Tecnologia que utilizam o [Portal Integra](#) como plataforma de Gestão da Inovação. Por meio desta ferramenta é possível consultar, em um único lugar, as competências e expertises de todos os servidores, as tecnologias e patentes disponíveis para transferência bem como a infraestrutura de apoio à projetos de inovação e desenvolvimento tecnológico das instituições que fazem parte da rede.

Portal do aluno

O [Portal do aluno do Cefet/RJ](#) é uma aplicação *web* que disponibiliza aos seus usuários várias funcionalidades com relação à vida acadêmica do aluno. Possibilita que o aluno realize suas matrículas, visualize suas notas e quadro de horários, imprima relatórios pertinentes à sua vida acadêmica, consulte sua frequência em cada disciplina, além de poder visualizar notícias no portal.



Portal do professor

O [portal do professor do Cefet/RJ](#) propicia ao professor uma forma organizada de gerenciar a vida acadêmica dos alunos através de várias funcionalidades integradas, com o objetivo de facilitar ao máximo os processos envolvidos na trajetória de cada disciplina a ser ministrada.

Cumpra ainda destacar que o Cefet/RJ cumpriu seu primeiro Plano de Transformação Digital integrando diversos serviços ofertados pela instituição, como participação em processos seletivos, matrícula, solicitação de diploma, entre outros, à [plataforma Gov.br](#).

Para saber mais acesse a [página do Cefet/RJ na página de serviços do Gov.br](#).

Para acesso aos serviços e recursos de TIC, os usuários podem solicitar atendimento das seguintes formas:

- presencialmente;
- via e-mail;
- por meio do [sistema de chamados](#), sendo esta última a forma mais utilizada, uma vez que propicia melhor gerenciamento e organização das demandas.

Em 2023 foram registrados 3.753 atendimentos de TIC pelo sistema de chamados e 3230, em 2024. Mais de 50% desses chamados estão relacionados à área de Manutenção e Serviços de Infraestrutura, seguido de Sistemas de Informação com aproximadamente 40%.

9.4.3. Diagnóstico de Infraestrutura Tecnológica

Em 2024, foi realizado diagnóstico de infraestrutura tecnológica em todos os *campi* do Cefet/RJ, coletando informações sobre os data centers e a rede sem fio ou rede wireless. Um resumo do diagnóstico pode ser consultado no Quadro 37 e Tabelas 25, 26, 27 e 28.

Quadro 37: Informações sobre os data centers dos *campi*

CAMPUS	ANG	ITA	MAR (DTINF)	M. GRA	N. FRIB	N. IGUA	PET	VAL
Possui data center?	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Possui sala separada?	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Existe sistema de refrigeração adequado?	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Qual a capacidade (BTU)?	7000	60000	240000	15000	48000	174000	30000	20000
Possui sistema de monitoramento ambiental?	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não
Possui nobreaks (em funcionamento)?	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Qual a capacidade (KVA)?	7	3	60	6,4	10	30	20	2,6
Possui gerador (em funcionamento)?	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Possui controle de acesso?	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não
Possui circuito fechado de televisão (CFTV) para o espaço?	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
Possui site backup ou disaster recovery?	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Possui solução de firewall adequada?	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Qual é a velocidade do link de internet?	100Mbps	100Mbps	10Gbps	2Gps	100Mbps	1Gbps	1Gps	100Mbps
Possui link de internet redundante?	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não

Fonte: DTINF, Diretorias Sistêmicas, direções dos *campi*, 2024.



Tabela 25: Locais com ponto de rede cabeada nos setores acadêmicos

Cobertura da rede cabeada	ANG	ITA	MAR (DTINF)	M. GRA	N. FRIB	N. IGUA	PET	VAL
Nível Satisfatório	38	35	148	11	30	46	4	29
Nível Regular	4	0	213	0	0	2	7	0
Nível Insatisfatório	3	9	3	0	0	46	8	4

Fonte: DTINF, Diretorias Sistêmicas, direções dos *campi*, 2024.

Tabela 26: Locais com ponto de rede cabeada nos setores administrativos

Cobertura da rede cabeada	ANG	ITA	MAR (DTINF)	M. GRA	N. FRIB	N. IGUA	PET	VAL
Nível Satisfatório	4	19	105	7	15	6	5	3
Nível Regular	2	0	63	0	0	0	0	0
Nível Insatisfatório	2	5	9	0	0	1	3	0

Fonte: DTINF, Diretorias Sistêmicas, direções dos *campi*, 2024.

Tabela 27: Locais com sinal de rede wireless nos setores acadêmicos

Cobertura da rede Wireless	ANG	ITA	MAR (DTINF)	M. GRA	N. FRIB	N. IGUA	PET	VAL
Nível Satisfatório	9	0	0	11	30	30	0	0
Nível Regular	1	43	89	0	0	23	19	16
Nível Insatisfatório	33	1	275	0	0	41	0	17

Fonte: DTINF, Diretorias Sistêmicas, direções dos *campi*, 2024.

Tabela 28: Locais com sinal de rede wireless nos setores administrativos

Cobertura da rede Wireless	ANG	ITA	MAR (DTINF)	M. GRA	N. FRIB	N. IGUA	PET	VAL
Nível Satisfatório	2	0	0	7	15	3	0	0
Nível Regular	0	24	84	0	0	1	8	2
Nível Insatisfatório	4	0	93	0	0	3	0	1

Fonte: DTINF, Diretorias Sistêmicas, direções dos *campi*, 2024.

LEGENDAS

- ANG – Angra dos Reis
ITA – Itaguaí
MAR – Maracanã
- M. GRA – Maria da Graça
N. FRIB – Nova Friburgo
N. IGUA – Nova Iguaçu
- PET – Petrópolis
VAL – Valença



10. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS



10.1. Estrutura do orçamento do Cefet/RJl	275
10.1.1. Plano Operativo Anual – POA 2024	277
10.1.2. Distribuição do orçamento	277
10.1.3. Projeção orçamentária	277
10.1.4. Diretrizes para a sustentabilidade orçamentária	277



A gestão eficiente e o planejamento adequado dos recursos públicos, alinhados às metas institucionais, são fundamentais para que o Cefet/RJ alcance seus objetivos estratégicos. O equilíbrio das finanças públicas, por meio do cumprimento das metas de resultados entre receitas e despesas, assegura a sustentabilidade financeira deste Centro Federal de Ensino.

O orçamento do Cefet/RJ é aprovado por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), e a distribuição dos recursos orçamentários da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT) é estabelecida através da metodologia da Matriz de Distribuição Orçamentária da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec).

Os critérios da Matriz de Distribuição Orçamentária são determinados por uma Comissão Paritária composta por três representantes indicados pela Setec/MEC, com notório conhecimento sobre o objeto da Comissão, e três representantes da Rede Federal, indicados pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF).

No exercício de 2024, os critérios da Matriz de Distribuição Orçamentária não foram aplicados. Como resultado, foi replicado o orçamento do exercício de 2023 além da recomposição orçamentária ocorrida em 2023 para todas as instituições no orçamento discricionário de custeio.

A autonomia administrativa do Cefet/RJ tem se aprimorado nos últimos anos, com o estabelecimento de critérios técnicos e objetivos, diretrizes e regulamentação de processos, conforme previsto na legislação.

Para o Plano de Desenvolvimento Institucional 2025 a 2029, é necessário que a instituição abra espaço para discussões sobre os modelos de gestão atuais, incluindo a autonomia administrativa, para avaliar se os modelos utilizados anteriormente e atualmente em vigor, contribuem para que o Cefet/RJ atinja seus objetivos e metas institucionais.

Os processos compartilhados de contratação de serviços e aquisição de materiais comuns entre os *campi* têm sido realizados por meio de processos tipo “campanha” otimizando, tanto no preço ofertado, considerando a economia em escala, quanto nos custos da fase interna do certame.

É importante que todos os gestores do Cefet/RJ compreendam a missão, visão e valores institucionais. Os *campi* do Cefet/RJ possuem suas especificidades (número de alunos, número de servidores, estrutura física, região de atuação, entre outros) que influenciam diretamente em seu planejamento orçamentário e em sua autonomia administrativa. Essa autonomia deve sempre buscar a efetivação dos objetivos estratégicos, traduzidos na execução das metas institucionais estabelecidas.

10.1. Estrutura do orçamento do Cefet/RJ

Os recursos orçamentários do Cefet/RJ são disponibilizados através do Recurso Geral da União, aprovado pela Lei Orçamentária Anual (LOA). Esses recursos são executados e divididos em despesas com pessoal e encargos sociais e benefícios de servidores (folha de pagamento de servidores ativos, aposentados e pensionistas), despesas de custeio (funcionamento, serviços, materiais de consumo, assistência estudantil, capacitação de servidores) e investimentos (obras, materiais permanentes e imóveis).



Quadro 38. Detalhamento das ações na LOA

AÇÃO GOVERNO	DESCRIÇÃO
2ORG	Expansão e reestruturação da rede federal de educação profissional e tecnológica
2ORL	Funcionamento de instituições federais de educação profissional e tecnológica
OOPW	Contribuições a entidades nacionais sem exigência de programação específica
OOUU	Contribuições a entidades internacionais sem exigência de programação específica
2004	Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes
2ORL	Funcionamento de instituições federais de educação profissional e tecnológica
212B	Benefícios obrigatórios aos servidores civis, empregados e militares
216H	Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos
21B3	Fomento as ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação e ao desenvolvimento de políticas, regulação e supervisão da educação profissional e tecnológica
2994	Assistência aos estudantes das instituições federais de educação profissional e tecnológica
4572	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação
OOS6	Benefício especial e demais complementações
O181	Aposentadorias e pensões civis da união
O9HB	Contribuição da união, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais
20TP	Ativos civis da união

Fonte: SIOP

Quadro 39. Recursos orçamentários exercícios 2021 – 2024 do Cefet/RJ

RESULTADO PRIMÁRIO - RP	AÇÃO GOVERNO	LOA 2024	LOA 2023	LOA 2022	LOA 2021
O - FINANCEIRO	O9HB	49.890.088	47.863.072	46.936.045	46.801.434
1 - PRIMÁRIO OBRIGATÓRIO	OOS6	13.000	13.000	1.000	1.000
	O181	134.588.552	129.525.721	118.612.503	117.096.236
	2004	3.951.324	2.809.904	3.030.088	2.883.629
	20TP	254.742.337	231.984.463	219.840.662	220.708.481
	212B	18.442.827	13.573.247	12.147.662	12.105.940
2 - PRIMÁRIO DISCRICIONÁRIO	OOPW	135.000	125.697	73.659	194.880
	OOUU	50.000	15.000	10.500	21.451
	2ORG	3.406.931	6.376.099	2.361.441	3.431.277
	2ORL	37.316.959	38.189.652	31.977.210	27.302.551
	216H	50.000	100.000	0	0
	21B3	950.400	576.800	676.800	659.909
	2994	8.517.346	6.426.226	7.213.828	6.561.724
6 - EMENDA INDIVIDUAL	4572	830.050	340.000	180.092	150.048
	2ORG	597.369	2.129.209	0	1.000.000
	2ORL	1.000.000	350.000	400.000	0
TOTAL		514.482.183	480.398.090	443.461.490	438.918.560

Fonte: SIAFI



10.1.1 Plano Operativo Anual – POA 2024

O Plano Operativo Anual (POA) é o instrumento interno de planejamento e programação orçamentária. O POA traz as propostas das ações institucionais, considerando a identificação dos objetivos estratégicos do PDI e as propostas dos projetos Institucionais para o exercício em vigor, de acordo com as ações orçamentárias estabelecidas para o Cefet/RJ pela LOA e pelo Ministério da Educação.

10.1.2. Distribuição do orçamento

A distribuição do orçamento por centros de custos são divididos após a dedução do custo fixo para o funcionamento adequado da Instituição, tais como contratos continuados diversos e outras despesas de consumo, incluindo água, energia elétrica entre outros. A cada início de exercício o orçamento destinado a cada centro de custos é informado no Plano Operativo Anual (POA).

10.1.3. Projeção orçamentária

Para os anos de 2025 a 2029, é necessário considerar o cenário macroeconômico do país, incluindo inflação, crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), teto de gastos e possíveis mudanças no governo que possam impactar os repasses às Instituições Federais de Ensino (IFES). Através de um cenário realista, a Instituição acredita que será possível manter a continuidade das ações atuais, com repasse semelhante ao ano anterior, podendo ser ajustado pela inflação ou ainda o mesmo orçamento anterior, sem o ajuste inflacionário, como ocorrido em alguns momentos, especialmente na última década.

A fim de mitigar os impactos negativos ao orçamento, o Cefet/RJ dispõe de um fundo de contingência para emergências e crises, garantindo a continuidade das operações essenciais. Em caso de cortes orçamentários, são definidas as áreas prioritárias que devem receber recursos (como ensino, folha de pagamento e manutenção básica) e aquelas que podem ser ajustadas ou adiadas.

10.1.4. Diretrizes para a sustentabilidade orçamentária

As diretrizes para sustentabilidade orçamentária no Cefet/RJ focam no equilíbrio entre receita e despesa, garantindo que os recursos sejam alocados de maneira eficiente e responsável ao longo do tempo. A estratégia essencial é priorizar a diversificação das fontes de receita, evitando a dependência exclusiva de repasses governamentais do Poder Executivo. As ações têm por intenção além de propostas de execução de recursos aos parlamentares, captação de recursos externos por agências de fomento, projetos de inovação e extensão, além de buscar eficiência no uso de recursos através de práticas de gestão financeira rigorosas e otimização dos processos internos.

Outro pilar da sustentabilidade orçamentária é a contenção de gastos e foco em projetos estratégicos. A adoção de práticas de gestão sustentável, como redução do consumo de energia, água e papel, contribuem para a diminuição de custos operacionais. Além disso, a realização do monitoramento contínuo do orçamento, ajustando previsões e realocando recursos, sempre que necessário, contribui para transparência e participação da comunidade acadêmica no cumprimento dos objetivos Institucionais.



11. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

11.1. Estrutura de gestão da sustentabilidade no Cefet/RJ	281
11.2. Política de Sustentabilidade Ambiental no Cefet/RJ	282
11.3. Plano do Diretor de Logística Sustentável	283
11.4. Critérios de sustentabilidade nas aquisições e contratações	284
11.5. Certificações	285
11.6. Agenda A3P	287
11.7. Projetos sustentáveis	288



Diante de desafios a serem enfrentados para se alcançar um meio ambiente sustentável, acreditamos que as Instituições de Ensino tenham um papel relevante na disseminação da sustentabilidade, que atualmente é divulgada através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os ODS são em número de 17 e fazem parte da Agenda Ambiental das Nações Unidas, a Agenda 2030. Eles foram formalmente instituídos em 2015, quando da celebração do Acordo de Paris. Definem prioridades e aspirações a serem adotados pelos países signatários (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2015).

De natureza global e aplicação universal, os ODS dialogam com as políticas, atividades e iniciativas institucionais, trazendo novas discussões para os *campi* e engajando a comunidade dentro e fora do Cefet/RJ para colaborar no alcance das metas dos ODS.

Nesse sentido, o Cefet/RJ comprometido com a melhoria contínua das práticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão, busca planejar e implementar ações voltadas ao meio ambiente, à segurança, à saúde ocupacional e à responsabilidade ética e social, que estão alinhadas aos ODS.

O Cefet/RJ conta com a Divisão de Estratégia para Sustentabilidade Ambiental Institucional, vinculada à Diretoria de Gestão Estratégica (DISAI/ DIGES), que trabalha captando demandas, atendendo as instruções normativas e engajando os setores responsáveis dentro da instituição.

Figura 15. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Nações Unidas no Brasil, 2025.



11.1. Estrutura de gestão da sustentabilidade no Cefet/RJ

Em outubro de 2017, foi estabelecida no Cefet/RJ a Divisão de Estratégia para Sustentabilidade Ambiental Institucional (DISAI). Esta divisão, vinculada à Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES/Cefet/RJ), tem como principal objetivo transformar ideias em ações relacionadas à gestão e educação ambiental. A DISAI busca desenvolver a percepção socioambiental da comunidade, abrangendo aspectos científicos, legais, ecológicos, econômicos, políticos, culturais e éticos.

As competências da DISAI são diversas e abrangentes. Entre suas atribuições estão a definição de parâmetros estratégicos para a sustentabilidade ambiental institucional, a coordenação da elaboração e cumprimento de uma Política Ambiental Institucional, a presidência do Comitê de Sustentabilidade Ambiental Institucional (COSAI) e a promoção de projetos e programas voltados à gestão ambiental no âmbito institucional. A DISAI também é responsável por garantir o acesso às informações sobre sustentabilidade ambiental, fomentar a integração das iniciativas relacionadas à sustentabilidade nos setores de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão, e promover debates democráticos sobre questões ambientais.

A DISAI e o [Comitê de Sustentabilidade Ambiental Institucional \(COSAI\)](#) desenvolveram a Política de Sustentabilidade Ambiental Institucional. Essa política, aprovada pela [Resolução CODIR/Cefet/RJ nº 44/2018](#), serve como base para a elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS). Ambos serão devidamente detalhados nos itens subsequentes deste capítulo.

O COSAI, criado pela Portaria Cefet/RJ nº 1463/2017, é um órgão colegiado consultivo e propositivo que colabora com a DISAI nas políticas e ações de sustentabilidade institucional do Cefet/RJ. Composto por servidores representantes das diretorias sistêmicas e dos *campi*, o COSAI tem diversas atribuições, como propor ações de integração para a sustentabilidade, elaborar uma Política Estratégica e de Gestão Ambiental Institucional, contribuir com a implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e colaborar na elaboração do PLS. Além disso, o COSAI analisa relatórios de ações de coleta seletiva solidária, auxilia na prestação de contas e monitora a gestão ambiental institucional.

A portaria mais recente que rege o funcionamento do COSAI é a [Portaria Cefet/RJ nº 85/2025](#), que atualiza e reforça as diretrizes para a gestão da sustentabilidade ambiental no Cefet/RJ.

As Comissões de Coleta Seletiva Solidária presentes nos *campi* desempenham um papel fundamental na gestão ambiental e inclusão social ao promover a separação e destinação de resíduos recicláveis para cooperativas de catadores. Esta prática, exigida pelo [Decreto nº 10.936/2022](#) (que revogou o Decreto Federal nº 5.940/2006), visa reduzir o volume de lixo enviado aos aterros e lixões, preservando recursos naturais e economizando água e energia. Além dos benefícios ambientais, como a diminuição do uso de recursos naturais e o aumento da vida útil dos aterros, a coleta seletiva solidária também gera vantagens econômicas significativas. Essas incluem a redução de gastos com limpeza urbana e controle da poluição, além de promover a geração de empregos para indivíduos sem qualificação e no setor industrial, contribuindo assim para a inclusão e integração social dos trabalhadores.

Em consonância com as políticas de sustentabilidade, o Cefet/RJ implementou medidas adicionais para a redução do consumo de energia elétrica, seguindo o [Decreto nº 10.779/2021](#). A criação da [Comissão Interna de Conservação de Energia \(CICE\)](#), por meio da [Portaria nº 25/2022](#), estabeleceu diretrizes para monitorar e reduzir o consumo de energia na instituição. A CICE é responsável por acompanhar o consumo, propor medidas de redução, elaborar relatórios de atividades e publicar comparativos mensais de consumo de energia. Essas ações, organizadas em um plano de ação com recomendações específicas por equipamento e responsabilidade, visam promover um uso mais eficiente da energia, alinhando-se aos objetivos de sustentabilidade e eficiência energética da administração pública.

Para saber mais acesse a [página da DISAI](#).



11.2. Política de Sustentabilidade Ambiental no Cefet/RJ

O Cefet/RJ aprovou, em 2018, uma política inovadora e abrangente de sustentabilidade ambiental. Esta iniciativa, formalizada através da [Resolução CODIR/Cefet/RJ nº 44, de 14 de setembro de 2018](#), estabelece um marco importante na promoção de práticas sustentáveis dentro da instituição e, por extensão, na sociedade.

A [Política de Sustentabilidade Ambiental do Cefet/RJ](#) é um conjunto de objetivos, princípios e instrumentos destinados a garantir um ambiente saudável, seguro e equilibrado. Fundamentada na Constituição Federal, na [Lei nº 6.938/1981](#) (Política Nacional do Meio Ambiente), na [Lei nº 9.795/1999](#) (Política Nacional de Educação Ambiental) e em outras normativas, a política visa integrar a sustentabilidade em todas as esferas da instituição.

A política é construída sobre a premissa de que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Para isso, impõe-se ao Cefet/RJ a responsabilidade de incorporar práticas sustentáveis em suas rotinas administrativas, operacionais e acadêmicas. Os principais objetivos estão elencados no Quadro 40.

Quadro 40. Principais objetivos da Política de Sustentabilidade Ambiental

OBJETIVO	DESCRIÇÃO
Gestão Ambiental Integrada	Incorporar a sustentabilidade no planejamento institucional e nas atividades acadêmicas e administrativas.
Educação e Capacitação	Promover a inserção de temas de sustentabilidade nos programas de ensino, extensão e pesquisa, além de capacitar servidores.
Comunicação e Participação	Estabelecer uma comunicação contínua com a comunidade interna e externa, incentivando sua participação na gestão ambiental.
Cooperação Interinstitucional	Fomentar a cooperação com outras instituições públicas e privadas em questões ambientais.
Melhoria da Qualidade de Vida	Buscar a melhoria contínua da qualidade de vida, segurança no trabalho e saúde ocupacional da comunidade.
Tecnologias Adequadas	Adotar tecnologias ambientalmente adequadas nas atividades acadêmicas e administrativas.
Gestão de Resíduos	Prover a destinação adequada aos efluentes sanitários e resíduos líquidos e sólidos.
Licitações Sustentáveis	Adotar critérios sustentáveis para a aquisição de bens e serviços.

Fonte: Política de Sustentabilidade Ambiental do Cefet/RJ, 2018.

Para assegurar a efetividade da política, o Cefet/RJ institui mecanismos rigorosos de acompanhamento e controle. Isso inclui a definição de processos e controles internos, a criação de métricas e indicadores apropriados e a identificação e correção de deficiências. A implementação eficiente desta política não só contribuirá para a sustentabilidade ambiental da instituição, mas também servirá como exemplo e incentivo para outras organizações e para a comunidade em geral.

A Política de Sustentabilidade Ambiental do Cefet/RJ reflete um compromisso institucional com o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental. Ao integrar práticas sustentáveis em suas operações e influenciar positivamente a comunidade, a instituição desempenha um papel crucial na promoção de um futuro mais verde e sustentável. Através de ações concretas e de uma gestão ambiental consciente, a instituição reafirma seu papel na vanguarda da educação e da responsabilidade socioambiental.



11.3. Plano Diretor de Logística Sustentável

A [Instrução Normativa nº 10/2012](#) estabelece diretrizes para a elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), que visa implementar práticas de sustentabilidade e racionalizar gastos e processos na Administração Pública. O PLS é uma ferramenta de planejamento que define objetivos e responsabilidades, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação.

Conforme o [Decreto nº 9.178/2017](#), todos os entes da Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional e as empresas estatais dependentes são obrigados a elaborar seus Planos de Gestão de Logística Sustentável. Este plano deve observar diretrizes de sustentabilidade, como baixo impacto sobre os recursos naturais, preferência por materiais e tecnologias de origem local, eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia, geração de empregos com mão de obra local, maior vida útil e menor custo de manutenção de bens e obras, uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais, e a utilização de produtos florestais de manejo sustentável ou reflorestamento.

O PLS deve conter componentes essenciais, incluindo a atualização do inventário de bens e materiais do órgão ou entidade, a identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição, práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços, responsabilidades e metodologia de implementação e avaliação do plano, além de ações de divulgação, conscientização e capacitação. A implementação e avaliação desses componentes serão monitoradas por uma Comissão Gestora do PLS em cada entidade pública federal. No caso do Cefet/RJ, essa função é desempenhada pelos representantes do Comitê de Sustentabilidade Ambiental Institucional (COSAI).

Além disso, de acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos, a [Lei nº 14.133, de 2021](#), o PLS deve orientar a elaboração dos planos de contratações anual, dos estudos técnicos preliminares e dos anteprojetos, projetos básicos ou termos de referência das contratações realizadas pela Administração Pública Federal.

O [Plano Diretor de Logística Sustentável do Cefet/RJ](#) tem como objetivo geral consolidar e aprimorar as práticas sustentáveis existentes, além de servir como uma ferramenta de planejamento para novas ações. Este plano visa estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos

na Administração Pública, com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação.

O [PLS do Cefet/RJ](#), aprovado pela [Resolução CODIR/Cefet/RJ nº 70, de 27 de setembro de 2024](#), busca integrar a sustentabilidade em todas as áreas de atuação do Cefet/RJ, promovendo uma gestão mais eficiente e ambientalmente responsável e está estruturado em seis eixos temáticos:

- promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços;
- racionalização da ocupação dos espaços físicos;
- identificação dos objetos de menor impacto ambiental;
- fomento à inovação no mercado;
- inclusão dos negócios de impacto nas contratações públicas; e
- divulgação, conscientização e capacitação acerca da logística sustentável.

Dentre os vários objetivos específicos, podemos citar: Reduzir o consumo e desperdício de pape; adotar fontes de energia renovável ou limpa nos *campi* do Cefet/RJ; promover o reaproveitamento dos resíduos orgânicos e de poda de jardim, que são gerados na instituição; promover maior acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas edificações; reduzir custos administrativos com a racionalização dos espaços físicos; realizar compras de materiais/ produtos com maior ciclo de vida possível ou que promovam impactos positivos ou reduzam os negativos; promover a participação de alunos em disciplinas que estimulem a criação de iniciativas de impacto social ou ambiental para o desenvolvimento socioeconômico do estado; contribuir com a promoção da conscientização ambiental da comunidade acadêmica e local.

Especificando o item referente a gestão dos resíduos sólidos, e apesar de não existir um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) definido e elaborado pelo Cefet/RJ, o atendimento aos elementos essenciais para a elaboração do PGRS estão na rotina das atividades da DISAI, tais como, Diagnóstico dos Resíduos, Segregação e Acondicionamento, Coleta e Destinação adequada. Podendo citar ainda que os Responsáveis e as Metas para reduzir a geração de resíduos estão definidas.

Para saber mais acesse a [página do PLS do Cefet/RJ](#).



11.4. Critérios de sustentabilidade nas aquisições e contratações

A sociedade espera que a Administração Pública utilize seus recursos e serviços de maneira correta e eficiente. Para isso, é fundamental que sejam respeitadas as regras dispostas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conhecida como Lei das Licitações e Contratos, que passou por atualizações para promover o desenvolvimento nacional sustentável gerando a [Lei nº 14.133/2021](#).

Um dos principais objetivos da licitação pública é garantir a observância do princípio da isonomia, selecionar a proposta mais vantajosa para a administração e promover o desenvolvimento sustentável. Isso deve ser feito em estrita conformidade com os princípios básicos de legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa e vinculação ao instrumento convocatório, conforme disposto na [Lei nº 12.349/2010](#). Essa lei também determina que a licitação pública deve promover o desenvolvimento nacional sustentável.

Um dos instrumentos para promover contratações públicas sustentáveis é a [Instrução Normativa nº 01/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão \(MPOG\)](#), que estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços e obras pela Administração Pública Federal. Essa instrução determina que o governo deve incentivar fornecedores que ofereçam produtos e serviços ambientalmente responsáveis e competitivos, bem como buscar informações sobre o desempenho ambiental dos produtos e serviços.

O [Decreto nº 7.746/2012](#) define critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável nas contratações realizadas pela administração pública. Este decreto permite que a administração pública federal direta, autárquica e fundacional, além de empresas estatais dependentes, adquiram bens e contratem serviços considerando critérios de sustentabilidade definidos no instrumento convocatório.

Esses critérios incluem o uso de menos recursos naturais, a contenção de materiais perigosos, a maior vida útil dos produtos, o menor consumo de água e energia, e a geração reduzida de resíduos.

Já a [Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021](#), estabelece que o PLS deverá nortear a elaboração dos planos de contratações anual, dos estudos técnicos preliminares e dos anteprojetos, projetos básicos ou termos de referência das contratações realizadas pela administração pública federal.

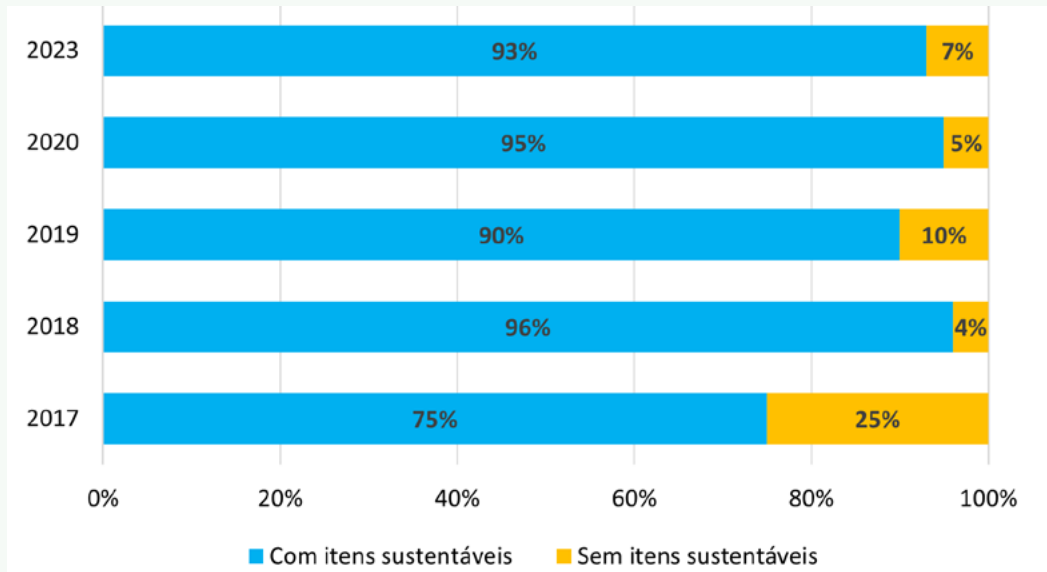
Para compras e contratações sustentáveis, é necessário observar os requisitos estabelecidos nas normativas supracitadas, além do [Guia Nacional de Licitações Sustentáveis](#) e outras legislações pertinentes, como a [Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010](#), institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Esses requisitos incluem a eficiência energética, o aproveitamento das águas de drenagem, o reuso de águas servidas, a padronização de materiais sustentáveis e a utilização de materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis.

No caso do Cefet/RJ, as mudanças no processo de aquisição de bens públicos e contratação de serviços incluem a incorporação de critérios de sustentabilidade nas especificações técnicas dos objetos de compra. Isso está detalhado em formulários e modelos de termos de referência, disponibilizados na [página de licitações do Cefet/RJ](#).

Desde 2017, o Cefet/RJ monitora a presença de critérios de sustentabilidade nos editais e licitações sustentáveis, conforme se observa no Gráfico 3, garantindo que as aquisições e contratações sigam as diretrizes estabelecidas para promover o desenvolvimento sustentável. A adoção dessas práticas de sustentabilidade, além de atender à legislação vigente, contribui para a preservação do meio ambiente e a racionalização dos recursos públicos. No gráfico, os dados referentes aos anos de 2021 e 2022 foram suprimidos devido à paralisação das aulas presenciais.



Gráfico 3. Quantidade de editais com itens sustentáveis nos campi do Cefet/RJ de 2017 a 2023



Fonte: PLS – Cefet/RJ, 2024.

11.5. Certificações

Desde 2021, o Cefet/RJ participa do ranking de sustentabilidade entre instituições de ensino superior (IES). Este ranking, iniciado pela *Universitas Indonesia* (UI) em 2010 e conhecido como *UI GreenMetric World University Rankings*, mede os esforços de sustentabilidade dos campi universitários. Seu objetivo é servir como ferramenta de autoavaliação de sustentabilidade para as IES, contribuir para os discursos acadêmicos sobre sustentabilidade na educação e informar a comunidade acadêmica, governos, agências ambientais e a sociedade sobre programas e projetos de sustentabilidade nos campi.

O ranking avalia seis categorias: Infraestrutura e Ambiente; Energia; Resíduos; Água; Transporte e Educação; e Pesquisa. Em 2021, o Cefet/RJ ficou na posição 646 dentre 956 instituições de ensino superior no mundo e no país na posição 31 dentre 40. Em 2022, o Cefet/RJ subiu 140 posições, ficando na posição 505 dentre 1050 instituições de ensino superior no mundo e no país na posição 20 dentre 40. Em 2023, o Cefet/RJ ficou na posição 560 dentre 1183 instituições de ensino superior no mundo. Já em 2024, o Cefet/RJ ficou em **primeiro lugar** entre as instituições de Ensino Superior do Rio de Janeiro, em **14º lugar no Brasil**, dentre 47 instituições avaliadas, e em **353º no mundo**, entre 1.477 instituições de 96 países.

Figura 16. Certificado 2024 *UI GreenMetric World University Rankings*



Fonte: DISAI, 2024.



Além do reconhecimento internacional, o Cefet/RJ tem se destacado no âmbito nacional pela sua adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que será detalhadamente abordada no próximo item deste capítulo, um programa de responsabilidade socioambiental coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Desde 2018, o Cefet/RJ faz parte das instituições que aderiram formalmente à A3P, renovando sua adesão em 2023. O Cefet/RJ já recebeu cinco Selos A3P, de acordo com a Figura 17 abaixo, concedidos anualmente às organizações que demonstram compromisso com o meio ambiente através de ações como a adoção de tecnologias mais eficientes, economia de matéria-prima e incentivo à reutilização de insumos.

Figura 17. Selo A3P – Cefet/RJ



Fonte: DISAI, 2024.

A participação no *UI GreenMetric World University Rankings* e a adesão ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) reforçam o compromisso do Cefet/RJ com a sustentabilidade. Essas iniciativas não só promovem a economia de recursos naturais e a redução de impactos ambientais, mas também melhoram a qualidade de vida da comunidade acadêmica e demonstram o papel de liderança da instituição na promoção de práticas sustentáveis.

Em 2023, o Cefet/RJ também foi reconhecido com o Prêmio “Robert Gray” de Sustentabilidade pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ), ficando em 2º lugar na categoria “Inovação na Gestão”. Este prêmio destaca iniciativas inovadoras que incorporam princípios e ações de sustentabilidade, produzindo resultados socioambientais positivos. Em 2024, a instituição foi homenageada nessa mesma premiação por suas iniciativas inovadores em sustentabilidade.

Outro reconhecimento importante foi o Selo ODS EDU 2023, de acordo com a Figura 18, que premia instituições de ensino que contribuem ativamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O projeto de extensão “Odoyá” ressignifica a relação da população local com o Rio Maracanã, alinhando-se aos ODS da Agenda 2030. Em 2024, 12 projetos institucionais, que promoveram a discussão dos ODS e apoiaram no cumprimento das metas do ODS 4 – Educação de qualidade, colaboraram para a certificação nacional com o Selo ODS EDUCAÇÃO 2024. Foram eles: Qualidade da Água no Parque Nacional da Tijuca; Estudos dos impactos ambientais em trilhas no Parque Nacional da Tijuca; Painel Sustentabilidade Cefet; Agenda 2030 e Turismo; Agenda 2030 #forpeopleforplanet; Projeto ENACTUS Odoyá Rio Maracanã; Alimentação saudável e Plantio ancestral; Práticas de sustentabilidade e Resgate cultural; A horta agroecológica como tecnologia social educativa; Clima em foco: Desafios e soluções; O minhocário da minha escola; O canteiro simulador da erosão como ferramenta educativa para a preservação ambiental; Amigos da Escola Municipal GET Pedro Ernesto.



Figura 18. Selo ODS EDU 2023 – Projeto Odoyá Cefet/RJ



Fonte: DISAI, 2023

11.6. Agenda A3P

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa de responsabilidade socioambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, implementado em mais de 300 órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, abrangendo diversos setores como bancos, instituições judiciárias, militares e universidades (MMA, 2017). Este programa foi criado em resposta aos desafios ambientais enfrentados pela Administração Pública, como a necessidade de reduzir o consumo de energia e água, minimizar a geração de resíduos, adquirir produtos de menor impacto ambiental e promover condições de trabalho dignas. Nesse contexto, as organizações são incentivadas a adotar práticas de consumo consciente, combater o desperdício e assumir responsabilidades socioambientais.

A A3P integra aos procedimentos tradicionais da administração pública elementos socioambientais essenciais na busca por economia, eficiência e sustentabilidade. As principais linhas de atuação do programa nas instituições de ensino superior incluem:

- uso dos recursos naturais e bens públicos;
- gestão de resíduos sólidos e efluentes gerados;
- contratações sustentáveis;
- qualidade de vida no ambiente de trabalho e de estudo;
- sensibilização e capacitação dos servidores; e
- obras públicas sustentáveis.

Em 26 de janeiro de 2018, conforme supramencionado no item anterior deste capítulo, o Cefet/RJ formalizou sua adesão à A3P, consoante publicado no Diário Oficial da União – Seção 3 – N.19 – p. 95. Com isso, o Cefet/RJ recebeu a certificação de sustentabilidade da A3P. Após o término da vigência da primeira adesão, a instituição renovou seu compromisso socioambiental com o Ministério do Meio Ambiente, garantindo sua participação no programa até maio de 2028 e recebendo o novo Certificado de Adesão ao Programa A3P.



Figura 19. Certificado de adesão ao Programa A3P – Cefet/RJ



Fonte: DISAI, 2023.

O Cefet/RJ já foi agraciado com cinco Selos A3P, referentes aos anos de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. Esses selos são concedidos anualmente às organizações que aderiram à A3P e que preenchem, consolidam e enviam todos os dados exigidos para a plataforma MMA Ressoa até o dia 31 de março do ano vigente. A obtenção dos Selos A3P pelo Cefet/RJ reflete seu contínuo compromisso com a sustentabilidade, demonstrando que a instituição cumpre rigorosamente os critérios estabelecidos pelo programa e contribui significativamente para a promoção de práticas socioambientais responsáveis.

Para saber mais, acesse a página [Agenda A3P](#).

11.7. Comunicação

Página institucional

Na página do Cefet/RJ, é possível encontrar em seu menu principal o atalho para a página que concentra todas as informações sobre as ações na área de Sustentabilidade Ambiental do Cefet/RJ.

Para saber mais acesse a [página de Sustentabilidade](#) no site do Cefet/RJ.

Redes Sociais

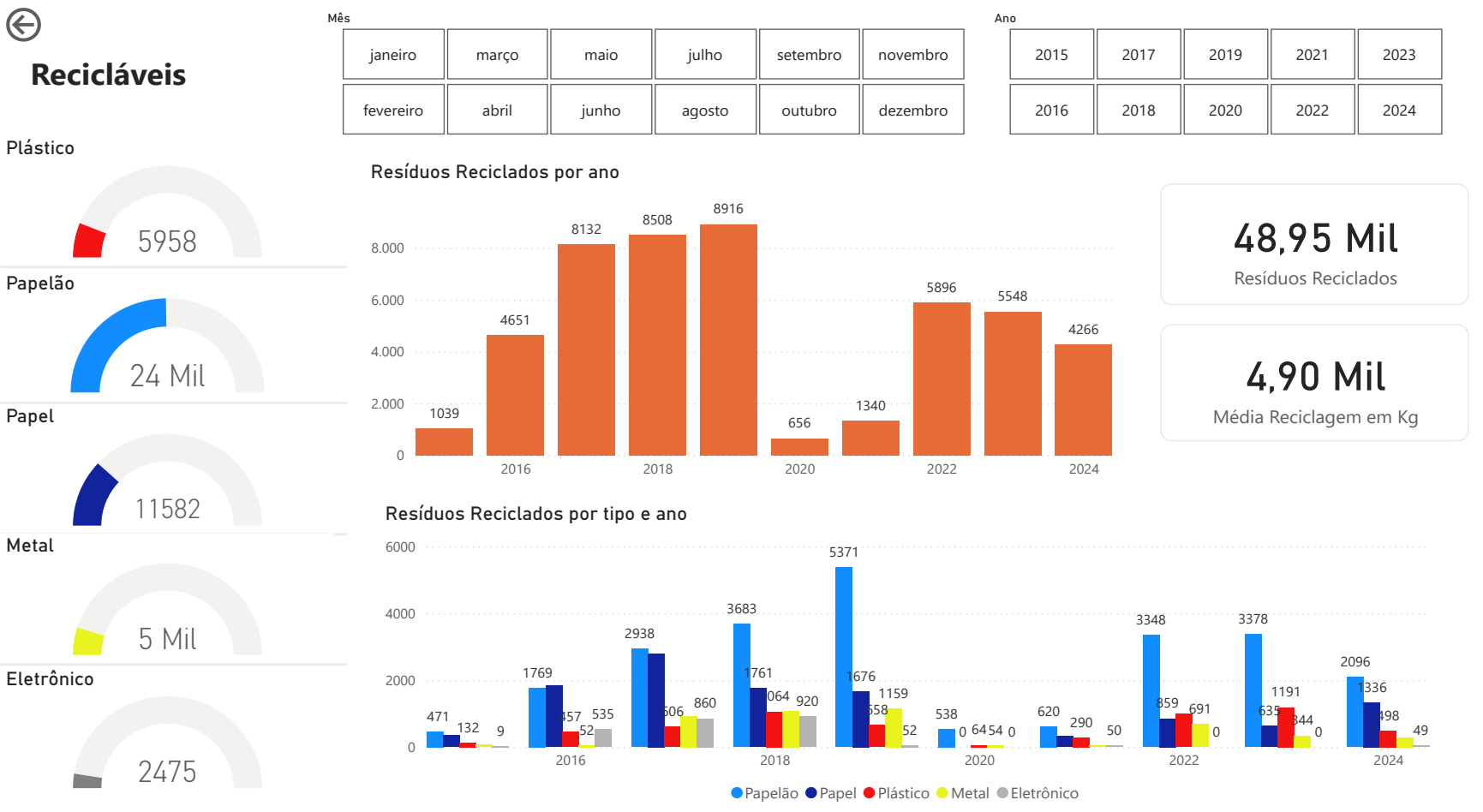
Além do canal principal do Cefet/RJ, a área de sustentabilidade ambiental possui outras duas contas no Instagram voltadas para a disseminação das ações da instituição na área: [@painel.sustentabilidade.cefet](#) e [ccss.cefetrj](#).

Dashboard de Sustentabilidade

Uma outra ferramenta importante de comunicação é o Dashboard de Sustentabilidade, dashboard em Power BI que apresenta um conjunto de dados, indicadores e métricas relacionadas ao consumo de água e de energia elétrica, resíduos recicláveis e transporte aéreo e terrestre. A Figura 20 mostra um dos painéis do Dashboard de Sustentabilidade.



Figura 20. Painel Recicláveis do Dashboard de Sustentabilidade do Cefet/RJ



Fonte: DISAI, 2024.

Acesse o [dashboard de Sustentabilidade](#) do site do Cefet/RJ.



12. Monitoramento do Plano de Desenvolvimento Institucional 2025-2029



O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um instrumento fundamental para o planejamento estratégico das instituições. Ele reúne as principais estratégias adotadas e orienta as ações por um determinado período. Essas estratégias são compostas por objetivos, indicadores e metas que devem ser acompanhados continuamente.

No Cefet/RJ, o PDI é o principal instrumento de planejamento estratégico vigente na instituição, sendo base referencial para a prestação de contas anual. O atual PDI traz em seu primeiro capítulo a relação de objetivos, metas e indicadores para o período de 2025 a 2029.

Tão importante quanto a elaboração do PDI é o seu monitoramento, pois permite que as ações previstas estejam sendo implementadas de forma efetiva. O monitoramento do PDI é um processo contínuo de acompanhamento e análise do desempenho institucional diante das metas estabelecidas. Ele fortalece a governança e a transparência, além de promover uma gestão mais eficiente e objetiva.

No Cefet/RJ o monitoramento é realizado trimestralmente por meio da utilização da Plataforma For disponibilizada pela SETEC/MEC através do Ofício-circular nº 147/2021, em ambiente de computação em nuvem para adesão das instituições de ensino. Essa plataforma contempla a ferramenta ForPDI, onde os servidores designados por cada instância administrativa preenchem os dados relacionados ao plano de metas do seu setor previsto no PDI. Entretanto, existe a possibilidade de descontinuação e uma nova plataforma poderá ser adotada em seu lugar.

A partir da consolidação dos dados informados é gerado o relatório de monitoramento. Este instrumento tem como finalidade apresentar informações gerais sobre o desempenho do Cefet/RJ com relação ao alcance dos objetivos e metas. Além disso, possibilita o desenvolvimento de um planejamento estratégico efetivo, assim como o acompanhamento dos resultados por parte de toda a comunidade acadêmica.

Esse acompanhamento é disponibilizado na página institucional em “transparência e prestação de contas” e anualmente no relatório de gestão. Os resultados obtidos viabilizam a identificação dos casos de sucesso e dos desafios encontrados e subsidiam as ações de cada área estratégica na busca pela realização na missão institucional do Cefet/RJ.

O plano estratégico institucional, contido no capítulo 1 deste PDI, deverá ser revisado pelo menos uma vez por ano, e, se necessário, atualizado, conforme estabelece a Instrução Normativa ME/SGD nº 24, de 18 de março de 2020, em seu artigo quinto.

A atualização, quando necessária, será realizada por meio de reuniões do Comitê Assessor de Desenvolvimento Institucional e seguirá para aprovação pelo Comitê de Governança Riscos e Controles e posteriormente pelo Conselho Diretor do Cefet/RJ.

Quaisquer alterações necessárias no conteúdo deste PDI deverão ser encaminhadas à Diretoria de Gestão Estratégica e serão discutidas pelos Comitês de Governança da Instituição e levadas ao Conselho Diretor para aprovação.

O monitoramento do PDI permite um olhar mais abrangente a respeito do cumprimento das metas, assim como também viabiliza o apontamento dos obstáculos encontrados pela gestão, promovendo a adoção de ações de prevenção e correção. Com isso, é possível evitar que esses entraves sejam recorrentes.

Para que o monitoramento seja efetivo, o PDI necessita estar estruturado com clareza e possuir metas mensuráveis, além de prazos e indicadores bem definidos. O envolvimento da comunidade acadêmica também está diretamente ligado ao sucesso do monitoramento do PDI, pois a participação ativa dos gestores fortalece o compromisso da instituição com o plano. Portanto, é recomendável a existência de comissões específicas de monitoramento do PDI, com representantes intersetoriais que acompanhem as ações estratégicas.

Quando se tem um monitoramento eficaz é possível assegurar a existência de coerência entre o que é planejado e o que é realizado, facilitando a busca pela excelência administrativa e acadêmica. Por isso é importante investir em um processo de monitoramento bem estruturado, participativo e com base em dados confiáveis. Assim, a instituição se torna fortalecida diante dos desafios e se consolida na busca pelo seu desenvolvimento.